

KLEVERSON TEODORO DE LIMA

**OURO PRETO: DA CIDADE-MEMÓRIA
À CIDADE-MONUMENTO (1897-1937)**

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

2015

KLEVERSON TEODORO DE LIMA

**OURO PRETO: DA CIDADE-MEMÓRIA
À CIDADE-MONUMENTO (1897-1937)**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultural.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Maria Eliza Linhares Borges.

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

2015

para Elke, Caê, Tomás e minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Doutora Maria Eliza Linhares Borges, que acreditou, estimulou e participou efetivamente do processo de construção desta tese.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da FAFICH/UFMG pelo suporte e pelo apoio, sem os quais não teria sido possível finalizar este estudo.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa e de outros recursos que contribuíram para a concretização deste trabalho.

Agradeço aos funcionários dos arquivos visitados, em especial a João Paulo Martins e Helenice Oliveira, que ao longo desta pesquisa tornaram-se importantes contribuintes e amigos.

Agradeço aos professores da CODAHIS/IFMG pela atenção, compreensão e apoio reforçados durante o período que atuei nesta instituição.

Agradeço, por fim, à minha família, aos amigos e aos ex-professores. Obrigado por acompanharem de perto este novo e importante momento da minha vida e da minha carreira. A todos, minha gratidão.

RESUMO

Entre o final do século XIX e início do XX, Ouro Preto transformou-se em um dos principais símbolos da jovem República brasileira. Inicialmente, ela foi alçada à condição de cidade-memória da identidade mineira e da luta republicana e, posteriormente, na década de 1930, ao posto de cidade-monumento da nação.

As investigações que abordam parcial ou integralmente esta transformação procuraram enfatizar a historicidade desta reconstrução identitária. A tese aqui desenvolvida deseja contribuir com este debate a partir do estudo de três questões ainda não analisadas: a situação econômica de Ouro Preto após a transferência da sede do governo estadual para Belo Horizonte; os diferentes contextos em que emerge o sentimento de abandono causado por esta mudança; e a apropriação do discurso preservacionista pela administração municipal ouro-pretana. Acreditamos que a investigação destas questões amplia o horizonte da discussão produzida até o momento, ao jogar luz sobre a influência que a realidade local exerceu sobre este processo de transformação da cidade-memória em cidade-monumento.

Palavras-chave: Ouro Preto, História Urbana, Cidades-Capitais e patrimônio.

ABSTRACT

Between the late nineteenth and early twentieth centuries, Ouro Preto became one of the main symbols of the newly established Brazilian Republic. Initially, it was raised to the condition of city-memory of Minas Gerais state's identity, as well as to the status of the birthplace of Republican struggle, and later, in the 1930s, to the category of the nation's city-monument.

Researches which address either partially or fully the passage of the city-memory into the monument-city condition emphasized the historicity that marks out such identity reconstruction. The thesis developed here wants to contribute to this debate from the analysis of three new issues: the economic situation of Ouro Preto after the transfer of the seat of state government to Belo Horizonte; the contexts of mobilization resulting from the sense of loss caused by that change; and finally the appropriation of the preservationist speech by Ouro Preto Municipal Administration. We believe that the study of these issues broadens the horizon of discussion produced to date, in order to shed light on the influence of the local reality on the process of transformation of the memory-city into the monument-city condition.

Keywords: Ouro Preto, Urban History, Capital-cities and heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES¹

FIG.1. Região da Barra. 1868.	58
FIG.2. Barra: mudanças após a inauguração da estação ferroviária. 1887-1888.	58
FIG.3. Praça da Independência. Década de 1870.	61
FIG.4. Praça da Independência. 1881.	62
FIG.5. Mapa do município de Ouro Preto. 1926.	66
FIG.6. Planta da Cidade de Ouro Preto [1887-1888].	70
FIG.7. Caminho Tronco da sede de Ouro Preto.	70
FIG.8. Região da Barra.	73
FIG. 9. Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. 1887-1888.	78
FIG.10. Planta Melhoramentos da cidade de Ouro Preto [1891].	81
FIG.11. Ouro Preto: planta de água, esgoto e luz. 26/06/1903.	100
FIG.12. Planta das Lavras de Tassaras e adjacentes situadas na antiga Vila Rica, pertencentes às sociedades. s/d.	137
FIG.13. Casa de Marília. s/d.	151
FIG.14. Grupo Escolar Marília de Dirceu. s/d.	151
FIG.15. Capela de São João. 2010.	164
FIG.16. Ascensão da Virgem. 2012.	171
FIG.17. Pintura da nave da Igreja de Nossa Senhora do Carmo. 2012.	171
FIG.18. Casa dos Inconfidentes.	194
FIG.19. Projeto de uma garagem, Ouro Preto, s.d.	212
FIG.20. Projeto de reconstrução de uma casa e de construção de um Barracão. 13/10/1937.	216
FIG.21. Projeto de construção de uma casa. 1937.	217
FIG.22. Projeto de construção de uma casa. 1937	218

¹ Para a melhor apreciação dos detalhes, ampliamos as figuras 5, 11, 12, 20, 21 e 22 e as inserimos na área de anexos. As figuras 11 e 12 encontram-se no formato A2 e as demais no formato A3.

LISTA DE TABELAS

TAB.1. População de Ouro Preto. 1890.	65
TAB.2. Impostos sobre indústria e profissões arrolados e pagos no município de Ouro Preto em 1893.	84
TAB.3. Atividades econômicas mais recorrentes no município de Ouro Preto. 1893.	86
TAB.4. Impostos sobre indústria e profissões arrolados e pagos no município de Ouro Preto. 1893-1930.	88
TAB.5. Imposto predial arrolado e pago na sede de Ouro Preto. 1896.	93
TAB.6. Concentração de imóveis na sede de Ouro Preto. 1896.	95
TAB.7. Imposto de água e esgotos arrolado e pago na sede de Ouro Preto. 1896.	97
TAB.8. Impostos coletados na sede de Ouro Preto (1896-1933).	104
TAB. 9. Imposto predial: concentração de imóveis em 18 ruas situadas na sede de Ouro Preto (1896-1933).	105
TAB.10. Imposto predial: números do imposto predial arrolados e pagos em 18 ruas da sede de Ouro Preto (1896-1933).	108
TAB. 11. Requerimentos de obras particulares. 1931-1937.	209

LISTA DE ABREVIATURAS

APMOP	Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.
APM	Arquivo Público Mineiro.
IHGMG	Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais.
HPMG	Hemeroteca Pública de Minas Gerais.
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Tese: apresentação do problema.	13
2. Ouro Preto: a construção de uma cidade para a nação.	19
3. Cidades-capitais.	30
4. Apresentação sintética dos capítulos.	47
Capítulo I – Ouro Preto: entre críticas e desejos de modernização	51
1.1. Ouro Preto: críticas e gestos de modernização nas décadas de 1870 e 1880.	56
1.2. Ouro Preto: a capital em 1890.	63
1.3. Novos projetos de modernização.	71
Capítulo II – Ouro Preto: mudanças nos negócios e no espaço urbano	82
2.1. O impacto da mudança da capital sobre os negócios ouro-pretanos.	83
2.2. O espaço urbano de Ouro Preto antes da mudança da capital.	92
2.3. O espaço urbano de Ouro Preto após a mudança da capital.	103
Capítulo III – Sentimentos de abandono	112
3.1. A conciliação entre as duas cidades na Câmara.	118
3.2. Exploração mineral: da esperança à uma nova crise econômica.	132
3.3. Dois olhares sobre a sede de Ouro Preto na década de 1910.	141
Capítulo IV – Apropriação do discurso preservacionista em O. Preto	145
4.1. Bilac, Rouède, Esteves e Sena: arte e memória.	152
4.2. Ver Ouro Preto.	177
Capítulo V – Da cidade-memória à cidade-monumento	182
5.1. Ouro Preto se faz monumento.	197
5.2. Institucionalizando a memória local.	200
5.3. Prática preservacionista em Ouro Preto (1932-1937).	208
Conclusão	220
Referências bibliográficas	224
Anexos	243

Ce n'est pas Saturne dévorant ses enfants que l'état de Minas doit imiter. Ce n'est pas dans La mythologie qu'il doit chercher des règles de conduite; c'est dans la nature, c'est dans la famille. La naissance d'un nouvel être n'est pas un arrêt mort pour ses frères aînés, et ne doit pas priver ceux-ci des soins dès anteurs de leurs jours. Ouro Preto est fils légitime de l'état de Minas, et Il a tout autant de droits à sa sollicitude que le Curral d'El-Rey, Belo Horizonte. Emile Rouède, 03/10/1894.²

² Texto reproduzido conforme fac símile publicado no artigo de Hélio Gravatá. Optamos por preservar a grafia e a pontuação originais. GRAVATÁ, Hélio. *Émile Rouède, a Arte Mineira e a velha matriz do Curral Del Rei*. Revista Barroco, v.9, Belo Horizonte: UFMG, p.123-126. 1977.

Introdução

1. Tese: apresentação do problema.

Entre o final do século XIX e o início do XX, Ouro Preto experimentou um processo de reconstrução identitária que se desenvolveu a partir de um duplo viés. Por um lado, a cidade foi vista como um lugar decadente e defasado, condição essencial para a perda do status de capital de Minas Gerais em 1897. Por outro, ela foi transformada em um importante símbolo nacional. Primeiro, por ser representada como o palco central onde os membros da Conjuração Mineira teriam semeado as primeiras ideias republicanas no país. Segundo, por ser escolhida como um dos espaços urbanos brasileiros que guardavam em suas vias e construções as pistas que atestavam a criatividade e a originalidade do povo brasileiro.

A força deste apelo histórico ajudou a transformar Ouro Preto em cidade-memória de Minas e da nação e, posteriormente, no início da década de 1930, em monumento nacional. A converteu, conforme os discursos de importantes políticos e intelectuais do período, em um lugar distinto que deveria ser, além de cultuado, oficialmente protegido.

O roteiro esboçado nestes dois primeiros parágrafos é fundamentado por investigações que, nas últimas duas décadas, abordaram direta ou indiretamente tal processo de reconstrução da identidade de Ouro Preto.³ Estes estudos procuraram se

³ SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”. Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material, São Paulo, vol. 4, p.125-163. 1996. FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. Dissertação. 1998. 146p Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*. Dissertação. 1999. 156p. Belo Horizonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 1999. NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Dissertação. 2007. 239p. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. MANTOVANI, André. *Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto, MG (1885-1897)*. Dissertação. 2007. 178p. Programa de Estudos Pró-Graduados em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

contrapor à ideia de Ouro Preto como uma “cidade que não mudou”, disseminada ao longo do século XX, ao analisarem três questões: os gestos que procuraram modernizar a antiga capital nos Oitocentos; o contexto da mudança da sede do governo do estado; e a eleição desta urbe como um importante lugar para a memória política e cultural da nação. Investiram, portanto, na percepção da historicidade deste processo, desnaturalizando o *locus* ocupado por Ouro Preto no imaginário brasileiro.

A tese que aqui se inicia contribui com este debate ao eleger como foco de estudo a situação desta cidade após a mudança da capital. Estabelecemos, para este fim, algumas perguntas. Quais foram os impactos causados nos negócios locais e na renda municipal neste período? Em que medida a expectativa de um renascimento econômico se fez presente? Como o espaço do poder local se redefiniu após a transferência do poder estadual? Como o sentimento de perda, resultante da mudança da capital, foi representado, e em que contextos ele foi mobilizado? Seria possível afirmar que existia uma relação direta e proporcional entre o lugar de memória ocupado por Ouro Preto e a influência política dos representantes do município? E, por último, em que contexto o discurso preservacionista passou a fazer parte das preocupações do poder local, e quais ações foram empreendidas neste âmbito no sentido de conservar o patrimônio ouro-pretano? Acreditamos que as respostas apresentadas nesta tese ajudam a preencher uma importante lacuna visível neste debate: o peso que a realidade local teve no processo de transformação de Ouro Preto de cidade-memória em cidade-monumento.

A análise exaustiva de diferentes documentações, sobretudo das fontes produzidas pelo poder administrativo municipal, nos conduziu à defesa da seguinte tese. A condição de cidade-memória atribuída a Ouro Preto não garantiu (a priori) uma senha que permitisse aos representantes políticos locais acessar diferentes benefícios junto ao governo do estado. A relação da esfera municipal com o executivo mineiro, apesar da

sintonia dos ouro-pretanos com o Partido Republicano Mineiro, necessitou ser renovada e reforçada a cada nome indicado para a gestão estadual. O ingresso de um novo governador abria a possibilidade de que a atenção a Ouro Preto não se restringisse somente ao seu lugar de memória, mas que considerasse também medidas concretas que levassem a uma saída para o futuro da cidade. As atuações de lideranças políticas locais no âmbito estadual, como a do engenheiro Joaquim Cândido da Costa Sena, procuraram inserir este problema na agenda do estado, mas os resultados práticos não foram expressivos.⁴ Quase duas décadas depois da inauguração de Belo Horizonte, Ouro Preto, como definiram alguns intelectuais que a visitaram na década de 1910, ainda parecia uma cidade soturna e triste.⁵

A nova divisão administrativa implementada pelo governo estadual no início da década de 1920 tornou este cenário ainda mais dramático, pois provocou a perda de metade do território da ex-capital. Medida que levou à extração de importantes distritos, como Itabira do Campo (atual município de Itabirito) e Congonhas do Campo.⁶ Apesar da oposição de parte dos políticos locais a esta reforma, ela foi levada a cabo e a crise econômica de Ouro Preto se aprofundou, tangendo para mais longe o sonho de se reviver uma nova era de crescimento econômico.

A redução das rendas municipais, impactadas pela mudança da capital e agravadas pela diminuição do território municipal, coincidiu com o crescimento do debate sobre a preservação do patrimônio no país.⁷ Em Minas Gerais, os governos de

⁴REIS, Milton. Joaquim Cândido da Costa Sena. In: *A trajetória do poder: de Cesário Alvim a Aécio Neves*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias. 2008, p.59-60.

⁵BARROSO, Gustavo. A defesa do nosso passado. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, Vol. 1943, p.579-585. AMOROSO LIMA, Alceu de. Pelo passado nacional. In: *Revista do Brasil*, Vol. III, Ano 1. São Paulo, setembro-dezembro de 1916, p.2-15.

⁶MINAS GERAIS. Lei nº843 de 07/09/1923. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/>>. Acesso: 10/06/2014.

⁷O projeto de lei federal apresentado pelo deputado Luís Cedro, em 1923, e o anteprojeto sintetizado pelo jurista mineiro Jair Lins, em 1925, atestam que, a partir da década de 1920, este tema passou a fazer parte

Fernando de Melo Viana (1924-1926) e de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930) representaram, não apenas uma tradução local desta discussão, mas tornaram-se símbolos do cuidado com os bens antigos neste período. Reconhecimento presente em diferentes jornais brasileiros. Ouro Preto transformou-se na principal vitrine das ações de reforma e restauração realizadas na gestão de Antônio Carlos, que contaram com a supervisão de Gustavo Barroso, então diretor do Museu Nacional, e com o apoio da Câmara Municipal.

É neste contexto marcado pelo aprofundamento da crise econômica municipal e pela apropriação do discurso preservacionista no âmbito do governo estadual que podemos observar os primeiros investimentos do poder local no campo patrimonial. E a principal ação a ser destacada, o Decreto Municipal nº13, publicado em 19/09/1931, não foi de pequena monta.⁸ Ele ultrapassou as margens do debate em curso no Brasil, ao prever a proteção, não de um bem isolado, mas de todo o antigo núcleo urbano da sede de Ouro Preto. Este decreto previa a conservação do “estilo colonial” dos prédios e padronizava (ao modo antigo) tanto as novas construções quanto as que já haviam sido remodeladas ao gosto moderno. Ele definiu, ainda, o repasse para a sociedade do ônus relativo à conservação dos bens edificados da cidade, cabendo ao poder público local somente a tarefa de fiscalizar o cumprimento desta lei.

Este decreto, acreditamos, pode ser lido através de um duplo viés. Por um lado, como atesta seu texto, ele foi produzido como uma forma de incentivar o fluxo turístico na cidade. O aumento dos visitantes não resolveria as finanças da cidade, mas seria uma

das discussões na esfera federal. FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio e processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC – IPHAN, 2005. PINHEIRO, Maria Lúcia Bresan. Origem da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, 2/2006, EESC-USP.

⁸OURO PRETO. Decreto Municipal nº13, 19/09/1931, apud. GRAVATÁ, Hélio. Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – conservação e proteção oficial. Revista Barroco, nº7, 1975, p.113.

alternativa para ajudar a aquecer a economia local. Por outro, ele se apresentava também como uma forma de reforçar o lugar de destaque da ex-capital em meio ao novo cenário político que se descortinou a partir de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder central. Reforçar este lugar significava alimentar a singularidade de Ouro Preto e abrir possibilidades para que o mote nacional e desenvolvimentista do novo governo estimulasse a exploração da principal riqueza local: as reservas minerais que restaram após divisão municipal ocorrida nos anos 1920. A criação da cidade-monumento, portanto, é a expressão mais radical de um comportamento visível em Ouro Preto desde a década de 1890: a mobilização do passado como uma forma de assegurar um lugar diferenciado no presente e de modificar o futuro.⁹

A investigação apresentada nesta tese elegeu a documentação produzida pela administração de Ouro Preto como foco central (apesar de não exclusivo) de estudo. Nos registros legislativos e executivos elaborados pela Câmara Municipal e pelo Conselho Consultivo da Prefeitura Municipal selecionamos um conjunto de evidências que nos ajudaram a refletir sobre a situação da antiga capital mineira entre o início da Primeira República e a primeira fase da Era Vargas.¹⁰ Referimo-nos às atas das sessões da Câmara e do Conselho Consultivo, os livros de tributos (predial, água e esgotos, lixo e indústrias e profissões), plantas da sede de Ouro Preto, o Estatuto Municipal de 1908,

⁹ O decreto federal assinado por Getúlio Vargas em 1933, que elevou Ouro Preto à condição de monumento nacional, deve ser compreendido dentro deste contexto. Este decreto, recorrentemente citado como marco da monumentalização da ex-capital, na realidade apenas redimensionou algo que por direito e fato já tinha sido realizado pelo decreto municipal de 1931. Em outras palavras: Vargas monumentalizou um espaço que já encontrava-se legalmente monumentalizado. Tanto que ele fez questão de frisar em seu decreto que o ônus da conservação da cidade não seria um encargo da União, mas do estado e do município.

¹⁰ Em 1931, ainda na fase inicial da Era Vargas, a Câmara foi substituída pelo Conselho Consultivo da Prefeitura Municipal. Esta instância era formada por cidadãos eleitos indiretamente, influentes política e economicamente e afinados com os novos governos do estado e da União. No topo do Conselho situava-se o prefeito municipal, cargo executivo criado neste período. A dissolução deste Conselho ocorreu em 1936, dois anos após a promulgação da Constituição de 1934, quando ocorreram eleições livres. Ele foi, então, dividido em duas esferas: Câmara e prefeitura, formato ainda corrente no Brasil. APMOP. Livro de Registro de Atas do Conselho Consultivo Municipal . 1931. APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara. 1936 a 1948. 200f. Termos de abertura e encerramento. Caixa 37 L 9.

os decretos municipais de 1931 e 1932 e os requerimentos dos moradores que solicitaram, entre 1931 e 1937, autorização para construir, reconstruir, reformar ou ampliar imóveis em Ouro Preto. Além desta documentação administrativa, adicionamos fontes de outra natureza, como uma série de artigos publicados no jornal *Minas Gerais* nas décadas de 1920 e 1930, que atestam a apropriação do discurso preservacionista no estado e em Ouro Preto neste período.

Em vista disso, estabelecemos como recorte temporal o intervalo entre 1897 e 1937. A primeira data marca o início da migração dos órgãos públicos e de parte dos habitantes de Ouro Preto para Belo Horizonte. Tal deslocamento populacional teve um impacto direto na economia, na ocupação urbana e nas formas de representar a ex-capital. Uma destas formas é expressa pelo sentimento de abandono que surge e ressurgue em diferentes contextos: algumas vezes para lembrar a frágil situação do município; outras, como ocorreu na década de 1910, para enaltecer a capacidade da população local que, apesar das desavenças, estaria construindo uma nova e progressista era para Ouro Preto. A segunda data marca o fim da autonomia da prática preservacionista estabelecida no município pelo decreto de 1931, já que após a criação do SPHAN, em 1937, esta autarquia federal passou a comandar o direcionamento da política patrimonial local. Como a nossa intenção é focalizar o peso da realidade local para a transformação da cidade-memória em cidade-monumento, interessa-nos a fase anterior à constituição e à intervenção do SPHAN na antiga capital.¹¹

¹¹Alguns trabalhos têm analisado a política estabelecida pelo SPHAN em Ouro Preto a partir da segunda fase da Era Vargas (1937-1945), casos de Lia Motta e Evelyn Meniconi, nenhum estudo, até o momento, se dedicou a reflexão sobre a importância da legislação preservacionista criada em Ouro Preto em 1931. Por isso, desejamos contribuir com este ponto. MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 22, p.108-122. 1987. MENICONI, Evelyn M. de A. *Monumento pra quem? A preservação do patrimônio nacional e o ordenamento do espaço urbano de Ouro Preto (1937-1967)*. Dissertação. 2004. 174p. Programa de

Apesar de compreendermos esta tese como um trabalho elaborado no âmbito da História Urbana, tornou-se imperativo adicionar questões relativas à História do Patrimônio devido à especificidade de Ouro Preto neste período. O processo de reconstrução da identidade da ex-capital mineira apresenta-se como um caso de estudo significativo para interpretarmos o contexto que levou à inclusão dos bens edificados no panteão da memória nacional e às novas maneiras de se pensar a cidade a partir da República. A necessidade de modernizar os espaços urbanos e de, ao mesmo tempo, preservar os símbolos eleitos pelas identidades coletivas tornou mais complexa a tarefa de pensar as formas, as funções e as representações da cidade no Brasil.

2. Ouro Preto: a construção de uma cidade para a nação.

Os fatos e as experiências vivenciados em Ouro Preto entre a Primeira República e a primeira fase da Era Vargas (1930-1937) ainda são pouco conhecidos. Os trabalhos que jogam luz sobre este período emergiram a partir da década de 1990, e foram em certa medida estimulados pela reavaliação da política preservacionista implementada após a criação do SPHAN, pelas comemorações do primeiro Centenário de Belo Horizonte (1997) e pela análise sobre o processo de reconstrução da identidade de Ouro Preto, iniciado após a transferência da capital. Evidenciaremos neste tópico a contribuição dessas pesquisas e as lacunas que levaram ao início de nossa investigação.

Em 1996, Heliana A. Salgueiro publicou o artigo *Ouro Preto: dos gestos de transformação do 'colonial' aos de construção de um 'antigo moderno'*, onde questionou uma ideia recorrente no século XX: o enquadramento de Ouro Preto como

uma típica urbe Setecentista.¹² A autora reforçou as críticas apresentadas na década de 1980 pela arquiteta Lia Mota, para quem a política preservacionista brasileira analisou as chamadas cidades históricas a partir de “valores que não levavam em consideração sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural e como parte de um todo socialmente construído”.¹³

Salgueiro produziu sua pesquisa tomando como pontos de apoio dois campos de observação: as mudanças ocorridas na arquitetura doméstica da sede de Ouro Preto ao longo do século XIX e o projeto de modernização da cidade elaborado, em 1891, em meio ao contexto de discussão sobre a mudança da capital. Para a historiadora, ambos demonstram que das tipologias das casas aos planos pensados para o espaço de Ouro Preto, a cidade se apresentava em ritmo de transformação e adaptação às novas situações e questões do seu tempo.

Tomemos o exemplo do exame das edificações de Ouro Preto. Nelas, Salgueiro identificou um conjunto de transformações realizadas nos Oitocentos, provenientes tanto das mudanças ocorridas na legislação local (caso da proibição dos muxarabis) quanto da apropriação de usos e gostos comuns em outras praças brasileiras. A utilização de elementos modernizantes, como as grades de ferro, os desenhos em baixo relevo e os tijolos maciços, e outras alterações nas fachadas, como a ampliação das aberturas, serviram como indícios para que Heliana Salgueiro concluísse que a arquitetura de Ouro Preto, em vez de se manter congelada nos Setecentos, continuou se remodelando ao longo do século XIX. Portanto, o núcleo urbano tombado em 1938 pelo SPHAN, longe de ser uma cópia fiel da cidade construída no período colonial, era na

¹² SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”. Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material, São Paulo, vol. 4, p.125-163. 1996.

¹³ MOTTA, op. cit., 1987, p.108-122.

realidade um produto dinâmico da travessia de Ouro Preto por pouco mais de dois séculos. As pistas estavam em todos os cantos, e as frentes das casas representavam uma porta de entrada para encontrá-las.

O seu artigo, portanto, nos distancia da urbe mítica construída no século XX, produzida idealmente como projeção de uma visão determinista do passado, e nos aproxima da historicidade dos eventos que contribuíram para a redefinição do lugar de Ouro Preto no imaginário nacional a partir do período republicano.

Janete Flor de Maio Fonseca, em sua dissertação *Tradição e modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*, defendida em 1998, analisou o retorno do debate sobre a mudança da capital após a instauração da República.¹⁴ Nesta investigação, a historiadora abordou dois assuntos: os argumentos utilizados pelos não-mudancistas para combater os discursos que defendiam a necessidade de se transferir a capital e a reconstrução do lugar político de Ouro Preto no estado e no país após a inauguração de Belo Horizonte.

O debate entre os chamados mudancistas e os não-mudancistas, conforme Janete Fonseca, capta parte da tensão política, econômica e cultural que marcou o final do século XIX em Minas Gerais. A ascensão econômica da Zona da Mata e do Sul do estado, a partir da década de 1870, redesenhou o jogo político, levando as lideranças destas regiões a engrossarem o coro republicano e a participarem ativamente da corrente mudancista. Acrescida dos republicanos da região central mineira, esta corrente procurou enfraquecer os monarquistas concentrados, sobretudo, em Ouro Preto, e fez da construção de um novo centro para Minas a autoimagem moderna e promissora que ela produzia de si. O estado, assim, deveria cultuar seu passado, a sua tradição de luta em

¹⁴ FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. Dissertação. 1998. 146p. Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

prol da República, mas necessitava também de seguir por uma nova e moderna era de transformações, e a nova sede deveria refletir esta percepção.

Os não-mudancistas rebatiam este discurso a partir de três argumentos: reforçando a importância de Ouro Preto como cidade-memória da luta contra o despotismo em Minas e no país; criticando o alto custo que seria pago pelo estado no processo de construção da nova capital; e defendendo a elaboração de projetos que modernizassem Ouro Preto e que demonstrassem a viabilidade da continuidade da cidade como sede do poder estadual. Para exemplificar este último ponto, Janete Fonseca analisou os Planos de Melhoramentos de Ouro Preto de 1891, projeto também utilizado por Heliana A. Salgueiro em seu artigo anteriormente citado. Ele previa a repaginação da região da estação ferroviária, principal ponto de entrada e de saída da capital, e entre as ações planejadas estavam a construção de casas modernas, de praças e um *boulevard*. No entanto, havia um empecilho entre a capacidade de imaginar e de realizar estas transformações: a delicada situação financeira do município, pauta constante do discurso dos mudancistas que criticavam a excessiva dependência financeira do governo municipal em relação ao estadual.

Para Janete Fonseca, a mudança da capital, efetivada com a inauguração de Belo Horizonte, representou uma derrota política para os monarquistas tradicionais e causou um deslocamento da antiga sede para um plano secundário no campo político do estado. O prestígio de Ouro Preto, segundo a historiadora, somente começou a ser restabelecido em Minas durante as comemorações do seu Bicentenário, realizadas em 1911. Este evento, que mobilizou políticos e intelectuais locais e estaduais - como o governador Júlio Bueno Brandão e o historiador Diogo de Vasconcelos - tornou-se um palco estratégico para a oficialização dos novos papéis a serem desempenhados por Ouro Preto e Belo Horizonte no início do século XX. O discurso que realçava o antagonismo

entre os espaços urbanos das duas cidades cedeu lugar à uma noção de complementaridade, de realce dos laços de continuidades que existiriam entre uma e outra. Ouro Preto simbolizando a tradição, Belo Horizonte representando a modernidade e o futuro de Minas.

Por fim, concluiu a historiadora, a cidade não teria saído derrotada deste processo, já que o lugar político que ela passou a ocupar - fundamentado a partir do reaproveitamento de parte dos argumentos utilizados pelos não-mudancistas - a projetava em uma nova dimensão nos âmbitos estadual e nacional.

André Mantovani, em 2007, defendeu a dissertação *Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto, MG (1885-1897)*.¹⁵

Neste trabalho, o historiador analisou o contexto de instalação e de valorização da região da estação ferroviária na antiga capital. A inclusão deste símbolo da vida moderna impulsionou uma série de ações que buscaram adequar a cidade às mudanças vivenciadas nos grandes centros do país. Os trilhos representavam uma saída para a reoxigenação econômica da região central de Minas, ao potencializarem o escoamento das reservas minerais, e uma possibilidade de enfraquecer os discursos que defendiam a construção de uma nova sede para a então província.

Entre as décadas de 1870 e 1880, como demonstra Mantovani, foram realizados projetos e obras em diferentes escalas que contaram com o empreendimento do poder municipal e o apoio do governo provincial. Entre as obras executadas neste período se destacam o calçamento (ou o recalçamento) de parte das ruas da cidade, o conserto de encanamentos, pontes e paredões, a instalação do telégrafo interligando a capital de Minas ao Rio de Janeiro, a estruturação de um sistema de abastecimento de água e

¹⁵ MANTOVANI, André. *Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto, MG (1885-1897)*. Dissertação. 2007. 178p. Programa de Estudos Pró-Graduados em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

coleta de esgotos e a mudança do sistema de iluminação pública, passando de querosene para o elétrico. A inauguração da estação ferroviária, em 1888, mexeu com os caminhos que até então eram utilizados para entrar e sair da capital, e valorizou o mercado imobiliário na região Barra, território cortado pelos trilhos.

No entanto, o início da República, como já havíamos ressaltado, desenhou um novo contexto para o retorno do debate sobre a mudança da capital. Os projetos pensados pela Câmara neste período, que procuravam se contrapor aos discursos dos mudancistas, demonstram como o território da estação ferroviária havia se transformado na zona preferencial para a constituição de um setor moderno em Ouro Preto. Opção que era facilitada pela baixa densidade populacional. Todavia, estes planos, como a construção de uma nova cidade no Morro do Cruzeiro, ficaram apenas no campo da projeção. Em dezembro de 1893, o Congresso Mineiro definiu-se oficialmente pela edificação da nova sede estadual. Assim, por pura ironia, a estação ferroviária, que deveria se transformar no portal de acesso de Ouro Preto a uma nova era, acabou desempenhando um papel oposto: o de porto de embarque de parte dos ouro-pretanos para Belo Horizonte.

O arquiteto Rodrigo Meniconi, em sua dissertação *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto* convida o leitor a uma longa trajetória que se estende entre a criação da cidade-memória e a instituição da cidade patrimônio mundial da Humanidade.¹⁶ Se por um lado este extenso recorte temporal enfraquece a possibilidade de visualizar os eventos com maior profundidade, por outro, ele permite um contato (mesmo superficial) com diferentes contextos que marcaram Ouro Preto entre o final do século XIX e a década de 1990. Por afinidade temporal, interessa ao nosso trabalho as

¹⁶ MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*. Dissertação. 1999. 156p. Belo Horizonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

informações que registram a vida na antiga capital entre a mudança da capital e a estruturação do SPHAN, em 1937.

O roteiro produzido por Meniconi indica uma mudança na maneira de se interpretar Ouro Preto a partir da instalação da República: o rótulo de cidade decadente que acompanhou a capital ao longo dos Oitocentos começou a dividir espaço com a denominação de cidade-memória de Minas Gerais e da luta republicana no Brasil. O seu espaço urbano passou, assim, a ser duplamente representado, combinando um misto de constrangimento e orgulho. Por um lado, quando comparado aos novos modelos difundidos no Ocidente, como a Paris Haussmanniana, ele era visto como defasado, ultrapassado. Por outro, quando salientado seu aspecto histórico, ele era evidenciado como berço da municipalidade mineira e como palco central por onde circularam os conspiradores mineiros do final do século XVIII. A ênfase dada a este aspecto históricos garantiu a Ouro Preto um *locus* político diferenciado em meio à estruturação e a legitimação inicial do novo regime inaugurado no Brasil, em 1889.

Esta valorização histórica, no entanto, não foi suficiente para que a cidade permanecesse com o título de capital de Minas Gerais, efetivada com a inauguração de Belo Horizonte em 1897. A elite política mineira, ao criar a moderna sede do estado e posicionar Ouro Preto no altar da memória de Minas e da nação, procurou harmonizar em seu discurso o futuro e o passado. E as comemorações do Bicentenário de Ouro Preto, realizadas em 1911, representariam o momento de oficialização desta harmonização. Todavia, os discursos idealizados que celebravam a existência da velha e da nova capital não iluminavam o contexto de dissonâncias vivenciado pelas duas cidades. Neste período, já havia sinais claros em Belo Horizonte de que os limites urbanísticos traçados para seu espaço não seriam suficientes para conter a experiência real que engendrava a sua formação social. Em Ouro Preto, nesta mesma época, a

população remanescente buscava se adaptar às consequências econômicas e sociais geradas pela transferência da capital. As duas cidades-símbolos de Minas percorriam caminhos e problemas distintos, uma pela expansão e a outra pelos impactos de uma recente retração. Vivenciavam, portanto, diferentes realidades.

Meniconi ressalta que o papel de cidade-memória atribuído a Ouro Preto adquiriu um novo contorno a partir das décadas de 1910 e 1920. A valorização da chamada arquitetura tradicional e o crescente debate sobre a preservação das antigas construções brasileiras transformaram a antiga capital em um objeto de investigação sobre a origem da nação e em um caso concreto para os que defendiam a necessidade de uma política preservacionista no país. A sensação era que Ouro Preto e outras antigas cidades brasileiras ruíam, lançando ao esquecimento os monumentos que deveriam servir para educar as novas gerações. Entre os intelectuais que fomentaram esta relação entre Ouro Preto, arte, política, história e preservação estavam nomes influentes neste período como o advogado e historiador Diogo de Vasconcelos, o escritor Alceu de Amoroso Lima, o escritor e pesquisador Mário de Andrade e Gustavo Barroso, que passou a dirigir o Museu Histórico Nacional a partir de 1922.

É neste período de comemorações, como o Centenário da Independência, e de maior visibilidade das antigas cidades que os discursos preservacionistas começaram a se materializar nos projetos legislativos. Os apelos morais, cívicos e pedagógicos implícitos a esse tema o tornaram uma questão importante a ser assumida pelo poder público. E atestam essa materialização o projeto apresentado pelo deputado federal pernambucano Luís Cedro, em 1923, e o anteprojeto sintetizado pelo jurista Jair Lins, em 1925, elaborado em Minas Gerais a partir de uma comissão formada por políticos, intelectuais e representantes do clero.

O debate preservacionista ensaiado na década de 1910, ainda seguindo o raciocínio de Rodrigo Meniconi, se transformou em política de Estado nos anos 1930, momento de transição entre a Primeira República e o início da Era Vargas. E o lugar de destaque ocupado pela antiga capital de Minas nesta discussão encontra-se visível na série de atos federais publicados na década de 1930. Em 1933, como já citamos, um decreto federal elevou a sede municipal à condição de monumento nacional. Em 1934, Vargas criou a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, dirigida por Gustavo Barroso, que coordenou a partir de 1935 um significativo projeto de restauração dos templos, pontes e chafarizes de Ouro Preto.¹⁷ Em 1937, revelando o enfraquecimento político de Barroso e o crescimento do poder dos intelectuais modernistas ligados ao ministro Gustavo Capanema, esta inspetoria foi extinta para a criação do SPHAN. Chefiada pelo mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, esta nova autarquia tomou as rédeas do direcionamento da política preservacionista no país e decretou o tombamento da sede da antiga capital de Minas em 1938.

Rodrigo Meniconi sugere, portanto, que foi entre a apropriação do discurso preservacionista na década de 1910 e os atos oficiais federais da década de 1930 que se pavimentou a transição de Ouro Preto de cidade-memória em cidade-monumento.

A dissertação do historiador Caion Natal, *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica (1891-1933)*, defendida em 2007, persegue este roteiro criado por Rodrigo Meniconi. O mérito do estudo de Natal não está na inovação do tema, mas na

¹⁷ O Plano de Restauração de Ouro Preto, primeiro do gênero no Brasil, contemplou a restauração e pequenos consertos em 9 igrejas, 6 pontes e 15 chafarizes. MENICONI, op. cit., 1999, p.84-87.

utilização de um número maior de fontes elencados por Meniconi, o que lhe permitiu aprofundar e reforçar os aspectos delineados pelo arquiteto.¹⁸

Segundo a nossa leitura, estes são os horizontes abertos pelos trabalhos que focalizam Ouro Preto entre o final do século XIX e início do XX. Resta-nos pontuar as lacunas que representaram o ponto de partida para a nossa investigação. Os trabalhos de Janete Fonseca, de Rodrigo Meniconi e de Caio Natal, que abordam eventos transcorridos após a mudança da capital, reforçam a imagem recorrente de Ouro Preto como uma cidade empobrecida, mas não avançam quando nos perguntamos sobre a realidade enfrentada na ex-capital neste período. Como era o espaço urbano da sede? Quais serviços urbanos existiam? Qual era o perfil dos negócios municipais dentro e fora da sede? Quais foram os principais problemas recorrentes nesta fase? Como a administração local procurou saná-los? Em que momento o discurso de preservação passou a ser apropriado em Ouro Preto? Enfim, há uma série de questões importantes sobre a realidade local, como o aquecimento da economia na década de 1910 e a diminuição do território municipal no início da década de 1920, que até a produção da nossa tese encontravam-se ainda silenciadas.

Outra lacuna identificada apresenta-se na forma tímida como os governos de Fernando de Melo Viana (1924-1926) e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930) foram citados nos trabalhos de Rodrigo Meniconi e Caion Natal. Enquanto o primeiro praticamente não é mencionado, o segundo aparece quase como uma sombra de Gustavo Barroso, desconhecendo-se, por exemplo, o empenho pessoal de Antônio Carlos na reestruturação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais neste período. As ações tomadas nestas gestões, bem como a repercussão que elas tiveram na

¹⁸ NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933. Dissertação*. 2007. 239p. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

imprensa dentro e fora de Minas, atestam como o debate preservacionista transcorrido na década de 1920 passou a fazer parte da pauta e da prática do governo mineiro. Acreditamos que saber mais sobre estas ações e suas repercussões é a chave de entrada para se entender o contexto de publicação do decreto municipal que monumentalizou Ouro Preto, em 1931 (outro dado ausente nestas dissertações). Este decreto, como informamos no início desta tese, pretendia estimular o fluxo turístico na ex-capital e ratificar o *status* da cidade como um importante símbolo republicano. *Status*, que dentro do novo cenário político inaugurado pela Era Vargas, poderia representar uma condição especial para acessar benefícios que levassem à exploração das reservas minerais municipais e reoxigenar a economia local.

Entendemos que as respostas construídas para estas questões trazem três contribuições importantes. Primeira: permitem ampliar o conhecimento sobre o município de Ouro Preto em um momento significativo, mas ainda pouco estudado, de sua história. Segunda: introduz uma questão ainda pouco conhecida, mas que merece um olhar mais cuidadoso da historiografia: a apropriação do discurso preservacionista nos circuitos intelectuais e no âmbito da política oficial de Minas Gerais. Terceira, e última: ajudam a desconstruir a ideia de que o processo de monumentalização de Ouro Preto seja um fato explicável somente de fora para dentro, a partir dos interesses e das ações dos intelectuais *outsiders*, como os modernistas paulistas e Gustavo Barroso. É necessário, como indicamos, considerar diferentes fatores ligados à realidade local, como as crises provocadas pela mudança da capital e pela retração do território municipal, e o contexto de assimilação do discurso preservacionista em Ouro Preto, que levou à publicação do decreto municipal de 1931.

A tese que aqui se inicia buscará preencher essas diferentes lacunas.

3. Cidades-capitais.

Cidade decadente, cidade-memória, cidade-monumento. As diferentes maneiras como Ouro Preto foi imaginada nesta época marcam a apropriação local de um debate que atravessou o Ocidente ao longo dos últimos dois séculos: a questão da ontologia da cidade e dos fenômenos urbanos. Discussão alimentada por contribuições anteriores, como o pensamento de Vitrúvio, mas que foi acirrada pelo efeito da explosão urbana causada pela Revolução Industrial.

A identificação das mudanças ocorridas em diferentes áreas do conhecimento sobre a forma de se pensar a cidade não é uma tarefa simples, e nem encontra-se no escopo desta tese. As demarcações evolutivas, como sabemos, esbarram no risco de esquecer importantes contribuições ou de estabelecer um sentido artificial e positivo para a emergência e o fim da utilização de determinadas ideias. Por isso, em relação ao tema cidade, nos ocuparemos com a apresentação de algumas apreensões que atestam certas transformações na maneira de abordá-la. Em seguida, pautaremos duas questões que deste debate se desdobram: a percepção das capitais como um tipo específico de cidade e a problemática da mobilidade das sedes dos governos. Mobilidade que coloca em questão tanto o processo de criação das capitais quanto a situação das urbes que foram destronadas deste posto, como Ouro Preto.

A cidade tornou-se, desde a Antiguidade, em *lócus* representativo da centralidade da comunidade organizada e dos poderes político, econômico e religioso. Ela surgiu em uma situação antagônica e ao mesmo complementar em relação ao campo e foi responsável por conceitos importantes da sociedade moderna, como polis (política), civis (cidadão), civitas (cidadania) e urbano.¹⁹ Se hoje não podemos pensar a

¹⁹ RONCAYOLLO, Marcel. La ville em ses premisses. In: *La ville et ses territoires*. Paris, 1997. p.27-34.

nossa realidade sem considerar o fato de que a maioria da população mundial nasce e vive nas regiões urbanas, é imprescindível incluir nesta ponderação uma contradição que acompanha as tentativas de explicar o ser da cidade: ela apresenta-se reconhecível, identificável aos olhos dos seus habitantes, mas ao mesmo permanece imprecisa e indefinível.²⁰

Diferentes exemplos já foram utilizados para demonstrar esta imprecisão, como o caso dos prefeitos franceses do início do século XIX citados por Guy Chaussinand-Nogaret.²¹ Alguns administradores compreendiam que a característica principal da cidade estava no abrigo de um número mínimo de habitantes (entre 4 e 5 mil habitantes). Outros tentaram defini-la a partir da oposição entre urbano e rural, utilizando uma divisão artificial que tende mais a obscurecer do que esclarecer os fatores de ligação e intercomunicação entre estes espaços. E outros prefeitos a definiram a partir de símbolos diversos, como a existência da sede de um bispado, de uma administração civil ou de uma corporação. Aspecto quantitativo, divisão de espaço e eleição de lugares, estas referências simbolizam a persistência do caráter convencional e teatral que acompanham as tentativas de representar as cidades. Elas tendem a ser vistas, e não lidas.

Esta visão superficial apresenta-se de forma expressiva e dramática nos projetos regularizadores implementados em França, Espanha e Áustria nos Oitocentos. De caráter reformista, estes planos buscaram organizar os “fluxos demográficos” e a “mutação das escalas dos equipamentos e das construções”, e as suas diretrizes

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. A cidade e o urbano. In: *As cidades da cidade*. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.185-195.

²⁰ CHOAY, Françoise. O reino do urbano e a morte da cidade. Projeto História: espaço e cultura, São Paulo, nº18, 1999, 67-89.

²¹ NOGARET-CHAUSSINAND apud. MENEZES, Ulpiano Bezerra de. *Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana*. Revista USP, São Paulo, nº30, junho/agosto de 1996, p.144-155.

repercutiram dentro e fora do Ocidente até o século seguinte.²² O debate sobre a viabilidade de Ouro Preto continuar ostentando o status de capital de Minas Gerais, por exemplo, só é compreensível se considerarmos a amplitude desta repercussão, já que as novas concepções criadas para definir o que era moderno enquadravam esta cidade como um espaço ultrapassado. A reforma urbana de Paris, levada a cabo por Georges-Eugène Haussmann, exemplifica como o interesse remodelador do estado francês estava intimamente ligado às consequências políticas e sociais resultantes do rompimento da cidade tradicional. O aumento da população, fruto das mudanças ocorridas nas relações de produção, tangenciou um constante fluxo de pessoas para as cidades, ampliando a ocorrência de problemas que já faziam parte do cotidiano urbano, como a epidemia de doenças, as taxas de crime e as revoltas populares.

Haussmann, associando a paixão romana pela grandeza e a visão perspectiva renascentista, transformou Paris expulsando as camadas pobres para as regiões periféricas, eliminando as ruas estreitas medievais, substituindo o antigo casario por construções padronizadas e criando espaços que promoviam novos modelos de sociabilidade. A sua administração sintetiza o estreitamento ocorrido nos Oitocentos entre os interesses políticos, os conceitos técnico-científicos e os espaços das cidades, tornando-se uma referência para outros projetos, como os aplicados por Ildefons Cerdà i Sunye, em Barcelona, e Otto Wagner, em Viena. Esta atmosfera de expansão urbana e de discussão sobre os planos regularizadores construíram um contexto propício para que Cerdà escrevesse a *Teoria Geral da Urbanização*, obra publicada em 1867. Texto

²² CHOAY, op. cit., 1999, p.71. Sobre esta apropriação, conferir PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº16, 1995, p.279-290. RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. ROMERO, José Luis. As cidades burguesas. In: *As cidades e as ideias*. Trad. Bella Josef. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2004. P.283-352. MATOS, Maria Izilda S. dos. Cotidiano e cidade. In: *Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002.p.13-43.

considerado como pedra fundamental do Urbanismo enquanto área de conhecimento e disciplina científica.²³

As perspectivas sobre a cidade, como as presentes nos projetos regularizadores, nos ajudam a apreender “as características particulares de uma cidade ou de um tipo de cidades”, mas pouco têm a declarar sobre “a cidade e a sua evolução”, os “aportes sucessivos de gerações” e a articulação no tempo de distintas experiências urbanas. Nelas ausentam-se reflexões maiores sobre o fenômeno da urbanização, ao não destacarem a diversidade social, as diferentes temporalidades e as relações tecidas entre as urbes, já que estas não se estruturam a partir de territórios isolados.²⁴

A inflexão que demonstra a passagem de um tipo de pensamento ao outro pode ser captada na obra *A metrópole e a vida mental*, publicada pelo sociólogo George Simmel, em 1903. Entrecruzando conceitos da reflexão urbana e da psicologia, Simmel defendeu a tese de que o excesso de impulsos emitidos pelas novas formas de viver nas cidades diminuía a capacidade dos homens de se relacionarem socialmente, transformando-os em seres impessoais, insensíveis e atomizados. Assim, uma razão inversamente proporcional se apresentava como tendência nas metrópoles: quanto mais concentrado o meio urbano e suas pulsões maior a possibilidade do indivíduo de se resignar e cultivar o sentimento de recolhimento e solidão. A perda da sensibilidade, causada pela banalização dos fatos ligados à vida coletiva, provocaria o embotamento dos sentidos, drenando os significados e os valores dos seres e das coisas.²⁵

²³ Os planos de Cerdà e Wagner não seguiram fielmente as diretrizes haussmannianas. Entre as suas inovações estavam o rompimento com as muralhas que cercavam as antigas cidades europeias e, mesmo que a contragosto do primeiro, a manutenção dos antigos centros históricos. CHOAY, op. cit. 1999, p.74.

²⁴ RONCAYOLO, op. cit. 1997, p.30-31.

²⁵ SIMMEL, George. *A Metrópole e a Vida Mental*. In: *O Fenômeno Urbano*. VELHO, Otávio G (org.). Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987. p.11-25.

O rompimento da cidade tradicional, a concentração de habitantes e riquezas, o desenvolvimento da indústria e da economia monetária, a modernização tecnológica do meio ambiente, o surgimento do lazer de massa, a agitação nas ruas, os movimentos estéticos e as tensões socioespaciais haviam “transformado radicalmente as condições da experiência sensível e, por meio dela, modificado o aparelho sensitivo humano”.²⁶ A visada de Simmel, portanto, ultrapassa as interpretações anteriores tanto pelo lugar que ele escolheu para pensar as urbes (misturando urbanismo e psicologia) quanto pela opção do tipo de abordagem, calçada nos impactos que o meio urbano provocava na vida e nas relações construídas entre os indivíduos e os grupos.

Robert E. Park, em seu texto *A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano*, publicado em 1916, também se distanciou das apreensões funcionalistas que percebiam a cidade apenas como um “amontoado de homens individuais e de conveniências sociais” ou como uma “constelação de instituições e dispositivos administrativos”. Acompanhando o raciocínio de Simmel, ele a representou como uma construção física e artificial.²⁷ A cidade, reposicionada como “espírito” e laboratório, permitiria aos cientistas sociais compreenderem como o modo e o estilo de vida dos indivíduos resultavam do amálgama entre o espaço físico e as interações sociais. A meta, neste sentido, seria acessar e entender a “Ecologia Humana”, uma espécie de segunda natureza criada pelo homem.

Louis Wirth, em *O Urbanismo como modo de Vida*, também procurou contribuir com este debate. Publicado em 1938, este texto defendeu a tese de que a urbanização do mundo, fruto da sociedade moderna, seria responsável pela “agudeza dos problemas

²⁶ SCOCUGLIA, Jovanca Baraculy C. Cultura e urbanidade: da metrópole de Simmel à cidade fragmentada e desterritorializada. Caderno Metrópole, São Paulo, V.3, nº26, julho/dezembro de 2011, p.395-417.

²⁷ PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: *O Fenômeno Urbano*. VELHO, Otávio G (org.). Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987. p.11-25.

urbanos e pela falta de consciência deles”. A capacidade dos homens urbanos de juntar as evidências e criar um cenário compreensível estaria, assim, comprometida pela velocidade e pela multiplicidade dos eventos que compõem a vida urbana. Seria neste espaço de incompreensão que se alojaria o esforço do pensamento sociológico.²⁸

Wirth adicionou novas e expressivas apreensões à contribuição de Simmel. A primeira é a interpenetração entre o rural e o urbano, vistos como complementares e não mais como antagônicos. Segundo sua tese, a vida rural influenciaria o meio urbano, bem como as cidades, ao expandirem os seus limites, afetariam espacial e espiritualmente a região rural. Wirth defendeu, ainda, a distinção entre urbanismo e urbanização. Enquanto a segunda estaria ligada a uma dimensão física da cidade, o primeiro expressaria a identificação de um modo de vida que estaria para além da própria cidade. Representaria a sua dimensão intangível. Para Wirth, diferente das pequenas cidades ou do mundo rural, onde as relações sociais tenderiam a se apresentar de uma maneira mais rígida, a vida nas metrópoles, marcada por constantes e diferentes tipos de contatos, forçava os indivíduos e os grupos a um constante recálculo sobre os seus valores, os seus vínculos e os seus lugares sociais. Neste sentido, o desafio central para o pesquisador estaria em produzir os instrumentos mais eficazes para penetrar neste espaço de posições e de reposicionamento.

A sociologia do início do século XX, como demonstram estes três exemplos, redefiniu o debate sobre o ser da cidade, ao propor a penetração em territórios até então silenciados pelo discurso urbanístico. No entanto, enquanto área de conhecimento pautada no presente, faltava às interpretações sociológicas uma perspectiva histórica dos eventos e dos fenômenos urbanos. Maurice Halbwachs atravessou este limite ao

²⁸ WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: *O Fenômeno Urbano*. VELHO, Otávio G (org.). Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987. p.90-113.

entrecruzar conceitos da sociologia, da psicologia social e da história em seus estudos sobre o suicídio e sobre a vida dos trabalhadores alemães.²⁹

Halbwachs não foi um teórico da cidade, mas as relações que estabeleceu entre os indivíduos, os grupos sociais, a produção da memória e a significação do espaço é vista em nosso tempo como um sopro renovador na maneira de abordar este tema. Para o sociólogo alemão, o sujeito que rememora é sempre um sujeito inserido e habitado por grupos de referências, que o influenciam tanto pela presença física quanto pelo acionamento individual dos modos de pensamento e das experiências comuns, grupais.³⁰ A lembrança, assim, seria uma representação produzida a partir da experiência vivida, que não se deve confundir com a experiência em si.

Em sua leitura sobre a obra de Maurice Halbwachs, o historiador Bernard Lepetit, ressaltou um duplo estatuto que marca a relação entre espaço e memória. O primeiro parte da ideia de que “desenhando sua forma no solo”, os grupos sociais definiriam “seu quadro espacial, nele inserindo suas lembranças.” Haveria, portanto, uma luta discursiva que se engendraria em diferentes dimensões (política, econômica, religiosa etc) em relação à definição e à rememoração do espaço. O território seria, para além do concreto, essencialmente uma memória. O segundo estatuto, encontra-se na observação de que a possibilidade de encontrar o passado no presente, tomando como referência a estabilidade do espaço, é uma ilusão. Neste sentido, tanto o espaço quanto a memória estariam “sujeitos ao mesmo julgamento”, já que a sensação de retorno ao passado que eles provocariam seria um efeito imaginado, induzido, e não uma experiência real.³¹ O antigo, ao ser remodelado ao longo do tempo, não se conservaria e

²⁹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

³⁰ SCHMIDT, Maria Luísa S. & MAFOULD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia, USP, São Paulo*, nº4 (1/2), p.285-298.

³¹ LEPETIT, Bernard. É possível uma hermenêutica urbana? In: *Por uma nova história urbana*. Heliana Salgueiro (org.). Trad. Cely Arena. São Paulo: Edusp. 2001. p.137-153.

não ressurgiria idêntico: a memória exprimiria, portanto, “as verdades do passado” com base nas questões expressas pelo presente”. Lepetit, aproximando espaço urbano e texto, sugere o uso da análise hermenêutica como um caminho para se pensar (e ler) a cidade. Assim como ocorre com um texto, a forma seria vista, não como um fim em si, mas como um ponto de partida para se acessar outras dimensões da constituição urbana, como a historicidade das recepções ativadas pelos indivíduos e grupos sociais.³²

A memória, por ser um produto marcado pela vivência social e pela reelaboração individual, alimenta e se nutre do jogo de construção e de reelaboração das identidades coletivas. Estas devem ser vistas como construções imaginárias que participam da produção da coesão social, permitindo a identificação do indivíduo frente a uma coletividade, a partir do compartilhamento de sentimentos, vínculos e valores. A identidade se materializa a partir de diferentes formas de representação (textos, imagens, sons, cores e gestos) e se apresenta como um capital simbólico mobilizador dos sentidos sociais. Mas ela é também relacional, já que se forma a partir da percepção de uma alteridade, onde se coloca o estranhamento em relação ao outro.³³

Os atributos, os discursos e as relações que dão contorno e substância às identidades fundam lugares que se instituem e se prolongam em um constante processo de reafirmação e de questionamento. Em uma linguagem geológica, a sua natureza estaria mais para a instabilidade do magma do que para a imagem estável transmitida pela. E os momentos de crises identitárias são momentos singulares para a percepção da irrupção dos pontos (ou das placas, ainda utilizando a metáfora acima) que unem as redes de sociabilidade e de solidariedade entre os indivíduos e os grupos. A identidade, portanto, é uma referência imaginária (no sentido de se apoiar em representações) e

³² Idem, p.149.

³³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História. In: *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.69-98.

ambígua (no sentido de provocar proximidades e distanciamentos). A sua sondagem requer trilhar os percursos de construção, desconstrução e reconstrução dos discursos que dão sustentação à sua existência, a partir de uma análise que faça emergir as tensões que tendem a escamotear e, como no exemplo da crosta, represar.

As relações forjadas entre as memórias, as identidades e as cidades não se desenvolvem num território neutro, e os estudos sobre o patrimônio formam um campo fértil para demonstrar esta percepção. Como afirma Françoise Choay, o atual culto ao patrimônio se “constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra”³⁴ A genealogia do processo de eleição do patrimônio cultural expõe as estratégias discursivas que procuram reescrever os valores e as questões de um tempo sobre o outro. Estratégias que expressam os pontos de consonância e de dissonância presentes nas relações tecidas entre os poderes das estruturas oficiais e dos diferentes grupos da sociedade civil, como os artistas, os arquitetos, os antropólogos e os historiadores. Se em sua origem ele fazia alusão à ideia de uma herança vinculada às “estruturas familiares, econômicas e jurídicas”, atualmente o patrimônio tornou-se um conceito amplo que abarca diferentes concepções.³⁵ Histórico, artístico, arqueológico, etnológico, biológico, natural, material, imaterial, local, regional, nacional e mundial, seu campo semântico se ampliou gerando, algumas vezes, inconsistências, contradições e incoerências.

O valor de culto que o patrimônio encerra é um traço recente da nossa sociedade, o que não significa dizer que o cuidado com os bens antigos seja uma invenção do nosso tempo. A distinção feita por A. Riel entre monumento e monumento histórico exemplifica esta afirmação. A construção dos monumentos enquadrava-se dentro de um

³⁴ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

³⁵ *Idem* p.12.

ato pensado (a priori) com o objetivo de fundar um espaço de rememoração, o que os transformava também em um importante mecanismo de coesão social.³⁶ Na gênese da religião e da política, os monumentos ocupam um lugar especial. O monumento histórico, invenção do homem contemporâneo, parte de outro processo de significação. Ele é eleito a posteriori, através de uma ação que elege e ressignifica o uso e as finalidades para quais ele foi originalmente construído. Ambos, o monumento e o monumento histórico, são alvos de cultos, mas eles são instituídos e apropriados de forma distinta pelas identidades coletivas.

O monumento histórico e as legislações criadas para garantir a sua conservação são frutos da emergência do Estado-Nação e da Revolução Industrial.³⁷ Por um lado, este novo modelo de Estado - baseado na crítica à sociedade de privilégios e fundado na reelaboração da ideia de cidadania - procurou fazer da abertura dos museus, dos arquivos públicos e da preservação das antigas edificações uma vitrine de exposição do rompimento entre dois tempos: o antigo, representado pelo despotismo, e o novo, simbolizado pela própria nação. O vislumbre de um novo tempo, onde os direitos civis se transformariam em um bem a ser compartilhado coletivamente, buscou domesticar o passado, gerando em seu rastro um novo campo de discussões sobre quais eventos eram ou não representativos e sobre o que deveria ou não ser preservado. Por outro lado, o crescente aumento populacional nos meios urbanos e os efeitos econômicos, políticos e sociais provocados pela era industrial impulsionaram a renovação das diretrizes que definiam o viver nas cidades, acirrando ainda mais o debate sobre o lugar da memória e de sua materialização (expressa pelo patrimônio). A força desta nova questão se fez

³⁶ CHOAY, 2001, p.25.

³⁷ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 239p. CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 23. Rio de Janeiro, 1990.

presente até na reforma de Paris, realizada com o aval do imperador Napoleão III, já que George Haussmann não escapou à necessidade de justificar certas decisões no processo de remodelação da cidade-capital.

Ao longo do século XIX, esse modelo de culto à memória nacional se espalhou dentro e fora do Ocidente, em sincronia com o aumento da mercantilização da vida social e com a emergência dos discursos nacionalistas. No Brasil, ele chegou de forma compassada. Em um primeiro momento, marcado pela passagem da colônia à condição de Nação, percebe-se uma preocupação com a formação dos arquivos e museus públicos e com os lugares de discussão sobre os eventos que deveriam representar a história do jovem país. Nesta fase foram estruturados espaços como o Museu Real, o Arquivo Público do Império e o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), os dois últimos inaugurados em 1838. Esses investimentos feitos em prol da construção de uma memória nacional privilegiavam os documentos oficiais e as coleções de objetos de arte e de etnografia que haviam pertencido à família Real. Eles mimetizando a própria política imperial, já que se concentravam no Rio de Janeiro, então capital da nação.³⁸

Em um segundo momento, a partir da fase de substituição da monarquia pela República, o conceito sobre os bens que representariam a memória nacional se ampliou, passando a considerar também o patrimônio edificado. A mudança do regime, em 1899,

³⁸ Nas províncias brasileiras, até meados dos Oitocentos, raras foram as ações que buscaram reproduzir estas primeiras iniciativas. Entre elas encontram-se as tentativas de estruturar em São Paulo um museu, em 1824, e um Arquivo Público, em 1845, e a formação do Arquivo Público do Paraná, em 1855, que tinha como função “reunir a memória impressa e manuscrita sobre a sua história e a geografia” local. Arquivo Público do Paraná. Disponível em www.arquivopublico.pr.br. Acesso em: 15/08/2011. MACHADO, Ana M. A. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: *Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília. 2005, p.137-150. SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. A “era dos museus de etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX. In *Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília. 2005, p.113-134. (Machado, 2005). (Schwarcz, 2005).

tornou necessária “a reorganização histórica das antigas províncias – agora Estados da Federação - que, a partir desse momento, concorriam com seus elementos históricos ‘singulares’ na disputa por posições no cenário político nacional”.³⁹ É em meio a esta “reorganização histórica” e a apropriação do debate preservacionista Ocidente que a conservação do patrimônio edificado passou, paulatinamente, a ser incorporado, no Brasil, como um indício de civilização e de sintonia com o mundo contemporâneo. O caso de Ouro Preto, como veremos nesta tese, tem um papel importante para compreendermos o estágio embrionário desta apropriação.

As apreensões sobre o ser da cidade apresentadas até este momento indicam que a forma de abordá-la passou a considerar não apenas seu aspecto físico, mas também as diferentes representações e práticas produzidas pelos indivíduos e grupos ao tentarem constituir as suas relações sociais, as suas memórias, as suas identidades e as eleições dos bens que os simbolizavam. O estudo sobre o processo de reconstrução identitária de Ouro Preto deve considerar estes aspectos, mas acreditamos que seja necessário acrescentar outro, ainda pouco visível no próprio métier historiográfico: a problemática da mobilidade das capitais.⁴⁰

Esta problemática, como indica o historiador Laurent Vidal, exemplifica a necessidade de se pensar a capital a partir de um campo específico que explique de forma concisa o papel destas sedes nas eras Moderna e Contemporânea. Pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento contribuíram para ampliar a nossa compressão sobre este tema ao abordarem questões como a “posição (ou situação) das capitais no seio dos territórios”, os “desafios econômicos e demográficos”, os “modelos de

³⁹ ARAUJO, Valdei. L. & MEDEIROS, B. F. A história de Minas como história do Brasil: o projeto historiográfico do APM. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. XLIII, 2007, p. 22-37.

⁴⁰ VIDAL, Laurent. Capitais sonhadas, capitais abandonadas: considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (século XVIII – XX). História, São Paulo, v.30, n.1, p. 3-36, jan/jun 2011 ISSN 1980-4369.

urbanismo (e de arquitetura)” e a “encenação e a representação do poder”.⁴¹ No entanto, o tratamento biográfico dado a estas sedes ainda impede a construção de visões gerais que costurem as diferentes experiências sociais e culturais vivenciadas nestas urbes, como os seus nascimentos, as suas “mortes” e os seus renascimentos.

As capitais ocupam um lugar distinto dentro das sociedades modernas. Elas surgiram na transição da Idade Média para a Moderna, como resultado da centralização territorial e política dos recém-formados Estados Modernos e da consolidação e do crescimento da atividade comercial no Ocidente. A economia de mercado fez das cidades (e das capitais) seu principal palco, afetando e renovando a suas formas e as suas arquiteturas, tornando-as um destino recorrente para quem pretendia estabelecer trocas.

A importância que as capitais passaram a desempenhar no cenário político ocidental, com a conquista de regiões estratégicas nos quatro cantos do mundo, estimulou a elaboração de projetos e intervenções urbanas que procuraram transformá-las em imagens-síntese dos seus Estados.⁴² Esta autoimagem desempenhou um papel importante tanto na eleição quanto nas substituições das capitais, ocorridas quando novos interesses políticos e econômicos colocavam em xeque a continuidade do status de um território como sede do governo. As construções de Madrid, na Espanha, de Versalhes, em França, e de São Petersburgo, na Rússia, exemplificam o leque de interesses que existem por trás desta mobilidade.

A transferência da capital da Espanha, de Sevilha, situada na região sul do reino, para Madrid, localizada no centro do país, expressava um claro esforço de Felipe II de tentar impor, no século XVI, uma lógica centrífuga de poder e de manter sob a sua pena

⁴¹ Vidal, op. cit., 2011, p.4-5.

⁴² GRUZINSKI, Serge. *Les quatre parties du monde. Histoire d'une mondialisation*. Paris, Éditions de la Martinière, 2004, 479 p.

as regiões da Galícia, Múrcia, Andaluzia e Catalunha.⁴³ Versalhes, em França, tornou-se um micromundo para o rei Luís XIV e sua corte, uma alternativa à agitação e às cobranças de Paris, contaminada por motins populares, pobreza e aglomerações.⁴⁴ São Petersburgo, na Rússia, foi construída para ser, não apenas uma base naval e um centro de comércio, mas também uma janela para a Europa. Esta nova sede deveria ser o avesso de Moscou, vista pelo Czar Pedro I como uma capital tradicional, antiga, envolta por uma aura religiosa. Os Romanov, assim como os Bourbons franceses e os Habsburgos espanhóis, fizeram da construção das suas novas sedes uma tentativa de ritualizar a construção de um novo tempo para os seus reinos.⁴⁵

No continente americano, outra realidade, o crescimento da representatividade econômica e política de certas regiões coloniais, bem como os processos de emancipações ocorridos nos séculos XVIII e XIX alimentaram um debate sobre a continuidade ou não de algumas cidades como capitais. A substituição da capital do Estado do Brasil, transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, encontra-se dentro deste contexto. Se nos séculos XVI e XVII, Salvador tinha uma localização estratégica em meio à possessão portuguesa na América, no XVIII a criação do Estado do Grão-Pará e do Maranhão e o fortalecimento econômico da região sudeste retiraram os esteios que sustentavam seu *status*.⁴⁶

Nos Estados Unidos, outro exemplo, a capital mudou entre nove cidades desde a elaboração da Declaração de Independência, em 1776, à construção de Washington, em 1800. Inconstância que atesta a disputa interna existente entre as elites políticas e

⁴³ VESENTINI, José Willian. *A capital da geopolítica*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

⁴⁴ Idem, 1996, p.15.

⁴⁵ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

⁴⁶ VASCONCELLOS, Pedro de Almeida. Les renaissances de Salvador (vers 1763, vers 1850). In: VIDAL, Laurent (org.) *La ville au Brésil (XVIIIe-XXe siècles): naissances, renaissances*. Paris: Les Indes savantes et Rivages des Xantons, 2008. 396p.

econômicas que representavam os treze estados criados a partir da revolução norte-americana. A Filadélfia, por ter sido a primeira sede da nação após o início da revolução, e New York, por já reivindicar o “título de grande *emporium* do Novo Mundo”, competiram mais diretamente por esta condição, até o assentamento da sede em Washington.⁴⁷

No Brasil Imperial (1822-1889), o fenômeno da mobilidade das capitais também se fez visível, ligado ora a movimentos de contestação à política centralizadora do Império, ora ao desejo de sintonizar as regiões provinciais às modernas cidades ocidentais. No Rio Grande do Sul, durante a Revolução Farroupilha, a capital da província foi deslocada de Porto Alegre para Piratini, após o rompimento com o Império e a criação da República Rio-Grandense. A expansão deste movimento levou à conquista da província de Santa Catarina, em 1839, e à instituição da República Juliana, que fincou a sua sede, não em Desterro (atual Florianópolis), mas na cidade de Laguna. As divergências entre as lideranças gaúchas e o contra-ataque liderado pelo poder Imperial levaram ao fim deste movimento em 1845 e à restituição das antigas capitais aos seus antigos postos.⁴⁸

No Piauí, em meados do século XIX, encontramos outro exemplo de mobilidade das capitais. Diferente das revoltas regenciais, como Farroupilhas, esta mudança foi motivada pela vontade de dinamizar a produção e o comércio piauienses, e de iniciar um processo de modernização na província.⁴⁹ Oeiras, sede governamental encravada no sertão, era vista como isolada, decadente e deficiente em algumas áreas-chave para economia regional. Esta capital já era alvo de críticas desde o final do século XVIII,

⁴⁷ VIDAL, op. cit., 2011, p.12.

⁴⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A revolução farroupilha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

⁴⁹ SILVA, Ângela Martins Napoleão Braz e. Planejamento e fundação da primeira cidade do Brasil Império. Cadernos PROARQ, nº18, p.215-236. 2012. GANDARA, Gercinair Silvério, Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. História (São Paulo) v.30, n.1, p.90-113, jan/jun. 2011. ISSN 1980-4369.

quando o Governador e Capitão-Mor das Capitanias do Maranhão e Piauí, Dom Fernando Antônio de Noronha, sugeriu a transferência da sede para o Vale do Rio Parnaíba.

Na década de 1850, este vale permanecia como a região ideal para a construção de um novo centro para a província. E três critérios ligados à perspectiva moderna de se pensar as cidades reforçavam esta preferência: a salubridade, por se situar em uma área entrecortada por dois rios (Parnaíba e Poti); a circulação, baseada na implantação da navegação a vapor como um elemento central para se incrementar a agricultura de exportação; e a possibilidade de se construir o traçado das ruas em formato de xadrez, o que permitiria um deslocamento geométrico e mais racional pelo corpo da nova cidade.

À decisão pela transferência da capital, definida pelo presidente da província José Antônio Saraiva neste período, seguiu-se a elaboração dos planos de construção de Teresina, feitos pelo mestre de obras João Isidoro da Silva Santos, em sintonia com o pensamento de Saraiva. Em 1852, a inauguração de Teresina, a primeira capital projetada do Brasil Nação, significava para a elite política local uma sintonia com seu tempo e uma possibilidade de inserir Piauí em uma nova era de prosperidade. No entanto, apesar da nova dinâmica proporcionada pela instalação da capital e do crescimento das atividades comerciais na região, a bonança idealizada pelos piauienses não se traduziu na mesma medida dos sonhos ali depositados.

A problemática da mobilidade das capitais, segundo o historiador Laurent Vidal, só pode ser compreendida se considerarmos tanto o processo de idealização e de ocupação destas sedes quanto os impactos e as trajetórias que marcaram a história das capitais abandonadas. É preciso considerar que as transferências são “processos que se inscrevem a longo prazo, dando forma a projetos, em que se cruzam dimensões

urbanísticas e políticas, sem esquecer os aspectos psicológicos, sem os quais não podemos compreender as motivações de certos deslocamentos.” As capitais sonhadas são “os suportes das discussões e debates, frequentemente acesos, sobre o futuro da nação, do povo”. Neste sentido, estes sonhos são “agentes da história da mobilidade das capitais”. Quanto às capitais destronadas, é importante entender “como o espaço de poder” foi redefinido”, como “o sentimento de perda”, de abandono, foi traduzido entre os habitantes e como elas se adaptaram ao “novo estatuto”.⁵⁰ O acúmulo de estudos sobre as questões enfrentadas nas novas e nas antigas capitais, portanto, se transformaria no ponto de partida para percebermos, não apenas a transposição do poder político de um espaço para o outro, mas os papéis que passaram a ser desempenhados pelas sedes e ex-sedes antes e depois da formalização das transferências.

Em geral, a análise dos destinos das novas e das velhas capitais não é realizada com o mesmo peso. O que, em parte, é compreensível, já que as novas capitais, por sediarem as principais estruturas do poder representativo, por representarem esteticamente a emergência do novo, por atraírem um grande fluxo de pessoas e por criarem complexos espaços de interações, magnetizam também os pesquisadores, que procuram compreender seu processo de constituição e as transformações causadas pela sua formação social ao longo do tempo. Belo Horizonte e Ouro Preto atestam esta realidade. Enquanto o número de estudos dedicados à nova capital conheceu um aumento expressivo a partir da década de 1990, quando completou seu primeiro Centenário, a quantidade de pesquisas sobre Ouro Preto no século XX permanece pequena.⁵¹

⁵⁰ VIDAL, op. cit., 2011, p.5.

⁵¹As reflexões sobre a atual sede mineira abriram diferentes campos de investigações referentes, entre outros temas, à elaboração do seu espaço urbano, à sua representação no mundo da política e à sua leitura a partir da imprensa e das práticas literárias. FARIA, Maria Auxiliadora. Belo Horizonte: espaço urbano e

A ex-capital, como vimos no tópico anterior, ainda carece de pesquisas que se debrucem em vários campos, como na política, na economia, na religião e na arte. Realidade que os Novecentos compartilham com os Oitocentos. Esta carência impede a construção de uma percepção mais clara e profunda sobre as continuidades e descontinuidades dos valores e das práticas culturais vivenciados em Ouro Preto entre os séculos XVIII (alvo preferencial das pesquisas), XIX e XX. A tese aqui apresentada deseja contribuir para diminuir um pouco deste silêncio.

4. Apresentação sintética dos capítulos.

No primeiro capítulo, *Ouro Preto no final do século XIX: a cidade entre críticas e planos de modernização*, analisamos a situação da antiga capital entre as décadas de 1870 e 1890. A partir das críticas produzidas sobre a sede e das ações empreendidas pelo poder público para adaptar e modernizar esta urbe, evidenciamos quatro questões: em que contexto estas críticas foram produzidas? O que elas nos revelam sobre as formas de se ver e representar a cidade? Quais intervenções foram propostas? E, por último, quais foram os limites encontrados para realização destas ações modernizantes? Acreditamos que estas questões nos permitem tecer, ao longo da tese, laços de continuidade e de descontinuidades entre os problemas e as soluções pensados para a cidade antes e depois da mudança da capital.

dominação política. Revista do departamento de história, v.1, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1985. MAGALHÃES, Beatriz de Almeida & ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1989. 216p. MELLO, Ciro Flávio Bandeira. A noiva do trabalho: uma capital para a República. In: *BH: Horizontes Históricos*. Eliana de Freitas Dutra (org.). Belo Horizonte: C/Arte. 1996. p.11-48. MIRANDA, Wander Melo (Org.). Belo Horizonte: a cidade escrita. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920): In: *BH Horizontes Históricos*. DUTRA, Eliana de Freitas.(org.). Belo Horizonte: C/Arte, 1996. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Vestígios de uma utopia urbana. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano 44, v.2, p.62-78, 2008, jul./dez. ÁVILA, Myriam. *O retrato na rua: memórias e modernidade na cidade planejada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. ARRUDA, Rogério Pereira. *Cidades-Capitais imaginadas pela fotografia: La Plata(Argentina), Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

No segundo capítulo, *Ouro Preto: mudanças nos negócios e no espaço urbano*, analisamos a situação dos imóveis, da rede de negócios e dos serviços urbanos prestados pelo poder público neste período a partir da análise dos livros de impostos. Os valores e os percentuais extraídos destes registros fiscais ratificam a recorrente imagem de Ouro Preto como uma cidade economicamente frágil nesta época. Mas também nos permitem identificar outros detalhes sobre o município, como a diminuição do número de imóveis, o alcance dos serviços urbanos e as diferenças entre as estruturas da sede e dos distritos. As análises extraídas destes registros tributários nos servem como referência para a confirmação ou para a contraposição das impressões coletadas sobre Ouro Preto nas fontes investigadas nos demais capítulos da tese.

No terceiro capítulo, intitulado *Sentimentos de abandono*, analisamos diferentes momentos em que essa sensação, que retoma o evento da mudança da capital, foi mobilizada. Percebemos que, algumas vezes, ele foi ativado dentro um tom conciliador, como nas comemorações do Bicentenário de Ouro Preto. Nesse caso procurou-se realçar a superação do trauma ocasionado pela transferência da sede do governo, ao se evidenciar os laços de afetividade e de representatividade política que uniriam a velha e a nova capital. Em outras situações, este sentimento foi evidenciado para demonstrar a força da população ouro-pretana, como ocorreu na década de 1910, quando a economia local deu sinais de reaquecimento a partir da ampliação da exportação mineral. Outras vezes, ele foi utilizado de forma negativa, como nos discursos contrários à divisão do território municipal no início da década de 1920. Ouro Preto, neste exemplo, mais uma vez teria sido uma vítima do desrespeito às tradições que a cidade representava, ligadas à formação do território de Minas e à construção do ideário republicano brasileiro. A terra dos Inconfidentes, novamente, se sentia traída.

O tom conciliatório, a ideia de superação ou a permanência da noção de traição demonstram que, conforme o contexto, as feridas deixadas pela transferência da capital se abriam ou se fechavam, aproximando ou colocando em rota de choque o poder municipal e o poder estadual. As diferentes mobilizações apresentadas neste capítulo são pistas importantes que reforçam a percepção de que a transformação da cidade-memória em cidade-monumento não deve ser vista a partir de um viés natural e retilíneo.

No quarto capítulo, intitulado *Apropriação do discurso preservacionista em Ouro Preto*, evidenciamos os discursos que passaram a defender a preservação do patrimônio de Ouro Preto a partir do final do século XIX. Destacaremos os textos produzidos por quatro intelectuais que residiram em Ouro Preto na década de 1890: o escritor carioca Olavo Bilac, o pintor francês Emile Rouède, o pintor mineiro Honório Esteves e o advogado e político Nelson de Sena. Os textos destes intelectuais, que procuraram chamar a atenção das autoridades estaduais e locais entre 1894 e 1908, foram produzidos a partir de diferentes motivações. Bilac travava neste período uma guerra contra os efeitos da modernidade que colocavam em risco a sua ideia de identidade nacional. Rouède se preocupou com o futuro das evidências escritas e plásticas que poderiam ajudar a produzir um conhecimento sobre a arte mineira. Esteves implementou uma campanha solitária contra os serviços de “limpeza” que estavam descaracterizando os espaços internos e externos dos templos religiosos. E Nelson de Sena, enquanto deputado estadual, procurou inserir esta preocupação na agenda do estado de Minas, propondo a criação do Museu Mineiro e de uma seção que seria instalada em Ouro Preto com o objetivo de zelar pelos monumentos e edifícios históricos do estado.

Os discursos apresentados neste capítulo são registros importantes de uma fase ainda embrionária da apropriação do discurso preservacionista no Brasil. Eles atestam que - se as condições para a transformação de Ouro Preto em uma cidade-monumento só se apresentaram concretamente na virada para a década de 1930 - a defesa da conservação dos documentos escritos, das obras de arte e das edificações da ex-capital já eram temas presentes desde a última década do século XIX. Fato que constrói um lugar especial para a ex-capital no processo de gestação desta discussão no país. Enfim, apesar da cidade-monumento não estar prevista na década de 1890, estes primeiros discursos, sem dúvida, foram importantes para a construção deste caminho.

No quinto, e último, capítulo, intitulado *Da cidade-memória à cidade-monumento*, analisamos o contexto de monumentalização de Ouro Preto no início da década de 1930. Ressaltamos a importância da apropriação do discurso preservacionista em Minas e na ex-capital na segunda metade da década de 1920 e o estabelecimento de uma legislação em Ouro Preto (até então inédita no Brasil) que previa a conservação do núcleo urbano da sede. Como se deu esta apropriação? Quais foram as intenções por trás da monumentalização? Como funcionou este mecanismo de preservação do patrimônio de Ouro Preto? Estas são questões que amarram este capítulo, e que finalizam o percurso trilhado pela nossa tese no sentido de demonstrar a contribuição que a realidade local teve no processo de transformação da cidade-memória em cidade-monumento.

A tese encerra-se com uma área conclusiva, onde apresentaremos um balanço sobre os principais pontos abordados, a contribuição da pesquisa e possíveis desdobramentos que poderão ser analisados a partir de futuros estudos.

Capítulo I - Ouro Preto: entre críticas e projetos de modernização.

A imagem de Ouro Preto como uma cidade decadente foi construída *pari passu* à visão historiográfica que enquadrou Minas Gerais como uma região economicamente estagnada no final do século XVIII.⁵² Seguindo este raciocínio, a urbanização de Minas teria vivido seu período áureo entre as décadas finais dos Seiscentos e meados da centúria seguinte, impulsionada pelas atividades extrativistas ligadas às explorações aurífera e diamantífera. A rápida constituição dos núcleos urbanos, que resultou na formação de uma sociedade complexa e dinâmica, desde cedo despertou a atenção dos seus contemporâneos e a projetou, assim, em uma situação especial dentro da história colonial da América Portuguesa.⁵³ No entanto, esta fase de abonação teria se encerrado a partir da segunda metade dos Setecentos, quando a queda da produção mineral provocou esvaziamentos populacionais em Minas e conduziu a capitania a um período de estacionamento de suas forças econômicas.

A Ouro Preto do século XIX mimetizava este cenário de crise econômica e social. População em retração, diminuição dos negócios, no início dos Oitocentos a capital já não lembrava mais o importante centro político, econômico e cultural da centúria anterior, sustentando-se somente pela continuidade do seu papel como sede do poder administrativo. Os relatos deixados pelos estrangeiros que residiram ou visitaram Ouro Preto ao longo dos Oitocentos ajudaram a cancelar tal noção pessimista.⁵⁴

⁵² VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1974. SANTOS, Lúcio José dos. *História de Minas Gerais: resumo didactico*. São Paulo: Melhoramentos, 1926. 184 p.

⁵³ ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). Pelas minas de ouro. In: *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967. p.255-304. TAUNAY, Afonso de E (org.). *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

⁵⁴ BRANDÃO, Ângela. *Desenhos de Tarsila do Amaral: barroco mineiro através do olhar modernista*. 1999. 137p. Dissertação. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1999. BRANDÃO, Thomas. *Marília de Dirceu*. Belo Horizonte: Typographia Guimarães. 1932. SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”. *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, São Paulo, vol. 4, p.125-163. 1996.

O relato deixado pelo inglês Richard Burton, produzido durante a sua visita nos anos finais da década de 1860, registra tanto este olhar depreciativo sobre a cidade quanto a circularidade das ideias que defendiam a mudança da capital. À época, Burton escreveu: Ouro Preto

[...] não é digna da vasta Província que comanda; **mesmo em São Paulo, não passaria de uma cidade de uma segunda categoria.** A aldeia de mineração, asfixiada e superdesenvolvida, tem de 6.000 a 10.000 almas, em 1.500 casas. [...] Entre as desvantagens podemos observar que as carruagens não podem ser usadas e que mesmo andar a cavalo não é seguro na cidade; **não há espaço para se estender a cidade, as ruas são estreitas demais para carris urbanos e a região não é apropriada ao cavalo de ferro.** [...] Ficando no caminho entre a metrópole imperial e o Distrito Diamantino, o pequeno comércio tem certa atividade, mas não é provável que isso dure muito tempo. **Quanto mais cedo for encontrado novo lugar para a capital, tanto melhor,** mas não é fácil, como já disse, encontrar-se um ponto central adequado a tal fim (grifo nosso)⁵⁵

A posição de Richard Burton reflete a efervescente discussão gerada em Ouro Preto entre novembro de 1867 e junho de 1868, alimentada pelos Deputados Padre Agostinho Francisco Paraizo e Theodomiro Alves Pereira. O primeiro, representante do Distrito do Serro entre 1864 e 1869, reacendeu a questão da transferência da capital em 1867. Paraizo via Ouro Preto como ‘um lugar somente consumidor, sem nada produzir’ que se conservava estacionário, decadente, ‘absorvendo quase toda a seiva da província’ e incapaz de providenciar um futuro grandioso para o estado.⁵⁶ Por isso, defendeu no plenário a construção de uma nova capital na região do Rio das Velhas. Argumentava que a exploração da navegabilidade do São Francisco, esta ‘grande estrada fluvial’,

⁵⁵ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Trad. David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1976, p.296.

⁵⁶ Discurso do Deputado Padre Paraizo na Assembleia Provincial, 06/11/1867 apud. Linhares, 1905, p.349.

retiraria a região norte da situação de atraso e isolamento em que se encontrava, desenvolveria as suas riquezas e aumentaria as rendas da província.⁵⁷

O seu projeto foi aprovado em plenário, com algumas emendas, mas foi vetado pelo então presidente da província José da Costa Machado de Souza Ribeiro. Este justificou o seu ato a partir de dois argumentos: os cofres de Minas estavam comprometidos pelo auxílio à União na guerra contra o Paraguai; e a construção de uma nova capital só traria vantagem para a região escolhida e importaria em graves prejuízos para o governo da província. Em junho de 1868, o Deputado Theodomiro Alves Pereira, também representante do Serro e membro da Comissão Especial da Assembleia Provincial, redigiu um parecer questionando os argumentos do presidente da província, e recolocou o projeto do Padre Paraizo em votação, sendo derrotado pelo plenário.⁵⁸

Durante a breve estadia de Richard Burton em Ouro Preto, no ano de 1868, ele manteve contato com moradores estrangeiros e brasileiros, como o comerciante de joias Saul Siers e o ex-secretário do governo José Rodrigues Duarte. Com os seus interlocutores, além de recolher informações sobre a cidade e sua história, travou discussões sobre a pauta que havia dividido a Assembleia Provincial entre favoráveis e contras a permanência da capital. E, a julgar por seu comentário, exposto na página anterior, ele não só concordava com a transferência como previa um futuro sombrio para a cidade.

⁵⁷ Segundo Joaquim Linhares, antes da proposta do Padre Paraizo esta ideia já sido abordada 4 vezes em Minas: a primeira foi durante a durante a Conjuração Mineira, quando se discutiu a possibilidade de São João Del Rey se transformar na nova sede do governo, devido à sua localização (desejo que sucumbiu com a descoberta do movimento e a prisão dos seus principais protagonistas); a segunda ocorreu em 1833, mas nada se sabe sobre o contexto em que foi exposta na Assembleia Provincial; a terceira se deu em 1843, quando o tenente-general Francisco José de Souza Soares de Andréa, presidente da província, levantou a possibilidade de retirar de Ouro Preto o posto de capital da província (ainda não se sabe os motivos que o levaram a esta posição ou que impossibilitaram de realizar este desejo); e a quarta, em 1851, partiu do presidente da província Dr. José Ricardo de Sá Rego, mas o projeto foi rejeitado no plenário. Portanto, entre 1833 e 1867, este assunto voltou à tona em todas as décadas.

⁵⁸ LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da capital. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano X, 1905.

Esta imagem negativa sobre Minas e sobre sua capital no século XIX passou a ser revisitada pela historiografia mineira a partir da década de 1980. Os trabalhos produzidos, sobretudo no campo da economia e da demografia, passaram a relativizar a ideia de declínio urbano martelada pelos relatos tradicionais.⁵⁹ As pesquisas realizadas em diferentes arquivos de Minas começaram a apontar duas questões. Primeira: esta crise teve diferentes impactos no estado, atingindo com mais força a região central e com menos intensidade o Sul e o Sudeste (Campo das Vertentes e Zona da Mata). Nestas duas últimas regiões, a proximidade com o Rio de Janeiro e com São Paulo, dois territórios que se expandiram no século XIX, estimulou a constituição dos negócios e o aumento da população. A situação de Minas, neste sentido, não poderia ser vista a partir de uma visão homogênea.

Segunda questão: mesmo nas regiões norte e central, onde localiza-se Ouro Preto, os habitantes conseguiram se adaptar à nova realidade desenhada pela queda da produção mineral. Isso os levou a reorientar os seus investimentos para outras atividades criadas durante o *boom* da exploração aurífera, como a produção e o beneficiamento de produtos agrícolas e a produção de mercadorias artesanais, como os tecidos de algodão e peças de ferro. É certo afirmar que as condições de vida na região central não se assemelhavam ao século XVIII, no entanto, transformou-se em um equívoco dizer que a realidade econômica, social e cultural encontrava-se estacionada. As investigações demonstram que nas freguesias e nos termos (o mesmo que município), o arruinamento de algumas edificações ou de alguns setores do espaço urbano se misturava a um significativo movimento de homens, produtos e negócios envolvidos pelo abastecimento interno e pelo comércio interprovincial.

⁵⁹ GONÇALVES, Andréa Lisly. Algumas perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Impressora Universitária da UFOP, 1998, p.13-26. MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil*. (Tese de doutorado). Tenesse: Vanderbilt University, 1980.

Portanto, embora Ouro Preto não possuísse os mesmos índices de crescimento populacional de outras regiões mineiras (ou mesmo de províncias próximas, como o Rio de Janeiro e São Paulo), é nítido que ela continuava ligada a uma longa rede de circulação de pessoas, bens e ideias que se estendia, não apenas até o litoral, mas também a diferentes pontos do Brasil Oitocentista. A cidade conseguiu se adaptar a esta situação, e até chegou a vivenciar um processo de crescimento demográfico no século XIX. No entanto, a medida que as diretrizes do viver urbano se alteraram no Ocidente, devido aos impactos produzidos pela era industrial, o aspecto da capital mineira tornava-se, aos olhos dos seus contemporâneos, cada vez mais defasado, ultrapassado. Para estes, ela se assemelhava a uma cidade de “segunda categoria”, como frisou Richard Burton, e esta percepção acabou alimentando o retorno do discurso mudancista nas décadas finais do século XIX.

1.1 Ouro Preto: críticas e gestos de modernização nas décadas de 1870 e 1880.

O debate sobre a permanência ou não de Ouro Preto como capital de Minas, reaceso na década de 1860, e a penetração dos trilhos ferroviários no território mineiro, a partir da década de 1870, impulsionaram as discussões sobre a necessidade de melhorar e modernizar a sede do governo estadual. Neste período, percebe-se diferentes tipos de intervenções no espaço de Ouro Preto, como a valorização da região da Barra, situada na região periférica da cidade, a construção de um cemitério municipal, a instalação de um sistema de abastecimento de água e de tratamento de esgotos, a manutenção e o calçamento de parte das ruas e o embelezamento de alguns setores da cidade. Melhorar e modernizar a capital tornou-se condição *sine qua non* para a manutenção de seu status político e da própria sobrevivência da cidade.

Três exemplos demonstram os alcances e os limites destas intervenções: a instalação da estação ferroviária na Barra, a construção do sistema de água e esgotos e a

transformação estética na Praça da Independência (atual Tiradentes). A valorização da região da Barra, situada na região periférica da capital, está associada à chegada dos trilhos ferroviários em Ouro Preto, no final da década de 1880. A ferrovia, segundo as expectativas criadas neste período, possibilitaria tanto um contato mais dinâmico com a capital do país, o Rio de Janeiro, quanto a exploração das riquezas minerais que existiam no município. No entanto, os investidores privados não se entusiasmaram com o financiamento da construção do ramal que faria a ligação entre a capital de Minas e a Estrada de Ferro Dom Pedro II (que neste momento já havia alcançado a Zona da Mata). Este problema só foi resolvido em 1882, após Teófilo Otoni, então presidente da província, tomar as rédeas desta questão e articular junto ao governo imperial e à Câmara dos Deputados a inclusão desta obra no orçamento da União.⁶⁰

Em 1888, após 15 anos de expectativas, a estação ferroviária foi, enfim, inaugurada. A estruturação da estação causou algumas mudanças na região da Barra que podem ser identificadas a partir da comparação entre os detalhes do *Mapa XXI da província de Minas Gerais* (FIG.1), publicado em 1868, e da *Planta da Cidade de Ouro Preto* (FIG.2), elaborada entre 1887 e 1888.

⁶⁰ MANTOVANI, André. *Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto, MG (1885-1897)*. Dissertação. 2007. 178p. Programa de Estudos Pró-Graduados em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.



FIG.1. Região da Barra. 1868.
 Detalhe do Mapa XXI da província de Minas Gerais. 1868.
 Fonte: Núcleo de Mentalidade e Memória IFAC/UFOP.

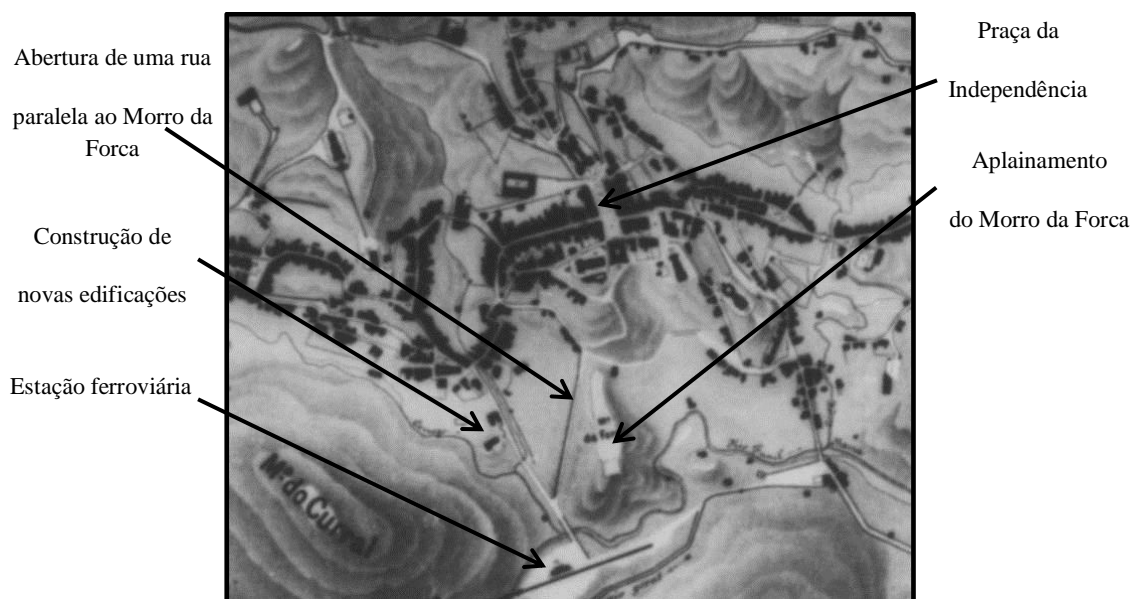


FIG.2. Barra: mudanças após a inauguração da estação ferroviária. 1887-1888.
 Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. 1887-1888.
 Fonte: Núcleo de Mentalidade e Memória IFAC/UFOP.

A primeira alteração foi a abertura de uma rua paralela ao Morro da Forca, o que possibilitou a criação de uma nova opção para a circulação entre as partes alta e baixa da cidade, ligando a Barra à Praça da Independência (atual Tiradentes), centro do poder político da então capital. A segunda mudança está na construção de novas residências nesta região, indício do início do processo de valorização dos imóveis situados próximos à região da estação ferroviária. A chegada dos trilhos transformou a Barra no

principal (e moderno) ponto de entrada e saída da cidade, atraindo, assim, novos e pequenos investimentos. A terceira alteração ocorreu no Morro da Forca, que teve seu topo nivelado, a fim de receber um jardim e uma casa de exposição permanente onde seriam exibidos produtos da província mineira. Ponto de encontro dos visitantes e dos residentes da capital, a vista panorâmica proporcionada pela região do Morro da Forca construiria um espaço de descanso, diversão e publicidade para os negócios representativos da província. Apesar do início das obras neste período, que levou ao nivelamento do morro, o espaço de exposição não chegou a sair do papel, e o trabalho foi abandonado ainda no seu início.⁶¹

Este caso demonstra que a execução de projetos modernizantes em Ouro Preto esbarrava em duas questões: o baixo interesse dos capitalistas em investir no município e as dificuldades encontradas pelo poder municipal no afã de transformar os seus planos em realidade. Assim, enquanto algumas iniciativas se concretizavam, como a instalação da estação ferroviária, outras permaneciam praticamente no campo da projeção, como as obras do Morro da Forca.

O abastecimento de água e o tratamento dos esgotos era outro gargalo na capital. O núcleo urbano da sede de Ouro Preto utilizava o antigo sistema de concessão de penas d'água a particulares, retiradas a partir dos encanamentos que abasteciam os chafarizes. Estas concessões eram taxadas e os proprietários agraciados eram obrigados a cedê-las temporariamente ao uso público, caso houvesse diminuição no abastecimento de água, sobretudo nas estações mais secas. A maior parte da população, no entanto, ainda

⁶¹ MANTOVANI, op. cit., 2007. 178p.

resolvia seus problemas nos diversos chafarizes espalhados pela capital.⁶² Os chafarizes eram utilizados tanto para a coleta da água que servia às residências quanto para a lavagem de legumes, hortaliças e animais de estimação, cujo resíduo permaneciam nestes espaços em estado de putrefação. Transformando-os em alvo das críticas dos jornais locais. A decomposição não era exclusividade dos chafarizes, nos córregos da cidade era comum o lançamento de lixo e de animais mortos que, além do cheiro que emanavam, atraíam a atenção de aves carniceiras: o voo dos urubus no centro da cidade era uma cena pouco alentadora para os que desejavam uma reformulação moderna da capital.

As constantes críticas ao saneamento em Ouro Preto tornaram urgente a implantação de um sistema de coleta e de tratamento dos esgotos. Em 1884, o engenheiro contratado pelo governo provincial, Gustavo Adolpho Wurffbain, entregou um estudo e uma planta que contemplava a construção de tanques em diferentes pontos da cidade, que se conectariam com as residências através da inserção de um conjunto de tubulações.⁶³ Alguns destes tanques aproveitariam os mundéus, antigas estruturas de mineração, que existiam nos morros da Serra de Ouro Preto. Este projeto não foi aprovado, aparentemente pelo custo da obra. Em 1887, o engenheiro Victor Francisco Braga Mello, especialista em construções de obras para o abastecimento d'água e esgotos e engenheiro chefe da Companhia de Melhoramentos Urbanos da Cidade de Niterói, foi contratado para estudar um novo projeto, que ficou pronto em dezembro deste mesmo ano. O edital oficial para a construção da obra saiu em janeiro de 1888 e as obras, arrematadas por Quitiliano Neri Ribeiro, se iniciaram em dezembro deste ano.⁶⁴

⁶² FONSECA, Alberto de Freitas C. *Controle e uso da água na Ouro Preto dos séculos XVIII e XIX*. Núcleo de Pesquisa em Recursos Hídricos – Pró-Água. Programa de pós-graduação em Engenharia Ambiental. Universidade Federal de Ouro Preto. 2004. 127p.

⁶³ FONSECA, op. cit., 2004, p.76.

⁶⁴ Os registros, tubulações e outros materiais, como os tijolos utilizados na construção dos tanques de tratamento, foram importados da Inglaterra e do Rio de Janeiro. Apesar de Ouro Preto contar com duas

A estrutura montada neste projeto é considerada a primeira Estação de Tratamento de Esgotos de Minas Gerais, onde todo o “esgotamento sanitário era realizado por gravidade e conduzido para os Tanques de Desinfecção da Barra”.⁶⁵

O embelezamento de alguns setores da capital também se fez presente entre estas iniciativas pensadas nas décadas de 1870 e 1880. Contemporâneo ao malogro do projeto do Morro da Forca, citado anteriormente, realizou-se uma transformação estética na Praça da Independência, símbolo central do poder político de Ouro Preto. Nas FIG. 3 e 4 este espaço encontra-se registrado em dois momentos: o primeiro por um fotógrafo ainda desconhecido e o segundo pelo fotógrafo Guilherme Libencan, que começou a atuar em Ouro Preto desde 1881.⁶⁶



FIG.3. Praça da Independência. Década de 1870. Autor desconhecido.
Fonte: Coleção Ouro Preto, Imperial Cidade (1823-1889).

olarias, à época uma não estava funcionando por falta de recursos e outra por falta de lenha e água. FONSECA, op. cit., 2004, p.78.

⁶⁵ FONSECA, op. cit., 2004, p.79.

⁶⁶ O texto publicado na coleção de cartões postais que integraram a exposição *Ouro Preto, Imperial Cidade – 1823-1889*, realizada pelo Museu da Inconfidência em Ouro Preto, em 1998, indica que as primeiras notícias sobre fotógrafos na capital encontram-se no jornal *Recreador Mineiro* de 1845. Os anúncios em jornais publicados em Ouro Preto no século XIX apresentam alguns retratistas que se estabeleceram na capital após 1845, como M. F. de Abreu (1856), Henrique Desland (1865), Francisco Manoel da Veiga (1876) e Guilherme Libencan (1881). Nos Oitocentos, outros fotógrafos, como Augusto Riedel (1868) e Marc Ferrez (1882), também produziram imagens sobre a velha urbe. As imagens da década de 1870 que integram a coleção do Museu da Inconfidência foram incorporadas ao acervo na década de 1980 e são procedentes do IPHAN/RJ. O autor destes registros é desconhecido, mas os técnicos do Museu da Inconfidência acreditam que elas podem ser atribuídas ao fotógrafo Francisco Manoel da Veiga. Museu da Inconfidência. Exposição fotográfica *Ouro Preto, Imperial Cidade – 1823-1889*, Museu da Inconfidência, Ouro Preto, 1998.



FIG.4. Praça da Independência. 1881. Guilherme Libencan.
Fonte: Núcleo de Mentalidade e Memória IFAC/UFOP.

A comparação entre estes registros demonstra que a Coluna Saldanha Marinho, situada no centro da praça, foi tomada como referência principal para um projeto de ajardinamento executado no início da década de 1880.⁶⁷ A constituição deste espaço, além de ajudar a embelezar a capital, modificou a forma de circular neste território. Antes de sua construção, como se percebe na FIG.3, havia um grande largo. Após a execução do projeto, como demonstra a FIG.4, a praça fechou o campo central do largo, e abriu duas ruas laterais para o trânsito de pessoas e animais. Assim como a instalação da estação ferroviária, a criação de uma nova lógica de circulação e o apelo estético produzido pela renovada Praça da Independência induziam o olhar alheio a sentir que a velha capital estava ingressando em um novo tempo.

As décadas de 1870 e 1880 foram palco de importantes melhoramentos da capital. Todavia, estas mudanças não atingiram o município e a sede como um todo: o setor da Barra foi valorizado, devido à presença da estação, mas outros, como o Bairro Padre Faria ou os morros da Serra de Ouro Preto, permaneceram como estavam. O

⁶⁷ A Coluna Saldanha Marinho foi instalada neste espaço em 1867, por ordem do então presidente da província Joaquim Saldanha Marinho. Marinho, foi um dos principais líderes liberais do Império e teve um papel importante na estruturação do movimento republicano mineiro, chegando a fazer parte do primeiro senado da República brasileira. A coluna, na realidade, era a pedra fundamental do primeiro monumento a ser dedicado à memória da Conjuração Mineira em Ouro Preto, e sua instalação foi cercada por uma comemoração cívica da qual participaram políticos e moradores da então capital. O monumento, como outras iniciativas deste período, também ficou apenas no campo da projeção, tomando a coluna um símbolo estranho no cenário da cidade. APMOP. *A Inconfidência Mineira: homens e monumentos*. Disponível em: <http://arquivopublicoop.blogspot.com.br/2012/04/inconfidencia-mineira-herois-e.html>. Acesso em 15/04/2013.

cemitério público, inaugurado neste período, era pouco utilizado e a prática de enterrar os mortos nas proximidades das igrejas continuou comum. O sistema de coleta e tratamento de água e esgoto era moderno e funcional, mas não atendia a todas as residências, tornando os chafarizes públicos ainda as opções principais para parte da população. Mesmo com os investimentos no calçamento das ruas, nem todas foram contempladas e a manutenção das ruas permaneceu um problema típico da urbe, sobretudo quando avançava o período das chuvas. As ações de embelezamento também contemplaram poucos espaços, como as imediações da Praça da Independência ou a região da Estação Ferroviária. E, por fim, a substituição da iluminação a querosene pela elétrica só foi parcialmente resolvida.

Portanto, dois aspectos pareciam cruciais para explicar os limites encontrados para uma reforma modernizante mais profunda na então capital: a arrecadação municipal não era suficiente para os problemas existentes na urbe, o que levava a Câmara a recorrer aos cofres do estado ou da União; e não existiam dentro ou fora do município muitos empresários que se dispusessem a arriscar os seus capitais na arrematação de alguns serviços essenciais para a modernização de Ouro Preto. Sem dúvida, esta frágil situação ficou ainda mais exposta quando retornaram os discursos que pleiteavam a transferência da capital no início da República.

1.2. Ouro Preto: a capital em 1890.

Em 1890, o estado de Minas Gerais possuía cerca de 3.184.099 habitantes, o que o posicionava como o mais populoso do país, e sua economia estava entre as primeiras da União, atrás do Rio de Janeiro e de São Paulo. Sua população e sua economia refletiam as adaptações transcorridas entre as décadas finais do século XVIII e ao longo

do XIX. Nos Oitocentos, as regiões Sul, Campo das Vertentes e Zona da Mata haviam se fortalecido com as atividades agrícolas e pecuárias, devido aos seus solos, clima e a proximidade com as regiões carioca e paulista. A partir do final dos Setecentos, a região central sentiu os diferentes impactos da diminuição da extração de ouro e diamantes. Todavia, ela se adaptou a esta situação a partir da sobrevivência (mesmo que reduzida) da extração mineral e do aproveitamento da diversificada rede de negócios que contava com mineradores, comerciantes, tropeiros, roceiros e oficiais mecânicos. O norte, nordeste e oeste, que também viram os seus povoados nascerem a partir do *boom* da mineração, continuaram apresentando até o final do século XIX uma população rarefeita e economicamente fraca.

Na última década dos Oitocentos, as diferenças entre estas regiões eram visíveis no peso de suas representações políticas e econômicas e nos espaços de suas principais cidades. Ouro Preto, com seu traçado urbano e seu conjunto arquitetônico constituídos nos séculos XVIII e XIX contrastava, por exemplo, com Juiz de Fora, urbe pouco expressiva na época áurea da mineração, mas que na segunda metade do século XIX cresceu em função da cafeicultura. As condições financeiras que faltavam à primeira para transformar seu cenário urbano estavam presentes na segunda, e Juiz de Fora fez da reconfiguração do seu espaço a evidência mais clara da mudança do seu *status* político, econômico e cultural no período.⁶⁸

⁶⁸ A abertura da rodovia União Indústria e a inauguração da estação ferroviária em 1875 ampliaram as possibilidades de deslocamentos e diminuiram os tempos das viagens gastos nas velhas trilhas e estradas. O desempenho da economia de Juiz de Fora atraiu também novos capitais e investimentos para a estruturação de empresas e fábricas, como a Tecelagem Bernardo Mascarenhas (1888) e a Companhia Mineira de Eletricidade (1889). As antigas residências e prédios públicos começaram a ceder espaço a uma nova tipologia arquitetônica de inspiração europeia. Jardins instalados na urbe também indicavam as novas concepções sobre embelezamento e lugares criados para o encontro e a convivência social. E os serviços urbanos, como a iluminação elétrica dos ambientes públicos e privados, o telégrafo, o telefone e as linhas de bondes, completaram a emergência deste cenário em ritmo de reconfiguração GOODWIN JR, James Willian. A princesa de minas: A construção da identidade pelas elites juizforanas. 1850-1888. Dissertação. 1996. Departamento de Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996. BARROSO, Elaine A. Laier. Modernização e higienismo:

O município de Ouro Preto, segundo o censo realizado em 1890, possuía 58.949 habitantes distribuídos em 16 distritos e pequenos povoados. Vide Tabela 1.⁶⁹

Tabela 1. População de Ouro Preto – 1890.

Localidade	População
Sede de Ouro Preto	17.860
Nossa Sra. da Piedade de Paraopeba	8.124
São José do Paraopeba	6.598
São Bartolomeu	6.545
Itabira do Campo	5.862
Cachoeira do Campo	3.213
Casa Branca	2.460
Rio das Pedras	2.130
Boa Vista	1.760
Ouro Branco	1.528
São Gonçalo do Baçõ	1.092
São Gonçalo do Tijuco	910
Antônio Pereira	867
TOTAL	58.849

Fonte: Anuário Estatístico de Minas Gerais. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1925.⁷⁰

Em 1890, a sede de Ouro Preto, que se localiza na região oriental do município, conectava-se com os seus distritos através das antigas estradas de terra e dos trilhos

controle sanitário e gestão político-científica na Manchester mineira (1891-1906). 2008. 223p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008.

⁶⁹ Este censo foi publicado no Anuário Estatístico de Minas Gerais, em 1925, e dividia a população por localidades e sexo. O número total de habitantes apontado por este levantamento era de 59.249, sendo 30.445 homens e 28.801 mulheres, o que revela certo equilíbrio entre a representatividade dos sexos. No entanto, quando somamos os dados arrolados em cada localidade, também disponíveis neste trabalho, a soma total é de 58.949, o que proporciona uma diferença de 300 pessoas. Este censo apresenta ainda os números obtidos pelo levantamento de 1872, onde o número total de habitantes foi de 48.214. Tomando estas duas quantidades como referência (58.949 e 48.214) se constata em Ouro Preto um baixo crescimento populacional (18,3% ou 10.735 moradores) após a passagem de praticamente duas décadas.

⁷⁰ O Almanaque elaborado por Manoel Ozzori, em 1890, apresenta outros números sobre a população. Alguns dados, como o número de 3.000 habitantes relacionado a Cachoeira do Campo, se aproximam do censo de 1890. Outros, como os 2.600 habitantes de São José do Paraopeba ou a inclusão de Congonhas do Campo entre os distritos de Ouro Preto demonstram os pontos falhos no levantamento feito pelo censo no estado. O próprio Manoel Ozzori reclamou das dificuldades de se tentar empreender este tipo de trabalho no município: “De diversas freguesias do município nem ao menos se dignaram responder-nos as pessoas a quem nos dirigimos e que são as principais desses lugares, pedindo as informações de que necessitávamos, na impossibilidade em que nos achamos de empreender uma viagem para obtê-las”. OZZORI, Manoel. Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e litterario do Município de Ouro Preto, anno 1. Ouro Preto: Typographia d’A Ordem, 1890.

ferroviários que chegaram à região na década de 1880. O ramal ferroviário que se estendia entre a capital mineira e a Estrada de Ferro Dom Pedro II atravessava as pequenas localidades de Saramenha, Rodrigues Silva e Henrique Hargreaves. Após chegar em São Julião, ponto de entroncamento com o ramal central da Pedro II, os trilhos seguiam rumo a Soledade (para quem desejava ir para o Rio de Janeiro) ou a Itabira do Campo (para quem precisava seguir viagem até Sabará). O mapa publicado no Atlas Corográfico Municipal de 1926 nos auxilia em relação à localização da sede municipal em 1890 (FIG.5).

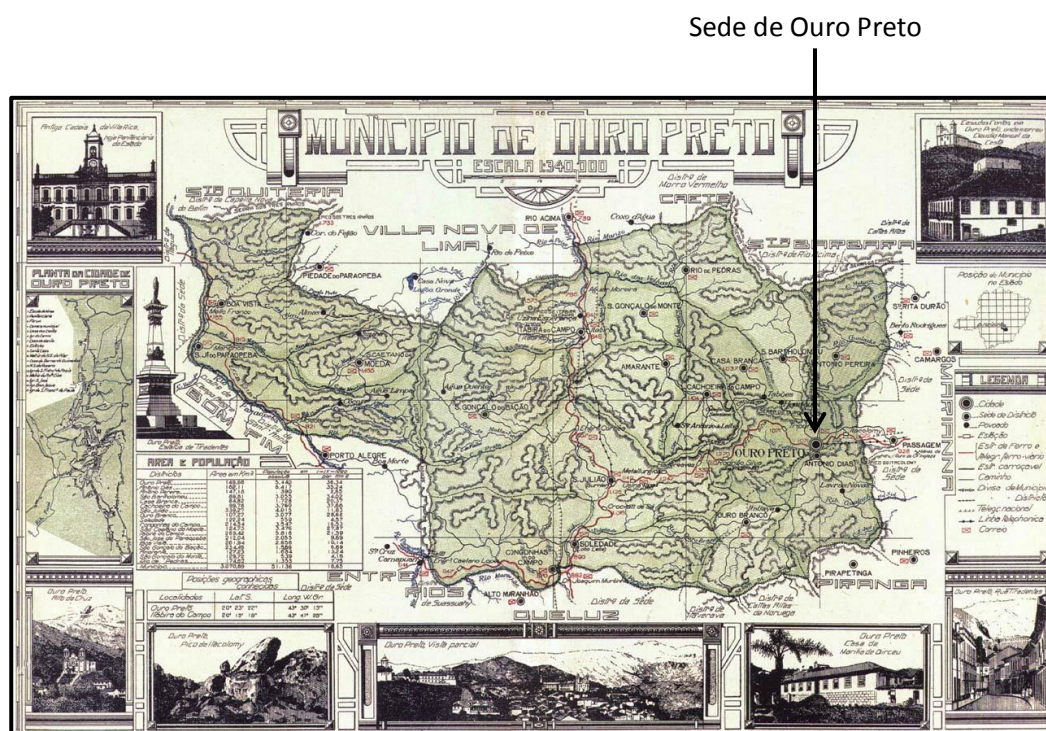


FIG.5. Mapa do município de Ouro Preto. 1926.⁷¹

Fonte: Atlas Corográfico Municipal. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

Em comparação à sede de Ouro Preto, os cenários urbanos destes distritos apresentavam um número menor de moradores, negócios e serviços. Apenas dois se destacavam no início da década de 1890: Itabira do Campo e São Julião, onde foram

⁷¹ Para a melhor apreciação dos detalhes, ampliamos esta imagem e a inserimos na área de anexos.

montadas duas usinas siderúrgicas que funcionavam de forma incipiente.⁷² O desempenho econômico dos distritos corroborava para a frágil situação econômica da antiga capital.

A sede de Ouro Preto era composta pelos distritos de Ouro Preto e Antônio Dias, divididos em diferentes bairros, como Veloso, Cabeças, Rosário, Pilar, Barra, Padre Faria, Alto da Cruz, Piedade, Santana, São João, Lages e São Sebastião. Conforme o censo de 1890, a capital abrigava 17.860 moradores, sendo 11.166 habitantes (62,5%) residentes do Distrito de Ouro Preto e 6.691 (37,5%) do Distrito de Antônio Dias.⁷³ É interessante comparar os dados do censo de 1890 com o recenseamento produzido na sede em 1804, pois nos indica algumas mudanças ocorridas na proporção dos habitantes ao longo do século XIX. O levantamento de 1804 chegou ao número total de 8.990 moradores distribuídos da seguinte forma: 4.272 (47,5%) no Distrito de Ouro Preto e 4.718 (52,5%) em Antônio Dias.⁷⁴

Analisando estes censos percebem-se dois aspectos. Primeiro: um crescimento de praticamente 100% da população ao longo do século XIX. Um lento aumento, portanto, se comparamos aos desempenhos demográficos de outros centros como Juiz de Fora, São Paulo e Rio de Janeiro.⁷⁵ Isto demonstra que as oportunidades existentes

⁷² A Usina Esperança e a Usina Wigg representavam o sonho dos políticos, empresários e professores da Escola de Minas em torno da ampliação da economia regional a partir da exploração das reservas minerais. Elas, porém, enfrentaram problemas que impediam o desenvolvimento deste setor no país: as altas tarifas do transporte ferroviário; e a ausência de uma política pública específica, de concessões de empréstimos com juros mais baixos e de incentivo ao consumo do ferro nacional. GOMES, Francisco de Assis Magalhães. *História da siderurgia Brasileira*. Belo Horizonte: Editora.

⁷³ Anuário Estatístico, op. cit., 1925.

⁷⁴ O recenseamento de 1804 foi organizado por Herculano Gomes Mathias, e publicado pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro em 1969. Segundo o organizador, ele foi produzido pelos “Capitães de Distrito subordinados diretamente ao Capitão-Mor da Vila que era, na ocasião, Antônio Agostinho Lobo Leite Pereira, eleito em dezembro de 1793 em substituição ao seu José Alvares Maciel” MATHIAS, Herculano Gomes. Distrito de Antônio Dias. In: *Um recenseamento da capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça / Arquivo Nacional, 1969. 208p.

⁷⁵ Enquanto a sede de Ouro Preto levou praticamente um século para dobrar a sua população, Juiz de Fora duplicou o número de seus habitantes entre 1855 e 1890, passando de 22.722 para 55.185. Em 1890, a população da cidade de São Paulo era de 70.000 habitantes. A da capital do Rio de Janeiro, 550.000 (Romero, 2004). DORNELAS, Juliana Gomes. A contribuição da memória para o estudo de um processo

na região de Ouro Preto não conseguiram seduzir grandes contingentes populacionais, como ocorreu com outras regiões do país na segunda metade dos Oitocentos. Segundo aspecto: os números detectados nos dois distritos no final dos Oitocentos (62,5% e 37,5%) indicam um enfraquecimento populacional e econômico de Antônio Dias em relação ao Distrito de Ouro Preto e um rompimento com o equilíbrio que existia entre os pesos destes espaços no início do século XIX. Uma das causas que explicam a queda do número dos habitantes em Antônio Dias está no abandono expressivo dos moradores que residiam nos morros da Serra de Ouro Preto, já que quase 1/3 dos habitantes deste distrito ainda viviam nestas áreas em 1804. As poucas lavras que existiam nesta freguesia em 1815, identificadas pelo geólogo alemão Wilhelm Eschwege, praticamente desapareceram no final dos Oitocentos.⁷⁶

A rede de negócios registrada por Manoel Ozzori no *Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e litterario do Município de Ouro Preto* ratifica a divisão populacional da sede de Ouro Preto em 1890. Enquanto os números de negócios que comercializavam gêneros do país, molhados e tecidos se apresentavam semelhantes nos distritos de Antônio Dias e Ouro Preto, a maioria das pequenas (e pouco expressivas) fábricas e os principais comércios e prestadores de serviços se concentravam neste segundo distrito.⁷⁷ Assim, apesar da Praça da Independência tentar simbolizar no alto da sede um território neutro ela, na prática, dividia duas áreas com pesos e representatividade distintos na economia e na política da sede no final do século XIX.

imigratório específico: o caso dos sírios e libaneses em Juiz de Fora, MG, 1880-1904. Revista Outros Tempos, Dossiê Escravidão, volume 6, número 8, dezembro de 2009, p.40-54. ROMERO, José Luis. As cidades burguesas. In: *As cidades e as ideias*. Trad. Bella Josef. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2004. P.283-352.

⁷⁶ ESCHWEGE, Wilhelm L. Von. Observações geológicas sobre as minas de ouro. In: *Pluto Basiliensis*. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1979. p.7-50.

⁷⁷ OZZORI, op. cit., 1890.

A Planta da Cidade de Ouro Preto, elaborada entre 1887 e 1888, e o desenho do Caminho Tronco, publicado no livro *Vila Rica*, do arquiteto Sylvio de Vasconcelos, nos auxiliam na observação do traçado urbano da sede no final dos Oitocentos (FIG.6 e 7).⁷⁸ Na planta da década de 1880, a representação das Serras de Ouro Preto, na parte superior do desenho, e da Serra do Itacolomi, na área inferior, demonstra como o processo de ocupação da capital se realizou a partir do acomodamento da estrutura urbana num vale encaixado entre estes dois marcos geográficos. A Praça da Independência representava a zona central de confluência das ruas e de divisão dos distritos de Ouro Preto e Antônio Dias, situados respectivamente nos cantos esquerdo e direito da planta e do desenho (FIG.6 e 7). Este espaço urbano era (e ainda é) recortado por um eixo central, denominado Caminho Tronco. Ele se estendia pelas principais residências, pontos comerciais e espaços dos poderes político e religioso da antiga capital.⁷⁹

Em 1890, aproveitando parte deste eixo central, linhas de bondes percorriam três setores da capital que apresentavam terrenos menos irregulares. A primeira se estendia pela parte alta entre a Praça da Independência e a região do Alto da Cruz, na freguesia de Antônio Dias. A segunda ligava os Distritos de Ouro Preto e Antônio Dias através da Barra, situada na parte baixa. E a última conectava a região da Barra à Saramenha,

⁷⁸ *A Planta da Cidade de Ouro Preto* foi produzida “a pedido do Dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa”, que governou Minas Gerais entre 20/08/1887 a 01/06/1888. Não identificamos onde se encontra este documento, a imagem que utilizamos foi identificada no acervo do Núcleo de Mentalidade e Memória, situado nas dependências do Instituto de Filosofia e Artes Cênicas da UFOP. VASCONCELOS, Sylvio de. *Vila Rica. Formação e desenvolvimento: residências*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

⁷⁹ Este eixo constituiu-se entre o final do século XVII e as décadas iniciais do XVIII ligando as freguesias de Antônio Dias e Ouro Preto pela parte baixa através da Barra. A partir de meados dos Setecentos, com a construção do Palácio do Governo e da Casa de Câmara e Cadeia na parte alta da cidade, um novo ramal foi adicionado a este Caminho. Na FIG.7, o antigo trajeto está representado por uma linha contínua. O novo roteiro, que atravessa a parte alta, pelo tracejado.⁷⁹ Este caminho se conectava também às estradas que seguiam rumo aos morros situados na Serra de Ouro Preto, como Piedade, Santana, São João e São Sebastião.

pequeno povoado existente na periferia da sede e que servia de ponto de passagem para outros distritos e para o antigo caminho que seguia para o Rio de Janeiro.



FIG. 6. Planta da Cidade de Ouro Preto. [1887-1888].
Fonte: Núcleo de Mentalidade e Memória IFAC/UFOP.

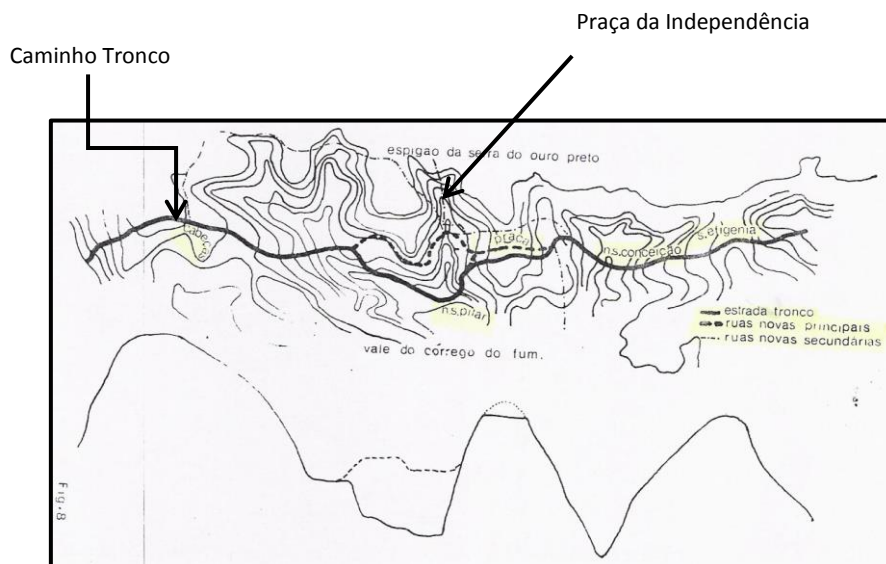


FIG. 7. Caminho Tronco da sede de Ouro Preto.
Fonte: VASCONCELOS, Sylvio de. 1977.

Alguns símbolos da modernidade, como a estação ferroviária, as linhas de bondes e o novo sistema de coleta e tratamento de esgotos, já faziam parte da paisagem urbana da sede de Ouro Preto nesta época. Porém, o sentimento que percorria parte dos

seus moradores e dos políticos que viviam em Ouro Preto era a de uma cidade insalubre, mal localizada, feia e dependente das finanças do estado. Sentimento de atraso que era agravado pelo fato da capital sediar o principal reduto monarquista do estado.

1.3. Novos projetos de modernização.

O início do regime republicano, em 1889, e o retorno do debate sobre a transferência da capital tornou ainda mais urgente a execução de serviços de melhoramentos e modernização de Ouro Preto. Nesse momento, a Câmara Municipal transformou-se no espaço principal de recepção e de elaboração de algumas propostas.⁸⁰

O primeiro projeto, os planos da Empresa de Melhoramentos da Capital, citado na introdução de nossa tese, foi firmado em 12/09/1891 entre a Intendência Municipal e os senhores Vicente Barreiros e Alexandre Moura Costa.⁸¹ O vulto do empreendimento, que contou com o apoio da população ouro-pretana interessada na permanência da capital, pode ser medido pelo tempo que levaria para ser realizado: 6 a 7 anos. O orçamento do projeto era de 2.008:185\$000, o que descartava a ideia inicial dos intendentess de custear estes melhoramentos com os recursos próprios da cidade. Desta quantia, a instância municipal conseguiu um empréstimo com o Estado de apenas 300:000.000, a juros de 6%. Enfim, mesmo que os contratantes investissem todo o

⁸⁰ Nos dois primeiros anos da República as instâncias municipais foram denominadas como Intendência Municipal e os seus membros eram indicados em concordância com os executivos estadual e nacional.

⁸¹ Os planos de 1891 são citados por diferentes estudos, como o artigo de Heliana Salgueiro e as dissertações de Janete Fonseca, Rodrigo Meniconi, Caion Natal e André Mantovani indicados no texto introdutório desta tese. Aparentemente, eles vieram à tona no final da década de 1980, quando o sociólogo e artista plástico José Efigênio Pinto Coelho coordenou os trabalhos de higienização e acondicionamento da antiga documentação da Câmara. Conforme Pinto Coelho, estes documentos encontravam-se no porão do edifício da Câmara Municipal, em condições inadequadas de guarda. O que contribuiu para a perda de parte deste acervo ao longo do tempo. PINTO COELHO, José Efigênio. *A mudança da capital 1897-1987: um trabalho de restauração e pesquisa do arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto*. Ouro Preto: Artes Gráficas Tiradentes LTDA, 1987.

empréstimo na execução dos trabalhos eles não seriam suficientes para concretizar 90% do volume planejado.

O ofício enviado pelo presidente da Câmara Municipal, Diogo de Vasconcelos, ao governador Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, publicado no jornal *Minas Gerais*, em 22/05/1892, contextualiza a situação do projeto da Empresa de Melhoramentos oito meses após a assinatura do seu contrato.⁸² Nele, Diogo de Vasconcelos informou que, após assumir este cargo em março de 1892, fez uma sindicância para analisar a situação do contrato da Empresa, já que até esta data não havia “um só material e nem pessoal algum de prontidão para as obras”, a não ser alguns “cubos de terra” deslocados do Morro da Força.⁸³ O ofício publicado pelo presidente da Câmara parece ter duas intenções: isentar a instância municipal e sua gestão da responsabilidade legal quanto aos pagamentos feitos aos contratantes da Empresa de Melhoramentos, deslocando esta responsabilidade para o Tenente Coronel Edmundo Renault, que era o intendente municipal em 1891; e convencer o público leitor do diário oficial de que a sua

⁸² Identificamos este ofício no acervo do Jornal *Minas Gerais*. Aparentemente, ele não foi citado em nenhum estudo. O adicionamos porque ele apresenta a perspectiva do Dr. Diogo de Vasconcelos, então presidente da Câmara, em relação ao malogro do projeto de 1891. VASCONCELOS, Diogo de. Câmara Municipal, *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22/05/1892, p.168-169. Diogo de Vasconcelos foi um importante advogado, político e historiador em Minas entre o final do século XIX e o início do XX. Monarquista convicto, ele participou do movimento contrário à mudança da capital ao lado de políticos e lideranças ouro-pretanas, como Cesário Alvim, João Cândido da Costa Sena, Camilo de Brito, Xavier da Veiga, Padre Camilo Veloso, Cândido Cruz, Francisco Borja de Almeida Gomes e Joaquim José de Castro Lima. Ele publicou dois livros importantes para a historiografia mineira: *A História Antiga de Minas Gerais*, de 1904, e *A História Média de Minas Gerais*, de 1918. ALBERTO, Helena Magela. Diogo de Vasconcelos e a História de Minas Gerais: uma construção do conceito de nação na Primeira República. 2000. 78p. Monografia. Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2000.

⁸³ O seu antecessor, o Intendente Cândido Augusto da Cruz, já havia acusado a gestão anterior de entregar aos contratantes 280\$000.000 dos 300\$000,000 emprestados pelo governo estadual, sem que este ato fosse registrado em quaisquer documentos da Câmara. Em seu ofício, Diogo de Vasconcelos informou que ao verificar o contrato firmado com a Empresa não identificou o caução de 20:000\$000 em moeda corrente ou em apólices da dívida pública como garantia da execução do contrato. Em vez da caução, o presidente localizou “pendente” a apresentação por parte da Empresa de 600 ações do Banco Fiscal do Rio de Janeiro, que estavam cotadas individualmente em 19\$000, mas que não tinham compradores no mercado.

administração não se responsabilizaria por algo que já parecia óbvio em meados de 1892: o malogro do empreendimento.

Apesar de praticamente não ter saído do papel, é interessante observar as transformações programadas pela Empresa de Melhoramentos da Capital, já que elas teriam um impacto expressivo em parte do cenário urbano de Ouro Preto. O detalhe da *Planta da Cidade de Ouro Preto* (FIG.8) novamente nos ajuda a perceber os principais pontos focalizados nesta parte do projeto.

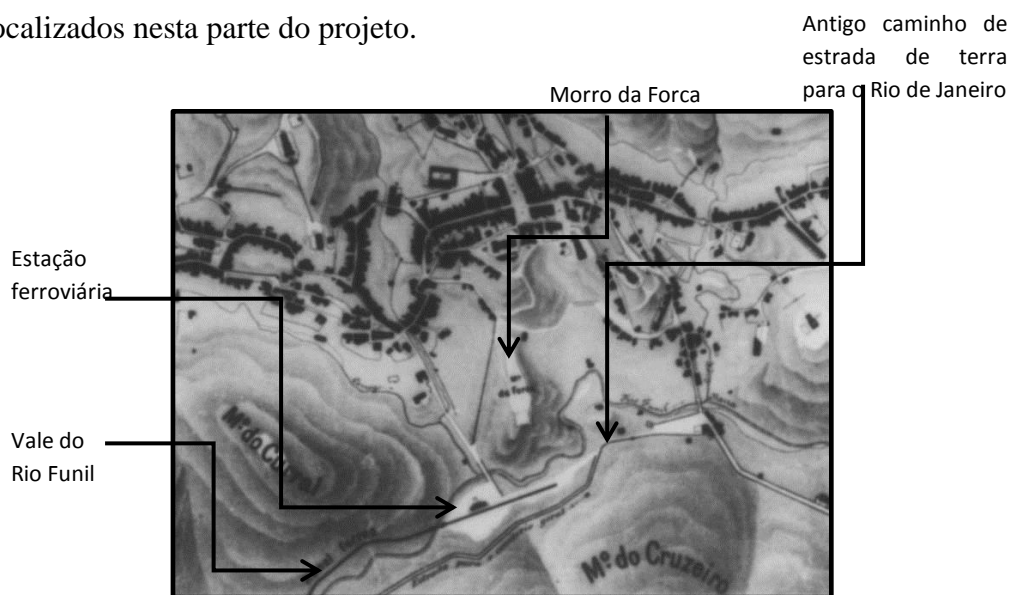


FIG.8. Região da Barra.
 Detalhe Planta da Cidade de Ouro Preto. 1887-1888.
 Fonte: Núcleo de Mentalidade e Memória IFAC/UFOP

Conforme as cláusulas aprovadas no contrato, uma parte da base do Morro da Forca seria eliminada visando a construção de edifícios modernos, de um jardim que abrigaria pavilhões para “restaurantes, jogos e diversões públicas” e de um politeama, que se serviria para o funcionamento de “companhias líricas, dramáticas e equestres”. O material extraído do Morro da Forca serviria para aterrar e aplainar o vale do Ribeirão do Funil de modo que a área ficasse ao nível da estrada da Barra (o mesmo nível da estação ferroviária). Nestas áreas desaterradas e aterradas seriam construídas 150 residências modernas, através dos recursos da Empresa de Melhoramentos ou de particulares. Também seriam edificados um teatro confortável e bem situado, um

matadouro com dependências para o abatimento diário de 20 rezes e um mercado municipal de ferro e vidro com um “local contíguo para abrigo de tropas e carros” que viessem abastecer a cidade.⁸⁴

As obras planejadas fariam ainda pequenas interferências nas regiões da Praça da Independência, da Igreja do Rosário e Igreja do Pilar. A Rua do Jangadeiro, que liga a Casa de Câmara e Cadeia à Igreja de Nossa Senhora do Carmo, seria alargada com o recuo do muro do Outeiro da igreja, sendo que o material extraído do outeiro serviria para aterrar o desbarrancamento atrás da Cadeia. Seriam calçadas com paralelepípedos as Ladeiras das escadinhas e do Gibu e as ruas do Jangadeiro, do Conselheiro Afonso Pena, da Ponte Seca, do Conselheiro Santana, das Flores e do Jogo de Bola. A fachada do antigo Mercado seria restaurada e, por último, seria instituída uma nova linha de bondes “pelas ruas que comportarem este modo de locomoção”, que poderia contar com o complemento de um elevador que comunicaria as partes alta (Praça da Independência) e baixa (estação ferroviária).

Além destas obras, a empresa ainda se responsabilizaria pelo repovoamento da área antiga da cidade e dos arrabaldes, como o Tripuí, Campo Grande e Saramenha, “com colonos nacionais ou estrangeiros”. Os planos da Empresa de Melhoramentos da Capital, como se percebe, concentravam o grosso das obras na região da Barra, e esta escolha, assim como ocorreu nas décadas de 1870 e 1880, se justificou por esta área possuir um relevo menos acidentado que o resto da urbe, fator que contribuiu para a instalação da estação ferroviária nesta zona urbana.

⁸⁴ Informações recolhidas no contrato celebrado entre a Intendência Municipal de Ouro Preto e os cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, aprovado pelo decreto nº558, de 14 de setembro de 1891. APMOP. Contrato celebrado entre a Intendência Municipal de Ouro Preto e os cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, aprovado pelo decreto no 558 de 14 de setembro de 1891. In: Livro de Contratos, 1891, p. 38v-44.

A elaboração do projeto de 1891 estimulou a criação de outros planos que queriam tornar a cidade um lugar sedutor e agradável para os moradores e visitantes, como demonstra a petição apresentada em dezembro deste mesmo ano pelo cidadão Antônio Tavares Ribeiro da Silva. O requerente, sem ônus para a Intendência, pretendia explorar turisticamente a Serra do Itacolomi (onde fica o Pico, um dos principais símbolos da cidade) e criar acessos a esta área através de uma estrada de terra, elevador ou estrada de ferro, “aproveitando a mesma localidade, no sentido do que se fez no Morro do Corcovado, na capital federal, para divertimentos públicos e sob o ponto de vista higiênico”. Antônio Silva desejava também criar nesta região “uma colônia de mil famílias para exploração da pequena lavoura e dos minerais ali existentes e da pedra que ali igualmente se encontra”.⁸⁵ Mas os seus planos não chegaram a ser executados.

A falência do projeto da Empresa de Melhoramentos de 1891 levou a Câmara a elaborar novas propostas para conter o processo de transferência da capital. Ainda, em 1892, esta instância publicou o *Edital sobre terrenos foreiros* que incorporou os terrenos abandonados situados nos morros da Serra de Ouro Preto, prevendo a sua utilização como zona futura de expansão da capital:

Considerando que dentro do perímetro da sesmaria Municipal não há terreno que seja excluído do domínio porque as mesmas extensões isentas do pagamento de foros pela Carta Régia incorporam-se ao patrimônio se acaso abandonadas, e nenhuma prova existe mais concludente desse abandono que as ruínas e confusão em que se acham. Considerando que mesmo para os terrenos de sesmarias vizinhas prevalece aquele direito de incorporação nas partes que entram pelas divisas da sesmaria Municipal, tanto assim que pela Carta Régia não se permite que se recite o domínio dos proprietários que as tenham uma vez abandonado. Considerando que o mesmo direito regia e rege as datas e outras concessões minerais cuja superfície pelo abandono dos serviços reverte ao patrimônio da Câmara. Considerando ainda que tão vastos terrenos podem e devem ser repovoados, como é necessário e exigido ao grande desenvolvimento da cidade, cujos arrebaldes não podem continuar entregues à solidão e a esterilidade: Resolve: 1º Ficam incorporadas ao patrimônio municipal os terrenos devolutos e abandonados em toda a

⁸⁵ Livro de atas nº 109, 1891 a 1893, p.44 apud. Natal, 2007, p.45.

Serra de Ouro Preto; e bem assim toda superfície das antigas datas e concessões minerais que tenham caducado; e estejam dentro dos limites da sesmaria municipal. 2º Fica marcado o prazo de 60 dias para quaisquer reclamações opostas a este Edital, indo os quais serão aforados os respectivos terrenos.⁸⁶

Apesar desta incorporação, nenhum projeto foi elaborado pensando na utilização desta área e dois motivos parecem ter contribuído para este desprezo: trata-se de uma área muito alta, o que dificultava o acesso e a chegada de serviços urbanos com qualidade; e ela era (e ainda é) pontilhada por centenas de galerias e pontos de rejeitos de mineração, tornando o terreno delicado, sobretudo, para a construção de grandes edificações.

Em 30 de janeiro de 1893 um novo projeto foi apresentado à Câmara. O engenheiro Joaquim Francisco de Paula pretendia construir uma grande avenida na região da Praia, próximo à Barra, entre a rua que seguia para a linha dos bondes e a ladeira conhecida pelo nome de Beco dos Bois (atual Rua Cláudio de Lima). Este *boulevard* ficaria próximo à Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, e seria calçado com paralelepípedos e iluminado a gás ou a luz elétrica. Seu projeto previa, ainda, a canalização do córrego que banha a Praia e o assentamento de pequenas pontes de ferro; a construção de um jardim público no local do antigo matadouro, de um teatro, de um asilo de órfãos, de um mercado de ferro, de casas para acomodações de famílias (por conta própria ou de terceiros); e de uma linha de bondes para serviço especial do *boulevard*.⁸⁷ Estes planos também não saíram do papel.

Em 1893, pressionada pelos trabalhos da comissão chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, que analisava as regiões passíveis de serem transformadas em sede do governo estadual, a Câmara solicitou ao seu engenheiro J. F. Blaksley que elaborasse um projeto de construção de uma nova capital na região do Morro do Cruzeiro, situado

⁸⁶ APMOP. Livro de atas da Câmara e Intendência Municipal nº 109, 1891-1893, apud. Natal, p.41.

⁸⁷ Idem, p.41-42.

na sede de Ouro Preto.⁸⁸ Apesar do pouco tempo disponível para a criação de um projeto desta magnitude, Blaksley, em junho de 1893, entregou aos vereadores o *Relatório do Planalto do Cruzeiro de Ouro Preto*, onde analisou os 5 pontos levados em conta nas análises de Aarão Reis: a topografia; a disponibilidade de água potável; o processo de coleta e tratamento de esgotos; a instalação da iluminação elétrica; e as condições de acesso à região. O objetivo deste trabalho era contestar a retirada de Ouro Preto do rol de cidades que poderiam sediar a capital. A principal argumentação era de que Ouro Preto não contemplava os pontos acima citados.

O detalhe da *Planta da Cidade de Ouro Preto* nos ajuda a visualizar a situação geográfica do Morro do Cruzeiro, principal zona analisada por Blaksley, em relação ao núcleo urbano da sede da antiga capital (FIG.9). Segundo este engenheiro, a superfície do Morro do Cruzeiro aproveitável para a construção da “nova capital” era de 4.000.000 de metros quadrados e, apesar do seu relevo acidentado, ela seria de “fácil nivelamento”. O abastecimento de água poderia ser realizado através das vertentes do Itacolomi, do Morro do Cachorro e do Riacho do Manso, situados nas proximidades. Os esgotos produzidos seriam captados por tubos e direcionados para o sistema de tratamento inaugurado na capital em 1890. A energia elétrica seria fornecida pela Companhia Industrial Oupretana de Força, Luz e Telefone, que passou a alimentar parte das necessidades da cidade no mesmo ano em que o projeto foi elaborado (1893). E o acesso a este novo espaço seria realizado através de um viaduto posicionado entre o Morro da Força e o Morro do Cruzeiro que mediria 331m de comprimento por 10m de largura (FIG.9).

⁸⁸ Assim como os planos de 1891, o projeto do engenheiro J. F. Blaksley também é citado em diferentes estudos. O artigo escrito por José Efigênio Pinto Coelho, no final dos anos 1980, parece ter sido o primeiro texto a dar visibilidade a este projeto. Pinto Coelho, op. cit., 1987.



FIG.9. Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. 1887-1888.
 Fonte: Núcleo de Mentalidade e Memória IFAC/UFOP

Este viaduto ligaria o setor antigo ao novo núcleo e simularia no espaço a passagem entre o passado (“a histórica capital”) e o presente (“a nova capital”). É importante frisar que esta ideia não tinha como objetivo central a preservação da área antiga, mas sim agilizar a possibilidade da construção de uma nova cidade, já que a intervenção no traçado urbano de Ouro Preto tendia a gerar conflitos com os moradores que eram atingidos pelas obras. Esta percepção nos parece clara no relatório de J. F. Blaksley, já que não encontramos nenhuma diretriz relacionada à preservação da zona antiga.⁸⁹

A cidade pensada pelo engenheiro seria dividida em três setores: o central seria composto por 79 quarteirões e 3.660 residências; os subúrbios, por 69 quarteirões e 2.492 residências; e os arrabaldes, por 88 quarteirões e 2.752 residências. Pensando uma média de 6 pessoas por residência, ele chegou a uma estimativa para a população desta nova área: 53.424 habitantes (quase 3 vezes maior que o número de habitantes da sede de Ouro Preto em 1890). Três praças também fariam parte do cenário deste núcleo: a central, medindo 154x154m, a do leste, medindo 154x130m e da oeste medindo

⁸⁹ Agradecemos ao arquiteto Rodrigo Meniconi por ter cedido uma cópia manuscrita deste projeto.

120x120m. O Relatório ficou pronto em junho de 1893, mas os seus argumentos foram insuficientes para reverter o processo que em dezembro aprovou a transferência da capital.⁹⁰

Como vimos, a necessidade de melhorar e modernizar a sede de Ouro Preto, presente nas décadas de 1870 e 1880, tornou-se ainda mais dramática no início da década de 1890, com o início da República. A retomada dos discursos relacionados à mudança da capital ampliou a necessidade de resolver os antigos problemas, e alguns projetos foram pensados para adequar a sede de Ouro Preto aos modelos urbanos vigente no Ocidente. As finanças do município não eram suficientes para cobrir o volume das obras sonhadas, por isso a Câmara foi obrigada a recorrer aos cofres do Estado e demais empréstimos, a fim de tentar solucionar os problemas da urbe: passivos que serviram para aumentar a dívida da cidade. Este foi um momento fértil em projetos, como os planos de 1891 e o estudo de J. F. Blaksley em 1893, mas pouco realizador.

As informações e as análises realçadas neste primeiro capítulo nos permitem perceber melhor a situação de Ouro Preto às vésperas da inauguração de Belo Horizonte. Entre as características principais e os problemas evidentes em seu núcleo urbano se destacavam: a concentração da maior parte da população na freguesia de Ouro Preto em relação a de Antônio Dias; a valorização de alguns setores, como a Barra e a Praça da Independência, e o abandono de outros, como os morros da Serra de Ouro Preto; o abastecimento parcial dos serviços de água, esgotos e energia elétrica; o calçamento, manutenção e recalçamento das ruas; e a subutilização do cemitério municipal.

⁹⁰ Infelizmente, as plantas elaboradas por Blaksley, peças fundamentais para pensarmos esta “nova capital”, ainda não foram encontradas. É possível que os desenhos tenham sido retirados do acervo da Câmara ou destruídos pela ação do tempo e do mal acondicionamento.

A arrecadação municipal permaneceu insuficiente para resolver os problemas existentes na urbe. A recorrência a empréstimos, tanto para saldar as gastos recorrentes quanto para tentar melhorar e modernizar a velha capital acarretou no acúmulo da dívida do município, transportando para as gestões posteriores a resolução desta situação. E este cenário tornou-se ainda mais frágil entre 1897 e 1905, quando as transferências dos órgãos estaduais e federais, de comerciantes e de prestadores de serviços para Belo Horizonte diminuiu significativamente o número de habitantes na cidade. É este contexto de importantes impactos sobre a vida econômica e social de Ouro Preto que abordaremos no próximo capítulo desta tese.

Adendo. No Arquivo Público Municipal de Ouro Preto existe o projeto de um *boulevard* que seria construído na Região da Barra e que fazia parte dos planos da Empresa de Melhoramentos de 1891 (FIG.10). Percorrendo os seus detalhes percebe-se as projeções de duas residências, de um jardim e de um canal que fariam parte das intenções de modernizar este setor da cidade. No ponto central da imagem temos uma visão aérea da avenida que seria cortada em seu centro por um córrego canalizado, e na parte inferior nota-se o desenho das curvas de nível que delineariam as diferentes alturas deste espaço. Esta planta, que também não saiu da projeção, simboliza a constituição de uma Ouro Preto imaginada, de uma cidade que buscava se adaptar ao final do século XIX, mas que não reunia as condições econômicas, políticas e geográficas necessárias para enfrentar as questões presentes neste novo tempo e concretizar o desejo de manter seu status de capital.

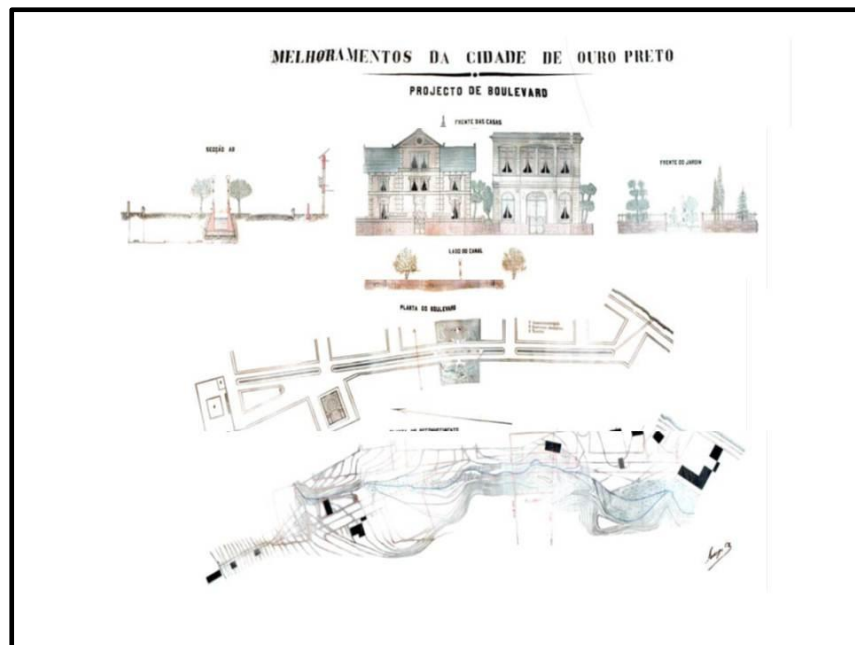


FIG.10. Planta Melhoramentos da cidade de Ouro Preto. Projeto de *Boulevard*. [1891].
Fonte: Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

Capítulo II – Ouro Preto: mudanças nos negócios e no espaço urbano

Em pouco mais de duas décadas, o município de Ouro Preto sofreu dois abalos que repercutiram em diferentes dimensões da sua vida social. O primeiro foi ocasionado pela mudança da capital, que provocou a migração de parte da população, dos negócios e dos capitais que circulavam na cidade no final do século XIX. O segundo resultou da retração do território municipal, efeito da divisão administrativa levada a cabo pelo governador Raul Soares, no início da década de 1920. Esta retração levou à perda de importantes distritos e de reservas minerais, enfraquecendo o sonho local de experimentar uma nova era de prosperidade.

Os livros que registram os lançamentos dos impostos cobrados sobre as indústrias e profissões, sobre os imóveis e sobre o abastecimento de água e tratamento de esgoto nos aproximam das repercussões causadas por estas mudanças no conjunto das atividades econômicas e no espaço urbano da ex-capital.

2.1. O impacto da mudança da capital sobre os negócios ouro-pretanos.

Em 1893 existiam 919 atividades econômicas no município de Ouro Preto, sendo que 61% (566) localizavam-se na sede de Ouro Preto e 39% (339) nos outros 14 distritos.⁹¹ Conforme a tabela 2, das 566 atividades identificadas na sede, 58% (328) ficavam na freguesia de Ouro Preto e 42% (228) na freguesia de Antônio Dias. Registrados quatro anos antes da mudança da capital, estes números revelam duas apreensões iniciais sobre a distribuição dos negócios em Ouro Preto: a maior parte encontrava-se na sede, e neste território a maioria situava-se na freguesia de Ouro Preto.

⁹¹ Estes dados se baseiam nos registros do imposto de indústria e profissões cobrados em Ouro Preto em 1893. Conforme Arnaldo Godoy, este tributo passou a ser taxado no Brasil em 1888, ele representa a transição que ocorria na economia nacional no final do século XIX, passando de dependente, agrária e escravocrata para um modelo que ganhava traços mais urbanos. GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *História do Direito Tributário: o Decreto Nº 9.870, de 22 de fevereiro de 1888, e a regulamentação do Imposto de Indústria e Profissões. Notas a propósito de uma arqueologia normativa do Imposto de Renda*. Disponível em: <http://www.arnaldogodoy.adv.br/artigos/hdt1.htm>. Acesso em: 10/05/2012. APMOP. Livro de Lançamento de Impostos de Indústrias e Profissões, 1893, 48f, Caixa 22, L10.

Tabela 2. Impostos sobre indústria e profissões arrolados e pagos no município de Ouro Preto em 1893.

ATIVIDADES	Ouro Preto	Antônio Dias	Distritos	Total
Imposto (arrolados)	328	238	339	919
Imposto (pagos)	220	166	223	609

Na sede de Ouro Preto existiam 6 pequenas fábricas que atendiam os mercados local e regional: uma de cerveja, duas de massas, uma de calçados e duas de refinação e enformação de açúcar. Além destas, havia a Companhia Industrial de Ouro Preto, fábrica de fiação e tecelagem inaugurada em 1890, que era o maior empreendimento da cidade. Instalada na região da Cachoeira do Tombadouro, na freguesia de Antônio Dias, esta empresa passou a vender o excedente de energia elétrica para a sede, a partir de 1893, aplicando-o, na iluminação pública e privada.⁹²

Fora da sede de Ouro Preto destacavam-se os distritos de Itabira do Campo e São Julião (atual Miguel Burnier), servidos pelos trilhos ferroviários instalados na região na década de 1880. Na primeira freguesia havia uma fábrica de tecidos (a Companhia Industrial Itabira do Campo, inaugurada em 1892) e uma fábrica de produção de ferro (a Usina Esperança, inaugurada em 1888), que neste período se encontrava praticamente inativa. Na segunda freguesia existia uma empresa siderúrgica instalada em setembro de 1893, a Usina Wigg, que simbolizava (junto com a Usina Esperança) a tentativa de retomar a produção de ferro em média e larga escala na região central de Minas Gerais.⁹³ Portanto, estas eram as três principais empresas do município de Ouro Preto, em 1893: duas fábricas de tecidos e duas usinas de ferro, sendo que em

⁹² A fábrica de tecidos não aparece arrolada no imposto de indústria e profissões de 1893 porque conseguiu, como moeda de troca para aliviar os custos de sua instalação, uma isenção tributária que durou pouco mais de duas décadas. Esta empresa vivenciou momentos críticos e instáveis até o início da década de 1910, quando foi adquirida por Victorino Dias e seus sócios. FUNDAÇÃO VALE. *Fios e tramas: a indústria têxtil em Mariana e Ouro Preto*. Fundação Vale: Coordenação Editorial: Santa Rosa Bureau Cultural – Belo Horizonte: Fundação Vale, 2013. 173p.

⁹³ LIMA, Kleverson Teodoro de. *Subsídios históricos para a montagem do Centro de Memória da Siderurgia de Itabirito*. Itabirito. 2011. 77p. Revista Itabirito em Revista, ano 1, nº1, maio de 1992, 62p.

relação a estas últimas uma estava em fase de implantação e a outra parada. Um perfil industrial, sem dúvida, não muito animador para o período, quando comparado a outros centros, como Juiz de Fora, Rio de Janeiro e São Paulo.⁹⁴

Além dos negócios até aqui destacados, existia em Ouro Preto um mosaico de pequenas atividades econômicas ligadas ao abastecimento, ao lazer, aos serviços ordinários e ao funcionamento do município.⁹⁵ Como nos parece impraticável listar todas as atividades encontradas, já que identificamos 91, optamos pela apresentação daquelas que possuíam acima de cinco proprietários no município de Ouro Preto. Condensamos estas informações na tabela 3. As 24 atividades econômicas listadas nesta tabela representavam 78,7% dos negócios identificados no município em 1893 (724 dos 919 arrolados), percentual que proporciona uma margem de confiabilidade para a nossa observação.

Entre os 724 negócios arrolados na tabela 3, 78,8% (570) se dedicavam ao comércio e 21,2% (154) à prestação de serviços. Entre as atividades exercidas pelos comerciantes, duas se faziam presentes de forma significativa em todo o território municipal: gêneros do país e botequim. A primeira, ligada ao abastecimento de produtos de primeira necessidade para os habitantes, como legumes, frutas e hortaliças, respondia por 55,9% (319) da rede comercial identificada na tabela 3. A segunda, composta pelos botequins, representava 11,6% (84) dos comércios listados nesta tabela. Ambas eram atividades importantes e de baixo custo de investimento, o que explica a quantidade presente no tributo de 1893.

⁹⁴ IGLESIAS, Francisco. Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1890-1930). In: *V Seminário de Estudos Mineiros: a República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982, p.115-144.

⁹⁵ Os registros do imposto de indústria e profissões não captavam as atividades relacionados à produção agropecuária, o que limita o nosso conhecimento sobre o mundo a influência econômica do mundo rural e as suas ligações com a rede comercial local e regional.

Tabela 3. Atividades econômicas mais recorrentes no município de Ouro Preto. 1893.⁹⁶

Atividades	Ouro Preto	Antônio Dias	Distritos	Total
Gênero do país	62	70	187	319
Gêneros e atacados	1	10	0	11
Fazendas e gêneros	0	0	30	30
Fazenda e armarinho	9	4	0	13
Alfaiataria e fazenda	12	0	0	12
Alfaiate	2	1	5	8
Botequim	29	28	27	84
Hotel	4	0	10	14
Farmácia	6	3	3	12
Padaria	6	1	2	9
Sapataria	6	2	2	10
Tipografia	4	1	0	5
Açougue	3	2	2	7
Marcenaria	6	0	1	7
Médico	11	0	0	11
Advogado	22	8	0	30
Procurador de partes	17	15	0	32
Procuratório	7	3	0	10
Pedreiros	0	10	0	10
Tabuleiro	24	6	0	30
Olaria	0	0	8	8
Moinho	11	0	0	11
Carroça com 2 rodas	10	21	0	31
Rancho	0	2	10	12
Pasto	1	0	7	8
Total	253	177	294	724

Entre os prestadores de serviços presentes na tabela 3 se destaca o número de profissionais dedicados à advocacia (62), à medicina (11), à alfaiataria (20) e ao aluguel de carroças (31) que existiam na então capital do estado.⁹⁷ Merecem, ainda, destaque as 5 tipografias instaladas na sede, responsáveis pela publicação de jornais que circulavam em 1893, como *O Estado de Minas*, *A Derrocada*, *Imprensa Acadêmica*, *Centro Tipográfico* e o *Porvir*.⁹⁸

⁹⁶ APMOP. Livro de Lançamento de Impostos de Indústrias e Profissões, 1893, 48f, Caixa 22, L10.

⁹⁷ Os advogados e médicos listados neste tributo, como o Dr. João Pinheiro da Silva e do Dr. Afonso Arino de Melo Franco, faziam parte da elite política e intelectual mineira nesta época.

⁹⁸ APM. Coleções de Jornais Mineiros do século XIX. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 15/10/2011.

O cenário desenhado pelas tabelas 2 e 3 revela uma cidade com um perfil tipicamente administrativo, que possuía uma rede de comércio e de serviços diversificada e que era marcada por uma incipiente estrutura fabril. O que nos permite compreender, com mais clareza, as críticas à excessiva dependência do município em relação aos cofres do governo estadual e o ressurgimento do discurso de mudança da capital após o início da República.

Em relação ao pagamento do imposto de indústria e profissões de 1893, encontramos os seguintes dados. Conforme a tabela 2 dos 919 contribuintes arrolados neste ano 609 (66%) pagaram este tributo, sendo 386 (42%) da sede e 223 (24%) dos outros distritos. Ficaram inadimplentes 310 (34%) contribuintes. Dos 27:194#000 contos de réis projetados para serem recolhidos pela Câmara Municipal neste ano, foram pagos 22:163#500 (81,5%), sendo 16:911#000 (62,1%) saldados por contribuintes da sede e 5:252#500 (19,3%) pelos outros distritos. 5:030#500 (18,6%), portanto, não entraram nos cofres municipais. Reforçando a apreensão anterior, estes dados demonstram que, na década de 1890, a sede representava o peso maior na arrecadação deste tributo no município.

A comparação entre os dados do imposto de 1893 e uma amostra coletada em 1903 (seis anos após a mudança da capital) nos aproxima das repercussões deste evento na economia de Ouro Preto. Como demonstra a tabela 4, entre 1893 e 1903 o número de atividades existentes na ex-capital caiu expressivamente, passando de 919 para 418, uma queda de 54,6%. Na sede, o número de negócios passou de 580 para 253, diminuindo 56,4%: na freguesia de Ouro Preto caiu de 328 para 145 e em Antônio Dias passou de 238 para 108. Nos outros distritos nota-se um quadro semelhante, apresentando uma queda de 339, em 1893, para 165, em 1903. Uma diminuição percentual de 51,4%. Conclui-se, portanto, que após a inauguração de Belo Horizonte

houve um decréscimo de praticamente metade dos negócios em todas as regiões de Ouro Preto.

Tabela 4. Impostos sobre indústria e profissões arrolados e pagos no município de Ouro Preto (1893-1930).⁹⁹

ANO	Ouro Preto		Antônio Dias		Distritos		TOTAL	
	Impostos arrolados	Impostos pagos	Impostos arrolados	Impostos pagos	Impostos arrolados	Impostos pagos	Impostos arrolados	Impostos pagos
1893	328	220	238	166	339	223	919	609
1903	145	95	108	78	165	142	418	315
1914	155	104	91	67	294	230	540	401
1920	136	90	116	71	326	250	578	411
1930	170	165	69	68	245	234	484	467

A mudança dos órgãos públicos e dos funcionários a eles vinculados provocou um triplo efeito no município: arrastou parte dos negócios da velha para a nova capital; levou outra parcela à falência; e afetou negativamente a arrecadação municipal, já que, como vimos, reduziu à metade o número de contribuintes do imposto sobre indústria e profissões. Alguns profissionais presentes nos registros de 1893 praticamente sumiram no tributo de 1903, como os médicos, os advogados, os procuradores de partes, os alfaiates, os pedreiros e as tipografias. Seguiram, portanto, o fluxo rumo à nova sede do estado.

Uma questão pode ser levantada: talvez as informações coletadas em 1903 estejam subestimadas, já que o sistema de coleta dos impostos municipais poderia ter se desestruturado nos primeiros anos após a mudança da capital. Os dados extraídos em 1914, no entanto, reforçam as informações de 1903. Como demonstra a tabela 4, o número de atividades econômicas existentes na sede de Ouro Preto em 1914 era de 246

⁹⁹ APMOP. Livro de Lançamento de Impostos de Indústrias e Profissões, 1893, 48f, Caixa 22, L10. APMOP. Livro de Registros de Impostos Municipais sobre Indústria e Profissões, 1903, 48p. APMOP. Registro de Lançamento dos Impostos sobre Indústrias e Profissões e Imposto Predial, Água e Esgotos, 1902 a 1904, 301f, Estante. APMOP. Livro de Registro de Impostos de Indústrias e Profissões, 1905 a 1914, 199f, Estante Especial. APMOP. Livro de Lançamento de Impostos sobre Indústrias e Profissões, 1919 a 1921, 200f, Estante. APMOP. Registro de Lançamento de Impostos sobre Indústrias e Profissões, 1931 a 1937, 200f, Estante.

(em 1903, eram 253), sendo 155 (63%) na freguesia de Ouro Preto e 91 (37%) em Antônio Dias. Assim, quando comparamos o número de negócios identificados em 1903 e 1914, nota-se um crescimento de apenas 7% na primeira freguesia e um decréscimo de quase 16% na segunda.

Fora da sede, contudo, a realidade era outra. O número geral das atividades econômicas teve um aumento expressivo, passando de 165 atividades econômicas em 1903 para 294 em 1914, um crescimento de 78%. O número de negócios nestas localidades, portanto, suplantou a quantidade existente na sede. Em parte, este desempenho deve-se ao distrito de Itabira do Campo. Nesta freguesia, onde foram arroladas 39 atividades econômicas no tributo de 1893, existia praticamente o dobro em 1914 (79 atividades). Em 1914, além da fábrica de tecidos e da usina de ferro comentadas anteriormente, havia 5 curtumes. A existência destes negócios ajudou a transformar esta região em um importante polo produtor de tecidos, de peças de ferro e de artefatos de couro, condição que se consolidou ao longo da primeira metade do século XX. Esta estrutura atraiu novos investimentos, como a instalação de duas pequenas fábricas (massa e cigarro), novos moradores e melhorias urbanas.¹⁰⁰ Além de Itabira do Campo, mais dois distritos se destacavam neste contexto: Congonhas do Campo e São Julião. Estes não apresentavam a mesma diversidade econômica de Itabira do Campo, mas eram responsáveis por boa parte do manganês exportado, sobretudo, para os Estados Unidos, onde era utilizado para a produção de aço.¹⁰¹

¹⁰⁰ O número de habitantes em Itabira do Campo passou de 2.000, em 1890, para 5.816 em 1920. Portanto, triplicou em três décadas. OZZORI, Manoel. Almanack Administrativo, mercantil, industrial, científico e literário, ano I, 1890. p.110-113. Anuário Estatístico, ano I, 1921, v.2, Serviço de Estatística Geral, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925, p.502. Revista Itabirito em Revista, op. cit., 1992, 62p. SILVA, Olímpio Augusto da. *Itabirito: minha terra (memórias)*. Itabirito: Prefeitura Municipal de Itabirito. 1996.169p.

¹⁰¹ SANTOS, Paulo Coelho M. As discussões sobre os marcos regulatórios da mineração e as propostas para o desenvolvimento da indústria do manganês e do ferro em Minas Gerais: 1889 a 1912. In: *Seminário sobre a Economia Mineira*, CEDEPLAR, Dimantina, 1996. 23p.

Em 1920, como demonstra a tabela 4, a importância das atividades econômicas realizadas fora da sede de Ouro Preto tornou-se ainda maior para a economia do município. Dos 578 negócios que existiam em Ouro Preto, 252 (43,5%) estavam instalados na sede e 326 (56,5%) nos outros distritos. Esta importância torna-se ainda mais evidente quando analisamos os valores projetados e pagos neste ano. Na sede foi previsto o recolhimento de 21:300#450 contos de réis e coletados 17:759#500 (83,3%). Nos distritos, a projeção era de 41:378#000 contos de réis, sendo que 36:301#000 (87,7%) foram coletados. Portanto, neste período praticamente 2/3 da renda do imposto sobre indústria e profissões não saíram da sede, mas dos outros distritos de Ouro Preto.

Alguns exemplos: em 1920, a Usina Wigg foi tributada em 5:000#000 contos de réis pela extração de manganês. A Companhia Metalúrgica, sediada em Congonhas do Campo, pagou 2:500#000 contos de réis por esta mesma atividade. Alberto Cambraia, empresário com negócio em Jesus Maria José da Boa Vista, pagou 1:200#000 contos de réis pela atividade de extração de madeira. E a Usina Esperança, localizada em Itabira do campo, pagou 544#000 mil réis pela atividade de produção de ferro. A partir destes dados, percebe-se que a extração mineral, a siderurgia e as práticas a esta última atrelada, como a extração de madeira, contribuíram para a atração de novos negócios e para o aumento da arrecadação no território fora da sede de Ouro Preto.

Um novo evento, no entanto, abalou este período de retomada do fôlego da economia ouro-pretana: a alteração da divisão administrativa e política do estado de Minas Gerais, realizada no início da década de 1920. Pela Lei nº843, de 07/09/1923, o território municipal foi reduzido praticamente à sua metade, perdendo parte dos territórios dos distritos de Itabira do Campo e de Jesus Maria José da Boa Vista para o município de Nova Lima e parte do distrito de São José de Paraopeba para o município de Bonfim. Esta lei provocou, ainda, dois grandes impactos: o distrito de Congonhas do

Campo foi transferido para o município de Queluz de Minas (atual Conselheiro Lafaiete) e criou-se o município de Itabirito a partir dos distritos de Itabira do Campo, São Gonçalo do Bação, São Caetano da Moeda e as partes restantes das freguesias de São José do Paraopeba e de Jesus Maria José da Boa Vista.¹⁰²

O resultado desta perda territorial é perceptível no tributo de 1930. Conforme a tabela 4, o número de atividades econômicas nos distritos situados fora da sede caiu de 326 para 234, uma redução de quase 30%. Diminuiu também (e drasticamente) a arrecadação nestas freguesias. Dos 33:718#000 contos de réis previstos para serem recolhidos no município em 1930, apenas 36% (12:525#000) referiam-se a atividades econômicas existentes fora da sede. Apenas dois distritos continuaram mantendo algum destaque neste período: São Julião, onde a Usina Wigg produzia ferro e extraía minério de ferro e manganês, e Cachoeira do Campo, que tinha um incipiente perfil comercial.¹⁰³

A sede, portanto, voltou a desempenhar um papel protagonista quanto à arrecadação deste imposto. Resultado que deve-se menos à sua capacidade de atrair novos negócios e mais aos efeitos da retração do município. Na sede, conforme a tabela 4, observa-se um pequeno crescimento dos negócios na freguesia de Ouro Preto e uma queda expressiva (cerca de 40%) das atividades econômicas em Antônio Dias. Na realidade, o número de negócios na sede no início da década de 1930 pouco se diferenciava do cenário identificado em 1903, atestando a sua condição como uma região pouco atrativa para os investimentos de média e grande escala.¹⁰⁴

¹⁰² Ouro Preto. In: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE. 1959, p.225-238.

¹⁰³ Cachoeira do Campo situava-se no entroncamento entre as estradas que ligavam a sede de Ouro Preto a Itabira do Campo e aos municípios de Sabará e Belo Horizonte. Devido à sua localização geográfica e às atividades agropastoris, esta freguesia se destacava como um entreposto comercial no início do século XX.

¹⁰⁴ Durante a primeira metade do século XX, somente a partir da década de 1940 a sede de Ouro Preto tornou-se um espaço atraente para novos moradores e negócios. Esta atração esta relacionada com a

O cenário que pode ser descrito sobre Ouro Preto, a partir dos livros de impostos de indústrias e profissões, é, sem dúvida, delicado. Na primeira década após a inauguração de Belo Horizonte, o número de atividades econômicas caiu pela metade em todo o território municipal, provocando um efeito negativo nas rendas. Entre meados da década de 1910 e início dos anos 1920, os negócios presentes em alguns distritos, como em Itabira do Campo, São Julião e Congonhas, ajudaram a aumentar a receita e a economia municipal. No entanto, com a divisão territorial realizada em Minas Gerais em 1923, o número de negócios caiu novamente com a perda de praticamente metade da área de Ouro Preto. Em segundo golpe, em pouco mais de duas décadas, retirou a vitalidade do sentimento de reação presente neste período.

2.2. O espaço urbano de Ouro Preto antes da mudança da capital.

O núcleo urbano da sede de Ouro Preto também sentiu os impactos destas mudanças. Os registros do imposto predial de 1896, coletados no ano anterior à inauguração de Belo Horizonte, demonstram que a sede encontrava-se repartida em 77 vias, denominadas como ruas, becos, ladeiras, largos, caminhos e indicações menos precisas, como o “lado de cima da matriz de Ouro Preto” ou a “Subida até a Água Limpa”. A localização atual de algumas vias é um desafio, já que parte das denominações utilizadas nestes documentos foi alterada ao longo da passagem destes

ampliação do parque industrial da Elquisa (Eletro Química Brasileira S.A.), empresa fundada em Ouro Preto, em 1934, pelos sócios Américo René Giannetti e Simão Lacerda. Instalada em Saramenha, região afastada do antigo núcleo urbano da sede de Ouro Preto, a Elquisa, inicialmente, fabricava ácido sulfúrico e sulfato de cobre. Entre o final da década de 1930 e 1945, novas instalações foram construídas pela empresa, a fim de produzir cimento aluminoso e alumínio, aproveitando as jazidas de bauxita que existiam na região de Ouro Preto. Neste processo de ampliação da fábrica, a Elquisa construiu dois novos bairros, a Vila dos Engenheiros e a Vila Operária, que, além de contribuírem para o aumento da população na sede de Ouro Preto, inseriram na paisagem da cidade uma nova tipologia arquitetônica e urbana. A Vila dos Engenheiros, por exemplo, seguiu o conceito de Garden City em voga nesta época. ALCAN. *Memória Viva: 50 anos da Alcan Alumínio do Brasil em Ouro Preto*. Ouro Preto: ALCAN. 2000. 126p.

quase 120 anos. Quanto à localização dos imóveis, o problema não é menos desafiador, pois no período estudado as casas não eram numeradas.¹⁰⁵

Além das denominações das vias, os registros do imposto predial informam os nomes dos proprietários, os valores a serem pagos, o apontamento do pagamento (caso tenha ocorrido) e anotações diversas inseridas em um campo dedicado às “observações”.

Tabela 5. Imposto predial arrolado e pago na sede de Ouro Preto. 1896.¹⁰⁶

IMPOSTO	Freguesia de Ouro Preto	Freguesia de Antônio Dias	TOTAL
Predial (arrolados)	752	855	1607
Predial (pagos)	570	552	1122

Conforme a tabela 5, em 1896 foram arrolados 1.607 imóveis na sede de Ouro Preto, sendo que 752 (46,7%) localizavam-se na freguesia de Ouro Preto e 855 (53,2%) em Antônio Dias. Havia, portanto, 103 imóveis a mais nesta segunda localidade. Esta informação fiscal torna-se interessante quando comparada ao censo realizado no município de Ouro Preto em 1890.¹⁰⁷ Segundo este recenseamento, dos 17.857 habitantes arrolados na sede, 62,5% (11.166) residiam na freguesia de Ouro Preto, quase 2/3 da população, e 37,5% (6.691) em Antônio Dias. Considerando estas duas fontes conclui-se que havia uma razão inversamente proporcional na sede: enquanto a freguesia de Ouro Preto possuía mais habitantes (62,5%) e menos imóveis (46,7%), em Antônio Dias era o contrário.

¹⁰⁵ A identificação espacial e uma descrição mais minuciosa sobre as edificações necessitariam da consulta de outras fontes, como testamentos, escrituras ou inventários dos proprietários, ação que ultrapassa os limites definidos para esta tese. Nos ateremos, portanto, às documentações definidas em nosso capítulo de introdução.

¹⁰⁶ APMOP. Registro de Lançamento de Impostos Municipais (Predial, Água, Esgotos, Indústrias e Profissões), 1896, 45f, Caixa 27 L4.

¹⁰⁷ Anuário Estatístico, ano I, 1921, v.2, Serviço de Estatística Geral, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925, p.776-779.

A distinção entre estas duas freguesias é reforçada pelos números relativos à quantidade de imóveis e de proprietários que saldaram o imposto predial em 1896. Como demonstra a tabela 5, a maior parte dos inadimplentes era formada por proprietários de imóveis situados em Antônio Dias: das 752 edificações da freguesia de Ouro Preto 75,7% (570) saldaram a sua conta com o fisco municipal. Dos 855 imóveis arrolados em Antônio Dias, 64,5% (552) pagaram este tributo. Enfim, além de possuir mais imóveis e menos habitantes que a primeira freguesia, Antônio Dias também computava um percentual maior de proprietários inadimplentes.

Entre as 77 vias que dividiam a sede em 1896, 18 (23,3%) concentravam os principais órgãos públicos, imóveis e templos religiosos da então capital de Minas. Nove vias situavam-se na freguesia de Ouro Preto (Rua Matozinhos, Rua Alvarenga, Campo do Raimundo, Rosário, Rua São José, Rua Tiradentes, Rua do Pilar, Rua Glória e Rua Bobadela) e as outras nove em Antônio Dias (Rua Nova, Rua Vasconcelos, Rua Vira Saia, Rua do Calvário, Rua Conselheiro Quintilhano, Rua Maciel, Rua dos Paulistas, Barra e Rua Padre Faria). Elas representavam os espaços mais valorizados da cidade, e concentravam 912 (56,7%) dos 1.607 imóveis arrolados na sede neste ano. Destes 912 imóveis, 48,4% (442) localizavam-se na freguesia de Ouro Preto e 51,4% (469) em Antônio Dias. Informação que reforça a tendência de maior concentração de edificações nesta segunda localidade.

A tabela 6 nos permite criar uma visão sobre a quantidade, o valor e a diversidade dos imóveis que existiam na sede de Ouro Preto em 1896. Chegamos a estes números considerando cinco vias situadas no centro e na periferia, que representavam quase 20% das 1.607 identificadas no imposto predial deste ano. Elas encontram-se entre as 18 vias acima citadas. Acreditamos, portanto, que compõem um percentual significativo sobre a distribuição imobiliária local.

Em 1896, o preço do imposto predial foi calculado a partir da extração de 3% sobre o valor locativo (valor de aluguel) dos imóveis. Percebe-se, assim, a partir da tabela 6, que os preços dos impostos prediais variavam entre 2#160 e 205#200 mil réis. Entre estes preços extremos encontravam-se diferentes tipos de edificações, como as pobres e pequenas residências, os sobrados mais caros e as casas modernas construídas no final do século XIX.

Tabela 6. Concentração de imóveis na sede de Ouro Preto. 1896.¹⁰⁸

	Rua Matozinhos		Rua São José		Barra		Rua Vasconcelos		Rua Maciel		Total (escala de valores)
Escala de valores	Nº de imóveis	%	Nº de imóveis	%	Nº de imóveis	%	Nº de imóveis	%	Nº de imóveis	%	
2#160 - 10#000	34	59,6	2	6	22	41	46	51	61	82,4	165
10#200 - 30#000	22	38,5	24	72,7	26	48	45	49	12	16,2	129
32#400 - 205#200	1	1,9	7	21,3	4	7,4	0	0	1	1,4	13
Não identificado	0	0	0	0	1	1,8	0	0	0	0	1
Em construção	0	0	0	0	1	1,8	0	0	0	0	1
Total (número de imóveis)	57	100	33	100	54	100	91	100	74	100	309

Das 309 edificações identificadas na tabela 6, 53,3% (165) deveriam pagar o imposto predial entre 2#160 e 10#000 réis. 41,7% (129) deveriam pagar entre 10#200 e 30#000 réis. E 2,5% (13) deveriam pagar entre 32#400 e 205#200 réis. Com base nestas escalas de valores classificamos as edificações da tabela 6 em três grupos (imóveis baratos, medianos e caros) e, em seguida, aplicamos estas escalas aos preços identificados nas 5 ruas selecionadas (Matozinhos, Maciel, São José, Vasconcelos e Barra).

Chegamos aos seguintes resultados: na Rua Matozinhos, localizada na periferia do distrito de Ouro Preto, 59,6% das edificações eram formadas por imóveis baratos. Na Rua Maciel, situada na periferia do distrito de Antônio Dias, este índice era mais

¹⁰⁸ APMOP. Registro de Lançamento de Impostos Municipais (Predial, Água, Esgotos, Indústrias e Profissões), 1896, 45f, Caixa 27 L4.

expressivo: 82,4%. Na Matozinhos, as construções de valores medianos perfaziam o total de 38,5%. Na Maciel, menos da metade deste índice: 16,2%. Em relação aos imóveis mais caros, identificamos um exemplar na Matozinhos e outro na Maciel, portanto, eles se demonstraram raros nas regiões periféricas. Assim, a partir destes percentuais, se conclui que nestas duas ruas periféricas a maior parte dos imóveis tinha o aluguel mais barato, sendo que eles aparecem com mais expressão na freguesia de Antônio Dias.

Saindo da periferia e aproximando da área central, o cenário se altera. Enquanto que na Rua José, situada na freguesia de Ouro Preto, os imóveis baratos representavam apenas 6%, na Rua Vasconcelos, localizada na freguesia de Antônio Dias, eles chegavam a 51%. Quanto às edificações de valores medianos, elas perfaziam 72% na São José e 49% na Vasconcelos. E, em relação aos imóveis caros, identificamos 7 na São José e nenhum na Vasconcelos. Estes percentuais nos permitem concluir que nestas ruas situadas na região central os valores medianos e caros apareciam em maior número, e eles tendiam a se concentrar mais na freguesia de Ouro Preto que em Antônio Dias. Reforçam, portanto, a percepção anterior: seja na periferia ou na área central, a primeira freguesia era mais valorizada que a segunda.

Isolamos a região da Barra destas análises porque a valorização desta área após a inauguração da estação ferroviária, em 1888, a torna um caso a parte. Apesar de localizar-se na periferia de Antônio Dias, ela foge ao padrão deste distrito. Para demonstrar esta afirmação comparamos os seus números aos das ruas Vasconcelos e Maciel, situadas também em Antônio Dias. Entre os 54 imóveis arrolados na Barra, os baratos representavam 41%, enquanto que na Rua Vasconcelos o percentual chegava a 51% e na Rua Maciel a 82,4%. Na Barra, as edificações medianas representavam 48%, enquanto que nas outras duas vias perfaziam um total de 49% e 16,2%. E, por fim, em

relação aos imóveis mais caros, identificamos 4 exemplares na Barra, nenhum na Vasconcelos e apenas 1 na Rua Maciel. Comparando estes valores percebe-se que o perfil da Barra, apesar de situar na área periférica da freguesia de Antônio Dias, se aproximava das ruas da região central da cidade, como a Rua São José. Fruto, como explicamos, da valorização imobiliária ocorrida neste espaço entre 1888 e 1896 com a instalação da estação ferroviária.

Os números gerais apresentados na tabela 6 informam que dos 309 imóveis arrolados 53,3% (165) eram modestos, por isso pagavam um tributo baixo. 41,7% (129) pagavam um preço mediano. E apenas 4,2% (13) eram mais sofisticados.¹⁰⁹ Se generalizarmos estes percentuais para a sede de Ouro Preto podemos inferir à seguinte conclusão: enquanto os imóveis mais caros não chegavam a 5% das edificações da cidade, os mais baratos representavam mais da metade, seguidos de perto pelos imóveis de valor mediano. Esta inferência sobre a posse imobiliária desenha no espaço urbano a diferença social que marcava da então capital de Minas: mais da metade de sua população, seguindo este raciocínio, era formada por uma população pobre e de poucos recursos.

Os registros do tributo de água e esgoto, apresentados na tabela 7, reforçam a distinção entre os distritos de Ouro Preto e Antônio Dias encontrada no imposto predial.

Tabela 7. Imposto de água e esgotos arrolado e pago na sede de Ouro Preto. 1896.¹¹⁰

IMPOSTO	Freguesia de Ouro Preto	Freguesia de Antônio Dias	TOTAL
Água e esgotos (arrolados)	637	484	1.121
Água e esgotos (pagos)	508	395	903

¹⁰⁹ Como demonstra a tabela 2, não conseguimos identificar informações sobre dois imóveis. O valor do primeiro não foi lançado no imposto predial, e o segundo estava em construção, o que o isentava deste tributo.

¹¹⁰ APMOP. Registro de Lançamento de Impostos Municipais (Predial, Água, Esgotos, Indústrias e Profissões), 1896, 45f, Caixa 27 L4.

Em 1896, como vimos, foram arrolados 1.607 imóveis que deveriam pagar o imposto predial na sede de Ouro Preto. Destes, segundo a tabela 7, 69,7% (1.121) eram contemplados com os serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos. Na freguesia de Ouro Preto, dos 752 imóveis arrolados no imposto predial 84,7% (637) tinham acesso a estes serviços. Em Antônio Dias, ao contrário, dos 855 imóveis arrolados no predial, somente 484 (56,6%) estavam conectados às redes de água e esgoto. Duas conclusões saltam destes números. Primeira: cerca de 70% dos imóveis da sede de Ouro Preto eram contemplados com estes serviços urbanos, o que, sem dúvida, é um índice expressivo para a época, se considerarmos que poucas cidades brasileiras contavam com estas duas benfeitorias no final do século XIX.¹¹¹ Segunda conclusão: enquanto cerca de 85% das casas da freguesia de Ouro Preto usufruíam do abastecimento de água e da coleta de esgotos, apenas pouco mais da metade dos imóveis da freguesia de Antônio Dias (56,6%) tinham esta condição. Estas análises, portanto, ratificam as distinções até aqui observadas entre estes dois distritos.

É interessante observar, conforme a tabela 7, que quando consideramos os percentuais de sonegadores do imposto de água e esgoto nestas duas freguesias, a diferença entre elas praticamente some no ano de 1896. No distrito de Ouro Preto, 20,3% (ou 129) proprietários não pagaram este tributo. Em Antônio Dias 18,4% (ou 89) não saldaram este débito. Estes números nos encaminham a novas conclusões. Primeira: na freguesia de Antônio Dias, os proprietários de imóveis que possuíam os serviços urbanos de água e esgoto tendiam a zelar pelo pagamento dos seus tributos e ficar quite com o fisco municipal. Segunda: como o imposto predial e o de água e esgotos eram pagos ao mesmo tempo, fica claro o perfil dos sonegadores do imposto predial em Antônio Dias: eram, sobretudo, proprietários de imóveis que não tinham acesso ao

¹¹¹ Como informamos no Capítulo I, o sistema de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos, foi inaugurado em Ouro Preto em 1890, e fazia parte do discurso de modernização da urbe que buscava enfraquecer a defesa pró-mudança da capital.

sistema de abastecimento de água e de coleta dos esgotos. Assim, percebe-se (somando estes dados às apreensões anteriores) que os imóveis que corriam o maior risco de entrarem para a lista dos inadimplentes eram os periféricos, de valor locativo baixo e que não possuíam os serviços urbanos acima citados. Esta observação vale para toda a sede de Ouro Preto, mas, sem dúvida, ela reforça a tendência que encontramos até o momento: o setor mais fragilizado era a freguesia de Antônio Dias.

A planta elaborada pelo engenheiro Clodomiro de Oliveira em 1903 nos auxilia na percepção das principais vias e da distribuição das redes de água e de esgotos que atravessavam a sede de em Ouro Preto nesta época (FIG.11).¹¹² Não conseguimos identificar na documentação da Câmara ou nos jornais locais produzidos neste período pistas sobre o contexto de elaboração deste documento. Sabemos, no entanto, que este não foi o primeiro trabalho prestado por Clodomiro para esta instância, como atesta a ata de reunião dos vereadores de 24/01/1901.¹¹³

O seu desenho superpõe os sistemas de distribuição das redes de água, de esgoto e de energia elétrica, facilitando a leitura dos representantes da Câmara e permitindo um maior controle fiscal sobre os habitantes.¹¹⁴

¹¹² Clodomiro de Oliveira nasceu em Itabira, Minas Gerais, em 9 de novembro de 1868. Graduiu-se em Engenharia de Minas e Civil pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1897. Neste ano foi nomeado professor substituto na Escola de Minas, chegando a ministrar as cadeiras de Navegação e Portos de Mar e de Arquitetura. Entre as suas atividades extra-acadêmicas estão, por exemplo, a gerência da Usina Wigg e o posto de Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais, entre 1918 a 1922, ocasião em que foi criada a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. Posteriormente, Clodomiro retornou ao magistério na Escola de Minas, onde foi diretor de 1930 a 1931. Ele faleceu no Rio de Janeiro em 10 de agosto de 1935. OLIVEIRA, Clodomiro de. Disponível em: <<http://www.em.ufop.br/em/diretores/clodomiro.php>>. Acesso em 20/05/2012.

¹¹³ Nesta ata, a Comissão Especial, um dos grupos responsáveis pela análise e aprovação dos projetos debatidos na Câmara, informou que Clodomiro e Rogério Farjado foram contratados para a projeção de duas plantas. A primeira visava identificar os valores lineares das frentes de todos os prédios situados na cidade de Ouro Preto. A segunda desejava detectar os terrenos aforados fora do perímetro da Sede. vessem fora do rol de impostos; e, conseqüentemente, ampliar o alcance do sistema de tributação. APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara, 1901 a 1905, p.13, Estante.

¹¹⁴ Estes sistemas são frutos de projetos elaborados por diferentes autores entre o final da década de 1880 e início da dos anos 1890, como informamos no primeiro capítulo.



FIG.11. Ouro Preto: planta de água, esgoto e luz, 26/06/1903. Engenheiro Clodomiro de Oliveira.
 Fonte: Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.¹¹⁵

¹¹⁵ Para a melhor apreciação dos detalhes, ampliamos esta imagem e a inserimos na área de anexos.

Em relação ao sistema de abastecimento de água, a planta de Clodomiro Oliveira identifica a localização de quatro estruturas: reservatórios de água, rede pluvial, chafarizes e os registros (de paradas, de descarga, de incêndio e de ventosa). Dessas estruturas sobressaem três conclusões. Primeira: a rede pluvial percorre praticamente todo o território da sede, ausentando-se nos pontos extremos da periferia, como na região da Capela do Padre Faria. Segunda: o número menor de reservatórios de água no distrito de Antônio Dias confirma a tendência de menor densidade populacional neste espaço no final do século XIX.¹¹⁶ Terceira: os chafarizes ainda eram úteis para parte das famílias ouro-pretanas, já que, como demonstramos, 30% dos 1.607 imóveis situados na parte central ou na periferia da sede em 1896 não tinham acesso ao abastecimento de água.

Em relação à rede de esgotos, marcada por uma linha contínua e vermelha, percebe-se que ela também não contemplava as regiões mais afastadas e periféricas. No Padre Faria, nos morros da Serra de Ouro Preto, no Taquaral, no Alto da Cruz, no Gambá, no Tombadouro e em Saramenha, o percentual de edificações não contempladas por estes serviços chegava a 19,4% dos imóveis da sede (313 dos 1.607 arrolados). Sem dúvida, um percentual significativo.¹¹⁷

A planta de Clodomiro de Oliveira nos permite observar, ainda, um aspecto impossível de ser detectado nos registros do tributo de água e esgotos: uma pequena parte dos imóveis da cidade era contemplada com o abastecimento de água, mas não tinha acesso à rede de esgoto. Nas ruas Quintiliano e Maciel, conforme os imposto de

¹¹⁶ Os nove reservatórios de água, conforme os círculos vermelhos inseridos na FIG.11, foram construídos nas encostas da Serra de Ouro Preto, em pontos não muito distantes das casas e das ruas da sede. Destes, cinco localizavam-se na freguesia de Ouro Preto. Os reservatórios 6, situado acima da Praça Tiradentes, e 9, construído acima da Rua Conselheiro Quintilhano, demarcados pelos círculos verdes, abasteciam a área central da sede, sendo que este último alimentava também a freguesia de Antônio Dias. Os reservatórios 7 e 8, também evidenciados pela cor verde, eram exclusivos desta última localidade.

¹¹⁷ APMOP. Registro de Lançamento de Impostos Municipais (Predial, Água, Esgotos, Indústrias e Profissões), 1896, 45f, Caixa 27 L4.

1896, 26 (21,8%) dos 119 imóveis pagaram a taxa de água e esgotos. No entanto, conforme o desenho de Clodomiro, estas ruas eram contempladas somente com o abastecimento de água. Portanto, podemos concluir que em relação a estes serviços urbanos, a sede apresentava três tipos de imóveis: um percentual menor era contemplado apenas com o abastecimento de água; aproximadamente 70% da população tinham acesso a água encanada e à rede de esgotos; e, por fim, uma parte significativa (cerca de 20%) não tinha acesso a estas benfeitorias.

Em relação ao sistema elétrico de Ouro Preto, não é possível deduzir a sua dimensão (pública/privada) a partir da planta de Clodomiro de Oliveira, já que esta rede foi instalada em 1893 e ampliada e reinaugurada em 1902.¹¹⁸ Conforme seu desenho, os postes contendo lâmpadas em arcos voltaicos e incandescentes pontilhavam grande parte da cidade nos primeiros anos do século XX, percorrendo um perímetro semelhante ao das redes pluvial e de esgoto. Portanto, este serviço também se encontrava nas regiões centrais e tendia a se ausentar quanto mais se aproximava das áreas periféricas. Enquanto cerca de 70% da área pública da cidade era contemplada com o serviço de energia elétrica, dentro da maioria dos imóveis a realidade era bem distinta. Segundo o depoimento da Sra. Erothides Esteves Vieira, nascida em Ouro Preto, em 1894: “Dentro das casas era iluminação com lampião. Todas as casas tinham lampião”.¹¹⁹ Alguns órgãos públicos, como a Câmara Municipal e certas residências já possuíam energia elétrica em 1896, mas a realidade da maioria dos imóveis ouro-pretanos era outra. Assim, se fora das residências, os postes de luz simbolizavam um traço moderno e

¹¹⁸ O serviço de iluminação pública e particular da sede, como informamos no primeiro capítulo, foi estruturado no início da última década do século XIX, a partir da instalação da Companhia Industrial de Ouro Preto, inaugurada em 1890. FUNDAÇÃO VALE. *Fios e tramas: a indústria têxtil em Mariana e Ouro Preto*. Fundação Vale: Coordenação Editorial: Santa Rosa Bureau Cultural – Belo Horizonte: Fundação Vale, 2013. 173p.

¹¹⁹ Dona Erothides Esteves Vieira. In: *Memórias de Ouro Preto*. BARBOSA, Lauro Sérgio Versiani, DORNELAS, Humberto (orgs). Ouro Preto: Editora UFOP, 1993.

asséptico na paisagem local, internamente (e em grande parte delas) ainda emanava o cheiro do querosene.

Os dados coletados, até o momento, nos permitem criar uma imagem geral sobre a sede de Ouro Preto em 1896, ano anterior à mudança da capital. Ela possuía em torno de 18.000 habitantes, sendo que cerca de 2/3 viviam na freguesia de Ouro Preto e o restante em Antônio Dias. Conforme a nossa inferência, enquanto os imóveis pertencentes à população pobre representavam mais da metade das 1.607 edificações, as casas mais sofisticadas, ao contrário, se limitavam a 5% dos imóveis. A freguesia de Antônio Dias, quando comparada à freguesia de Ouro Preto, possuía um número maior de edificações, uma quantidade menor de habitantes, era menos valorizada e tinha um índice maior de sonegadores do imposto predial. Cerca de 70% das edificações da sede eram contempladas com os serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos e um percentual bem menor era servido com as iluminações pública e privada.

2.3. O espaço urbano de Ouro Preto após a mudança da capital.

O que mudou neste cenário após a inauguração de Belo Horizonte? Para responder esta questão, comparamos os dados de 1896 a quatro amostras tributárias referentes aos anos de 1906, 1914, 1925 e 1933. Condensamos as informações disponíveis nestes tributos na tabela 8.¹²⁰

Uma percepção se destaca quando analisamos esta tabela: entre 1896 e 1933, o número de imóveis arrolados no imposto predial apresenta uma queda constante,

¹²⁰ Estes dados foram extraídos dos seguintes livros: APMOP. Registro de Lançamento do Imposto Predial, Águas e Esgotos, 1901-1909, 100f, Caixa 29, L 10. APMOP. Registro de Lançamento dos Impostos Predial, Água e Esgotos, 1905-1914, 300f, Estante Especial. APMOP. Livro de Registro de Lançamento do Imposto Predial, Águas e Esgotos, 1919 a 1924, 200f, Estante. APMOP. Registro de Lançamento de Impostos Municipais (Predial, Água e Esgotos, lixo e foros), 1925 a 1927, 200f, Estante. APMOP. Registro de Lançamento do Imposto Predial, 1926 a 1930, 400f, Estante Especial. APMOP. Registro de Lançamentos de Impostos Municipais (Predial, Água e Esgotos), 1931 a 1933, 202f, Estante Especial.

gerando neste período uma diferença significativa de 424 edificações (26,3%). Entre 1896 e 1906, a queda foi de 94 edificações, passando de 1.607 para 1.513. Entre 1906 e 1914, período mais expressivo, de 238 imóveis, passando de 1.513 para 1.275. Entre 1914 e 1925, o número de imóveis arrolados não se alterou. E entre 1925 e 1933 houve uma nova queda: 92 edificações, passando de 1.275 para 1.183. Portanto, no intervalo de praticamente 40 anos (1896-1933) cerca de 1/4 dos 1.607 identificados em 1896 desapareceram dos livros do imposto predial da sede de Ouro Preto.¹²¹

Tabela 8. Impostos coletados na sede de Ouro Preto (1896-1933).

IMPOSTOS	1896	1906	1914	1925	1933
Imposto predial (arrolados)	1607	1513	1275	1275	1183
Imposto predial (pago)	1122	815	797	789	688
Água e esgotos (arrolados)	1121	1158	996	970	0
Água e esgotos (pagos)	903	698	697	704	0
Água (arrolados)	0	0	0	0	991
Água (pagos)	0	0	0	0	618
Esgoto (arrolados)	0	0	0	0	871
Esgoto (pagos)	0	0	0	0	528

É possível observar os efeitos desta retração um pouco mais de perto. Para isso, reunimos na tabela 9 dezoito ruas que entre 1896 e 1933 possuíam o maior número de imóveis da sede de Ouro Preto. As vias listadas nesta tabela continham 57,8% das edificações arroladas nos tributos do imposto predial de 1896, em 1933, elas perfaziam 60,5% dos imóveis de Ouro Preto. Portanto, até a década de 1930 de cada 10 imóveis de Ouro Preto 6 localizavam-se nestas ruas. Sem dúvida, elas formam um percentual significativo para a nossa análise.

Como os dados da tabela 9 foram extraídos de ruas situadas em todas as áreas de Ouro Preto, eles nos permitem afirmar que a queda do número de imóveis arrolados nos

¹²¹ A análise dos livros do imposto predial indica que três motivos justificavam a ausência de um imóvel dos róis: a demolição da edificação; o processo irreversível de arruinamento de uma residência; e as falhas cometidas pelos funcionários durante a coleta de informações, como a omissão dos negócios de compra e venda.

registros do imposto predial foi um fenômeno que atingiu, com intensidades diferentes, todos os espaços da cidade. Todavia, é na região periférica das duas freguesias que encontramos os números mais expressivos, como demonstram as ruas Matozinhos, Campo do Raimundo, Barra, Conselheiro Quintilhano e Maciel.

Tabela 9. Imposto predial: concentração de imóveis em 18 ruas situadas na sede de Ouro Preto (1896-1933).

RUAS E REGIÕES	ANO					% de perda de imóveis arrolados
	1896	1906	1914	1925	1933	
Rua Matozinhos	57	50	40	38	40	30%
Rua Alvarenga	84	79	65	56	56	34%
Campo do Raimundo	52	53	23	28	27	49%
Rua do Rosário	52	51	48	42	42	20%
Rua São José	34	35	32	36	34	0%
Rua Tiradentes	43	40	38	37	37	14%
Rua do Pilar	41	39	36	38	35	15%
Rua Glória	30	28	25	22	23	24%
Rua Bobadela	50	50	50	49	47	6%
Rua Nova	38	38	38	39	34	11%
Rua Vasconcelos	91	56	55	54	52	43%
Rua Vira Saia	49	49	48	46	41	17%
Rua do Calvário	35	34	33	32	29	17%
Rua Cons. Quintilhano	44	39	30	23	0	52%
Rua Maciel	75	65	56	62	52	31%
Rua dos Paulistas	41	39	37	36	36	12%
Barra	54	59	59	36	36	34%
Rua Padre Faria	42	46	47	44	31	26%
TOTAL	929	902	801	780	716	23%

Tomemos a Rua Matozinhos como exemplo. Entre 1896 e 1933, esta rua experimentou uma queda de 30% dos imóveis, passando de 57 para 40 edificações. Na realidade, a maior parte desta queda se deu entre 1906 e 1914, período posterior à mudança da capital e que coincide com a fase mais expressiva da retração dos imóveis na sede de Ouro Preto. Em 1914, dos 40 imóveis que existiam na Matozinhos 1 encontrava-se demolido, 9 estavam em processo de arruinamento, 5 estavam arruinados e os 25 restantes encontravam-se habitados ou em condições de serem habitados.

Tomando base este ano, é possível identificar duas situações. Primeira: enquanto uma parcela pequena dos proprietários listados em 1896 assistiu as suas posses desabarem no chão, boa parte dos donos deste período continuou morando ou possuindo residências na Rua Matozinhos até 1914. Segunda situação: alguns interessados, aproveitando a desvalorização do preço dos imóveis, fizeram negócios na Rua Matozinhos. Entre eles encontravam-se proprietários que já tinham casa nesta rua, como o Sr. Manoel Correia Burgos, que além da residência que possuía desde 1906 comprou outra em 1912.¹²²

A diminuição de imóveis na sede de Ouro Preto após a mudança da capital é reforçada pelos depoimentos de antigos moradores. O Sr. José Alves Santos Júnior, por exemplo, que nasceu em 1903 e mudou-se ainda criança para a antiga capital, rememora esta época:

Com a mudança da capital, em 1897, saíram daqui as repartições públicas, saiu daqui muita gente, muito funcionário público, e a cidade ficou completamente... com uma **grande parte das casas vazias**. Ficou uma parte desabitada porque o pessoal teve que acompanhar o mundo oficial, o Governo do Estado que se instalou em Belo Horizonte. A cidade, naquela época, não tinha vida, era difícil trabalhar, não havia indústria, não havia nada. Todo mundo foi saindo. Uns foram provisoriamente, depois, foram fixando residência em Belo Horizonte, e a cidade ficou um fracasso (grifo nosso).¹²³

E reafirma esta impressão a partir das lembranças de um pároco local:

Com a mudança da capital, conforme disse o nosso vigário, já falecido, Monsenhor João Castilho Barbosa, a cidade se tornou um silêncio que não se ouvia bater um martelo, não se ouvia um batido de um martelo! A cidade estava numa situação de plena decadência. O comércio fechado porque não tinha freguês; outros faliram. **Começou a demolição de casa velha. Quem tinha propriedade aqui, às vezes deixava um sujeito tomando conta para conservar a casa e o camarada deixava até a casa cair** (grifo nosso).¹²⁴

¹²² As negociações dos imóveis da sede após a mudança da capital merecem, sem dúvida, um futuro estudo que revele três questões sobre o mercado imobiliário local: como se deu a permanência dos laços de propriedade dos ouro-pretanos que se mudaram para Belo Horizonte? Como agiam no mercado local os ouro-pretanos que permaneceram na ex-capital? Qual era a origem e os perfis dos novos proprietários? Estas são questões que pretendo abordar após a defesa desta tese.

¹²³ Depoimento do Sr. José Alves dos Santos Júnior. In: *Memórias de Ouro Preto*. BARBOSA, Lauro Sérgio Versiani, DORNELAS, Humberto (orgs). Ouro Preto: Editora UFOP, 1993.

¹²⁴ Depoimento do Sr. José Alves dos Santos Júnior. In: *Memórias de Ouro Preto*. BARBOSA, Lauro Sérgio Versiani, DORNELAS, Humberto (orgs). Ouro Preto: Editora UFOP, 1993.

A Sra. Erothides Esteves Vieira, que nasceu em Ouro Preto em 1904, relembra a fala de sua mãe sobre esta época: “Depois disso muita casa sem valor, assim como esta mesma aí embaixo, ficou desalugada. Ouro Preto ficou vazio, mamãe contava que ficou bem vazio Ouro Preto”.¹²⁵ A Sra. Zilda Ferreira Costa, que nasceu em 1899, também destaca este ponto: “Era fácil arranjar casa para alugar. Tinha fartura de casas... tinha muita casa abandonada em Ouro Preto.”¹²⁶

“Grande parte das casas vazias”, “muita casa sem valor”, “casas demolidas”, “casas abandonadas”. Estes relatos nos aproximam da cidade de uma maneira expressiva, mas também imprecisa. Os números que encontramos nos registros do imposto predial ajudam a acrescentar objetividade e concretude aos depoimentos destes antigos moradores. Como se percebe, parte das edificações abandonadas foi se descontruindo, se desmanchando, se despedindo dos livros de tributos e do cenário da cidade.

Retornemos à tabela 8. Outra informação que nos chama a atenção refere-se ao número de contribuintes que deixaram de pagar os impostos municipais entre 1896 e 1933. Quanto ao imposto predial temos as seguintes informações. Em 1896, dos 1.607 proprietários de imóveis arrolados, 69,8% (1.122) quitaram seu débito. Em 1906, 53,8% (815) dos 1.513 imóveis ficaram em dia com o fisco. Em 1914 foram 61,8% (789) dos 1.275 arrolados. Em 1925, 54,7% (698) dos 1.275. E em 1933, 58,1% (688) dos 1.183. Estas amostras demonstram uma tendência: paralelo à diminuição do número de edificações cresceu o percentual de inadimplentes do imposto predial. Entre 1896 e 1925, ele passou de 30,2% para 45,3%, retraindo um pouco em 1933, quando chegou a

¹²⁵ Depoimento da Dona Erothides Esteves Vieira. In: *Memórias de Ouro Preto*. BARBOSA, Lauro Sérgio Versiani, DORNELAS, Humberto (orgs). Ouro Preto: Editora UFOP, 1993.

¹²⁶ Depoimento de Dona Zilda Ferreira Costa. In: *Memórias de Ouro Preto*. BARBOSA, Lauro Sérgio Versiani, DORNELAS, Humberto (orgs). Ouro Preto: Editora UFOP, 1993.

41,9%. Portanto, no início da década de 1930, aproximadamente metade dos contribuintes estava em falta com este tributo.

Em que setores da sede de Ouro Preto esta sonegação foi maior? A tabela 10, que a exemplo da tabela 9 seleciona as ruas onde havia a maior concentração de imóveis da cidade, nos auxilia na interpretação desta questão.

Tabela 10. Imposto predial: números do imposto predial arrolados e pagos em 18 ruas da sede de Ouro Preto (1896-1933).¹²⁷

RUAS	1896		1906		1914		1925		1933	
	Arrolado	Pago	Arrolado	Pago	Arrolado	Pago	Arrolado	Pago	Arrolado	Pago
Rua Matozinhos	56	43	50	19	40	20	38	35	40	12
Rua Alvarenga	84	59	79	43	65	44	56	39	56	32
Campo do Raimundo	52	19	53	17	23	12	28	4	27	2
Rua do Rosário	52	41	51	31	48	33	42	27	42	23
Rua São José	34	33	35	23	32	24	36	21	34	21
Rua Tiradentes	43	42	40	33	38	33	37	35	37	31
Rua do Pilar	41	35	39	26	36	26	38	31	35	23
Rua Glória	30	21	28	15	25	16	22	10	23	16
Rua Bobadela	50	45	50	47	50	47	49	45	47	38
Rua Nova	38	32	38	19	38	22	39	24	34	16
Rua Vasconcelos	91	74	56	38	55	44	54	33	52	26
Rua Vira Saia	49	37	49	22	48	23	46	22	41	17
Rua do Calvário	35	24	34	15	33	14	32	12	29	8
Rua Cons. Quintilhano	44	28	39	14	30	14	23	11	0	0
Rua Maciel	75	35	65	29	56	26	62	31	52	29
Rua dos Paulistas	41	28	39	27	37	30	36	26	36	27
Barra	54	51	59	34	59	37	36	22	36	26
Rua Padre Faria	42	26	46	15	47	23	44	6	31	10
TOTAL	911	673	850	467	760	488	718	434	652	357

¹²⁷ APMOP. Registro de Lançamento de Impostos Municipais (Predial, Água, Esgotos, Indústrias e Profissões), 1896. 45f, Caixa 27, L4. APMOP. Registro de Lançamento do Imposto Predial, Águas e Esgotos, 1901-1909, 100f, Caixa 29, L 10. APMOP. Registro de Lançamento dos Impostos Predial, Água e Esgotos, 1905-1914, 300f, Estante Especial. APMOP. Livro de Registro de Lançamento do Imposto Predial, Águas e Esgotos, 1919 a 1924, 200f, Estante. APMOP. Registro de Lançamento de Impostos Municipais (Predial, Água e Esgotos, lixo e foros), 1925 a 1927, 200f, Estante. APMOP. Registro de Lançamento do Imposto Predial, 1926 a 1930, 400f, Estante Especial. APMOP. Registro de Lançamentos de Impostos Municipais (Predial, Água e Esgotos), 1931 a 1933, 202f, Estante Especial.

Esta tabela (reforçando as tendências anteriores) indica que a maior parte dos inadimplentes se encontrava nas áreas periféricas. Através dos dados das amostras de 1896 e 1933 é possível perceber esta conclusão, por isso selecionamos alguns casos. Na Rua Matozinhos, situada na freguesia de Ouro Preto, das 56 edificações arroladas, 43 (76,7%) saldaram este tributo em 1896. Em 1933, das 40 identificadas, somente 12 (30%). No Campo do Raimundo dos 84 imóveis arrolados em 1896, 59 (70,2%) pagaram o imposto predial. Em 1933, dos 27 listados, apenas 2 (7,4%). Na Barra, situada na freguesia de Antônio Dias, dos 54 arrolados em 1896, 51 (94,4%) pagaram o imposto predial. Em 1933, dos 36 identificados, este percentual caiu para 26 (72,2%). Na Rua Padre Faria, também neste distrito, das 42 arroladas em 1896, 26 (61,9%) saldaram este tributo. Em 1933, dos 31 elencados nesta rua, somente 10 (32,2%).

No entanto, o impacto da sonegação do imposto predial sobre o montante recolhido neste tributo não foi tão grande como pode-se presumir, mas é significativo. Em 1896 dos 23:120#088 contos de réis que a Câmara esperava coletar, foram recolhidos 19:773#808 (85%) aos cofres de Ouro Preto. Em 1933 dos 33:307#560 contos de réis projetados foram pagos 24:021#960 (72,1%). A diferença entre estes números indica que o percentual de inadimplentes passou de 15%, em 1896, para 27,9%, em 1933. Mesmo com este crescimento, foi possível arrecadar pouco mais de 70% do estimado para o início da década de 1930. Isto demonstra que, apesar da inadimplência do imposto predial nas áreas periféricas, os donos dos imóveis das áreas centrais da cidade, onde o fenômeno de diminuição do número de edificações foi menor, tendiam a cumprir suas obrigações com o fisco municipal. Enfim, quanto maior fosse a renda do proprietário e mais central fosse seu imóvel, menor era a probabilidade dele pertencer ao rol de devedores.

Os registros do imposto de água e esgoto, ainda conforme a tabela 8, é outra fonte que amplia a nossa percepção sobre a situação da sede de Ouro Preto entre 1896 e 1933. Em 1896, 1.121 residências tinham acesso ao sistema de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em Ouro Preto, em 1925 este número caiu para 970. No início da década de 1930, quando estes dois serviços passaram a ser cobrados separadamente, a realidade não era muito diferente: 991 tinha acesso ao abastecimento de água e 871 à coleta de esgotos. Portanto, quase meio século após este sistema ter sido implantado, cerca de $\frac{1}{4}$ da população ainda não tinha acesso a estes serviços, situação que era mais comum na periferia que na área central. Em vez de avançar, este sistema diminuiu, acompanhando o fenômeno de retração do número de edificações na antiga capital. O percentual de pagamento destes tributos também variou ao longo deste período. Se em 1896, 80,5% saldaram esta dívida, em 1933, apenas 62,3% pagaram a taxa de água e 60,6% ficaram quites com a coleta de esgotos.

Outra conclusão: os percentuais de contribuintes que saldaram este tributo entre 1896 e 1925 são maiores que os encontrados para o imposto predial. Isto significa que os contribuintes que possuíam imóveis contemplados por estes serviços tendiam a saldar mais as suas dívidas que aqueles desprovidos destas benfeitorias. Reforçam, assim, conclusões anteriores: quanto mais simples e periférico fosse a edificação maior era a possibilidade do proprietário fazer parte do rol dos sonegadores neste período de perda de parte dos imóveis de Ouro Preto.

Resumindo as análises realizadas até este momento sobre as amostras dos tributos do imposto predial e de água e esgoto chegamos às seguintes conclusões. Entre 1896 e 1933, cerca de $\frac{1}{4}$ dos imóveis arrolados na cidade de Ouro Preto desapareceram do rol do imposto predial, devido à demolição ou ao fato destas edificações entrarem em um processo irreversível de arruinamento. A diminuição do número de imóveis foi um

fenômeno que atingiu, com intensidades diferentes, todos os espaços da sede de Ouro Preto, fazendo-se mais presente nas áreas periféricas. Paralelo à diminuição do número de edificações cresceu o percentual de inadimplentes, cujo número também era maior na periferia. Em relação às comparações realizadas com o tributo de água e esgoto, vimos que cerca de 70% da população tinham acesso a estes serviços urbanos, e que entre o final do século XIX e a década de 1930, o alcance deste sistema em vez de avançar, ao contrário, diminuiu, acompanhando a queda do número de edificações na antiga capital. Os números analisados demonstraram que os contribuintes que possuíam imóveis servidos por estes dois serviços urbanos tendiam a saldar mais as suas dívidas que aqueles desprovidos destas benfeitorias. Isto significa que o percentual de proprietários que pagavam o imposto de água e esgotos era maior do que os que saudavam o predial. Como este tributo pesava mais no bolso do contribuinte que o imposto predial, ele ajudou, sobretudo na região periférica, a alimentar o percentual de inadimplência na cidade.

Portanto, não se apresenta surpreendente que a imagem de abandono e empobrecimento tenha marcado a memória dos antigos moradores: “casas sem valor”, “casas abandonadas”, “cidade fracassada”. A capital se foi em 1897, o município perdeu metade do seu território na década de 1920 e no rastro destas mudanças ficou um sentimento de abandono e de poucas certezas. Os números apresentados neste capítulo, quer seja sobre os negócios ou sobre o espaço urbano de Ouro Preto, reforçam esta apreensão.

Capítulo III – Sentimientos de abandono.

As comemorações do carnaval de 1898, realizado cerca de dois meses após a inauguração de Belo Horizonte, exemplificam as tensões, as rejeições e as percepções que permeavam o contexto de mudança da capital mineira. Os temas representados nos carros alegóricos, como não poderia deixar de ser, focalizaram este momento, utilizando a ironia e, algumas vezes, o próprio grotesco para se referir a Belo Horizonte. Neste evento se inverteu o fluxo entre as duas cidades, já que parte dos habitantes que seguiram para a nova capital retornou a Ouro Preto a fim de participar da programação carnavalesca.

Nesta época, a folia em Ouro Preto era realizada a partir da atuação de blocos e comissões que representavam determinados territórios das duas freguesias que formavam a sede municipal (Ouro Preto e Antônio Dias).¹²⁸ O poder legislativo financiou parte dos gastos do festejo, que se iniciou no sábado, dia 19/02/1898, com a chegada do trem que trazia os “funcionários, filhos e amigos” de Ouro Preto que passaram a residir em Belo Horizonte.¹²⁹ Para esta ocasião, as comissões da Rua Tiradentes e da freguesia de Antônio Dias contrataram, respectivamente, as bandas de música do 5º batalhão da polícia estadual e do Distrito de Cachoeira do Campo.¹³⁰ Após a recepção, que contou com a participação de parte da população da cidade, um contingente seguiu rumo a Antônio Dias e outro maior (cerca de 2.000 habitantes) se dirigiu para a freguesia de Ouro Preto, ambos liderados pelas duas bandas de música.¹³¹

¹²⁸ O Carnaval. *Jornal Mineiro*, 27/02/1898, ano I, nº26, p.2-3.

¹²⁹ Em 1898, os vereadores aprovaram uma verba de 500#000 mil réis para a freguesia de Antônio Dias e fizeram repasses de cotas de valores fixos (não discriminados nestes documentos) destinadas às ruas Cláudio e Vasconcelos. Para a freguesia de Ouro Preto, os vereadores repassaram uma cota para a Rua Paraná e a Câmara bancou as despesas com a iluminação a gás acetileno na Rua Tiradentes, ambas situadas na região central deste distrito. Registros de anotações para a redação de atas de sessões da Câmara. APMOP. Registro de anotações para a redação de atas de sessões da Câmara. 1898 a 1905. 199f.

¹³⁰ O Carnaval. *Jornal Mineiro*, 27/02/1898, ano I, nº26, p.2-3.

¹³¹ Idem, p.2.

Os treze “quadros alegóricos” erguidos pela Comissão da Rua Tiradentes, situada na região comercial mais movimentada da sede, dava o tom do assunto central que seria explorado neste carnaval. Os títulos e os temas pintados nestes quadros faziam alusão à transferência dos ouro-pretanos para Belo Horizonte e ao sentimento de injustiça representado pela mudança da capital. A descrição destes quadros é um pouco extensa, mas acreditamos que seja produtiva para compreendermos como os grupos carnavalescos viam a situação das duas cidades.

A primeira pintura, denominada “Partida do Tribunal”, representava “o grande número de famílias com as respectivas bagagens” preparando-se para a partida para a nova capital. A segunda, “Para não estranharem depois...”, apresentava a chegada das famílias à nova capital, onde eram recepcionadas por dois personagens de “férula em punho”.¹³² A terceira, “1ª sessão do tribunal”, demonstrava uma mesa rodeada de indivíduos, enquanto operários concluíam um edifício. A quarta, “O maior argumento do código do Curral”, representava a confusão instalada neste momento de chegada à nova capital. A quinta, “O tribunal voltado para a casa”, apresentava o recém-construído edifício em vias de desabar, enquanto um militar buscava controlar a multidão apavorada diante da cena. A sexta, “Bagagem ministerial”, representava o ministro da fazenda auxiliado por carregadores que levavam diversas mercadorias, como bacalhau e cachaça. A sétima, “Prudência! São da alta política as despedidas à francesa”, apresentava um viajante armado e rodeado de cães que recebia de um indivíduo um frasco que trazia no rótulo a palavra “reumatismo”. A oitava, “Único que se despediu”, revelava um cidadão representante da justiça que recebe os “adeuses das duas freguesias” que formam a sede de Ouro Preto.¹³³

¹³² Férula é uma cruz com haste utilizada pelo papa, autoridade máxima da Igreja Católica.

¹³³ O Carnaval. *Jornal Mineiro*, 27/02/1898, ano I, nº26, p.2-3.

A nona, “Um cofre aberto”, representava a construção de Belo Horizonte como prejuízo para Minas. Ela destacava dois valores: 000:000#000 réis de ativo e 100.000:000#000 de réis de passivo. A décima, “Pau de sebo”, apresentava esta brincadeira como “uma festa muito comum nas cidades adiantadas como Belo Horizonte”. A décima primeira, “Planta de papudópolis”, ironizava os nomes dos logradouros da capital, rebatizando-os como Avenida sem torno, Conselheiro dos aflitos, Pindaíba, Tramoin, Embiras, Desconsolação, Onça, Veado, Cotia e Gavião. A penúltima, sem denominação, apresentava a substituição da estátua de Tiradentes, inaugurada em Ouro Preto em 1894, pela de Aarão Reis, engenheiro responsável pela comissão que planejou e construiu Belo Horizonte. E finalizando este percurso imagético aparecia uma pintura dividida em dois planos. No primeiro, Tiradentes empunhava um facho de luz com a inscrição “Viva o berço da Independência”, recebendo a ovação de uma multidão que carregava bandeiras onde se lia “Viva Ouro Preto! Ouro Preto não morre!”. O segundo plano apresentava Belo Horizonte em ruínas, habitada somente por formigas e cupins e mirada por um velho senhor desesperado.¹³⁴

A partida dos “funcionários, filhos e amigos” de Ouro Preto e a chegada à nova capital, como demonstravam estes quadros alegóricos, era vista como um martírio. A fécula empunhada por dois indivíduos, (que representavam a Igreja) no desembarque dos ouro-pretanos em Belo Horizonte, parece sinalizar a triste sina a ser enfrentada pelos novos moradores que chegavam a uma cidade que, contrastando com a bicentenária Ouro Preto, ainda se apresentava em construção. Uma cidade sem cidade, sem história, sem tradição. A nova capital, mimetizada na forma de um edifício, inspirava receios e ameaçava ruir em seu próprio nascedouro. E o pânico da multidão

¹³⁴ O Carnaval. *Jornal Mineiro*, 27/02/1898, ano I, nº26, p.2-3.

diante deste cenário era contido pelas autoridades que mantinham os novos moradores sob seu julgo.

As críticas à transferência da capital não se restringiram apenas aos quadros alegóricos produzidos pela Comissão da Rua Tiradentes. A Comissão do Distrito de Antônio Dias preparou um carro alegórico que trazia em sua frente um caçador rodeado por criados, ordenanças, cachorros e uma onça assassinada na Praça da Liberdade, principal espaço dedicado à representatividade do poder estadual na nova capital. Segundo o *Jornal Mineiro*, esta “crítica de muito espírito foi recebida pela multidão no meio de ovações”. O Club dos Lacaios, principal bloco de carnaval de Ouro Preto neste período, produziu seis carros que também fizeram diferentes tipos de alusão a este assunto. O primeiro, denominado “Curral Del Rey”, conduzia “espécimes” da “população primitiva [de Belo Horizonte] com o respectivo bócio”. O segundo, designado como “A construção da cidade”, tematizou os argumentos científicos que nortearam a construção da nova capital. O terceiro, chamado de “O funcionalismo”, mas cujo aspecto não foi detalhado pelo texto do jornal, “foi recebido com estrepitosas gargalhadas pelas inúmeras e boas pilhérias”. O quarto, “Funestas consequências”, era composto por personagens vestidos de preto e distribuía um panfleto onde se criticava “as desgraças do faturoso estado de Minas Gerais, atirado ao abismo da bancarrota”. O quinto carro, denominado “Dissolução da comissão”, trazia 15 componentes “muito gordos” segurando as suas “bem recheadas” malas. Por último, o carro “A cidade de Ouro Preto”, “esplendidamente enfeitado e puxado por 6 cavalos”, apresentava uma “elegante mocinha” que recostava-se em uma representação do Pico do Itacolomi, “sentinela muda” da ex-capital.¹³⁵

¹³⁵ O Carnaval. *Jornal Mineiro*, 27/02/1898, ano I, nº26, p.2-3.

A exaltação de Ouro Preto e a difamação do processo que levou à escolha e à construção de Belo Horizonte também estava na base da crítica dos blocos carnavalescos. A moderna capital, ícone imaginário de uma elite política que desejava romper com o atraso monárquico e colocar o estado de Minas nos trilhos do progresso e da prosperidade, era vista como um espaço misto de concreto e selvageria, onde onças, pessoas doentes e oportunistas frequentavam a região central da cidade. Belo Horizonte se apresentava como um espaço improvisado resultante da ganância financeira e da arrogância intelectual, como demonstra o quadro alegórico que representava a substituição da figura de Tiradentes pelo do engenheiro Aarão Reis.

Relatos de ex-moradores da antiga capital reforçavam esta sensação de imprevisto nos anos iniciais de ocupação de Belo Horizonte. O farmacêutico, professor e jornalista Aurélio Pires, figura recorrente nos circuitos promovidos pela elite política e intelectual ouro-pretana no início da década de 1890, registrou em suas memórias a incômoda situação vivenciada em Belo Horizonte nesta época.

Chegamos em Belo Horizonte no mesmo dia em que deixávamos o Ouro Preto (23 de outubro de 1897). Chovia... A casa que [me] fora doada, como professor do Ginásio [Mineiro], estava inacabada, faltando-lhe as vidraças, as venezianas e a pintura. Não obstante, aí pernoitamos em colchões umedecidos pela chuva. No trajeto da Estação [ferroviária] a essa residência nem bonds, nem carros de praça, que nos facilitassem a locomoção. De sorte, tivemos que palmilhar um lamaçal pegajoso e incômodo. Não havia ainda luz elétrica, e nossa mobília só chegou no dia seguinte. Ainda não estavam abertas a maior parte das ruas que hoje se estendem da Praça Rui Barbosa, onde está a Estação, ao Bairro Funcionários, onde íamos residir. De modo que a comunicação entre aquele bairro e o centro da cidade era feita em trilhas irregularmente abertas por entre a mataria que ainda ocupava grande área da cidade. As saudades que nos acompanhavam de coisas e de pessoas que havíamos deixado, o desconforto da instalação, a perspectiva do desconhecido, sempre amedrontadora para os corações timoratos, tudo isso foi parte para que fosse desfavorável a primeira impressão que colhemos da nova cidade.¹³⁶

¹³⁶ Conforme indica em seu livro de memórias, Aurélio Pires se transferiu para Belo Horizonte antes do Ginásio Mineiro porque deseja abrir uma farmácia na nova capital. Fato consumado em 11 de novembro de 1897, quando inaugurou um estabelecimento homônimo situada na Rua Cláudio Manoel. O negócio,

As alegorias elaboradas pelas comissões e pelos grupos carnavalescos de 1898 emprestaram uma concretude específica (plástica e teatral) ao sentimento de abandono que circulava pelos vários ambientes e grupos sociais de Ouro Preto. Se por um lado, elas carregavam a mão na tinta ao criticarem a vida na nova capital, por outro, tendiam a sublimar os problemas existentes na velha urbe e a se apoiar na imagem política e cívica da cidade como “berço da Independência”, “sentinela” das tradições mineiras e, acima de tudo, imortal. As alegorias de 1898 indicam, na realidade, o início de um luto.

3.1. A conciliação entre as duas cidades na Câmara.

Enquanto a discussão sobre a mudança da capital continuava acesa nas ruas, na Câmara Municipal o discurso tendia a um tom conciliatório entre as representações e os lugares da nova e da velha capital. Esta conciliação foi possível à medida que os monarquistas tradicionais perderam espaço para os quadros políticos locais que aderiram ao discurso e à força do Partido Republicano Mineiro no final da década de 1890. Três eventos exemplificam esta mudança de discurso que buscava defender os interesses da velha cidade sem necessariamente atacar a nova sede do estado: a preocupação quanto a transferência das repartições públicas federais; a homenagem à memória de Tiradentes realizada em 1902; e as comemorações do Bicentenário de Ouro Preto ocorridas em 1911.

A adesão da Câmara Municipal ao republicanismo e a presença de Joaquim Cândido da Costa Sena no cargo de vice-presidente do estado de Minas Gerais, entre 1898 e 1902, abriram caminhos para uma interlocução direta entre a cidade e o governo

no entanto, durou apenas seis anos porque oscilava entre “alternativas de lucros e de prejuízos”. PIRES, Aurélio. *Homens e fatos de meu tempo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

estadual na virada para o século XX.¹³⁷ Costa Sena era vice de Francisco Silviano de Almeida Brandão, e no último ano do mandato, com a morte do presidente do estado, assumiu o posto político máximo em Minas. Neste período, ocorreu o grosso do processo de transferência dos órgãos e dos funcionários públicos estaduais de Ouro Preto para Belo Horizonte. O mesmo não aconteceu com as repartições federais, que tiveram este deslocamento alongado. Dentro da Câmara havia uma oposição a esta mudança, e os vereadores passaram a contar com o apoio de alguns representantes políticos no âmbito estadual, como Costa Sena. A fala do vereador Coronel Cornélio Vaz de Melo na tribuna da Câmara que, em 18/01/1901, agradeceu os esforços do governo do estado em relação a esta questão, exemplifica ligação entre o poder local e o centro do poder em Belo Horizonte.¹³⁸

O Jornal *A Cidade*, dirigido por José Maria Rosemberg, espécie de porta-voz do Partido Republicano Mineiro em Ouro Preto, engrossava este debate através de artigos, como o *Repartições Federais*, publicado no final de 1901.¹³⁹

Veio de novo à baila, ultimamente, a questão da mudança das repartições federais, aqui instaladas, para Belo Horizonte. Nada mais inconveniente, na hora presente, do que a possibilidade de se traduzir em fato semelhante medida, tanto para os interesses da cidade, ainda não soerguida do duro golpe que sofreu com a mudança da sede do governo, como para os elevados e poderosos interesses da União, em jogo nesta questão, e especialmente para os familiares dos dignos e zelosos empregados que aqui residem em condições de bem estar que não poderão tão cedo encontrar na nova capital.¹⁴⁰

E continuou o editorial do jornal.

¹³⁷ Joaquim Cândido da Costa Sena foi professor e diretor da Escola de Minas, um importante especialista em geologia e mineralogia e um entusiasta da exploração mineral em escala industrial no estado. Republicano desde a década de 1880, ele figurava entre as principais lideranças políticas da região central mineira, condição que lhe permitiu influir para que as escolas superiores (Escola de Minas e Escola de Farmácia) permanecessem na ex-capital. REIS, Milton. Joaquim Cândido da Costa Sena. In: *A trajetória do poder: de Cesário Alvim a Aécio Neves*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias. 2008, p.59-60.

¹³⁸ APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara. 1901 a 1905, p.8.

¹³⁹ Repartições federais. *A Cidade*, Ouro Preto, 22/10/1901, ano 1, nº 2, p.1.

¹⁴⁰ MENICONI, op. cit., 1999, p.68.

Não temos pela nova capital sentimento algum de hostilidade, [somente] afeto por um pedaço da pátria comum, onde continuam as tradições de civismo, de hospitalidade e de cosmopolitismo que fazem o *cachet* sedutor da nova Ouro Preto. A sua civilização, progresso e rápido desenvolvimento **não podem causar à velha capital sentimentos de ódio, de ciúmes ou de inveja, senão orgulho e íntimo gozo de uma velha mãe que perto de si contempla satisfeita a filha garrida e louça.** Com efeitos de horas é a distância entre uma e outra, pela rapidez das comunicações, e não é justo que se arranque de improviso **os últimos mantos que cobrem a nudez de uma para enfeitar a outra, rica de atavios e bafejada pelas preferências naturais à sua situação** (grifo nosso).¹⁴¹

O artigo espelha a posição da Câmara neste período: criticar as ações que poderiam aprofundar a crise econômica vivenciada em Ouro Preto sem necessariamente se contrapor à existência de Belo Horizonte. Em 02/04/1902, período em que Costa Sena havia assumido o posto de presidente do estado, devido ao estado enfermo de Silviano Brandão, os vereadores ouropretanos se reuniram em uma sessão extraordinária para produzir uma representação endereçada ao Presidente da República, Manuel Ferraz de Campos Salles.¹⁴² Neste ofício, cujo o teor não foi possível identificar através da documentação existente no arquivo da Câmara, o Agente Executivo de Ouro Preto, Donato Joaquim da Fonseca, expôs a posição contrária dos edis quanto à transferência dos órgãos públicos federais. Um mês depois, em 15/05/1902, Campos Sales respondeu formalmente indicando que consideraria a perspectiva da Câmara sobre este tema.

Os argumentos utilizados na representação enviada pelos vereadores podem ser deduzidos através de um artigo publicado no Jornal *A Cidade*, em 14/05/1902, também intitulado *Repartições Federais*. Neste texto, o redator procurou desconstruir as bases dos discursos que defendiam a necessidade da mudança dos órgãos federais. Inicialmente, ele abordou uma questão geográfica: a localização de Ouro Preto.

¹⁴¹ MENICONI, op. cit., 1999, p.68.

¹⁴² APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara. 1901 a 1905, p.93.

[As] Repartições [encontram-se] instaladas cômodas e decentemente em magníficos [edifícios] próprios nacionais, em uma cidade central do Estado, em pronta e rápida comunicação por estrada de ferro e telégrafo com todos os seus municípios e comarcas. É de ver-se que pela face mais importante do problema administrativo nenhuma necessidade aconselha a sua instalação em outra cidade.¹⁴³

Em seguida, ele procurou derrubar a premissa de que a transferência para os prédios novos de Belo Horizonte promoveria a boa e regular administração dos serviços da União e que resultaria em maior conveniência das partes que têm negócios idênticos nas repartições estaduais.

Os serviços que correm pelas repartições federais obedecem à ação direta e imediata dos poderes da União, sem a menor dependência do governo estadual, por maior que seja a harmonia de vistas e a solidariedade política entre eles. Ao contrário, o funcionamento de repartições federais longe do centro do poder político do estado, não acarretando o menor embaraço à sua administração interna, é condição de garantia para a independência e absoluta e autonomia de tão importantes serviços confiados a funcionários da confiança imediata do poder federal. Folguemos de reconhecer que o governo mineiro, sempre patriótico e bem orientado, jamais tenha causado o menor óbice ao perfeito funcionamento dos serviços da União no território do Estado. Mas a política é vária e mutável, servida por paixões e por interesses, ninguém pode responder pelo imprevisto, e a primeira virtude da administração é a previdência.¹⁴⁴

Continuando sua linha argumentativa, o redator defendeu a necessidade da União analisar a situação de Ouro Preto, berço da República brasileira, e o novo impacto econômico que seria provocado pela mudança das repartições federais.

Sob o aspecto econômico, o mais importante de todos na quadra atual, não é crível que o benemérito Sr. Dr. Campos Salles, ilustre Presidente da República, que *de visu* pode avaliar a excelente instalação dos serviços federais em uma cidade montanhosa, de clima incomparável, vida barata, onde Sua Excelência encontrou nas delirantes aclamações populares, mais que em nenhuma outra cidade, o testemunho eloquente dos sentimentos republicanos do povo mineiro no próprio teatro das cenas emocionantes dos primeiros atos da tragédia que precedeu a Independência nacional, não é crível, repetimos, que o ilustre magistrado, cujo nome pertence à história da reconstituição econômica da República, **condenando à ruína e ao abandono**

¹⁴³ Repartições federais. *A Cidade*, 14/05/1902, ano 1, nº 29, p.1.

¹⁴⁴ *Idem*, p.1.

valiosos patrimônios da nação, por igual reduza a velha capital mineira a uma aldeia obscura e desolada, pelo êxodo forçado de centenas de pessoas: funcionários, famílias, comerciantes, artistas (grifo nosso).¹⁴⁵

O redator finalizou seu artigo defendendo que a transferência não seria proveitosa nem mesmo para o próprio funcionalismo federal que com “parcos vencimentos” não teria

na nova capital as vantagens do funcionalismo estadual, a quem o governo do Estado, na construção da cidade, concedeu habitações cômodas e higiênicas, e naturalmente sofrerá as consequências de uma vida difícil, obrigando a deduzir do orçamento doméstico a melhor parte de suas rendas para o pagamento dos elevados aluguéis em casas próximas às repartições, ou [seriam] coagidos a residir em pequenos casebres distantes da zona urbana.¹⁴⁶

Apesar dos argumentos do jornal *A Cidade* e das tentativas da Câmara de mobilizar simpatizantes entre os poderes legislativo estadual e federal, as repartições da União foram transferidas para Belo Horizonte: a Delegacia Fiscal e a Caixa Econômica seguiram em 1903 e a Administração dos Correios em 1906.¹⁴⁷

Esta nova derrota política não esfriou as relações entre os vereadores e o governo do estado e, apesar de algumas críticas, não colocou em risco a gestão e a liderança do vereador Donato Joaquim da Fonseca.¹⁴⁸ Ele permaneceu nos cargos de Presidente da Câmara entre 1898 e 1905 e retornou a este posto entre 1906 e 1907. Em 1902, quando estava à frente da Câmara, os Clubes Floriano Peixoto de Ouro Preto e de Belo Horizonte organizaram na ex-capital um evento que lembrou o centésimo décimo

¹⁴⁵ Repartições federais. *A Cidade*, 14/05/1902, ano 1, nº 29, p.1.

¹⁴⁶ *Idem*, p.1.

¹⁴⁷ Mudança da capital mineira. *Tribuna de Ouro Preto*, 15/12/1947 apud. BARBOSA, Lauro Sérgio Versiani, DORNELAS, Humberto (orgs). *Memórias de Ouro Preto*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1993, p.19.

¹⁴⁸ Donato Joaquim da Fonseca formou-se em direito na Faculdade de Direito de São Paulo, sendo contemporâneo de João Pinheiro da Silva, governador de Minas em 1890 e entre 1906 e 1908, e de Afonso Arinos de Melo Franco, monarquista e importante intelectual mineiro do fim do século XIX. HORTA, Raul Machado. A faculdade de direito da universidade federal de Minas Gerais no centenário de sua fundação. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, v. 34, n. 34, pp. 15-46, 1994.

ano da morte de Tiradentes.¹⁴⁹ Esta homenagem transcorreu durante o dia 21 de abril e se iniciou às 10 da manhã com a chegada da “romaria cívica” que trazia de Belo Horizonte seis vagões lotados de participantes. Os diretores dos Clubes Floriano Peixoto das duas cidades se encontraram na enfeitada estação ferroviária e foram acompanhados pela imprensa, banda de música, estudantes e autoridades civis e militares de algumas cidades mineiras, como os representantes do governo estadual e o presidente da Câmara Donato Joaquim da Fonseca.¹⁵⁰

A recepção ao “préstimo” ficou por conta do discurso do engenheiro Dr. Lúcio José dos Santos, orador do clube local. Em seguida todos se dirigiram para a Praça da Independência (atual Tiradentes), onde o monumento dedicado ao “protomártir da nossa liberdade”, que tinha em seus pés um retrato de Floriano Peixoto, encontrava-se ornado de “folhagens e galhardetes”. Neste espaço discursaram, entre outros, o Dr. Antônio Augusto de Lima, ex-governador de Minas e representante do Club Floriano Peixoto de Belo Horizonte, o Dr. Lúcio José dos Santos e o Sr. João Libano Soares, representante deste clube em Juiz de Fora. Após os discursos, a procissão seguiu para o prédio da cadeia de Ouro Preto entregar um decreto de perdão e comutação de penas a quatro detentos. Cerca de três mil pessoas acompanharam, às 22h00, a partida do “préstimo” em seu retorno para Belo Horizonte. Conforme o redator do jornal *A cidade*:

É uma festa que há de perdurar na lembrança dos romeiros e dos habitantes desta cidade, e oxalá ela se reproduza todos os anos, não só como ensinamentos de patriotismo, como **para mais se estreitarem, se isto é**

¹⁴⁹O Club Floriano Peixoto foi uma agremiação republicana criada em Belo Horizonte em 1898, ficando ativa até 1920. A sua fundação é atribuída ao Coronel Júlio César Pinto Coelho. Entre os seus objetivos estavam a luta pelo desenvolvimento da instrução e educação popular, o cultivo do amor à pátria e a celebração da memória de Floriano Peixoto, segundo presidente brasileiro, visto pelos membros deste clube como consolidador da República. Filiais desta agremiação foram abertas em várias cidades mineiras durante o período em que esteve funcionando. COSTA, Antônio Carlos Figueiredo. *A república na praça: manifestações do jacobismo popular em Minas Gerais (1893-1899)*. Dissertação. 2006. Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

¹⁵⁰ ROSEMBURG, José Maria. 21 de Abril: Homenagem a Tiradentes. *A Cidade*, ano 1, nº26, Ouro Preto, 23/04/1902, p.1.

possível, os laços das relações cordiais entre as populações das duas cidades das mais adiantadas do Estado (grifo nosso).¹⁵¹

Nesta época, o encontro não transformou-se em um ritual anual, como queria o jornal, mas neste evento ficou patente como, mais uma vez, a elite política ouro-pretana se esforçou no sentido de amenizar as diferenças entre as duas capitais (a antiga e a nova) e reforçar os laços de continuidade entre estes dois espaços.

Este estreitamento foi fortalecido com a chegada do Dr. Lúcio José dos Santos à presidência da Câmara da ex-capital entre 1909 e 1912. Estreitamento que passou pela sua influência nos lugares de produção do discurso sobre a história de Minas em Belo Horizonte, como o Clube Floriano Peixoto, o Arquivo Público Mineiro e o Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais.¹⁵² O acontecimento que melhor representa este desejo de fundir os laços entre as duas cidades e de reafirmar o lugar de memória ocupado pela ex-capital na história mineira foi o Bicentenário de Ouro Preto, celebrado em 1911.

A ideia do Bicentenário - que propôs uma celebração em uma escala maior e mais representativa que a homenagem a Tiradentes realizada em 1902 - foi divulgada pela primeira vez em 11/10/1910, em uma sessão extraordinária da Câmara Municipal, por iniciativa de Lúcio José dos Santos.¹⁵³ Principal mentor do evento, ele articulou

¹⁵¹ Repartições federais. *A Cidade*, 14/05/1902, ano 1, nº 29, p.1.

¹⁵² A criação do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais, em 1907, foi uma ação que teve como ponto de partida os debates no Club Floriano Peixoto de Belo Horizonte. Lúcio José dos Santos, que como vimos participava da filial deste grupo em Ouro Preto, encontrava-se entre os sócios fizeram parte da primeira geração desta instituição. IHGMG. Livro de atas das sessões do IHGMG, 27/11/1910, p.9.

¹⁵³ Neste período, Lúcio José dos Santos dividia a função pública com a prática intelectual, já que também era professor da Escola de Minas, onde havia se formado em 1900. O vereador, conforme Maria Francelina Drummond, era “uma liderança intelectual entre estudantes, incentivador e colaborador de revistas acadêmicas e literárias, grêmios literários, palestras e reuniões, além de católico atento às questões sociais da pobreza e da marginalidade”. DRUMMOND, Maria Francelina. S. I. *A cidade em três séculos*. In: *Bicentenário de Ouro Preto: Memória Histórica [1711-1911]*. Ouro Preto: Editora Liberdade. 2011, p.10-25. Em 1927, Lúcio José dos Santos lançou a sua principal contribuição para a investigação histórica, o livro *A Inconfidência Mineira*.

ativamente nos âmbitos local, regional e estadual. Em Ouro Preto, além da Câmara, ele encontrou apoio no advogado, historiador e monarquista Diogo de Vasconcelos que, como vimos no primeiro capítulo, havia administrado o município nos anos iniciais da República.¹⁵⁴ Em Belo Horizonte, Santos associou-se ao deputado Nelson Coelho de Sena, ex-morador da velha capital, e que ainda guardava laços políticos e afetivos com o município e com lideranças da região.¹⁵⁵

Em 27/11/1910, um mês após a reunião na Câmara, a ideia do Bicentenário foi divulgada em Belo Horizonte através de uma proposta apresentada por Nelson de Sena no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.¹⁵⁶ Nesta reunião, Sena solicitou que a entidade cooperasse para o sucesso do evento, ajuda que viria em forma de apoio político e de auxílio à produção “de uma polianteia ou qualquer outra espécie de trabalho histórico-literário” que atestasse o interesse do IHGMG pelo evento. Aprovada a proposta, foi eleita uma comissão formada por Nelson de Sena, Lúcio José dos Santos, Diogo de Vasconcelos e por Carlindo Lellis, outro ouro-pretano que também era membro do Instituto.¹⁵⁷

Entre o final de 1910 e início de 1911, a estratégia dos organizadores se voltou para a sensibilização dos poderes legislativo e executivo estaduais. No Congresso

¹⁵⁴ O advogado, historiador e político Diogo de Vasconcelos (1843-1927) foi presidente da câmara de vereadores de Ouro Preto, integrante do senado mineiro, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Academia Mineira de Letras. Escreveu entre outros, os livros *História antiga de Minas Gerais*, lançado em 1904, e *História média de Minas Gerais*, de 1918.

¹⁵⁵ Em sua vida pública Nelson de Sena dedicou-se a diferentes campos de atuação, como a academia, a carreira parlamentar, a advocacia, o jornalismo e a filologia. Até o momento, infelizmente, não existe uma biografia a altura de sua influência na intelectualidade mineira durante a primeira metade do século XX. SENNA, Nelson Coelho de. *Inventário do Arquivo Pessoal Nelson Coelho de Sena*. 2000. 119p.

¹⁵⁶ IHGMG. Ata das sessões, 27/11/1910, f.9. Livro de Atas do Instituto Histórico e Geográfico de Minas (1907-1927).

¹⁵⁷ Erroneamente, a iniciativa de realização do evento, chegou a ser atribuída a Lellis, como demonstra o Jornal Minas Gerais de 12/07/1911. ALMEIDA, Silvio de. Divagações. Minas Gerais, 12/07/1911, p.5. Carlindo Lellis era farmacêutico em Ouro Preto, e nesta época chegou a dirigir com Paulo Brandão o jornal *Correio da Noite*. Ao longo de nossa pesquisa, identificamos apenas duas edições desta folha, publicadas em 18/01/1909 e 21/01/1909, o que limitou o nosso olhar sobre a sua atuação em Ouro Preto. APMOP. Ao público. *Correio da Noite*, 18/01/1909, ano 1, nº102, p.1. APMOP. *Correio da Noite*, ano 1, nº104, p.1.

Mineiro, Nelson de Sena propôs e aprovou a liberação de uma verba de 5#000.000 contos de réis para auxiliar na estruturação do Bicentenário.¹⁵⁸ Neste mesma época, em 18/01/1911, uma quantia semelhante também foi aprovada pela Câmara Municipal de Ouro Preto, autorizando o Agente Executivo a dispendir esta verba para a mesma finalidade.¹⁵⁹ Ao longo dos meses seguintes, duas comissões foram criadas, uma em Ouro Preto, composta por “industriais, comerciantes, militares, políticos e sacerdotes”, e outra em Belo Horizonte, formada por amigos da antiga capital.¹⁶⁰ Entre estes últimos, estava o Dr. Gabriel Santos, então diretor da Imprensa Oficial, que junto com Lúcio José dos Santos e Diogo de Vasconcelos, visitaram Júlio Bueno Brandão, governador de Minas Gerais. Por parte do governo, Brandão prometeu “tudo quanto estivesse a seu alcance, declarando mesmo, que as festas do Bicentenário de Ouro Preto, além de todos os motivos, convinha para a educação cívica do povo e, sobretudo, da mocidade, avivando as glórias do passado.”¹⁶¹

O livro *Bicentenário de Ouro Preto: Memória Histórica [1711-1911]*, organizado por Nelson de Sena, contou com artigos escritos por diferentes colaboradores, como Joaquim Furtado de Menezes, Diogo de Vasconcelos e Lúcio José dos Santos. Além de celebrar a importância de Ouro Preto para a história do estado e da nação, esta publicação registrou parte dos acontecimentos e dos discursos proferidos ao longo do evento. O texto *As festas do Bicentenário de Vila Rica* apresenta com riqueza de detalhes os preparativos e as atividades ocorridas durante os festejos. A sua autoria

¹⁵⁸ As festas do Bicentenário de Vila Rica. In: *Bicentenário de Ouro Preto: Memória Histórica (1711-1911)*. SENA, Nelson de (org.). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1911, p.274. A autoria deste texto, que encontra-se na segunda parte da Memória Histórica dedicada ao Bicentenário ainda é um mistério, sendo às vezes atribuída a Lúcio José dos Santos, ao vereador Padre José Marcos Pena ou mesmo a Ignácio de Souza, então secretário da Câmara. Algumas expressões elogiosas encontradas neste texto aos dois primeiros, sugerem que o autor tenha sido realmente o secretário.

¹⁵⁹ APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara. 1906 a 1912, p.178.

¹⁶⁰ DRUMMOND, op. cit., 2011, p.18.

¹⁶¹ As festas do Bicentenário de Vila Rica, op. cit., 1911, p.316.

ainda é um mistério, sendo às vezes atribuída a Lúcio José dos Santos, ao vereador ouropretano Padre José Marcos Pena ou mesmo a Ignácio de Souza, então secretário da Câmara. Algumas expressões elogiosas aos dois primeiros encontradas neste texto sugerem que o autor tenha sido realmente o secretário. Nesta época, além do livro organizado por Nelson de Sena, a Academia Mineira de Letras também lançou uma publicação comemorativa intitulada *Polyanthea Comemorativa do Bicentenário*, que reuniu dezessete textos narrativos e poéticos, produzidos por intelectuais como Afonso Arinos e Olavo Bilac.¹⁶²

Como os organizadores queriam que a cidade se apresentasse aos “olhos de seus hospedes e convidados à altura do seu passado e de seu presente, cidade culta, de civilização antiga, povo inteligente e sensível às condições do belo”, a fase preparatória da festa levou a reparos e pintura de parte das residências, das escolas públicas e particulares, das igrejas e da estação ferroviária. Como descreve o texto *As festas do Bicentenário de Ouro Preto*, enquanto “os hotéis e casas de pensão da cidade se encheram de forasteiros”, nenhuma “casa particular se quer houve que não hospedasse pessoas e famílias amigas ou parentes.” Os festejos transcorreram ao longo dos dias 7, 8 e 9 de julho de 1911, e contaram com a presença do governador, do Arcebispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta, e de representantes das principais cidades de Minas.¹⁶³

Ao chegar à estação ferroviária e se dirigir à Praça Tiradentes o visitante se deparava com postes fixados lateralmente, atravessados por cordões contendo “bandeiras multicores”, tendo em cada poste “um escudo de diversas cores com frisos e

¹⁶² DRUMMOND, op. cit., 2011, p.10-25.

¹⁶³ As festas do Bicentenário de Vila Rica, op. cit., 1911, p.317.

letras de ouro.”¹⁶⁴ Em cada escudo, por ordem de idade, vinha o nome de um lugar instalado antes ou depois de Vila Rica (São Paulo, Taubaté, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, “como predecessoras”; e, em seguida, Mariana, Sabará, São João Del Rey, “até as prefeituras mais recentes” que, conforme os discursos do festejo, não eram “mais que desdobramentos históricos de Villa Rica”). Assim, procurava-se intensificar o lugar de Ouro Preto dentro do mito de origem de Minas.

O panteão de figuras ilustres e significativas para a história de Ouro Preto e Minas também foi acionado: nos pontos centrais da cidade foram inseridos escudos contendo nomes ligados aos grupos dos bandeirantes, à Revolta de 1720, Conjuração Mineira, Câmara de Ouro Preto, ao Arcadismo e à produção literária produzida na cidade. Ao lado do principal monumento, dedicado a Tiradentes, foram colocados os nomes dos governadores de Minas, com destaque para os que exerceram essa função desde o início do regime republicano.¹⁶⁵ Da estação ferroviária à praça central, o cenário não deixa dúvida: a República posiciona-se no cume da história que se conta sobre a cidade. Faz-se presente a força simbólica do novo regime e da coalisão política que representava o estado e a união entre a antiga e a nova capital.

Em meio às comemorações, que contaram com visitas das autoridades e convidados aos “sítios históricos”, peças teatrais, exibição de filmes, jantares, apresentações musicais e shows pirotécnicos, destacam-se os discursos proferidos em diferentes solenidades. Na concorrida sessão extraordinária da Câmara Municipal, realizada no segundo dia das comemorações do Bicentenário e presidida pelo governador Júlio Bueno Brandão, o tom dos discursos revela os dois motivos que concorreram para a realização do evento: a relevância do papel dos municípios no

¹⁶⁴ Idem, p.318.

¹⁶⁵ As festas do Bicentenário de Vila Rica, op. cit., 1911, p.318-320.

processo de construção da Primeira República e uma concepção de progresso e futuro fundada na tradição.¹⁶⁶

Em seu discurso, Lúcio José dos Santos destacou a data de instalação das três primeiras vilas de Minas (Mariana, Ouro Preto e Sabará) como “um marco importante na história da nossa civilização”. Ato que dividiu dois instantes: “a ampla desordem administrativa e a mais completa anarquia econômica”, anterior às vilas; e a nova ordem, que “fez nascer, crescer e frutificar toda nossa organização administrativa, base indispensável para uma organização política estável, capaz de ordem e progresso”.¹⁶⁷ O Dr. Gomes Freire de Andrade, então presidente da Câmara Municipal de Mariana, em meio ao clima de exaltação da República e de detração do período monárquico, lembrou em sua fala que na época do Império os municípios em vez de se transformarem em “robustos organismos políticos” passaram a vegetar, sobrevivendo de “minguados orçamentos”. Faltavam-lhes os privilégios advindos da descentralização do poder, autonomia adquirida somente com a mudança para o regime republicano e a elaboração da Constituição de 1891.¹⁶⁸

O poder dos municípios havia se tornado uma peça importante no jogo de construção da política dos governadores estabelecida no final do século XIX e no processo de afirmação dos partidos republicanos montados nos estados.¹⁶⁹ As comemorações do Bicentenário, ao destacarem Ouro Preto como o berço da identidade mineira, permitiram aos chefes locais presentes nos festejos realçarem a tradição das Câmaras e o papel que os municípios desempenharam ao longo da história de Minas e que continuavam representando durante a Primeira República. Se a força do estado

¹⁶⁶ MELLO, Ciro Flávio Bandeira. A noiva do trabalho: uma capital para a República. In: *BH: Horizontes Históricos*. Eliana de Freitas Dutra (org.). Belo Horizonte: C/ Arte. 1996. p.11-48.

¹⁶⁷ As festas do Bicentenário de Vila Rica, op. cit., 1911, p.346-350.

¹⁶⁸ Idem, 1911, p.382-384.

¹⁶⁹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 3ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

passava pela união dos municípios, esta deveria ser reforçada, como ressaltou Lúcio José dos Santos, pela “memória dos gloriosos fundadores das nossas municipalidades” e pelo apelo à “geração atual” para que ela se inspirasse nessas “tradições nobilíssimas, bebendo nelas o amor, a confiança e o ardor patriótico” que animariam o futuro.¹⁷⁰ O município, assim visto, era a célula que com outras formavam o corpo da nação.

Além de gênese da municipalidade mineira, posto que dividia com Mariana e Sabará, Ouro Preto tinha outro atributo que a destacava entre as outras urbes do estado: era vista como “cidade-escola” e “museu da arte antiga”, como a destacaram Lúcio José dos Santos e Gomes Freire de Andrade.¹⁷¹ Os festejos do Bicentenário, conforme o presidente da Câmara Municipal, construíram um “terreno neutro” voltado para a celebração da “ressurreição” dos “vultos gloriosos”, como os pais da municipalidade mineira (os bandeirantes paulistas) e os “mártires gloriosos” da Conjuração Mineira. Simbolizavam no tempo presente uma “demonstração de solidariedade na grande obra do progresso do nosso glorioso estado”. Enfeixando passado, presente e futuro, Lúcio José dos Santos finalizou seu discurso desejando que as novas gerações se inspirassem “nessas tradições notabilíssimas, bebendo nelas o amor, a confiança e o ardor patriótico que nos animarão no futuro”.

Este apelo demonstra que, apesar de desprovida dos grandes empórios industriais e comerciais e do crescimento econômico e populacional das outras cidades, Ouro Preto se apresentava como um elemento estratégico e simbólico de coesão da identidade mineira. Ulysses Fabiano Alves, presidente da Câmara de Aiuruoca, situada no sul de Minas, atesta esse lugar ao discursar para as autoridades presentes no evento:

Quis ainda, Exmos. Srs. o destino caprichoso que mais esta gloria coubesse á Villa Rica, como se lhe não bastassem tantas outras de que já é portadora!

¹⁷⁰ As festas do Bicentenário de Vila Rica, op. cit., 1911, p.350.

¹⁷¹ Idem, p.349 e 379.

Como se lhe não bastasse o desenrolar de tantos outros factos que por si lhe conferem **o título de gloriosa, mil vezes gloriosa! pois foi aqui nesta cidade serrana que Tiradentes e seus companheiros lançaram a primeira pedra para o alicerce em que devia ser mais tarde edificada a liberdade pátria** por typos de heroes incomparaveis [...] (grifo nosso)¹⁷².

Essa atmosfera de coalizão entre os municípios e os discursos de tradição que costuravam as distintas regiões de Minas também pode ser identificada na fala do presidente da Câmara de Juiz de Fora, Dr. Oscar Vidal, que apresentou

fundamentado-a com um discurso breve, mas setencioso e brilhante, a moção, para que **anualmente em Maio se celebrasse igual Congresso de Municipalidades**, proposta que unanimemente foi approvada, sendo por indicação do commendador Septimo de Paula Rocho, Presidente de Sabará, designada para a primeira reunião a cidade de Marianna (grifo nosso).¹⁷³

Estes discursos demonstram que a estratégia utilizada pela Comissão Central do Bicentenário foi eficiente, no sentido que as comemorações criaram um ambiente favorável para o fortalecimento do lugar de memória ocupado por Ouro Preto. No entanto, este reconhecimento não se transformou em mola propulsora que pudesse, a partir da aproximação da elite política local com as esferas estadual e nacional, mudar a realidade econômica e social da ex-capital.

Enfim, os três exemplos acima citados (mudança das repartições federais, homenagem a Tiradentes e o Bicentenário) demonstram que a tensão entre a velha e a nova capital não era mais, ao menos oficialmente, um problema para os parlamentares da Câmara. Estes dois últimos eventos, em especial, apontam para o fato de que diante da impossibilidade de retornar Ouro Preto ao seu status anterior, a percepção e a utilização da ex-capital como cidade-memória poderia se tornar uma alternativa viável para o fortalecimento da força política do poder público local junto ao estado e à União.

¹⁷² SENA, 1911, p.302.

¹⁷³ SENA, 1911, p.

Condição que permitiria influenciar, de forma mais incisiva, um processo de mudança do panorama econômico e social da ex-capital. A homenagem a Tiradentes em 1902 e o Bicentenário de 1911 demonstram como, a partir da República, a profusão da criação das datas cívicas e da celebração da memória passaram a ter um papel importante no processo de disputa pelo espaço político. A afirmação e a repetição de Ouro Preto como a cidade-memória do estado garantia-lhe, não apenas um lugar de destaque em Minas, mas atraía também os olhos de várias partes do país.

3.2. Exploração mineral: da esperança à uma nova crise econômica.

Entre 1898 e 1920 assumiram o cargo de Presidente da Câmara, posto que até então acumulava as tarefas legislativa e executiva, os seguintes membros da elite política local: Desembargador José Antônio Alves de Brito (1898), Dr. Donato Joaquim da Fonseca (1898-1905), Coronel Seraphim Francisco Gonçalves (1905), Dr. Donato Joaquim da Fonseca (1906-1907), Desembargador José Antônio Alves de Brito (1908), Carlos Tomás de Magalhães Santos (1908), Dr. Aristides de Aragão Gesteira (1908), Dr. Lúcio José dos Santos (1909-1912), Dr. Custódio da Silva Braga (1912-1915) e Dr. Otávio Vieira de Brito (1916-1920).

Percebe-se, a partir destes nomes, um predomínio de duas profissões no cargo mais importante da Câmara: os advogados (José Alves de Brito, Donato Fonseca e Aristides Gesteira) e os engenheiros e professores da Escola de Minas (Carlos Santos, Lúcio dos Santos e Custódio Braga).¹⁷⁴ Enquanto os primeiros representavam a continuidade do poder dos magistrados no legislativo e no executivo desde o início do

¹⁷⁴ Otávio Vieira de Brito era professor da Escola de Farmácia. Escola de Farmácia de Ouro Preto. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 20/10/2014.

Império, os segundos representavam a emergência do olhar técnico-científico dentro da administração pública a partir do século XIX. Assim, enquanto o papel do primeiro grupo já se encontrava sedimentado pela tradição, o segundo vivenciava um processo de construção do seu espaço alicerçado pelo peso que tinha a Escola de Minas na ex-capital.¹⁷⁵

Ambos, advogados e engenheiros, acreditavam que a exploração mineral ainda era o caminho mais curto para a reoxigenação da economia local. E esta visão ganhou ainda mais relevância no final da década 1890 com o crescimento da procura pelas jazidas de manganês e com as expectativas criadas em torno da extração e do beneficiamento do minério de ferro na região central de Minas.¹⁷⁶ Esta esperança e otimismo em relação ao futuro da ex-capital esbarravam, no entanto, em alguns entraves, como a substituição do sistema dominal, utilizado durante o Império, pelo regime de concessão, definido pela Constituição de 1891. Enquanto o dominal definia a propriedade mineral como um patrimônio que integrava os bens do Estado, dependendo, portanto, de sua concessão, o regime de concessão, baseado na legislação norte-americana, conferia ao proprietário a posse do solo e das minas existentes em seu domínio. Esta medida, que tinha a intenção de estimular a livre exploração dos minérios pelos donos

¹⁷⁵ O Dr. Lúcio José dos Santos, na realidade, tinha uma dupla formação. Ele terminou o curso de engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1900 e de advocacia pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1908. No transcorrer de nossa investigação não conseguimos encontrar informações sobre o Coronel Seraphim Francisco Gonçalves e de Otaviano Vieira de Brito. Em relação ao primeiro, como atestam as atas das reuniões da Câmara, sabe-se que se encontrava investido do cargo de vice-presidente na década de 1880. Portanto, ele se encontrava no grupo dos vereadores mais antigos e que já tinha uma experiência concreta com o cotidiano da Câmara de Ouro Preto.

¹⁷⁶ Em 01/01/1899, o *Jornal Mineiro* noticiou que o Sr. Charles Betstendorf, representante de um sindicato composto por empresários belgas, havia passado alguns dias sondando os terrenos minerais dos arredores de Ouro Preto. Nesta ocasião, ele adquiriu, em nome deste sindicato, algumas jazidas de manganês nas imediações da sede de Ouro Preto, situadas nas localidades do Morro do Cruzeiro e de Saramenha. *Sem título. Jornal Mineiro*, 01/01/1899, ano II, nº67, p.2.

das terras, acabou inflacionando os valores dos terrenos minerais para a compra e para a terceirização dos trabalhos de exploração.¹⁷⁷

É em meio a este contexto de primazia dada aos proprietários das terras que a Câmara procurou estimular os negócios mineratórios em seus terrenos situados na sede de Ouro Preto. No final de 1898, o discurso do Dr. Joaquim Donato da Fonseca, empossado então como presidente da Câmara, refletia a esperança depositada nesta área:

Deve alentarmos uma grande esperança: a sesmaria municipal, tudo indica, encerra em suas entranhas incalculáveis riquezas que aí tem jazido estéreis, no mais completo e deplorável abandono. Se conseguirmos fecundá-las, teremos aparelhado **meios para conjurar a crise atual e, o que é mais, para rasgar ao município novos e largos horizontes. Então não o será na legislação, é certo, [mas] no mundo econômico, como grande e importante centro de mineração, esta cidade – porque assim o impõe a natureza das coisas – continuará a ser a capital da terra que se chama Estado de Minas Gerais** (nosso grifo)¹⁷⁸.

A retomada da produção aurífera na sede de Ouro Preto ocupava um lugar especial em meio às expectativas da Câmara e da Escola de Minas. Joaquim Cândido da Costa Sena, no ano anterior à sua posse como vice-presidente do estado, publicou o artigo *Mineração dos arredores de Ouro Preto*, onde reforçou esta convicção. Neste texto, ele utilizou a recém-descoberta de um veio de ouro no Morro das Lages, situado na sede de Ouro Preto, para reafirmar que as jazidas existentes no município não

¹⁷⁷ O regime de acessão foi derrubado pela Lei Calógeras somente em 1915. Esta lei estabelecia que a mina constituía propriedade distinta do solo, sendo alienável isoladamente. Assim, apesar da presença do direito privado, a mina poderia ser desapropriada, caso seu proprietário, além de não aproveitá-la, recusasse a exploração por um terceiro que estivesse interessado. Carvalho, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. SANTOS, Paulo Coelho M. As discussões sobre os marcos regulatórios da mineração e as propostas para o desenvolvimento da indústria do manganês e do ferro em Minas Gerais: 1889 a 1912. In: *Seminário sobre a Economia Mineira*, CEDEPLAR, Dimantina, 1996. 23p. ANDRADE, Ricardo Barretto de. A regulação do pós-lavra no Direito Minerário brasileiro. *Revista de Direito, Estado e Recursos Naturais*, v. 1, n. 1, p.79-106, 2011. BRASIL. Lei Calógeras. Decreto nº 2.933, de 6 de Janeiro de 1915. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2933-6-janeiro-1915-574337-publicacaooriginal-97500-pl.html>>. Acesso em: 10/06/2014.

¹⁷⁸ Câmara Municipal de Ouro Preto: juramento e posse do seu novo presidente e agente executivo. *Jornal Mineiro*, 09/10/1898, ano II, nº55, p.1.

estavam esgotadas, mas sim subexploradas.¹⁷⁹ Publicado no mesmo ano em que a capital de Minas foi transferida para Belo Horizonte, este texto reforçava a ideia de que o que faltava para a continuidade desta atividade em Ouro Preto era a incorporação de novas tecnologias que permitissem melhorar os processos de perfuração e de apuração do ouro. Feito isso, “capitais ali inteligentemente empregados” trariam ao investidor “compensação aos seus esforços e uma nova era de prosperidade à cidade que, por suas riquezas”, continuaria a “merecer ainda o seu antigo título de Vila Rica”.¹⁸⁰

A experiência do engenheiro Alcides Medrado emblemática, no entanto, as dificuldades encontradas para o desenvolvimento desta exploração na sede da ex-capital.¹⁸¹ Neste período, Medrado encontrava-se entre os empreendedores tecnicamente mais preparados para esta tarefa. Além de engenheiro, ele era bibliotecário da Escola de Minas e fortemente ligado à discussão sobre a mineração no país, sobretudo através da Revista Industrial de Minas Gerais, da revista *Brazilian Engineering Mining Review* e do *Jornal Mineiro*, periódicos por ele dirigidos e publicados em Ouro Preto. Entusiasta da inauguração de uma nova era para a mineração da ex-capital, ele firmou, em 20/03/1897, um contrato com a Câmara que lhe autorizava explorar as jazidas auríferas existentes na sede de Ouro Preto.¹⁸² O que levou a Câmara a publicar, antes do início da

¹⁷⁹ COSTA SENA, Joaquim C. Mineração dos arredores de Ouro Preto. Revista Industrial de Minas Gerais, ano IV, nº22, Ouro Preto, 30/03/1897, p.143.

¹⁸⁰ Este discurso reproduz, em parte, as conclusões registradas pelo engenheiro militar português José Joaquim da Rocha e pelo mineralogista mineiro José Vieira do Couto entre o final do século XVIII e início do XIX. Ambos acreditavam que os trabalhos de mineração haviam, até então, apenas arranhado a superfície dos ricos solos mineiros. ROCHA, José Joaquim da. Vila Rica. In: *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. p.98-106. COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

¹⁸¹ Alcides Medrado era proveniente de uma família cearense ligada à exploração mineratória parente de Archias Medrado, professor da Escola de Minas. SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. *Os periódicos Revista Industrial de Minas Gerais e Brazilian Engineering and Mining Review e a participação do Brasil nas Exposições Universais de Santiago (1894) e de Saint Louis (1904)*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

¹⁸² Como vimos no primeiro capítulo, em 1892 a Câmara incorporou os terrenos abandonados situados nos morros da Serra de Ouro Preto através do *Edital sobre terrenos foreiro*, prevendo a sua utilização como zona futura de expansão da então capital.

exploração, um edital endereçado aos donos de minas auríferas existentes na sede para que apresentassem os seus títulos de propriedade, a fim de que fossem identificadas no processo de estruturação do empreendimento de Medrado.¹⁸³

A difusão sobre o veio de ouro encontrado no Morro das Lages e o início do empreendimento de Alcides Medrado provocaram a ocorrência de ações clandestinas nas minas da sede de Ouro Preto. Quem noticiou foi o próprio Medrado no *Jornal Mineiro* publicado em 06/05/1898.¹⁸⁴ Segundo a matéria intitulada *Desastre*, “um grande número de pessoas ávidas de encontrarem nas antigas minas o ouro cobiçado” estavam “sem a menor cautela e cuidado” revolvendo galerias, “fazendo descer à picareta e dinamite” as paredes que separavam os pavimentos das minas”. Nas tradicionais minas do Veloso, situadas na região noroeste da sede, a imprudência relatada por esta reportagem, havia custado a vida de um minerador e quase levado a de outros, devido ao não escoramento de uma galeria.¹⁸⁵ Este fato fortalecia o empreendimento de Medrado em dois sentidos: chamava a atenção da Câmara para os problemas advindos da clandestinidade, como o não pagamento pela exploração das terras desta instância; e reafirmava a necessidade de se substituir práticas amadoras por científicas.

No acervo da Câmara de Ouro Preto existe a cópia de uma planta produzida entre 1899 e 1900, denominada como *Planta das Lavras de Tassaras e adjacentes situadas na antiga Vila Rica, pertencentes às sociedades* (FIG.12). Duas evidências nos conduzem à suposição de que esta representação tenha feito parte dos estudos elaborados pelo empreendimento de Alcides Medrado: o período em que foi elaborada e

¹⁸³ Câmara Municipal: lavras e minas na sesmaria municipal. *Jornal Mineiro*, 16/06/1898, ano 1, nº40, p.4.

¹⁸⁴ *Desastre*. *Jornal Mineiro*, 26/05/1898, ano 1, nº38, p.1.

¹⁸⁵ É provável que estas iniciativas clandestinas tenham sido impulsionadas pela descoberta do veio de ouro no Morro das Lages registrada no artigo de Joaquim Cândido Costa Sena que apresentamos nas páginas anteriores.

a identificação das propriedades que existiam nesta antiga região de exploração aurífera, conforme solicitado pelo edital da Câmara.

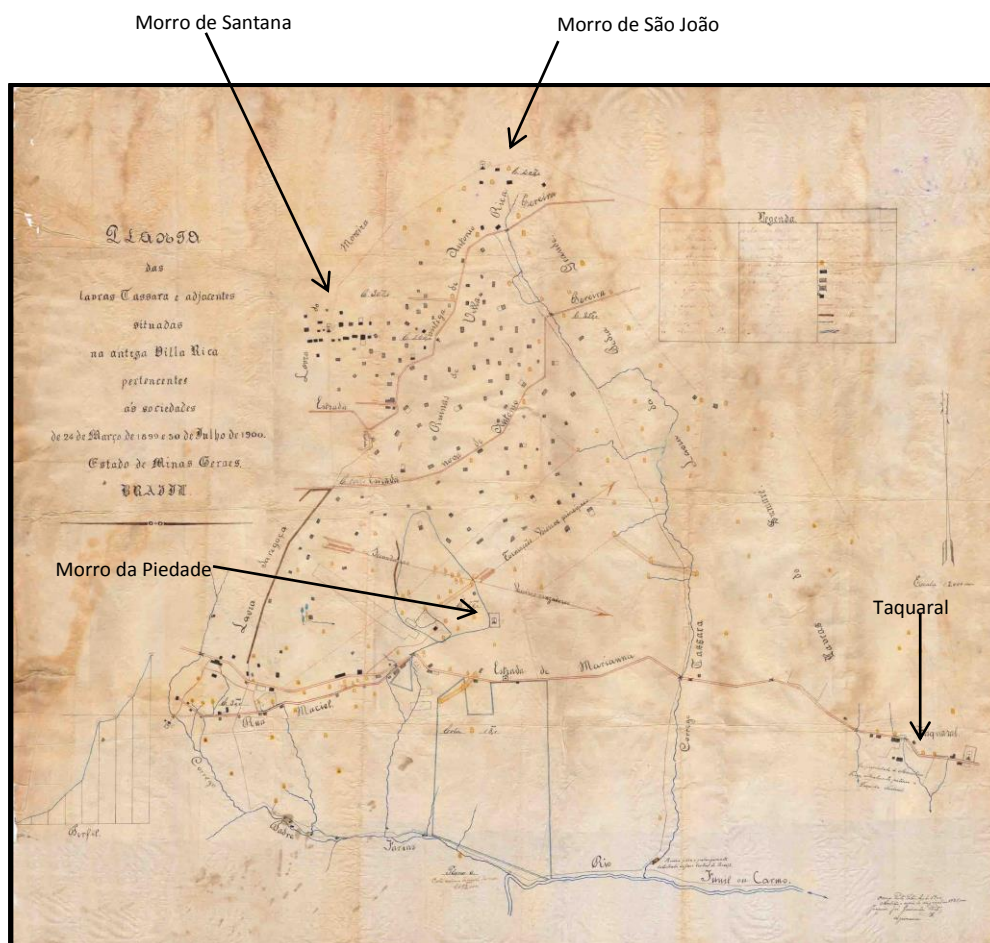


FIG.12. Planta das Lavras de Tassaras e adjacentes situadas na antiga Vila Rica, pertencentes às sociedades.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.¹⁸⁶

Tassaras localiza-se na região leste da sede de Ouro Preto, entre os morros da Piedade e Santana, e é margeada por outros morros, como o da Queimada, e outras lavras a ela contemporâneas, como Saragoça, Moreira, Pedra Grande e Sumaré.¹⁸⁷ Nesta planta, os retângulos pretos representam as poucas casas que ainda eram habitadas na virada para o século XX. Os retângulos cinzas simbolizam a grande

¹⁸⁶ Para a melhor apreciação dos detalhes, ampliamos esta imagem e a inserimos na área de anexos.

¹⁸⁷ LIMA, Kleverson T. de. LOPES, Myriam B. VIEIRA, Luiz A. S. *Morro da Queimada: século XVIII*. Disponível: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Morro%20da%20Queimada%20seculo%20XVIII.pdf>. Acesso em: 10/09/2013.

quantidade de edificações que se encontravam em estado de abandono e arruinamento. E as abobadas amarelas representam as bocas das centenas de minas que foram exploradas nesta região.¹⁸⁸ Estes desenhos demonstram como a exploração mineral e a ocupação urbana se amalgamaram durante o processo de ocupação e fixação nesta região ao longo do século XVIII. Galerias se misturavam às ruas, residências e pequenas capelas, abrindo espaço para os mineradores, comerciantes, vendedores ambulantes, irmandades e os imprescindíveis escravos. Eram territórios como este - cuja superfície mal havia sido arranhada, como se acreditava então - que alimentavam as esperanças de Alcides Medrado e dos pesquisadores e políticos que viviam em Ouro Preto.

A estratégia inicial de Medrado, seduzir empresários nacionais para este empreendimento, não vingou, por isso, com a ajuda do geólogo e político João Pandiá Calógeras, ele procurou chamar a atenção de capitalistas norte-americanos. Medrado enviou para os acionistas majoritários da Valverde Co. Limited, situada no estado do Arizona, amostras dos principais terrenos pertencentes à Câmara. Mas destes recebeu dois motivos que justificavam o não interesse desta empresa em se associar a esta iniciativa. Primeiro: as amostras que apontavam um resultado promissor indicavam também que seria necessário um investimento de grande monta, o que sugeria um negócio de alto risco. Segundo motivo: eles acreditavam também que a viabilidade dos investimentos no Brasil estava intimamente conectada a uma necessária regulamentação do regime de acessão criado pela Constituição de 1891.¹⁸⁹

¹⁸⁸ No acervo da Câmara, existem mais duas plantas produzidas sobre a região de Tassaras, elaboradas pelos engenheiros Clodomiro de Oliveira e Marciano Ribeiro, entre 1899 e 1903. É possível que estas representações, assim como a planta apresentada na FIG.12, fizessem parte dos estudos elaborados pelo empreendimento de Alcides Medrado, já que nela também encontramos a identificação das propriedades que existiam neste espaço.

¹⁸⁹ NEVES, Marcus Vinícius Duque. Modernizações, projetos econômicos e percepções locais: Mineração e siderurgia em Minas Gerais (1850-1921). Dissertação. 2010, p.130-132. Departamento de

As dificuldades encontradas por Medrado o levaram a sucessivos pedidos de renovação dos prazos nos anos seguintes à assinatura do contrato com a Câmara, até que em 1905 os vereadores definiram pelo encerramento do acordo.¹⁹⁰ Assim, apesar do seu preparo técnico, do apoio da Escola de Minas e da difusão sobre a potencialidade da exploração aurífera na sede de Ouro Preto, feita através dos seus periódicos, Alcides Medrado foi vencido por outros aspectos que também faziam parte do negócio mineratório: o perfil da legislação mineral brasileira e os cálculos realizados pelos potenciais investidores sobre os riscos a serem assumidos.

Enquanto a exploração do ouro em escala industrial estava distante da realidade ouro-pretana, o manganês tornou-se o principal produto de exportação mineral do estado e do país neste período. Os impactos da Primeira Grande Guerra afetaram importantes mercados, como a Rússia e a Índia, abrindo a oportunidade para Minas tornar-se um dos principais fornecedores deste produto para o mercado norte-americano.¹⁹¹ Muitas “empresas e sindicatos, companhias e firmas industriais” estavam empregando “fortes capitais na indústria extrativa” nos municípios de “Ouro Preto, Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), Mariana, Entre Rios, Bonfim, Belo Horizonte, Santa Bárbara etc”.¹⁹² Em Ouro Preto, as sondagens e as extrações se iniciaram no final do século XIX e se ampliaram nas décadas seguintes, atingindo as localidades de São Julião (atual Miguel Burnier), Congonhas, Pires, Paraopeba, Três Cruzes, Henrique

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

¹⁹⁰ APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara. 1901 a 1905, 408f.

¹⁹¹ O Brasil foi o principal fornecedor de manganês para os Estados Unidos entre a Primeira Grande Guerra e a década de 1960. SANTOS, 1996, 23p. SENA, Nelson Coelho de. Ouro Preto. Anuário de Minas Gerais, ano II, Belo Horizonte, 1907, p.231-234. Vida mineira. Jornal Minas Gerais, 28/11/1917, p.5.

¹⁹² SENA, Nelson Coelho de. Anuário de Minas Gerais, 1918, p.1001.

Hargreaves, Tripuí, Saramenha, Itacolomi, Manso, Gambá e Morro do Cruzeiro. Estas cinco últimas se localizavam dentro ou próximo ao perímetro da sede de Ouro Preto.¹⁹³

O minério de ferro vivia uma situação distinta do manganês. Apesar da mudança realizada pela Lei Calógeras, em 1915, ele permaneceu subexplorado até o início da década de 1920. Esta lei foi benéfica para uma série de minerais, menos para este tipo de jazida, que não era reconhecida como mina. Somente em 1921, através da Lei Simões Lopes, é que se ampliou o conceito utilizado por Calógeras, incorporando-se à ideia de mina tanto o minério de ferro quanto os combustíveis fósseis.¹⁹⁴ Essas mudanças realizadas na legislação, marcadas pelo crescente discurso nacionalista deste período, criaram um ambiente favorável para a exploração do minério de ferro *in natura* e para a construção de novas fábricas de ferro em Minas Gerais.¹⁹⁵

Assim, ironicamente, quando a legislação nacional e o cenário internacional começaram a favorecer os negócios mineratórios em Ouro Preto, ocorreu a redefinição territorial no estado de Minas, realizada no início da década de 1920. Redefinição responsável pela mudança das divisas municipais nas diferentes regiões mineiras e, o que nos interessa mais de perto, pela redução do mapa da antiga capital à metade do que era na virada para o século XX. Esta perda, que incluía importantes jazidas de manganês e ferro, empurrou Ouro Preto novamente para uma nova fase de crise econômica.

¹⁹³ SENA, 1918, p.1001. *Vida Mineira*. Minas Gerais, Belo Horizonte, 16/11/1917, ano 25, p.6.

¹⁹⁴ ALMEIDA, Humberto Mariano de. *Mineração e Meio Ambiente na Constituição*. Imprensa: São Paulo, LTR, 1999.

¹⁹⁵ Entre 1917 e 1925 foram instaladas mais 4 usinas em Minas: a Companhia Siderúrgica Mineira em Sabará; a Usina Gerspacher e Gianneti em Rio Acima; a Purri & Cia em Caeté; e a Usina do Morro Grande em Santa Bárbara. GOMES, Francisco de A. M. *História da Siderurgia brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1983, p.153-158.

3.3. Dois olhares sobre a sede de Ouro Preto na década de 1910.

A comparação entre o texto produzido sobre Ouro Preto pelo escritor carioca Alceu Amoroso Lima e os artigos publicados no Jornal *O Lábaro* e o Jornal *Minas Gerais* revela duas formas distintas de olhar a cidade na década de 1910. Os jornais, como vimos, entendiam o reaquecimento da economia municipal como uma porta de entrada para uma nova era. O escritor, além de não perceber os indícios deste reaquecimento, percebia Ouro Preto como uma “cidade morta”, sem vida, em ruína. Aliás, não apenas Ouro Preto, mas várias cidades antigas de Minas, como demonstra este excerto.

Neste território heroico de Minas Gerais são muitas as **Cidades Mortas**: Ouro Preto, Diamantina, Mariana, Sabará, São João Del Rei, Serro, Caeté e várias outras, tiveram outrora uma vida brilhante e florescente, de que o viver atual não é mais do que uma pálida lembrança. Em todas elas o presente é um mero evocador.¹⁹⁶

O artigo *Pelo passado nacional*, ao destacar as cidades mineiras, procurava denunciar a destruição das construções que ainda resistiam no cenário urbano brasileiro. Problema presente tanto nas urbes que experimentavam a força do crescimento econômico e das ações modernizantes, como São Paulo e Rio de Janeiro, quanto nas

¹⁹⁶ O termo “cidades mortas” surgiu em um texto produzido pelo escritor paulista Monteiro Lobato em 1906 e foi publicado em um livro homônimo em 1919. Lobato utilizou este conceito para retratar a decadência política e econômica do Vale do Paraíba, antiga zona cafeeira paulista composta por cidades que se arrastavam em “um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas dantes”. O escritor denunciou o nomadismo como característica do progresso brasileiro e responsabilizou a burguesia agrária paulista pela situação decadente do Vale. O Nosso progresso, como escreveu, “é nômade e sujeito a paralisias súbitas. [...] Progresso de cigano, vive acampado”. Passada a época de ouro do café no nordeste de São Paulo, restou uma região onde “tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito.” AMOROSO LIMA, Alceu de. *Pelo passado nacional*. Revista do Brasil, São Paulo, vol. III, ano 1, p.2-15, setembro-dezembro. 1916. LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. In: *Cidades Mortas*. São Paulo: Globo. 2007. p.20-24. SILVA, Luciana Meire da. *Cidades Mortas: o declínio da “Civilização Cafeeira” no Vale do Paraíba segundo a elite agrária decadente*. Revista Ideias, V.1, nº4, p.289-305. 2012.

“cidades mortas”, que, para o escritor carioca, se encontravam na contramão deste processo.¹⁹⁷

Esta sensibilidade de Amoroso Lima em relação às antigas construções explica-se, em parte, pela influência que o movimento Neocolonial passou a ter nesta época em meio à intelectualidade brasileira e às administrações da capital e do estado de São Paulo. Os neocoloniais, como o engenheiro Ricardo Severo, eram críticos da “confusão babélica” proporcionada pela arquitetura eclética, que reproduzia em escala industrial revisitados estilos arquitetônicos europeus que não possuíam uma relação íntima com a construção cultural e a história de outros países. Mesmo dentro da multiplicidade cultural europeia havia críticas em relação a esta forma de construir e pensar a arquitetura moderna e os novos espaços urbanos. O arquiteto português Raul Lino, fonte de inspiração de Ricardo Severo, estava na linha de frente contra a proliferação do ecletismo de inspiração francês em seu país no final do século XIX.¹⁹⁸

Raul Lino e Ricardo Severo defendiam a possibilidade da arquitetura moderna surgir a partir da reelaboração das formas de construção utilizadas no passado, no entanto, e aí se encontra o ponto central de suas teses, esta nova concepção deveria se basear, não nas referências exteriores, mas nas antigas edificações de Portugal. Marcadas por um estilo que Raul Lino passou a denominar como “tradicional português”. Assim, a busca pelos elementos que representavam a identidade nacional encontrava na arquitetura lusitana mais uma referência sólida, concreta e incontestável de

¹⁹⁷ ANATERESA, Fabris. *A imagem da cidade: realidade e utopia*. In: *Fragmentos urbanos: representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 2000, p.13-51.

¹⁹⁸ Ricardo Severo, engenheiro português e porta-voz dos neocoloniais, que residia e trabalhava no ramo da construção civil paulista, iniciou este movimento na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, em 1914, a partir da conferência intitulada *A arte tradicional no Brasil: a casa e o templo*. KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº30, 2002, p.117. PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural. R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 41-74, nov. 2005/ abr. 2006.

sua existência. A alma do país estaria também nas linhas dos prédios que o furor eclético insistia em por ao chão. A adaptação desta ideia no Brasil, levou Severo a empreender diferentes esforços que pudessem estudar, dissecar, os elementos construtivos e decorativos das antigas construções que pudessem contribuir para a elaboração de uma nova arquitetura no país: a neocolonial.

Alceu Amoroso Lima, ao se sensibilizar com esta valorização das antigas construções, procurou apontar no artigo *Pelo passado nacional* duas saídas para barrar o “vento iconoclasta” que fazia ruir “as velhas pedras” do país. Para as cidades em franco crescimento, como São Paulo e o Rio de Janeiro, deveriam ser estabelecidos estudos e critérios, aos moldes europeus, que indicassem os “monumentos históricos” relevantes a serem conservados para a memória e a identidade da nação. Para as urbes por ele classificadas como “mortas” e significativas para a história do país, como Ouro Preto, a solução estava na ressignificação dos seus papéis sociais: elas deveriam servir como espaços úteis à finalidade moral e cívica da nação, ao acordarem “em nossas almas o respeito pelas coisas de antanho, penhor seguro de um amor positivo às coisas do presente.”¹⁹⁹

A apropriação do termo “cidades mortas” por Amoroso Lima demonstra que, para além da geografia, o que definia este tipo de urbes era a incapacidade de se adaptar plenamente às noções do que era denominado como progresso e moderno no início do século XX. As cidades mortas seguiam, assim, em um ritmo de decomposição econômica, social e cultural.

Vila Rica e o Tijuco foram, em todos os tempos, dois braseiros da libertação da terra. Quando por mais não fosse, só por isso, devemos ajoelhar-nos

¹⁹⁹ AMOROSO LIMA, op. cit., 1916, p.2-15.

pedosamente à beira destes **dois túmulos** onde repousam as primeiras asas com que o nosso Brasil bateu os flancos ainda infantis (grifo nosso).²⁰⁰

Dois aspectos nos chamam a atenção em relação ao uso do conceito “cidades mortas”. Primeiro, ele revela-se uma forma radical e superficial de enquadrar as urbes consideradas atrasadas nesta época. A visão de que elas estavam sepultadas ou que seguiam uma espécie de caminho que as levava ao arruinamento, se por um lado se prestava à intenção dramática que o texto de Amoroso Lima queria repassar aos seus leitores, por outro, ocultava um processo histórico e social em curso nestes espaços: a dinâmica das suas vidas cotidianas. Empobrecidas? Certamente, mas não estanques e mortas. Havia, como demonstram as fontes que analisamos até este momento, vitalidade nestes lugares. O segundo aspecto que chama a nossa atenção em relação ao uso do conceito “cidades mortas” está na mudança que se processava nas formas de ver (e ler) as cidades brasileiras neste período. Ao lado da ótica tradicional, ligada à perspectiva política e econômica, se desenvolvia a ideia das urbes enquanto espaços de memória que deveriam desempenhar um novo papel social e, por isso, mesmo precisavam ser estudados, monitorados e parcialmente preservados.

Duas cidades distintas surgem no texto produzido Amoroso Lima e nos artigos publicados no Jornal *O Lábaro* e o Jornal *Minas Gerais*, e esta diferença demonstra que a partir da Primeira República falar e pensar sobre as formas, funções e representações das cidades no país tornou-se, seguindo a tendência internacional, cada vez mais complexo e plural.

²⁰⁰ AMOROSO LIMA, op. cit., 1916, p.2.

Capítulo IV – Apropriação do discurso preservacionista em Ouro Preto.

Em 1923, o governador Raul Soares de Moura implementou uma reforma no quadro da divisão administrativa do estado que redefiniu o mapa de Minas Gerais.²⁰¹ Em relação aos municípios, a lei nº843, por ele publicada neste ano, criou 36 novos territórios, retificou 19 divisas e mudou 20 denominações. Quanto aos distritos, foram criados 97, 5 passaram a ser declarados como extintos, 22 foram transferidos entre municípios, 4 sedes foram realocadas e 120 denominações foram substituídas. Joaquim Ribeiro Costa que, entre outros cargos, foi Diretor do Departamento Estadual de Estatística, apoiou a mudança realizada por Raul Soares. Segundo Costa, as divisões administrativas que tinham sido realizadas em Minas até esta data, como a de 1911, eram frutos de práticas precárias, como a “fixação de limites por cercas de propriedades agrícolas”, a “inclusão de algumas destas em território estranho à circunscrição subordinante” e a “localização da sede de um distrito em território de outro”. Tudo ao sabor de conveniências partidárias, “impostas por interesses pessoais, sobrepostos aos de ordem administrativa que deveriam prevalecer em função do bem público”.²⁰²

Embora revestida pelo desejo de conferir maior racionalidade às ações do executivo, as ações implementadas pela Lei nº843 mexeram com os poderes políticos constituídos nas diferentes regiões do estado, colocando em lados opostos os grupos favoráveis e os opositores às mudanças. Em Ouro Preto, por exemplo, representantes do Distrito de Itabira do Campo se apressaram em criar um Diretório cuja finalidade era cumprir o papel de instância mediadora entre o governo do estado e as aspirações emancipacionistas dos moradores locais.²⁰³

²⁰¹ MINAS GERAIS. Lei nº843 de 07/09/1923. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso: 10/06/2014.

²⁰² O discurso de Raul Soares era pautado pela necessidade de se impor uma ordem administrativa onde deveria prevalecer o interesse público acima dos particulares. COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais com Estudo Histórico da Divisão Territorial Administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado. 1970. p.28-29.

²⁰³ Revista Itabirito em revista, Edição Especial, Itabirito, novembro de 2007, 127p.

O requerimento apresentado pelo vereador Antônio José Neto na Câmara de Ouro Preto, em 22/09/1922, demonstra que o ingresso de Raul Soares no Palácio da Liberdade representava um risco real de que poderia ocorrer alguma mudança no mapa político de Minas. Tanto que este documento solicitava aos vereadores que autorizassem a Câmara a protestar junto ao Congresso Mineiro contra qualquer medida que importasse no desmembramento do município.²⁰⁴ Nesta mesma sessão, o vereador Padre José Marques Pena tomou a palavra e, por mais que achasse natural que um distrito quisesse tornar-se uma vila, reforçou o discurso do de Antônio Neto.²⁰⁵ O campo de tensão armou-se, mas os protestos vindos de Ouro Preto, no entanto, não surtiram efeito ante ao desejo do governo mineiro de operar uma transformação ao mesmo tempo técnica e política.

Não é demais lembrar que a nova divisão administrativa de Minas provocou uma perda de praticamente metade do município de Ouro Preto, resultando na extração de importantes distritos, como Itabira do Campo e Congonhas do Campo, e na consecutiva (e expressiva) queda de arrecadação. Enquanto Congonhas passou a integrar o município de Queluz de Minas (atual Conselheiro Lafaiete), Itabira do Campo tornou-se a sede de uma nova unidade municipal, denominada como Itabirito, composta também pelos antigos distritos ouro-pretanos de São Gonçalo do Bação, São Caetano da Moeda e as partes restantes das freguesias de São José do Paraopeba e de Jesus Maria José da Boa Vista.²⁰⁶

Ouro Preto, portanto, sofreu em pouco mais de duas décadas duas derrotas políticas, sustentadas por discursos técnicos, que custaram caro às suas finanças e à sua representatividade: a mudança da capital e a supressão territorial. Estas derrotas atestam

²⁰⁴ APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara e Termos de Comparecimento. 1921 a 1925. 100f.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ Ouro Preto. In: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE. 1959, p.225-238.

que, apesar da Câmara de Ouro Preto encontrar-se sintonizada com as diretrizes do Partido Republicano Mineiro, a relação entre seu *status* de cidade-memória e a força da influência política do município não era diretamente proporcional. Portanto, não se deve superestimar o alcance político representado pela sua condição de cidade berço da identidade mineira. Ele, sem dúvida, era mais curto que se pensa. A retração e a nova fragilização econômica do município são esclarecedoras sobre este assunto.

A negociação sobre uma antiga dívida que Ouro Preto tinha com o estado, adquirida na década de 1890, durante as tentativas pensadas pela Câmara para modernizar a então capital de Minas, atesta o limite do capital político municipal. Em 1911, após ocorrerem os festejos do Bicentenário de Ouro Preto, o presidente da Câmara, Dr. Lúcio José dos Santos, solicitou (e conseguiu) o apoio dos vereadores para negociar com o governador Júlio Bueno Brandão a unificação das dívidas do município com o fisco estadual.²⁰⁷ Em 1913, o então presidente da Câmara, Dr. Custódio da Silva Braga, informou de forma descontente que, devido a existência da dívida com o estado, alguns impostos municipais estavam sendo coletados através da Coletoria Estadual.²⁰⁸ Na sessão da Câmara de 15/09/1921, Custódio Braga, já na condição de apenas vereador, publicou uma moção de agradecimento ao vereador Rocha Lagoa Filho por ter pleiteado perante ao Congresso Mineiro o perdão da dívida da Câmara Municipal de Ouro Preto. No dia seguinte, ele declarou um voto de congratulação à Câmara dos Deputados e ao Senado Mineiro pela elaboração da lei que permitia a modificação do contrato de empréstimo feito à Câmara de Ouro Preto.²⁰⁹ Em 1923, Alfredo Teixeira Baeta, que ocupava o cargo de presidente da Câmara, informou aos seus pares sobre a retomada das negociações da dívida de Ouro Preto com o estado. Poucos meses antes de

²⁰⁷ APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara Municipal de Ouro Preto. 1906 a 1912. 199f.

²⁰⁸ APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara Municipal de Ouro Preto. 1912 a 1917. 195f.

²⁰⁹ APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara e Termos de Comparecimento. 1921 a 1925. 100f.

oficializar a nova divisão administrativa de Minas, Raul Soares informou à Câmara que estudaria o caso e que esperaria ter uma resposta favorável sobre a situação da dívida.²¹⁰

Como se percebe, diferentes negociações foram abertas entre os poderes municipal e estadual nas décadas de 1910 e 1920. No entanto, este assunto permaneceu sem solução até a eleição do governador Fernando de Melo Viana, que entrou no Palácio da Liberdade no final de dezembro de 1923.²¹¹ E entre suas primeiras ações, encontra-se o perdão da dívida com Ouro Preto. Este ato foi saudado em diferentes periódicos do país. Em 09/01/1925, uma matéria publicada no *Jornal do Comércio*, editado no Rio de Janeiro, foi transcrita no *Jornal Minas Gerais*, com a clara finalidade de demonstrar como o ato do recém-empossado governador encontrava eco no âmbito nacional.²¹² Poucos dias depois, em 18/01/1925, foi a vez do jornalista e escritor Gilberto Alencar publicar o texto *Em prol de Ouro Preto*, também no *Minas Gerais*, saudando o governador pelo decreto. Parecia-lhe um absurdo que o estado, após “lançar ao abandono a nobre cidade, exigisse desta o pagamento da quantia”. E prosseguiu:

E desde então Ouro Preto vem pagando juros e amortizações, consumindo no serviço desta dívida todos ou quase todos os seus recursos, sem poder cuidar, por esta razão, da sua própria vida. Foi esta injustiça que o Sr. Melo Viana agora reparou, mandando cancelar a dívida monstruosa.²¹³

O escritor José Antônio Nogueira também se solidarizou com a ação de Melo Viana, acreditando que o cancelamento desta dívida possibilitaria a inauguração de uma nova fase econômica para a ex-capital.

²¹⁰ APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara e Termos de Comparecimento. 1921 a 1925. 100f.

²¹¹ Fernando de Melo Viana foi político, promotor, advogado e magistrado. Nasceu em Sabará, em 15/03/1878, e faleceu no Rio de Janeiro em 01/02/1954. Ele assumiu a presidência de Minas Gerais após a morte de Raul Soares, em 04/08/1924, e se exonerou em 31/03/1926 para concorrer à vice-presidência do Brasil.

²¹² Ouro Preto. *Minas Gerais*, 09/01/1925, p.4

²¹³ ALENCAR, Gilberto. *Em prol de Ouro Preto*. Minas Gerais, 18/01/1925, p.5-6.

O certo é que para Ouro Preto renascer grandes e fagueiras esperanças. Doravante poderá empregar os recursos que consumia no serviço daquela dívida em lançar os fundamentos da maravilhosa transformação, que pareceu um sonho delirante como obra imediata e subitânea, mas sem nenhuma dúvida facílma para as forças taumatúrgicas do futuro.²¹⁴

O perdão da dívida, sem dúvida, aliviou as contas da Câmara, mas não trouxe a “maravilhosa transformação” esperada por José Antônio Nogueira. Após a retração do território de Ouro Preto, como vimos no segundo capítulo, o número de atividades econômicas nos distritos situados fora da sede caiu de 326 para 234, perfazendo, portanto, uma redução de quase 30%. Na sede, a quantidade de negócios pouco se diferenciava do cenário identificado em 1903, atestando que até a década de 1930 ela permaneceu como uma região pouco atrativa para os investimentos de média e grande escala. Esta queda na arrecadação municipal, por fim, desanuviou o otimismo alimentado na década de 1910.

Um dos sintomas mais claros sobre a situação financeira de Ouro Preto na década de 1920 encontra-se nas precárias condições em que estavam algumas edificações que tinham relevância histórica na sede de Ouro Preto. Em 1928, por exemplo, o telhado da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o mirante e metade da cobertura da Casa dos Contos e parte da Casa de Marília de Dirceu se encontravam destruídos.²¹⁵ Esta última edificação foi demolida em 1928 para dar lugar ao prédio de um grupo escolar. Afonso Teixeira Baeta Neves, então presidente da Câmara, justificou este ato a Gustavo Barros alegando que a “casa de Marília não passava de uma lenda”, que talvez “ela tivesse existido ali”, mas que a estrutura derrubada, por ser mais moderna e erigida pelo Barão de Ouro Branco, era posterior ao século XVIII.

²¹⁴ NOGUEIRA, José Antônio. Carta de Minas. Minas Gerais, 25/03/1925, p.8.

²¹⁵ BARROSO, Gustavo. A cidade sagrada. In: Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. V. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1948b, p.10-14.



FIG.13. Casa de Marília.

Fonte: Núcleo de Mentalidade e Memória IFAC/UFOP.

Grupo Escolar Marília de Dirceu

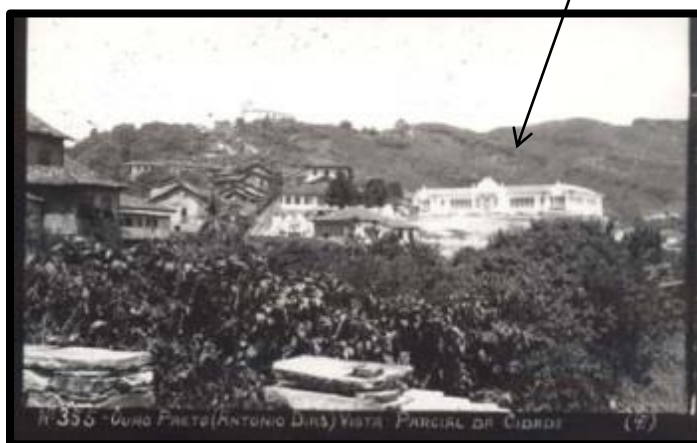


FIG.14. Grupo Escolar Marília de Dirceu.

Fonte: Núcleo de Mentalidade e Memória IFAC/UFOP.

Indiferente ao equívoco de Baeta Neves em relação ao imóvel, demonstrado por Tomás Brandão em 1932, nos interessa destacar a partir deste caso que ainda não havia na Câmara uma percepção de que todo o cenário urbano de Ouro Preto deveria ser pensado com um grande patrimônio.²¹⁶ Existiam, portanto, escolhas do que deveria ou não ser considerado monumento. Se o presidente da Câmara se encontrasse convencido de que aquele imóvel tinha, realmente, pertencido a família de Marília, seu destino

²¹⁶ BRANDÃO, Thomas. *Marília de Dirceu*. Belo Horizonte: Typographia Guimarães. 1932.

certamente seria outro. Talvez ele não fosse restaurado, devido as condições financeiras do município, mas certamente não seria demolido pela própria Câmara.

O pensamento de Baeta Neves, sem dúvida, refletia o andamento dos debates sobre o lugar do patrimônio histórico dentro da cultura brasileira dos anos 1920, mas é importante considerar também que Ouro Preto representa um caso especial no processo de discussão sobre este tema no Brasil. Apesar de ter sido monumentalizada em 1931, a discussão sobre a preservação do seu patrimônio data da década de 1890, justamente no contexto inicial da República e da mudança da capital.

4.1. Bilac, Rouède, Esteves e Sena: arte e memória.

As ruínas de Ouro Preto, vistas como uma metáfora da crise econômica que se abateu sobre a região a partir do final do século XVIII, passaram a receber uma nova conotação nas décadas finais dos Oitocentos. E a fala de Dom Pedro II, quando visitou a então capital mineira em 1881, emblematiza essa mudança de perspectiva. Ao se deparar com a situação de abandono que atingia as antigas áreas de mineração e de moradia, como os morros da Queimada, Santana e Piedade, o imperador as comparou à Pompéia, cidade arrasada pela erupção do Vesúvio em 79 d.c. Assim como a cidade italiana, o cenário por ele visitado contava, não apenas sobre o fim de uma era, mas também sobre a história das pessoas que fizeram deste espaço um testemunho sobre um período importante da história do país. Elas eram, assim, um produto que inseria o econômico no cultural, ao relevar também o significado de memória representado pela passagem do homem.²¹⁷

²¹⁷ BEDIAGA, Begonha (org.) *Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891*. Petrópolis: Museu Imperial / IPHAN, 1999. 161p.

Uma década depois, a República havia substituído a monarquia, e a representação das ruínas ouro-pretanas tendia a um novo rearranjo entre espaço e tempo. Os mudancistas, apesar de reconhecerem a importância de Ouro Preto para a construção do discurso liberal e republicano no Brasil, acreditavam que a sede estadual não oferecia mais as condições necessárias a uma metrópole moderna. Do outro lado, os não-mudancistas, fundaram seu discurso na conciliação entre o antigo e o moderno, ressaltando, ao mesmo tempo, o papel histórico de Ouro Preto no processo de fusão e fundação da identidade mineira e acreditando na possibilidade de adaptá-la às exigências da nova época. Portanto, o aspecto histórico presente do discurso de Dom Pedro II se encontrava nos dois lados desta questão, mas apontando para sentidos distintos.

Na fase derradeira deste embate, no final de 1893, desembarcaram em Ouro Preto dois representantes da intelectualidade carioca que interpretaram este contexto por vias distintas: o escritor Olavo Bilac e o pintor francês Émile Rouède. Ambos, ao lado de outros nomes de expressão na capital brasileira, como Magalhães de Azevedo, Carlos de Laet e Álvares de Azevedo Sobrinho, fugiram das perseguições políticas realizadas pelo governo do presidente Floriano Peixoto e se “exilaram” por algum tempo na capital mineira. A posição do governador Afonso Pena contrária ao golpe que o primeiro presidente do Brasil, Deodoro da Fonseca, tentou implementar em 1891, lhe garantia créditos junto ao então governante do país. Minas havia se tornado um território respeitado por Peixoto e um porto seguro para os seus desafetos.²¹⁸

Olavo Bilac e Émile Rouède, rapidamente, se aproximaram do núcleo intelectual mineiro que se reunia na capital em torno da influência do advogado, jornalista, escritor

²¹⁸ JÚNIOR, Raimundo Magalhães. Das fugas, em cinco meses. In: *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1974. p.156-163.

e monarquista Afonso Arinos de Melo Franco. Aurélio Pires, que também frequentava estas reuniões, lembrou este período em seu livro *Homens e fatos de meu tempo*, através da fala de outro importante integrante: o advogado, político e historiador Diogo de Vasconcelos.

Em Ouro Preto é fácil imaginar o que foi a casa do nosso amigo. Dotado do privilégio raro de centralizar o convívio de colegas, ali se encontravam às tardes, em palestras úteis e alegres, Raimundo Correa, Augusto de Lima, Aurélio Pires, Sabino Barroso e outros constelares daquela fase, não sei se a mais feliz da República, mas em todo caso a mais feliz do Parnaso Mineiro. Também ali se encontravam, como polacos da galeria de Ésquiros, fugidos ao terro do despotismo vermelho, Olavo Bilac, Magalhães Azevedo, Álvares de Azevedo Sobrinho, Leopoldo de Freitas e Emile Rouède, que vieram homiziar-se na cidade que se diz berço da Inconfidência e que, de fato, foi sempre a fortaleza da paz e da lealdade.²¹⁹

A aproximação entre Bilac e Arinos, apesar da convicção republicana do primeiro, foi construída pelo interesse comum entre ambos pelo “passado heroico do Brasil” e pela “ânsia de progresso”. As conversas entre os escritores carioca e mineiro provocaram uma mudança de perspectiva e temática na produção literária de Bilac neste período, substituindo os gregos e romanos, como “Nero, Marco Antônio, Cleópatra, Xenócrates e Frinésia”, pelos bandeirantes paulistas, heroicos “povoadores dos sertões distantes”.²²⁰ Em meio às tensões geradas pelo embate político no Rio de Janeiro, ir para Minas acabou representando para Bilac uma possibilidade de incursionar pelo “coração do Brasil”, já que “nesta terra”, segundo a sua descoberta, perdurava, “religiosamente conservada a recordação dos primeiros brasileiros”.²²¹

²¹⁹ PIRES, Aurélio. *Homens e fatos de meu tempo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

²²⁰ JÚNIOR, op. cit., 1974. p.159-160.

²²¹ BILAC, Olavo. *Crônica Livre*, Gazeta de Notícias, 07/11/1893 apud. DIMAS, Antônio. Bilac, o jornalista: Crônicas, Vol. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2006, p.47-50.

É interessante observar o impacto que Ouro Preto e que os diálogos com Afonso Arinos tiveram sobre Bilac. Em 1903, ao recepcionar o ingresso do interlocutor mineiro na Academia Brasileira de Letras, ele recordou:

Enquanto pelas ruas de Ouro Preto, naquela ano trágico de 1893, os vivos comentavam com calor os episódios da revolta naval, e os bombeiros e as prisões e as loucuras, nós dois, mergulhados no passado, conversávamos com espectros. Toda a gente do século XVIII – capitães-generais, ouvidores, milicianos de El-Rei, aventureiros, traficantes de prestos, frades e freiras, tiranos e peralvilhos, fidalgos brilhantes e pobres bateadores de ouro e catadores de cascalho, garimpeiros, senhores e escravos, damas de casta orgulhosa e imundas pretas descalças, ricos proprietários e contrabandistas farroupilhas. Toda essa gente acudia ao chamado da nossa curiosidade e, saltando das casas arruinadas do Padre Faria e de Antônio Dias, evadindo-se do mistério dos arquivos, repovoando as ruas cheias de escombros, vinha viver conosco a sua antiga vida pitoresca.²²²

Conhecido pela sua paixão pelas cidades e pelo progresso urbano, ele se posicionava, nesta época, não como um opositor à modernidade, mas como um crítico ao espírito modernizador que não considerava dentro de suas premissas a obra do passado como um testemunho importante sobre o devir da nação. Duas crônicas escritas neste período demonstram o cultivo deste espírito nacionalista e preservacionista no escritor carioca: a *Crônica Livre*, publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro, em 07/11/1893, e *A Campanha*, publicada em sua edição inaugural no dia de 05/01/1894.²²³

Na *Crônica Livre*, reproduzida no livro *Crônicas e novelas*, publicado em 1894, Bilac relatava que por “São Paulo, pelos outros estado do Sul, pelos estados do Sul, a corrente estrangeira” alagava “a terra desnacionalizando o povo”. As ruas das cidades “alargadas, cheias de construções modernas, ao gosto italiano, ao gosto alemão, ao gosto francês” produziam uma “população heterogênea, em cujo sussurro de mar

²²² BILAC, Olavo. apud. JÚNIOR, 1974, p.159-160.

²²³ BILAC, Olavo. *Crônica Livre*, *Gazeta de Notícias*, 07/11/1893 apud. DIMAS, Antônio. Bilac, o jornalista: *Crônicas*, Vol. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2006, p.47-50. BILAC, Olavo. *Uma Campanha*. *Opinião Mineira*. Ouro Preto, 05/01/1894, Ano 1, nº1, p.1.

agitado” se recolhiam todas as línguas, “como no vozear afanoso dos operários de Babel”. Este processo de desnacionalização, segundo o escritor, se alastrava como propulsor de uma ideia de progresso que rasgava e abismos, não cuidando dos vestígios de gerações mortas” que eram apagadas pela sua passagem. No Rio de Janeiro de 1893, cita, já era “raríssimo o canto da cidade em que uma construção colonial” se antepusesse aos olhos, “reavivando a recordações das primeiras épocas da nossa história”. Ao se sentir estrangeiro em sua própria pátria, sobretudo em um momento de descontentamentos com os rumos que os anos iniciais da República desenhavam, Bilac se aproximou do passado como uma âncora ante ao turbilhão dos acontecimentos.

Dois meses depois, ele construiu esta mesma crítica de uma forma mais detalhista, através do artigo *Uma Campanha*, publicado no Jornal *Opinião Mineira*, inaugurado pelo advogado e político José Cesário de Faria Alvim em 1894.²²⁴ Alvim, que também fazia parte do núcleo próximo a Afonso Arinos, renunciou ao cargo de senador em 1891 e governou o estado de Minas Gerais até o início de 1892. No entanto, após apoiar o golpe que o presidente Deodoro da Fonseca tentou implementar em novembro de 1891, quando tentou fechar o congresso nacional, ele sofreu a pressão da maioria dos “republicanos históricos” mineiros e deixou o governo estadual.²²⁵ Afastado dos cargos públicos, apoiou, em 1894, a candidatura de Francisco Bernardino contra Crispim Jacques Bias Fortes à presidência de Minas, e buscou fazer do jornal *Opinião*

²²⁴ Na dissertação de Caion Natal, ele atribui este texto a Cesário Alvim, mas quando tivemos acesso ao exemplar deste periódico constatamos que tinha sido produzido pelo escritor carioca. NATAL, Caion Meneguello. Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933. Dissertação. 2007. 239p. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

²²⁵ Após a aprovação de uma lei no Congresso Nacional que permitia o *impeachment* do presidente da República, Deodoro fechou o Legislativo e decretou estado de sítio no Brasil. Como reação, ele e seu grupo ficaram isolados, o que levou à sua renúncia em 23 de novembro de 1891. SILVA, João Pinheiro. *Cesário Alvim*. Revista do Archivo Publico Mineiro. Ano XI. Fascículos I, II, III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1906.

Mineira um lugar para a difusão de suas ideias. A proximidade com Olavo Bilac, abriu espaço para que o escritor carioca contribuísse com a produção de artigos e poemas.

É neste contexto, marcado por eventos políticos dentro e fora do estado de Minas, que Olavo Bilac produziu o artigo *A Campanha*, reafirmando a sua visão sobre os riscos que os valores nacionais corriam na então conjuntura política do país. Contrapondo a sua visão idealizada do povo francês, como aquele que mais prezava as “suas tradições e que com mais carinho” conservava “inalteradas e vivas” as suas “recordações”, ele passou a criticar o imediatismo reinante no Brasil.

É uma ânsia inexplicável de cortar todos os laços que nos prendem à antiguidade, um desejo de apagar da memória a lembrança do que fomos, uma obstinação sem nome de querer viver dentro dos muros do presente, apartando os olhos e a alma de tudo quanto fale do tempo em que o nosso caráter de povo engatinhava e balbuciava, indefinido, ainda ensaiando a vida. É isso o que nos atrasa, é isso o que nos faz minguar na alma o patriotismo, fazendo de nós um povo que parece envergonhar-se do tronco em que brotou, como um filho que se envergonha do pai que teve.²²⁶

As mudanças ocorridas nas formas de produção, com o fim da escravidão, no regime de governo, com a emergência da República, e na rede de valores, com a apropriação dos ideais modernos, eram bem-vindas. Mas elas provocaram, como efeito colateral, uma sensação de aceleração do tempo acompanhada, inevitavelmente, por um sentimento de perda e estranhamento. O mundo moderno era desejável, mas ele também teimava em se espalhar para além das margens que as expectativas dos contemporâneos haviam traçado para seu curso, ao atingir, por exemplo, a “língua pátria”.

São Paulo italianiza-se sem resistência, perdendo tudo, desde o idioma até o próprio sentimento indígena, nessa submissão sem luta a uma raça

²²⁶ BILAC, Olavo. *Uma Campanha*. Opinião Mineira. Ouro Preto, 05/01/1894, Ano 1, nº1, p.1.

absorvente. No sul, o quebro suave da formosa língua portuguesa desaparece, abafado pelo vozear gutural dos colonos alemães.²²⁷

A modernidade, assim indomável, fazia vítimas, não apenas na dimensão da comunicação, mas também no corpo das cidades. Sobretudo nas antigas urbes que experimentavam o fenômeno do crescimento de suas forças econômicas, como o Rio de Janeiro.

E cada construção nova que se levanta, cai uma construção velha, sem que alguém se tenha dado ao trabalho de estudá-la, fixando a sua recordação numa página histórica. Nesses escombros fica soterrada a última lembrança dos que, bem ou mal, na medida que puderam, assentaram, suando e penando, na terra virgem do Brasil os alicerces da nossa nacionalidade. No Rio, a [monomania] da **modernização inconsiderada** sobe de ponto (grifo nosso).²²⁸

Essa mudança trazia em seu bojo um repertório estético que também incomodava o escritor carioca, que atacou a nova onda arquitetônica, importada da Itália, Alemanha e França, desqualificando-a pela ausência de robustez, personalidade e beleza.

Arrasam-se construções coloniais, não para, no seu lugar, se erguerem edifícios em que se não ofendam as leis da higiene e da arquitetura, mas para substituí-la por trambolhos sem arte, sem solidez, sem beleza que, enchendo as algibeiras de mestres de obras sem inteligência nem escrúpulo, estragam o gosto público, já de si tão apoucado, tão falto de espontaneidade e de educação. Ainda há pouco, as picaretas demoliram em frente ao Passeio Publico o famoso chafariz das Marrecas porque isso convinha ao plano de reconstrução do hediondo quartel dos Barbonos, casarão medonho que lá está pompeando agora numa dança macabra de linhas desgraciosas, numa orgia alucinante de cores disparatadas.²²⁹

E interessante notar como o pensamento de Olavo Bilac mudou alguns anos depois, já que, nos anos iniciais do século XX, ele foi um dos principais entusiastas da

²²⁷ BILAC, 1894, p.1.

²²⁸ Idem, p.1.

²²⁹ BILAC, 1894, p.1.

reforma urbana encampada no Rio de Janeiro pela presidente Rodrigues Alves e o prefeito Francisco Pereira Passos. A série de textos que ele publicou neste período, contrapondo atraso e progresso, buscam defender uma regeneração do espaço urbano carioca ao estilo do que ocorreu em São Paulo: “As avenidas, bordadas de palacetes lindos, multiplicam-se e cruzam-se [na capital paulista]. Nem uma só rua nova ousa, como as nossas, desviar-se e torcer-se em coleios de cobra.”²³⁰ Esta é uma perspectiva distinta da profecia que fez em seu artigo de 1893, caso o país continuasse a desprezar a sua história.

E quando os chalés suíços tiverem substituído todos os edifícios antigos, quando todos os arquivos públicos tiverem sido consumidos pelas traças por falta de quem os preze e trate com amor, quando da luta que se tem de travar entre o italiano, o espanhol e o alemão uma dessas línguas sair vitoriosa predominando no Brasil sobre as outras duas e banindo da terra da América a língua portuguesa, que restará de nós na lembrança dos homens? (grifo nosso).

Para o escritor carioca, eram as tradições e a nacionalidade que estavam ameaçadas neste novo Brasil, e Minas tinha um importante papel a cumprir neste contexto. Como o “único Estado em que as tradições” ainda se enraizavam, deveria “dar o sinal de alarme em prol da nossa nacionalidade ameaçada”. E a primeira medida a tomar para isso seria “dar o exemplo da regeneração, mostrando como é preciso amar o passado”, cuidando de Ouro Preto. A então capital do estado, que a menos de um mês havia descoberto que o Congresso Mineiro aprovara a construção de uma nova sede para o governo de Minas, estava maltrata e descuidada. A sede de Ouro Preto, que já era “por si só um grande museu”, assistia as suas igrejas, “as mais belas e curiosas do Brasil”, serem “profanadas” pelas mãos de restauradores ineptos, que estragavam “quadros e esculturas de valor inestimável”. Em todas as partes da cidade encontravam-

²³⁰ ANATERESA, Fabris. A imagem da cidade: realidade e utopia. In: *Fragmentos urbanos: representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 2000, p.13-51.

se “móveis antiquíssimos, objetos de arte que se inutilizam às minguas de quem os recolha”, tornando-se um crime deixa-los à sorte dos “antiquários espertos” ou da “ação terrivelmente destruidora do tempo”.

Em Ouro Preto, o arquivo público também sofria estragos horríveis: “De vários livros, paginas e paginas de incalculável valor documentário para a nossa historia foram criminosamente arrancadas.” Urgia, neste sentido, criar em Minas um museu que colecionasse “os objetos de arte que andam espalhados por toda a região” e organizar o “Arquivo Publico, fazendo ao patriotismo de todos os cidadãos um apelo” para que cedessem ao governo “todos os documentos escritos que andam em mãos particulares, e são inumeráveis.” Este, segundo o escritor, seria um belo serviço prestado à nossa historia, pois salvaria “a nossa nacionalidade do esquecimento”, se de “tudo se não puder salvá-la da morte, facilitando assim o trabalho dos que quiserem perpetuar na crônica documentada as fases primeiras da vida nacional”.²³¹

Ouro Preto, assim, se transformaria em um símbolo, um passo inicial, para uma luta que deveria ser travada em todo o país contra a desvalorização do passado e os riscos enfrentados pela nacionalidade. O cultivo do amor às coisas antigas garantiria, no pensamento do escritor carioca, a construção de uma barreira cívica contra a ação danosa e desconfortável provocada pela modernidade. Ao tratar a nacionalidade como uma realidade estanque, pronta e acabada, ele neblinou a historicidade que há por trás dos discursos que buscaram, desde o Primeiro Reinado, produzir uma concepção para o termo identidade brasileira. Ao tentar defender a nacionalidade, ele a congelou em uma embalagem provocando outro tipo de risco por ele não imaginado.

²³¹ BILAC, 1894, p.1.

No último parágrafo de sua crônica, Bilac prometeu levar adiante a sua “campanha”, mas um incidente com um fazendeiro local o levou a sair fugido de trem para Juiz de Fora poucos meses após ter desembarcado em Ouro Preto.²³²

O pintor francês Emile Rouède, ao contrário de Olavo Bilac, fixou residência e um ateliê em Ouro Preto a partir de sua chegada no final de 1893. A distância entre a capital mineira e o Distrito Federal (Rio de Janeiro) não o afastou da pintura e do jornalismo. Pelo contrário, a sua permanência em Ouro Preto e as suas visitas a outras localidades situadas na região central de Minas refletiram-se em sua arte e em suas atividades de articulista e pesquisador. Longe do mar, a região montanhosa tornou-se um cenário recorrente em seus quadros e em suas práticas de ensino, e os seus textos continuaram a ser publicados em diferentes jornais, como demonstra a série de 6 artigos divulgados no Jornal *Le Bresil Republicain*, periódico editado em língua francesa no Rio de Janeiro, entre 23/05/1894 e 03/10/1894.²³³

Nesta série de artigos, que divide-se em dois grupos (*Correspondance de Ouro Preto* e *Chronique de Minas*), Rouède relatou parte de suas experiências na região central mineira e defendeu a necessidade se realizar uma futura História da Arte de Minas. Fato que o posiciona como um dos primeiros a compreender a importância do patrimônio histórico e artístico das cidades setecentistas mineiras.²³⁴ No primeiro artigo publicado no *Le Bresil Republicain*, em 23/05/1894, ele deixou clara esta sensibilidade.

²³² JÚNIOR, op.cit. 1974, p.161-163.

²³³ Hélio Gravatá informa que “Émile Rouède passou praticamente todo o ano de 1894 em Minas Gerais, permanecendo na maior parte do tempo em Ouro Preto, de onde remetia suas impressões escritas para o jornal *Le Brésil Republicain*”. Entre 1894 e 1896, Rouède abriu uma escola em Ouro Preto, baseada em ‘princípios moderníssimos da arte’, fundou o Ginásio Santa Rita Durão em Itabira e realizou uma excursão fotográfica à Diamantina. GRAVATÁ, Hélio. Émile Rouède, a Arte Mineira e a velha matriz do Curral Del Rei. *Revista Barroco*, v.9, Belo Horizonte: UFMG, 1977, p.123-126.

²³⁴ BRANDÃO, Ângela. Desenhos de Tarsila do Amaral: barroco mineiro através do olhar modernista. 1999. 137p. Dissertação. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1999. ALMEIDA, Marcelina das Graças. Belo Horizonte, Arraial e Metrópole: memória das artes plásticas na capital mineira. In: Um século de artes

Se, para cúmulo de felicidade, eu obtivesse das autoridades locais um pouco de atenção para os **objetos de arte**, um pouco de cuidado para os **documentos** sepultados nos escritórios do Estado, um pouco de respeito para os **monumentos** que se esboroam e, finalmente, a **criação de arquivos** que conservassem as páginas preciosas dos séculos passados e a fundação de um **museu** para reunir os móveis, armas, trajes, tapeçarias, joias, bordados, quadros e estátuas que se perdem ou vão enriquecer as coleções do Rio de Janeiro, eu me consideraria o mais feliz dos mortais (grifo nosso).²³⁵

A valorização da Conjuração Mineira, lida como evento-gênese dos ideais republicanos no Brasil, e a possibilidade de Ouro Preto ruir, como consequência do processo de transferência da capital, aceleraram a emergência da preocupação com os bens que representavam tanto a conquista e a civilização do território mineiro quanto a produção artística resultante deste processo. A preocupação com a conservação dos “documentos”, com a criação de um “museu” em Minas e com os negócios dos antiquários, que enviavam os “objetos de arte” para outras praças, demonstra uma sintonia entre seu pensamento e o de Olavo Bilac. De certo, eram também temas frequentes nas reuniões realizadas pelo grupo de intelectuais criado em torno de Afonso Arinos. É em meio ao crescimento destas queixas e apreensões e da necessidade de firmar o lugar de Minas na memória e na história do país, portanto, que podemos entender, por exemplo, a atmosfera que envolveu a organização do Arquivo Público Mineiro, estruturado em 1895, um ano após a divulgação destas crônicas.

Apesar de enfatizar a tradição, Rouède não se posicionava contra o progresso: “Não é a construção de uma nova cidade que me aborrece. Tal obra representa sempre um progresso, e este progresso é imenso quando a sua realização está confiada a

plásticas em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. TAVARES, André. Émile Rouède, Olavo Bilac e a criação de uma história das artes em Minas Gerais no século XIX. Revista Rotunda, nº2, Campinas, p.25-35, agosto de 2003. TRANT, Carlos Rodrigues. Despedida. A cidade, Ouro Preto, 25/02/1902, p.3

²³⁵ ROUÈDE, Emile, Minas Gerais, 10/01/1895, p.2-3. Conforme Hélio Gravatá, as colunas de Rouède foram traduzidas e publicadas no Jornal *Minas Gerais* nos dias 10, 11, 12 e 13 de janeiro de 1895. No acervo do *Minas Gerais*, devido ao estado ruim em que se encontra parte dos jornais publicados no final do século XIX, identifiquei somente as edições dos dias 10/01/1895 e 11/01/1895, correspondentes às edições originais divulgadas em 23/05/1894, [02/06/1894] e 09/07/1894 no Jornal *Le Brésil Republicain*.

homens como Aarão Reis e José de Magalhães [...]”. Mas o que “me entristece é ver que para se criar a nova ‘Minas’ seja necessário arrasar a antiga Vila Rica”.²³⁶ Para o pintor francês, o estado de Minas não deveria imitar a história de Saturno, que devorou os seus próprios filhos.

[...] não é na mitologia que ele deve procurar as regras de conduta, mas na natureza e na família. O nascimento de um novo ser não deve levar à morte o irmão mais velho, e nem deve privar aquele de cuidar dos anteriores ao seu tempo. Ouro Preto é filha legítima do estado de Minas e tem o direito à solicitude tanto quanto o Curral Del-Rey, Belo Horizonte.²³⁷

A preservação do acervo existente em Ouro Preto, e este parece ser o ponto central do pensamento de Rouède, abriria a possibilidade de se implementar pesquisas que extrairiam das evidências conservadas um rico estudo sobre a arte mineira. Como escreveu, a construção desta sensibilidade seria um “importante serviço” para o país, já que tudo lhe parecia emergente naquele momento: desapareciam “documentos de valor”, “monumentos históricos” ameaçavam ruína, perdiam-se “admiráveis esculturas”, “quadros de mérito” se deterioravam e, ainda mais, a morte estava levando “os velhos de idade secular, cujo os avós, chegados os *bandeirantes paulistas*, trabalharam na construção das primeiras igrejas e assistiram assim ao advento da arte nestas montanhas”.²³⁸ Aos objetos, portanto, ele adicionou, o que nos parece singular para o

²³⁶ Tradução livre a partir do original publicado em 03/10/1894. Texto reproduzido conforme fac símile publicado no artigo de Hélio Gravatá. Optamos por preservar a grafia e a pontuação originais: “Ce n’est pas la construction d’une nouvelle ville qui me chagrine. Une telle oeuvre représente toujours un progrès, et ce progrès est immense quand la réalisation en est confiée à des hommes comme Aarão Reis et José de Magalhães, qui, d’après ce que l’on peut déjà constater vont sur passer leur réputation. Ce qui me peine, c’est de voir que pour créer la nouvelle ‘Minas’, on vienne anéantir l’ancienne Villa-Rica.” GRAVATÁ, Hélio. Émile Rouède, a Arte Mineira e a velha matriz do Curral Del Rei. Revista Barroco, v.9, Belo Horizonte: UFMG, p.123-126. 1977.

²³⁷ Tradução livre a partir do original publicado em 03/10/1894: “Ce n’est pas Saturne dévorant ses enfants que l’état de Minas doit imiter; Ce n’est pas dans La mythologie qu’il doit chercher des règles de conduite; c’est dans la nature, c’est dans la famille. La naissance d’un nouvel être n’est pas un arrêt mort pour ses frères aînés, et ne doit pas priver ceux-ci des soins des antérieurs de leurs jours. Ouro Preto est fils légitime de l’état de Minas, et il a tout autant de droits à sa sollicitude que le Curral d’El-Rey, Belo Horizonte.”

²³⁸ ROUÈDE, Emile. Jornal *Minas Gerais*, 10/01/1895, p.2-3.

período, a preocupação com o registro dos depoimentos dos antigos moradores que poderiam contribuir com o desenvolvimento das investigações.

Para o pintor francês, onde “os documentos escasseiam (e em Minas são difíceis de encontrar), nos monumentos é que se devem ler os mistérios do passado.” Os objetos, observados com atenção, “revelam o gosto e o progresso da época, porque sempre conservam estampado o caráter daquele que os construiu.”²³⁹ A sua análise sobre a arquitetura de algumas igrejas edificadas na região central de Minas o levou à elaboração de uma primeira categorização destes templos, os classificando em dois períodos: bandeirantes e portugueses. O primeiro, “severo e simples, em que dominou a linha reta, o ornato grego e a pirâmide” (FIG.15); o segundo, “arredondado, barroco, pretensioso, composto especialmente de medalhões, folhagens e florões profusamente prodigalizados”.²⁴⁰ E a sua preferência pelo primeiro, que possuía a “marca do gosto europeu de sua época”, é clara em seus textos: estas igrejas eram dignas de nota e mereciam um estudo sério porque “elas apresentavam um aspecto de severa simplicidade, difícil de combinar com o gosto galante da arquitetura desse século”.²⁴¹



FIG.15. Capela de São João. Ouro Preto. 2010.
Fonte: Kleverson Teodoro de Lima

²³⁹ ROUÈDE, Emile. *Jornal Minas Gerais*, 10/01/1895, p.3.

²⁴⁰ Tradução livre a partir do original publicado em 08/08/1894: “L’un – le bandeirante, sévère, simple; ou La ligne droite, le fronton gree et La pyramide dominant, et l’autre – le portugais – arrondi, barroque, maniéré, et dont lès médaillons, lès rosaces et lès feuillages profusément prodignés, constituant le principal élément.” GRAVATÁ, 1977, p.123-126.

²⁴¹ ROUÈDE, Emile. *Jornal Minas Gerais*, 10/01/1895, p.3.

O relato sobre sua visita à Capela de São João, situada no morro homônimo, reforçou em suas crônicas a sensação de abandono e maus tratos pelas quais passavam o acervo de Ouro Preto. No altar encontrou um crucifixo de marfim, de pura fineza no entalhe, que ficava à mercê de qualquer que entrasse no templo. Por isso, devido à falta de segurança, seu verdadeiro lugar seria em “um museu do Estado”, onde os conhecedores e os artistas poderiam ir para “admirá-lo e copiá-lo”.²⁴² Ainda, dentro da capela, ele executou uma rápida e superficial experiência de restauração de uma pintura de um quadro de Santo André: “A crueza e a vivacidade do colorido indicavam-me que essas pinturas haviam sido restauradas” pelos “borradores”, como Rouède classificava os artistas locais que atuavam nas igrejas. Friccionando na imagem uma “pequena quantidade de essência”, que havia em sua caixa de tintas, ele descobriu “o olhar agradecido e meigo de um Santo André”, que parecia “implorar-me o mesmo serviço para seus companheiros de mascarada, mostrando-se grato a mim que o tinha libertado daquele fardo, muito adequado à face de um pai nobre de comédia, mas visivelmente deslocado na figura austera de um apóstolo venerável.” E arrematou: “O pouco que descobri, revela que estes quadros são de um pintor de talento. O desenho é correto, o colorido muito vigoroso”.²⁴³

O pintor francês permaneceu 3 anos em Minas Gerais, tendo, portanto, pouco tempo para aprofundar seu conhecimento sobre a arte mineira. Apesar de ter presenciado os passos iniciais da formação do Arquivo Público de Minas Gerais, ele não chegou a assistir uma intervenção do poder público do estado e do município em prol da preservação das antigas construções e dos objetos de artes. A partir de 1897, Rouède passou a residir em São Paulo, tornando-se jornalista do *Correio Paulistano*. No

²⁴² ROUÈDE, Emile. *Minas Gerais*, 11/01/1895, p.3.

²⁴³ *Idem*, p.3.

ano seguinte, se mudou para Santos, onde ocupou a função de redator do jornal *Cidade de Santos*, morrendo nesta cidade em 1908 “na obscuridade completa”.²⁴⁴

Emilie Rouède não chegou a registrar um fenômeno que estava ocorrendo neste período dentro dos templos, não apenas de Ouro Preto, mas de outros municípios da região central de Minas: uma mudança do gosto ao se pensar o ambiente interno das igrejas. Fruto, em parte, da limitação financeira das irmandades e da incapacidade técnica dos artistas locais de reproduzirem, no sentido de imitar, os diferentes detalhes das antigas pinturas. Mas fruto também da apropriação de alguns elementos ligados à construção moderna, que passaram a substituir ou ocultar as velhas formas do modo de construir e decorar.

As observações do pintor mineiro Honório Esteves, impressas nos artigos *Padre Faria e Questões de arte*, nos aproximam das práticas ordinárias presentes nesta mudança. No primeiro artigo, publicado no jornal *Minas Gerais*, em 22/01/1895, Esteves criticou uma série de intervenções já realizadas ou em fase de execução nos templos de Ouro Preto. Na Capela do Padre Faria, situada na freguesia de Antônio Dias, ele ouviu de um dos mesários da Irmandade que o teto e a cimalha da nave seriam oleados de branco porque estavam muito sujas. O mesário, conforme o pintor mineiro, justificou esta “limpeza” alegando que já não era mais possível distinguir o antigo conjunto de representações: “O senhor não está vendo que aquela pintura já não é pintura nem coisa com que com isso se pareça?”²⁴⁵

Segundo a avaliação de Esteves, o “teto grande, realmente, estava estragado, não pela má qualidade das tintas aplicadas à cola, mas pelo desleixo de quem trata da igreja”, deixando a água da chuva penetrar “pelas frinchas do teto durante muitas

²⁴⁴ BRANDÃO, 1999, p.90.

²⁴⁵ ESTEVES, Honório. Padre Faria. *Minas Gerais*. 22/01/1895, p.5.

dezenas de anos, dando isso lugar a que se formassem debaixo das pinturas manchas de uma combinação de água e poeira” e, em certos lugares, “descobrimo a madeira e oxidando os pregos.” Ainda assim, ele certificava, compreendia-se “perfeitamente” o que estava representado “na pintura carcomida”. Via-se ainda, como eram “lindíssimas a concepção e execução do desenho e a beleza das tintas!”²⁴⁶

Honório Esteves, assim como em Olavo Bilac e Emilie Rouède, acreditava que estes problemas deveriam ser incluídos na agenda do poder público estadual e municipal:

Visto que todas as obras antigas vão sendo assim destruídas por mãos profanas, parece-me que o governo ou a municipalidade deveria chamar para si a conservação dessas preciosas relíquias que encontram-se em quase todas as igrejas desta velha capital.²⁴⁷

O pintor mineiro produziu um pequeno inventário sobre os problemas que existiam em algumas igrejas de Ouro Preto. Na freguesia de Antônio Dias, a capela-mor de Nossa Senhora da Conceição já havia perdido o “quanto possuía de antiguidade”. A Igreja de São Francisco merecia ser conservada, pois já havia ocorrido, “e não há muito tempo, quem se propusesse a cair o teto”. Na freguesia de Ouro Preto, a matriz de Nossa Senhora do Pilar possuía o “dourado das entalhaduras todo borrado de tinta branca e amarela”, e “com uma pequena raspadura em quaisquer pontos das tintas” apareceria “logo um dourado resistente e brilhante por baixo”. Neste templo, os painéis também foram retocados, mas “ainda assim, percebe-se em alguns pontos o cunho primitivo do desenho e do colorido todo salpicado de tintas novas que não harmonizam de forma alguma com o antigo”. Na Igreja de São José nada havia de “antiguidade, por ser deste século a sua construção”. Mesmo assim foi digno de sua nota o “belo quadro”

²⁴⁶ Idem, p.5.

²⁴⁷ Ibidem, p.5.

O casamento de Nossa Senhora, que ficava acima do coro, que tinha sido retirado e substituído por um “estruque moderno”. Na Igreja de Santa Efigênia restava “apenas o trabalho da talha”, e na “Capela do Alto das Cabeças”, Igreja do Bom Jesus de Matozinhos, ele registrou dois quadros, que representavam a Santa Ceia e a Crucificação de Cristo, que foram grosseiramente retocados.²⁴⁸

No inventário de Honório Esteves as ações de retoques das pinturas, a aplicação de estuque e a caiacção ou a pintura a óleo dos tetos e das cimalthas estavam presentes nos pequenos e grandes templos, como a Capela do Padre Faria e as matrizes de Ouro Preto e de Antônio Dias. O que confirma as preocupações de Olavo Bilac e Emile Rouède, anteriormente apresentadas, sobre a utilização de mão-de-obra barata e pouco qualificada nos serviços de “restauração” dos templos da velha capital.

Em 27/03/1898, no artigo *Questões de arte*, Honório Esteves retornou a este problema no jornal *Minas Gerais*, focalizando a Igreja de São Francisco de Assis, situada na freguesia de Antônio Dias. Antes de entrar nesta questão, ele lembrou que escreveu “um ligeiro artigo”, em 1894, “pugnando pela conservação dos trabalhos artísticos” que existiam na Capela do Padre Faria, “ameaçados, então, pela brocha irreverente de indivíduos absolutamente destituídos de conhecimentos profissionais”. Felizmente, como registrou, ele “teve a ventura de ser atendido” pela irmandade, “não se levando avante o sacrilégio, que estava premeditado”.²⁴⁹

Em relação a Igreja de São Francisco de Assis, como avaliou, era claro a necessidade de que se fizesse um serviço de “limpeza, tanto interna como

²⁴⁸ Ele citou ainda outros dois templos. Na Igreja do Rosário, apesar dos serviços de pintura não terem sido finalizados, como demonstravam os altares, “os quatro painéis do teto da sacristia” apresentavam algum valor artístico. Na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, “à exceção da pintura do teto da sacristia, pintura viva e com muitas incorreções, nada há de notável que possa nos transpor ao século de 1600”. Idem, p.5.

²⁴⁹ ESTEVES, Honório. *Questões de arte. Minas Gerais. 27/03/1898, p.3-4.*

externamente”, mas era preciso uma “limpeza inteligentemente feita, que não atacasse os belíssimos trabalhos ali existentes, mascarando-os com camadas de cal e de tintas feias e grosseiras”.²⁵⁰ No entanto, a longa lista de intervenções feitas e pagas pela irmandade haviam ajudado a descaracterizar o templo. As cúpulas das torres foram “oleadas de azul claro, tendo sido pintado de cinzento escuro as respectivas setas de cantaria”. Os delicados trabalhos em cantaria dispostos na fachada também foram “sepultados sob grossas camadas de tinta preta”, e tornou-se impossível distinguir se eles foram “feitos de pedra, de gesso ou de reboco”. As cimalthas, situadas no interior da igreja, foram pintadas semelhantes a uma teia de areia, que ali estava “para imitar pedra”. As “portaladas de cantaria” tinham sido oleadas e “os dois arcos sobrepostos, por baixo e por cima do coro, também foram pintados à imitação de pedra”. Os painéis que guarneciam “as paredes laterais foram emoldurados de preto bem vivo”, o que concorria para que ficassem “suplantadas as cores já desmaiadas das figuras”. O “presbítero, que também é de cantaria foi, há tempos, inconvenientemente pintado, sendo-o de novo agora e com um vermelho de telha”, que estava “a doer a vista do observador”. Duas esculturas que estavam na sacristia, que representavam “o descendimento da cruz por São Francisco recebendo as chagas”, haviam recebido “uma camada de verniz tão lustroso, que lhes dá a aparência de serem de vidro”. E, finalmente, na “cimaltha do teto da mesma sacristia foram pintados uns filetes vivos de péssimo efeito”²⁵¹

Demonstrando uma certa familiaridade com as práticas de preservação executadas na Europa e reforçando a necessidade do poder público incluir a questão da conservação dos bens antigos em sua agenda, o pintor escreveu:

²⁵⁰ Idem, p.3.

²⁵¹ Ibidem, p.3-4.

Em diversas capitais europeias, nomeadamente em Paris, onde a arte conta grande número de cultores, não se fazem certos trabalhos em templos e outros edifícios, sem prévio exame dos projetos respectivos por parte de uma comissão artística nomeada pelo governo.²⁵²

Seguindo a sua linha explicativa, pedagógica, continuou: “A conservação de um templo, que é um verdadeiro monumento artístico”, deve ser feita de modo a “impedir-se a prejudicial infiltração das águas, limitando-se os demais reparos às partes de alvenaria ou claros, não se caiando a cantaria, mas limpando-a, com vassouras de arame apropriada ou, na falta desta, com areia grossa e água.²⁵³ E, finalizando o artigo, indicou que “poderia fazer ainda mais observações sobre outros estragos”, mas que esperava de todos que tivessem a seu “cargo igrejas e capelas antigas” que respeitem os trabalhos antigos”, pois constituíam “a nossa tradição artística desde 1600 até o princípio do presente século.²⁵⁴

Os tipos e a qualidade dos serviços de manutenção dos templos religiosos em Ouro Preto apontados por Esteves acabavam, sem dúvida, provocando um “novo gosto estético”.²⁵⁵ A ideia de limpar e clarear o templo através da caiação diminuía o número de informações presentes no interior das antigas igrejas. Assim, no lugar da explosão de cores que acionavam os sentidos, dos discursos barrocos ainda presentes nas antigas representações, sempre lembrando ao cristão que a finitude da vida, o expectador emergia em um ambiente quase monocromático, pálido, um ambiente que parecia ter sido feito de gesso. No lugar da profusão de discursos, a neutralidade e a limpeza do ambiente. A substituição do quadro *O casamento de Nossa Senhora* pelo estuque, como

²⁵² Idem, p.4.

²⁵³ Idem, p.3.

²⁵⁴ Uma correção: a região de Ouro Preto, assim como a região central de Minas, começou a ser colonizada no final do século XVII.

²⁵⁵ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro. Situação das Artes Plásticas em Minas no século XIX: escultura e pintura. In: *Seminário sobre a cultura mineira no século XIX*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura MG, 1982. p.147-160.

na Igreja de São José, demonstra como as técnicas utilizadas nas casas modernas passaram a ser incorporadas também nos templos, rivalizando com as representações vistas como sagradas.

As imagens pintadas por Ângelo Clerici no altar-mor e na nave da Igreja de Nossa Senhora do Carmo é outro exemplo que reforça a emergência deste novo gosto estético em Ouro Preto. Em vez das soluções profusivas típicas dos artífices do século XVIII (FIG.16), o pintor italiano inseriu apenas uma cena no centro da nave da igreja (FIG.17). Encurtando, assim, a distância entre as representações divinas e terrenas.



FIG.16. Ascensão da Virgem. 2012.
Autor: Mestre Ataíde [1801-1810].
Fonte: Kleverson Teodoro de Lima



FIG.17. Pintura da nave da Igreja de Nossa Senhora do Carmo. 2012.
Autor: Ângelo Clerici [1908-1909]
Fonte: Kleverson Teodoro de Lima

O olhar de Ângelo Clerici sobre as esculturas dos Passos da Paixão de Cristo, que fazem parte do conjunto do Santuário do Bom Jesus do Matozinhos, em Congonhas do Campo, evidencia como parte dos artistas disponíveis nesta época na região percebiam as obras antigas. Clerici afirmou, em 1906, que elas eram “abundantes de imperfeição” e, por isso, necessitavam de “retoques de goivas e formões para chegarem a altura do que os conhecimentos modernos” ensinavam.²⁵⁶ Opinião que encontrava ressonância dentro da Igreja, como demonstra um guia do Santuário de Congonhas publicado no início do século XX, já que ele considerava que “[...] as figuras dos Passos não estavam de acordo com o ‘verdadeiro sentimento do belo e respeitável’, sugerindo à administração que substituísse aqueles ‘monstros extra-humanos por figurados que dessem uma ideia séria dos grandes momentos e passos de Paixão do Salvador’”.²⁵⁷

Honório Esteves, em suas duas crônicas, aproveitou-se do jornal oficial do estado para dar visibilidade à situação dos templos ouro-pretanos e criticar as indiscriminadas alterações que estavam sendo realizadas pelos profissionais tanto por incompetência quanto por se apoiarem nos modernos conhecimentos técnicos para solucionarem o que entendiam como imperfeito. Entendimento que surgia da incompreensão sobre o valor histórico da obra dos antigos: ponto comum entre o pintor mineiro e os discursos do escritor Olavo Bilac e do pintor Emile Rouède.

A instalação do Arquivo Público Mineiro, em 1895, e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em 1907, confirmam o lugar que a memória passou a ocupar no estado às portas do novo século. A proposta de criação do Museu Mineiro, apresentada pelo deputado Nelson de Senna, em 1908, se insere neste contexto. Este

²⁵⁶ OLIVEIRA, 1982, p.156.

²⁵⁷ OLIVEIRA, 1982, p.156.

museu seria um espaço para demonstrar o cultivo das tradições no estado e o estágio de educação e civilidade em que se encontrava o povo mineiro.

No Brasil, até o início do século XX, as práticas de preservação da memória restringiam-se à instalação dos poucos arquivos públicos, bibliotecas públicas, museus etnográficos, institutos históricos e a existência de monumentos nas praças públicas. A exceção, segundo Nelson Sena, ficava por conta de algumas “galerias e pinacotecas, panóplias e cimeliárquios para a guarda e conserva de quadros, de retábulos, gravuras, jóias, vasos, moedas, armas, vestuários e outros” objetos, que existiam em estados como Pernambuco e Bahia.²⁵⁸ O projeto de Sena repetia a estrutura dos museus até então existentes no país - com suas preocupações em torno das evidências naturais e etnográficas -, mas também seria responsável, seguindo a tendência da Europa Oitocentistas, por “zelar pelos monumentos e edifícios históricos existentes no estado, propondo ao governo os meios de sua restauração ou conservação.”²⁵⁹

Em sintonia com a intelectualidade de seu tempo, Sena defendia o fortalecimento do lugar de destaque ocupado por Minas dentro do processo de construção da nação republicana. Politicamente, o estado encontrava-se em uma posição de relevo no cenário nacional, sobretudo após o início da política dos governadores em 1898. Mas financeiramente a situação era outra: a sua produção industrial, em 1907, ocupava apenas o quinto lugar, ficando atrás do Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.²⁶⁰ Situação que realçava o sentimento de atraso, atribuído, como era recorrente no país, à mentalidade arcaica do período monárquico.

²⁵⁸ SENA, Nelson Coelho de. Estudo crítico de Vera Alice Cardoso Silva. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006. p.328.

²⁵⁹ SENA, 2006, p.323.

²⁶⁰ IGLESIAS, Francisco. *Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1889-1930)*. In: MONTEIRO, Norma de G. (org). Seminário de estudos mineiros: a República Velha em Minas, 5. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

O seu discurso, realizado na tribuna do Congresso Mineiro, em 22/08/1908, se dividiu em três momentos: uma pequena fala introdutória, a leitura do projeto e, em seguida, a justificção desta ideia. O deputado, que três anos antes havia participado do 3º Congresso Científico Latino Americano, realizado no Rio de Janeiro, informou que neste evento escutou uma pergunta recorrente: Se em Minas Gerais, “terra tão opulenta e estado brasileiro de tanto renome”, havia “um museu que encerrasse ao vivo as coisas de nossa História, as maravilhas da nossa natureza, as tradições da nossa antiguidade colonial”. A estas indagações, Sena respondeu parcialmente citando os mostruários da Escola de Minas, fruto das pesquisas empreendidas pelo instituto desde 1876, e o Arquivo Público Mineiro, “depósito sagrado das tradições e dos documentos do estado”. No entanto, como reconheceu diante dos seus pares, “perdurava a sensível lacuna, quer na lei, quer no terreno da realidade.”²⁶¹

A elaboração do projeto do Museu Mineiro, como argumentou, era uma obra conjunta que envolveu diferentes políticos e letrados, como o Sr. João Batista de Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Este espaço de memória seria estruturado a partir de três áreas: História Natural, Etnografia e Antiguidades. Para as suas instalações seriam removidas todas as coleções de “obra de arte, cerâmica, estatuário, mobiliário antigo, joias, quadros gravuras e estampas de numismática, arqueologia, mineralogia, etnografia e outros já existentes no Arquivo Público Mineiro.” Caso o governo do estado achasse conveniente, poderia anexar provisoriamente o Museu Mineiro ao Arquivo Público Mineiro e instalar “uma de suas

²⁶¹ SENA, 2006, p.322.

seções na cidade de Ouro Preto”. Apesar de já sugerir, no final do seu discurso, que a ex-capital aguardaria ciosa a instalação deste “departamento de arte histórica.”²⁶²

Nelson de Sena possuía uma relação íntima com Ouro Preto. Ele nasceu no Serro, em 1876, mas concluiu o curso secundário no Colégio Mineiro, em Ouro Preto, em 1893, quando tinha 17 anos. No ano seguinte, ele assumiu o cargo de professor neste instituto e, em 1896, foi nomeado, por concurso público, como professor substituto de História Universal e História do Brasil no Ginásio Mineiro. Em 1898, após a inauguração de Belo Horizonte, este instituto foi transferido, e Nelson Senha mudou-se para a nova sede do estado. No entanto, manteve laços estreitos com a cidade e com algumas figuras importantes do cenário político e intelectual mineiro, como Diogo de Vasconcelos, que chegou a acompanhar a sua filha até o altar, e Lúcio José dos Santos, que, como vimos, chegou a ocupar o cargo de presidente da Câmara. A valorização de Ouro Preto e dos bens antigos reuniu estes amigos em diferentes instantes no início do século XX, como nas comemorações do Bicentenário de Ouro Preto, em 1911, nas reuniões do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e na comissão organizada pelo governo de Fernando de Melo Viana, em 1925, que tinha o objetivo de elaborar um anteprojeto de lei relativo ao patrimônio histórico e artístico. A instalação da sede do Museu Mineiro em Belo Horizonte e a criação da Seção de Antiguidades em Ouro Preto, argumentou Sena, seria uma maneira do estado pagar “dois tributos de uma só vez”, preencher, enfim, esta lacuna referente à memória de Minas Gerais.²⁶³

Dois aspectos podem ser ressaltados sobre este projeto. O primeiro é o lugar de autoridade de Nelson Sena: ele mobilizou a sua influência junto a intelectuais locais e estrangeiros, a fim de ressaltar a necessidade do estado ampliar a sua participação na

²⁶² Idem, p.322.

²⁶³ SENA, 2006, p.325.

área da guarda e da preservação da memória. Para um estado conhecido como cultivador da tradição, o investimento do governo deste campo era pequeno, constrangedor, como demonstra o diálogo de Sena com os participantes do congresso científico. O segundo aspecto a ser evidenciado é que, até o momento, este parece ser o primeiro projeto oficial que visou proteger as antigas edificações mineiras, antecipando em quase duas décadas as ações do governo de Fernando de Melo Viana referente à destinação de verbas para a conservação de bens culturais materiais em Minas Gerais.

O Museu Mineiro foi criado em 1910, mas a sua transformação em um espaço concreto só se realizou muitas décadas depois, sendo protelado pelas diferentes administrações que assumiram o comando do estado. Enfim, a seção de Antiguidades Históricas, como queria Sena, não foi para Ouro Preto e, até o momento, não constam informações de que verbas tenham sido destinadas neste período para a restauração ou conservação de bens.

Olavo Bilac, Emile Rouède, Honório Esteves e Nelson de Sena, cada um, à sua maneira, elegeu a situação de Ouro Preto como um ponto de partida para sensibilizar o poder público e inserir a questão da memória e da preservação das antigas construções em sua agenda. Bilac via na defesa das coisas antigas uma ponte para o cultivo do espírito cívico, sentimento coletivo que poderia tentar refrear ou conter os riscos vividos pela nacionalidade. Como vimos, a modernidade seduzia e espantava o escritor carioca. A questão em Rouède era outra. A sua preocupação era acadêmica, pois entendia que a preservação dos objetos de arte, dos documentos e das velhas construções permitiria desenvolver um conjunto de pesquisas que levaria à compreensão do que era a História da Arte Mineira. Esteves se ateu a um problema mais localizado, ao difundir no jornal oficial do estado as mudanças estéticas que estavam ocorrendo nos templos de Ouro Preto, vistas pelo pintor mineiro como atos profanos contra os antigos e grandes artistas.

Sena, no início do século XX, procurou sintetizar estas preocupações no projeto de constituição de um museu para Minas, que previa, como contrapartida às perdas sofridas por Ouro Preto até então, a instalação de uma Seção de Antiguidades no município.

Portanto, a constituição de uma genealogia sobre o processo de apropriação do conceito de preservação das edificações no Brasil deve ultrapassar as fronteiras do XX e enxergar em Ouro Preto, talvez não um caso único, mas especial sobre esta questão.

4.2. Ver Ouro Preto.

Desde a década de 1890, Ouro Preto transformou-se em objeto de investigação sobre a origem da nação e em caso concreto para os que defendiam a necessidade de uma política preservacionista no país. Nas décadas de 1910 e 1920, estes discursos se acentuaram partindo de vertentes distintas. Entre os intelectuais que fomentaram esta relação entre Ouro Preto, arte, política, história e preservação estavam nomes influentes neste período como Alceu de Amoroso Lima, Mário de Andrade e Gustavo Barroso.²⁶⁴

Os jovens Alceu de Amoroso Lima e Mário de Andrade foram influenciados, na década de 1910, pelo discurso produzido pelos neocoloniais em São Paulo. Mas traduziram esta influência de formas distintas. Amoroso Lima, como vimos no capítulo

²⁶⁴ Sobre as visitas de intelectuais a Ouro Preto nas décadas de 1910 e 1920 consultar: PINHEIRO, Maria Lúcia Bresan. A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural. R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 41-74, nov. 2005/ abr. 2006. KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 30,2002, p. 110-128. MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto. Dissertação. 1999. 156p. Belo Horizonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 1999. NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Dissertação – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007 (Dissertação de Mestrado). 239p. BRAGA, Vanuza Moreira. Viagem ao passado: os intelectuais e a sacralização de Ouro Preto. Revista Mosaico, Edição nº3, ano II, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/viagens-ao-passado-os-intelectuais-e-sacraliza%C3%A7%C3%A3o-de-ouro-preto>. Acesso em: 10/08/2014.

anterior, criticou o “vento iconoclasta” que varria da paisagem das antigas cidades as antigas construções, expressões significativas sobre a passagem das diferentes gerações que marcaram a construção da história do país. Sua visão classificava estas cidades em dois grupos: as que sentiam o impulso do progresso e as que se apresentavam como mortas. Expressava, neste sentido, uma nova forma de olhar as urbes a partir da Primeira República. Feito o diagnóstico, restava às cidades ativas protegerem os seus velhos vestígios, e às mortas, servir de pouso cívico para a reoxigenação do amor pela pátria, reorientando, portanto, a sua função social. A visão de História presente em Amoroso Lima se enquadra em uma perspectiva tradicional que a entende como um projeto pronto, acabado, e não como uma interpretação aberta envolvida por um processo constante de construção, desconstrução e reconstrução.

Mário de Andrade visitou em Ouro Preto, em 1919. Diferente de Alceu de Amoroso Lima, seu texto não se apoiou na denúncia sobre a situação das antigas edificações, mas em sua impressão sobre as construções religiosas existentes na cidade e em outras regiões de Minas. Estruturas que confirmavam ao escritor a capacidade do brasileiro de elaborar um traço identitário próprio a partir das influências diversas recebidas e forjadas ao longo de séculos. Ao ponto de concluir, que em Minas, o processo de imitação da matriz cultural europeia havia levado à constituição de novas práticas que ajudaram a estilizar o próprio barroco, evidência perceptível na forma inovadora como a decoração e a arquitetura se engendravam nos templos. Esta estilização, procurou explicar, era fruto da distância entre a antiga região mineradora e o litoral, fator que teria contribuído para uma produção mais livre e autoral dos parâmetros que guiavam a arte religiosa na região ibérica. E a obra de Aleijadinho, aqui provavelmente reproduzindo a informação do artigo *As obras de arte*, de Diogo de

Vasconcelos, era o símbolo maior desta singular concepção e deste viver isolado, longe dos grandes centros.

O escritor paulista inaugurou, na realidade, uma nova fase de investigação ensaística da arte mineira do século XVIII. O novo, em seu texto, não está na descoberta do Barroco Mineiro, pois esta afirmação neblinaria os estudos anteriores realizados por Emile Rouède e Diogo de Vasconcelos. Estava, sim, na construção de uma nova leitura sobre este tema, permitindo-lhe adicionar uma nuance distinta em meio aos intensos discursos que neste período buscavam definir o que era a identidade nacional. O procurado Brasil estava também nas construções de Ouro Preto e nas mãos de Aleijadinho. Esta percepção se reforçou na obra de Mário de Andrade nos anos seguintes, o que não se pode dizer sobre a sua relação com o movimento neocolonial. No final da década de 1920, ele apoiava a intenção de se produzir uma arquitetura local e moderna a partir da investigação das edificações do passado, no entanto, o escritor já se questionava se o resultado estético alcançado por este grupo não passava, no fundo, de uma pastichação do passado. Questionamento que o levou a afastar-se dos domínios dos neocoloniais.²⁶⁵

As pesquisas sobre Ouro Preto se intensificaram a partir da década de 1920. Entre 1921 e 1925, Alexandre Albuquerque, professor da Escola Politécnica de São Paulo, promoveu uma série de excursões às cidades mineiras com os alunos do curso de Engenheiro-Arquiteto, a fim de entrar em contato com a arquitetura colonial e registrar os seus exemplares. No seu roteiro estavam Ouro Preto, Tiradentes e Congonhas do Campo.²⁶⁶ Em 1924, José Mariano filho, principal representante do movimento neocolonial no Rio de Janeiro, patrocinou três bolsas endereçadas a jovens arquitetos e

²⁶⁵ PINHEIRO, 2006, p.41-74. KESSEL, 2002, p.110-128.

²⁶⁶ PINHEIRO, 2006, p.41-74

estudantes de arquitetura. A finalidade deste estudo incentivado pela Sociedade Brasileira de Belas Artes era suprir a carência de informações sobre a Arquitetura Tradicional do Brasil, “outorgar ao país um novo e rígido cânone arquitetônico”. Entre os alunos estava, Lúcio Costa, que anos depois, assim como Mário de Andrade, repensou a sua relação com o movimento neocolonial, ao se aproximar do pensamento de Le Corbusier.²⁶⁷ Costa, por conta própria, empreendeu outras viagens a Minas neste período, como em 1928.

Os intelectuais paulistas, como Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e Blaise Cendrars, que seguiram Mário de Andrade em uma nova incursão por Minas, em 1924, também contribuíram para este processo de releitura do Barroco. Todavia, apresentaram uma preocupação mais estética que histórica. Eles não viajaram com o objetivo de se lançarem em busca de uma recuperação historiográfica ou arqueológica deste estilo. Procuraram, isto sim, como no caso de Tarsila, se apropriar dos lugares e das paisagens das cidades, como as de Ouro Preto, e traduzi-los em uma estética moderna e em seus projetos individuais.²⁶⁸

Gustavo Barroso esteve em Ouro Preto três vezes entre as décadas de 1910 e 1920. A primeira, em 1910, quando trabalhava “em serviços ferroviários entre Congonhas e o Fecho do Funil”, mas, como escreveu, “ainda não tinha olhos capazes de ver e admirar aquele relicário arquitetural”²⁶⁹. Posteriormente, em 1926 e 1928, já em outra situação, ele pisou na cidade investido do cargo de Diretor do Museu Histórico Nacional. Em seus textos produzidos posteriormente a estas visitas, elaborados com um claro desejo de produzir uma memória sobre a sua atuação em prol da preservação do

²⁶⁷ KESSEL, 2002, p.110-128.

²⁶⁸ BRANDÃO, 1999, p.105.

²⁶⁹ BARROSO, Gustavo. A defesa do nosso passado. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, Vol. 1943, p.579-585.

patrimônio no Brasil, ele criticou o estado de abandono que se encontravam os “objetos históricos” e as “tradições” no país. A modernidade, a mesma que trazia o progresso, levava também as referências culturais brasileiras, devido a ausência do conhecimento sobre as coisas do passado e do sentimento cívico na população. Era este sentimento, segundo seu discurso, que deveria ser cultivado no país.

Barroso transpôs a sua visão antiquária para o cenário urbano de Ouro Preto, cidade que deveria ser restaurada para a admiração e o culto cívico nacional, lugar onde poderia se respirar a história do país. Insatisfeito com a situação de algumas construções, como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Casa dos Contos, os chafarizes e com a demolição da Casa de Marília feita pela Câmara Municipal, Gustavo Barroso passou a travar contato direto com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, então governador de Minas, e amigo durante a sua juventude. A elaboração e a realização de um plano emergencial para estas construções, patrocinado pelo estado e supervisionado pelo então presidente da Câmara, Baeta Neves, aproximou Barroso de Ouro Preto e do governo estadual, para quem produziu uma lei de proteção do patrimônio histórico e artístico e um projeto que contemplava a criação de um museu e de um novo arquivo público. Planos que foram engavetados com os eventos que marcaram a Revolução de 1930 e o golpe de estado que levou o gaúcho Getúlio Vargas ao poder.

Enfim, a fragilização da situação econômica de Ouro Preto, intensificada pela retração municipal no início da década de 1920, era visível em diferentes dimensões da vida social da ex-capital, e parte das construções que possuíam um destaque pela sua beleza e história refletia esta delicada situação. Este cenário contribuiu para que os discursos preservacionistas, presentes na cidade desde a década de 1890, se fortalecessem, desenhando um novo destino para a antiga capital de Minas.

Capítulo V – Da cidade-memória à cidade-monumento.

Em junho de 1925, pouco mais de seis meses após o perdão da dívida de Ouro Preto pelo estado, o governador Fernando de Melo Viana organizou uma comissão para elaborar um anteprojeto de lei federal que regesse sobre a preservação do patrimônio histórico e artístico no país.²⁷⁰ Para esta tarefa, foram reunidos importantes representantes de Minas nos campos da política, da intelectualidade e da Igreja Católica, já que sem a participação dos fieis e do clero os planos traçados pelo anteprojeto seriam limitados e pouco eficazes.²⁷¹

Dez membros compuseram esta comissão: Antônio Cabral, Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, Arcebispo de Mariana, Dom Joaquim Silvério, Arcebispo de Diamantina, engenheiro Agnelo de Macedo, o jurista Jair Lins, Dr. Negrão de Lima, Oficial de Gabinete do Secretário do Interior de Minas, os deputados Augusto de Lima e Nelson de Sena, Diogo de Vasconcelos, então presidente do Senado Mineiro e o Dr. Lúcio José dos Santos, então Diretor da Instrução Pública do Estado. Estes três últimos, como vimos, eram fortemente ligados a Ouro Preto, tendo Sena, praticamente duas décadas antes, apresentado o projeto de criação do Museu Mineiro e da Seção de Antiguidades na ex-capital.

O texto, que teve como relator Jair Lins, apresenta em sua estrutura 17 argumentos que foram consensuais entre os debates realizados pelos membros da comissão. Podemos dividi-los em 3 pontos: o lugar da arte na história humana, as práticas e as legislações preservacionistas correntes no mundo e a visão sobre o direito

²⁷⁰ GRAVATÁ, Hélio. Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Conservação e Proteção Oficial. Revista Barroco, Belo Horizonte, nº07, 1975, p.101-121. TELLES, Mário F. de P. Entre a Lei e as Salsichas: análise dos antecedentes do Decreto-Lei 25/37. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio de 2009 Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

²⁷¹ Dois projetos contemporâneos à comissão formada por Melo Viana foram apresentados na Câmara dos Deputados, mas não aprovados. O projeto do deputado pernambucano Luís Cedro, que previa a criação de uma Inspeção dos Monumentos Históricos. E o do deputado mineiro Augusto de Lima, que visava regularizar a exportação de obras de arte no Brasil. *O nosso patrimônio artístico*, publicado no Jornal do Comércio, Jornal Minas Gerais, 27/06/1925, p.3.

de propriedade. O texto reconhece que a arte era “inerente ao homem” e que o acompanhou “desde sua infância”, como demonstram as pinturas existentes nas cavernas identificadas mundo afora. A arte ocupava um lugar especial no processo histórico da formação do homem e das sociedades, por isso a preservação da obra humana digna de ser classificada como arte era, não apenas uma demonstração de cuidado com o antigo, mas, principalmente, uma atitude civilizatória. A arte, para o esteta, prossegue o texto, seria necessária pelo seu “poder fecundador”. Para o historiador, pela sua capacidade de revelar a vida. E, para o moralista, pela sua utilidade educadora. O Brasil, nação nova, nem por isso deveria continuar se posicionando nas fileiras traseiras desta marcha evolutiva.²⁷²

O texto procurou retirar a Igreja de uma posição incômoda em que se encontrava nesta época (e aqui há uma interferência direta dos Arcebispos), já que era vista como a responsável pela má conservação de grande parte do acervo existente no estado e pelo extravio indiscriminado dos objetos de arte. Negócios que eram feitos em conluio com particulares brasileiros ou estrangeiros ou com os proprietários de antiquários. Argumenta o anteprojeto que, ao contrário do que dizia a voz corrente, a Igreja era a maior defensora do patrimônio artístico em todo o mundo, como atestam as bulas papais publicadas desde 1462, referentes à guarda e à conservação dos bens desta instituição.

A política preservacionista prevista no anteprojeto, segue o texto, era usual em várias regiões do mundo, este, portanto, representava um “um passo tardio” da legislação brasileira. Os membros da comissão citam, como contraposição à realidade do país, 15 nações, como França, Portugal e México, que entre as décadas finais dos séculos XVIII e XIX produziram uma legislação específica para a proteção dos seus patrimônios. Lembra, ainda, o projeto apresentado pelo deputado Augusto de Lima à

²⁷² GRAVATÁ, 1975, p.115-121.

Câmara Federal “que não chegou, sequer, a despertar a atenção dos senhores deputados”. E reforça, fechando o raciocínio de defesa em torno da criação de uma legislação, a importância que a iniciativa tomada pelo governador Melo Viana possuía em meio ao cenário de inércia vivenciado pelo Brasil.²⁷³

Finalizando a área argumentativa, o texto toca em um último ponto: o direito do Estado de intervir diretamente para tutela do patrimônio artístico. A sobreposição do direito do Estado sobre o do proprietário, seguindo aqui a cartilha liberal, romperia com uma regra importante que fundamenta o contrato social moderno. Ideia vista como incompatível “com o progresso atual da civilização”. No entanto, a concepção do direito liberal, relembra o texto do anteprojeto, tolerava “diversas restrições e limitações em favor da coletividade”. O que abria brechas para que a legislação preservacionista munisse o Estado com alguns direitos: direito de preferência, “quanto a qualquer transmissão de propriedade por ato entre vivos”; direito de “impedir que estes objetos se estraguem”; direito de desapropriação; e, por último, direito de trancar as fronteiras, proibindo a saída dos objetos. Esta última, um claro dispositivo para tentar coibir a grande exportação que seguia para outros países.²⁷⁴

A iniciativa de Melo Franco, assim como o perdão da dívida de Ouro Preto, teve rápida repercussão na imprensa nacional. No Jornal *O País*, publicado dia 24/06/1925, o autor (não identificado pelo texto) saudou a ação do governador mineiro, defendendo tanto uma visão antiquária da História, semelhante a de Alceu Amoroso Lima e Gustavo Barroso, quanto criticando a ação de estrangeiros e a conveniência dos padres que

²⁷³ GRAVATÁ, 1975, p.115-121.

²⁷⁴ Segundo Mário Telles, as principais contribuições deste anteprojeto para a discussão travada sobre o patrimônio na década de 1920 foram o direito de preferência, a exclusão dos bens estrangeiros da catalogação, os tipos de catalogação previstos (voluntária/compulsória e definitiva/provisória), exigência de registro no Registro Geral de Hipotecas e proibição de construção nova no entorno das antigas construções. TELLES, 2009.

participavam dos negócios envolvendo os objetos de arte.²⁷⁵ O *Jornal do Comércio*, também editado no Rio de Janeiro, publicou um texto, intitulado *O nosso patrimônio artístico*, onde ressaltou as “riquezas artísticas” do Brasil, apesar da nação não ser tão antiga como “os povos da Europa e da Ásia”.²⁷⁶ A “arte colonial” nos apresentou com “igrejas, conventos, solares, muitos valores artísticos em talha, pintura, mobiliário, ornatos, arquitetura e escultura”. Objetos de arte, como louças e tapetes, continua o autor, entraram nos portos brasileiros, quando estes serviram de “escalas para o Oriente”. Mas entre o final do século XIX e o início do século XX, no entanto, este sentido tinha se invertido. O Rio de Janeiro, por exemplo, já havia perdido “móveis, tapetes, ourivesarias, obras de talha e até objetos da Igreja”, tendo a Inglaterra como principal mercado deste êxodo.

O governo de Melo Viana também foi saudado no primeiro número do periódico *A Revista*, publicada em julho de 1925 pelo Grupo Estrela. Este grupo, que em Minas experimentava ampliar os horizontes da produção literária a partir de novos parâmetros estéticos e temáticos, se tornou uma das vertentes do chamado movimento modernista que floresceu no Brasil neste período. Interlocutores dos modernistas paulistas, desde 1924, quando estes fizeram a famosa excursão pelas cidades mineiras, este texto demonstra como a preocupação de escritores, como Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava incluía, para além da questão estética, também a situação do patrimônio histórico.

É de todos sabido que as chamadas cidades históricas de Minas são verdadeiros museus de arte tradicional. Menos sabido, porém igualmente

verdadeiro, é que um mercantilismo desenfreado procura dispersar as admiráveis riquezas desses museus, por meio de transações mais ou menos lucrativas e sempre condenáveis. Em consequência, vamos perdendo pouco a

²⁷⁵ *Preservando a beleza e cultuando o passado. O País*, 24/06/1925, Rio de Janeiro, apud. *Minas Gerais*, 26/06/1925, p.7.

²⁷⁶ *O nosso patrimônio artístico. Jornal do Comércio* apud. *Minas Gerais*, 27/06/1925, p.3.

pouco as majestosas alfaias que engalanavam as nossas igrejas, e, com elas, inúmeras preciosidades de cerâmicas, móveis de estilo, joias, bordados, tecidos, etc., etc.,... Sabemos, por exemplo, de um estrangeiro que, percorrendo com vagares de beneditino o interior do estado, adquiriu, entre muitos outros objetos, um soberbo crucifixo do século XVIII pela ridícula quantia de 25\$000! A pessoa que realizou esse altíssimo negócio deu-se por satisfeita... O que não sabemos é qual foi a opinião que ficou tendo de nós o ardiloso estrangeiro¹⁵⁵, que meses depois regressava ao seu país... Nessas condições, é muito de louvor a resolução do presidente Mello Vianna, organizando uma comissão para estudar os meios de impedir esse comércio abusivo e danoso. Folgamos em ver realizado o sonho do grupo de intelectuais paulistas que, o ano passado, fez uma longa e proveitosa excursão às nossas cidades históricas. Aliás, o sonho era de todos, paulistas ou mineiros, que temos a coragem de nos preocupar com assuntos de arte nesse tempo de vida cara e de revoluções caudilhescas. Em Belo Horizonte, os novos bandeirantes trataram com entusiasmo de lançar as bases de uma associação que tivesse por fim defender o nosso malbaratado patrimônio artístico. A ideia floresceu. A comissão escolhida pelo Sr. Mello Vianna tratará provavelmente de estabelecer uma sociedade protetora das obras de arte em Minas, com uma organização elástica, de sorte a permitir a sua atuação nos diferentes municípios mineiros, em cada um dos quais deve estar sempre alerta um defensor da boa causa.²⁷⁷

Os arcebispos de Belo Horizonte, Mariana e Diamantina, participantes das discussões sobre o anteprojeto federal de 1925, produziram uma *Carta Pastoral ao Episcopado Mineiro ao clero e aos fieis de suas dioceses sobre o patrimônio artístico*, onde esclareciam a posição da Igreja sobre este tema.²⁷⁸ O texto lembra aos clérigos e fiéis a importância que teve a representação plástica, em forma de pintura ou escultura, para a difusão do Cristianismo desde o berço da religião. Demarca a importância que a Igreja, enquanto incentivadora das produções artísticas, representou para o desenvolvimento do talento e da arte de grandes arquitetos e outros artífices, como Giotto, Borromini, Fontana e Rafael. E, fonte central da argumentação do texto, reproduz diversas ações protagonizadas pelos papas que comprovavam, segundo os arcebispos, o cuidado que a Igreja e os seus governantes sempre tiveram com os bens

²⁷⁷ A Revista, nº1, ano 1. Belo Horizonte: Typografia do Diário de Minas, 1925, p.46.

²⁷⁸ *Carta Pastoral ao Episcopado Mineiro ao clero e aos fieis de suas dioceses sobre o patrimônio artístico*, Minas Gerais, 31/05/1926, p.3-5.

antigos representantes da arte e da fé. A carta também fez um inventário de impressões registradas sobre a arte mineira, que incluiu os relatos do viajante francês Auguste Saint-Hilare, que visitou o Brasil na primeira metade do século XIX.

E, ao seu final, o texto enfatizou a perda de parte deste antigo acervo, devido ao pouco zelo dos “seus possuidores”, e recomendou que caberia a todos conservarem o que restava, empenho no qual se destacava “o atual governo de Minas que, a exemplo do que fizeram bom número de nações civilizadas”, empregava “extremos de diligência para uma lei federal nesta matéria.”²⁷⁹ O anteprojeto de Melo Viana, assim como o projeto do Museu Mineiro de Nelson de Sena, permaneceu apenas no campo da idealização. A Câmara dos Deputados, como já havia ocorrido com os projetos de Luís Cedro e Augusto de Lima, permaneceu insensível ao crescente apelo que, a partir deste período, passou a contar também o reforço do poder estadual mineiro.

Outra ação que marcou o curto período de Melo Viana no poder foram as obras de reparo na Igreja de São Francisco de Assis, que custaram aos cofres do governo 27:326\$000 (vinte e sete contos e trezentos e vinte e seis mil réis). Apesar de ter salvado “a mais bela obra do Aleijadinho” da ruína, Gustavo Barroso não deixou de notar em sua crônica *As igrejas de Minas e a Sé Velha da Bahia*, publicada em 1928, que os trabalhos de restauração não tinham sido entregues “a um conhecedor do assunto ou a um homem de gosto e saber”.²⁸⁰ As suas críticas à reforma realizada no templo de Ouro Preto relembram as observações publicadas pelo pintor Honório Esteves na década de 1890. Os responsáveis “meteram no corpo da igreja um rodapé de ladrilhos brancos modernos”, o que lhe parecia um erro já que, como era sabido, a “cerâmica nos tempos

²⁷⁹ BARROSO, Gustavo. A cidade sagrada. In: Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. V. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1948, p.10-14.

²⁸⁰ BARROSO, Gustavo. As igrejas de Minas e a Sé Velha da Bahia. Anais do Museu Histórico Nacional, vol. V, 1948, p.7.

coloniais raramente” havia passado “do litoral para o interior devido às dificuldades de transporte, todo ele em lombo de burro ou em carro de bois.” As portas, que tradicionalmente “eram verdes, como de uso nas igrejas antigas”, foram pintadas de castanho e fingindo madeira”. A mesma coisa fizeram com “todas as grades e balaustradas de jacarandá”. A “boa sorte preservou o templo franciscano do Aleijadinho de piores estragos”, já que as pinturas foram poupadas, as intervenções se limitaram “a uns toques de branco e amarelo nas molduras.” Apesar dos equívocos, concluiu, “a restauração dessa linda igreja foi vantajosa. Protegeu-a. Limpou-a. Deu-lhe mais um século de vida”, merendo elogios “o bom gosto que presidiu a alguns consertos, sobretudo o lajeamento do pátio pela forma antiga.”²⁸¹

As iniciativas do governo de Fernando de Melo Viana se inserem, assim, em um contexto embrionário de criação de políticas públicas de preservação do patrimônio nos estados brasileiros. Política que foi continuada e ampliada pelo seu sucessor Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. A evidência do primeiro, sobretudo pelas pesquisas que passaram a produzir uma genealogia sobre a constituição destas medidas no Brasil, se contrapõe ao pouco conhecimento sobre a atuação do segundo nesta área. Gustavo Barroso, que o denominou, exageradamente, como “o primeiro estadista brasileiro a compreender a necessidade de salvar do abandono e da destruição os nossos monumentos”, tinha relações políticas e íntimas com Antônio Carlos, cultivadas entre 1915 e 1918, quando Barroso se elegeu deputado federal e Antônio Carlos exerceu o papel de líder da bancada do partido. O exagero da fala do diretor do Museu Nacional, no entanto, nos faz lembrar que as ações empreendidas pelos governos mineiros neste período ainda eram investidas de uma sensação de pioneirismo no Brasil. Nem tanto pelo discurso preservacionista, que já existia de longa data, mas pelo empenho que o

²⁸¹ BARROSO, 1948, p.7

poder público passou a demonstrar em relação à coibição do comércio dos objetos de arte e à conservação das antigas edificações.

As ações em prol da memória do estado, realizadas no período de Antônio Carlos, são perceptíveis em duas ações que fizeram parte da fase inicial do seu mandato. A primeira foi a Lei 932, de 27/09/1926, que o autorizava a despender até 100:000\$000 (cem contos de réis) do orçamento estadual com “a conservação de monumentos históricos e artísticos”. Infelizmente, não foi possível identificar através dos relatórios publicados pelo governando neste período onde, quando e como este valor gasto.²⁸² A segunda ação foi a reorganização do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), em fevereiro de 1927. Inaugurado em 1907, o Instituto lutava com grandes dificuldades para manter-se ativo desde 1918, apesar de não ter fechado as suas portas, ficou entre esta última data e 1927 sem as suas reuniões ordinárias. O IHGMG se enfraqueceu, perdendo o vigor inicial que o levou a representar um importante espaço de debate e de apresentação de teses diversas sobre a história do estado. Antônio Carlos, apontado nas atas lavradas no início de 1927 como o responsável pela reestruturação do Instituto, participou pessoalmente das três primeiras reuniões que marcaram a reabertura dos trabalhos, ajudando a criar uma comissão que ficou incumbida de programar as conferências mensais. Entre os nomes que participaram desta comissão estavam Nelson de Sena e Diogo de Vasconcelos que, como já vimos, tinham uma forte relação com Ouro Preto.²⁸³

As novas leis promulgadas em 1928 e 1929 pelo governo mineiro demonstram a continuidade da abertura de créditos nas contas públicas do estado para a conservação

²⁸² Relatório dos governadores de Minas Gerais, 1927. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 15/05/2013.

²⁸³ IHGMG. Livro de atas das reuniões, 13/02/1927, p.49-51. IHGMG. Livro de atas das reuniões, 07/04/1927, p.52. IHGMG. Livro de atas das reuniões, 13/02/1927, p.49-51. 21/04/1927, p.53-56.

dos “monumentos artísticos”: 50:000\$000 (cinquenta contos de réis), em 28/09/1928; 100:000\$000 (cem contos de réis), em 11/01/1929; e 400:000\$000 (quatrocentos contos de réis), em 28/09/1929. Também não foi possível identificar como estes valores foram gastos, a partir dos relatórios publicados pelo governando nesta época. No entanto, sabe-se, através de Gustavo Barroso, que deste montante foram investidos 200:000\$000 (duzentos contos de réis) em obras de vulto em Ouro Preto. Empreendimento que foi patrocinado pelo estado, conduzido pelo então diretor do Museu Histórico Nacional e supervisionado pelo então presidente da Câmara Municipal, Dr. João Veloso. Quem narra é o próprio Gustavo Barroso:

Quase todos os seus maravilhosos chafarizes se curaram das feridas do abandono e do tempo, sem que a obra da restauração tivesse ofendido o seu estilo e as suas características essenciais. Os trabalhos se estenderam aos templos do Rosário, do Carmo e à matriz de Nossa Senhora do Pilar. Foi verdadeiramente confortador para os que amam as nossas coisas e não descreem do nosso futuro.²⁸⁴

As intenções da dupla Antônio Carlos/Gustavo Barroso eram mais amplas. Pretendiam restaurar “outras igrejas de Ouro Preto”, salvar da destruição “templos e chafarizes” e o “paço antigo do Conde de Assumar”, que ficavam no município de Mariana e inspecionar e “consertar” todas as “obras de arte e todas as relíquias de Minas”, trabalho que seria realizado a partir da criação de uma lei e de uma repartição específica para a área do patrimônio. Neste “culto do nosso passado artístico”, se encontrava também o desejo do governo do estado em adquirir a residência onde Aleijadinho morou em Ouro Preto, como informou Gustavo Pena no jornal *Minas Gerais* publicado no final de 1928. A edificação serviria para “albergar os arquitetos” e

²⁸⁴ BARROSO, 1948, p.13.

os “artistas brasileiros” que desejassem “estudar, na cidade legendária, as origens, a evolução e o merecimento das construções que ainda são admiradas em nosso meio”.²⁸⁵

Gustavo Pena, um ano antes já havia solicitado em uma das reuniões do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais, a regulação e o cumprimento da Lei 528, de 20/09/1910, que previa a criação do Museu Mineiro, e do anteprojeto federal apresentado pelo deputado Augusto de Lima, referente a organização do comércio dos objetos de arte.²⁸⁶ Pena via nas iniciativas de Antônio Carlos, não apenas uma ação de benevolência em relação à memória do estado, mas uma nova visão de país. Achava compreensível que a “curta duração dos mandatos”, a “mesquinhez dos subsídios” e a “pobreza” do país influíssem na inércia dos presidentes da República, mas também fez questão de frisar que uma nação moderna não se fazia somente “com suas estradas, suas pontes grandiosas, com seus majestosos edifícios”, com sua “riqueza material”. Enfim, não haveria nação sem memória. Ressaltando as ações do governador Antônio Carlos, ele também engrossava o coro que desejava vê-lo na condição de presidente da República a partir de 1930.

Para exemplificar a sua opinião sobre o valor econômico e cultural do acervo existente em Minas, a fim convencer os leitores sobre a riqueza que circulava os habitantes dos antigos municípios, ele relatou o caso de dois agentes alemães que queriam comprar um sobrado em Sabará. Como não chegaram a um acordo com o proprietário, adquiriram um palacete, onde Dom Pedro II havia se hospedado, para retirar da capela o “esplêndido altar, admirável trabalho de talha, dourado ricamente, porque este, enviado para a Alemanha, compensaria de sobra o custo da casa”.²⁸⁷

²⁸⁵ PENA, Gustavo. Pelo nosso patrimônio artístico. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18/11/1928, p.17-18.

²⁸⁶ IHGMG. Livro de atas das reuniões, 27/11/1927, p.59.

²⁸⁷ PENA, 1928, p.17-18.

Antônio Caetano Azeredo Neto, que desde a década de 1910 colaborava com o *Jornal Minas Gerais* escrevendo sobre Ouro Preto, também saudou as ações do governo de Antônio Carlos, mas fez questão de lembrar a importância que o pintor Honório Esteves teve na construção desta consciência “em prol da perpetuidade dos inigualáveis legados que a cidade recebera dos seus fundadores”.²⁸⁸ Além das intervenções de Honório Esteves na Capela do Padre Faria e da Igreja de São Francisco, por nós já analisadas, Azeredo Neto registrou outra ação que destacava o combate do pintor mineiro na ex-capital: a oposição à “caiação das obras de cantaria dos edifícios da penitenciária [antiga Casa de Câmara e Cadeia] e da Casa dos Contos, no que foi, felizmente, ouvido”.²⁸⁹

As obras realizadas em Ouro Preto pela dupla Antônio Carlos e Gustavo Barroso tiveram um impacto sobre a Câmara Municipal, que a partir de 1929 passou a incorporar as ações relativas à preservação do patrimônio entre os assuntos debatidos nas sessões dos vereadores. Em 23/01/1929, por exemplo, o vereador Dr. João Batista Veloso apresentou uma indicação que autorizava o então presidente da Câmara, Afonso Teixeira Baeta Neves, “a procurar, a título gratuito, o prédio denominado dos Inconfidentes, continuando o domínio do subsolo respectivo ao proprietário atual.” Indicação aprovada em plenário.²⁹⁰ O fotógrafo Luiz Fontana, apresentado anteriormente a partir da imagem da Casa de Marília, também registrou o imóvel indicado pelo vereador, conhecido localmente pela casa onde os inconfidentes se reuniram em Ouro Preto (FIG.18). Nesta imagem percebe-se o grau de deteriorização em que se encontrava a estrutura da residência no período em que Veloso defendeu a sua incorporação aos bens da Câmara.

²⁸⁸ AZEREDO NETO, Antônio Caetano. Minas Gerais, Belo Horizonte, 26 de janeiro de 1929, p.5-6.

²⁸⁹ Idem. p.6.

²⁹⁰ APMOP. Livro de Registro de Atas de Sessões da Câmara e Termos de Comparecimento. 1928 a 1930.150f.



FIG.18. Casa dos Inconfidentes.

Fonte: Núcleo de Mentalidade e Memória IFAC/UFOP.

Em 21/03/1929, dois meses após o pedido de João Veloso, o vereador Alberto Coelho de Magalhães Gomes apresentou uma nova indicação que autorizava o presidente da Câmara a negociar com o governo estadual a construção da Seção de Antiguidades Históricas em Ouro Preto, prevista no projeto de criação do Museu Mineiro.²⁹¹ Aprovada em plenário, esta negociação, aparentemente, não foi iniciada ou levada adiante, se considerarmos os registros das atas das sessões dos vereadores. No final do ano, em 18/10/1929, uma notícia importante sobre a sede de Ouro Preto foi celebrada pelo vereador João Veloso no plenário da Câmara: a indicação apresentada pelo deputado gaúcho João Batista Luzardo, que transformava Ouro Preto em “monumento nacional”. Medida que reforçava o lugar de destaque da ex-capital no imaginário regional e nacional.²⁹²

João Batista Luzardo visitou Ouro Preto um mês antes da moção de Veloso, acompanhado pelo também deputado federal e gaúcho Joaquim Francisco de Assis, pelo deputado estadual Virgílio de Melo Franco e pelos estudantes Hugo Gouthier, Newton

²⁹¹ APMOP. Livro de Registro de Atas de Sessões da Câmara e Termos de Comparecimento. 1928 a 1930.150f.

²⁹² Rodrigo Meniconi e Caion Natal não citam a indicação dos deputados João Batista Luzardo e Joaquim Francisco de Assis em suas dissertações. APMOP. Livro de Registro de Atas de Sessões da Câmara e Termos de Comparecimento. 1928 a 1930.150f.

de Paiva e Francisco de Sá Pires, que auxiliaram a excursão dos parlamentares federais pela sede da antiga capital.²⁹³ Menos de duas semanas após a visita, Luzardo entrou com a indicação citada pelo vereador João Veloso. Nela, além da proposta da elevação de Ouro Preto à condição de monumento nacional, solicitava também que a Mesa da Câmara nomeasse uma comissão de 5 deputados para formularem um projeto de lei autorizando o governo federal, em acordo com os de Minas e de Ouro Preto, identificar e preservar quaisquer sítios, monumentos ou edifícios existentes na cidade que fossem dignos, por alguma razão histórica ou estética, de serem considerados patrimônio da educação nacional. Projetando, para as finalidades de identificação e preservação, a criação de um conselho técnico composto por membros das administrações federal, estadual e municipal. O texto é claro, mas pode criar certa confusão interpretativa. Apesar de investir Ouro Preto com o título de cidade-monumento, nem todas as construções antigas necessariamente seriam consideradas dignas, “por alguma razão histórica ou estética”, de serem protegidas. Somente aquelas identificadas pela seleção realizada pelo conselho técnico. Condição que abria espaço para que as edificações que não estivessem enquadradas dentro deste termo fossem substituídas ou modernizadas. Enfim, a ideia de monumento nacional do projeto de Luzardo não significava a conservação da feição da cidade em todo seu conjunto.²⁹⁴

O artigo *Ouro Preto*, escrito pelo farmacêutico Aurélio Pires e publicado no jornal *Minas Gerais em* 30/09/1929, demonstra como a indicação dos deputados gaúchos tendia a gerar confusão interpretativa. “Há quatro dias”, inicia seu texto, foi “apresentada à Câmara do Congresso Nacional, pelo deputado Batista Luzardo”, uma indicação para que a cidade de Ouro Preto fosse “erigida em monumento nacional,

²⁹³ Diversas, Minas Gerais, Belo Horizonte, 14/09/1929, p.13.

²⁹⁴ BRASIL. Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, nº125, de 28/09/1929, p.3.249 e 3.251. Indicação apresentada na 94ª sessão em 27/09/1929, da Câmara dos Deputados Federais.

criando-se, para a sua conservação, um conselho técnico em que tomem parte a administração municipal, estadual e federal.”²⁹⁵ A ideia que transparece em seu artigo é que a cidade seria conservada, o que não é o caso.

Uma primeira observação a ser feita sobre a indicação do deputado João Batista Luzardo é que ela não transformou Ouro Preto em monumento nacional, já que a solicitação não chegou a ser aprovada. Como vimos, esta não foi a primeira proposta que tentou inserir o debate sobre a preservação do patrimônio histórico e artístico na Câmara, e, até este momento, nenhuma iniciativa tinha sido acolhida favoravelmente pela maioria dos parlamentares. Quais motivos foram alegados para que estas ações fossem rejeitadas? Como se deram os debates travados em torno deste tema na Câmara na década de 1920? Estas são questões que ainda se encontram sem respostas, esperando pela incursão de novas pesquisas. Há, ainda, outra observação que pode ser feita sobre a indicação do deputado gaúcho: a eleição de Ouro Preto como berço da cultura mineira, cidade-memória da luta republicana e espaço privilegiado para o estudo sobre a arte colonial e a identidade nacional, não é suficiente para compreendermos a ação do Deputado João Batista Luzardo. É necessário considerar também o pleito presidencial de 1930.

O rompimento da aliança entre São Paulo e Minas Gerais, que permitia o revezamento de seus representantes no poder central ao longo de grande parte da Primeira República, aproximou os mineiros dos gaúchos e paraibanos, que passaram a defender a candidatura de Getúlio Vargas à presidência e de João Pessoa à vice-presidente. Esta manobra política, fruto da dissidência causada pelo então presidente Washington Luís, que preferiu apoiar Júlio Prestes a Antônio Carlos, levou à formação da Aliança Liberal, força de coalisão política criada para disputar a eleição que seria

²⁹⁵ PIRES, Aurélio. Ouro Preto. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 30 de setembro de 1929, p.5.

realizada em março de 1930. Disputa que tornou-se ainda mais tensa com os impactos causados no país pela crise econômica que ecoou pelo mundo a partir do crash da bolsa de valores de Nova York, em outubro de 1929.²⁹⁶

A mudança do cenário político e econômico fragilizou a possibilidade de Antônio Carlos ocupar o cargo de presidente da República, atingindo diretamente os planos para a área de patrimônio pensados pelo governador mineiro e por Gustavo Barroso. A proximidade entre o diretor do Museu Histórico Nacional e seu velho amigo mineiro permitia a Barroso sonhar com projetos maiores, como a administração de uma estrutura nacional destinada à preservação dos bens do passado, já que era concreta a possibilidade de Antônio Carlos assumir o cargo mais importante do país. No entanto, a atitude de Washington e a deflagração de uma revolução, após a questionada eleição e o assassinato de João Pessoa, redesenharam a ordem política no país, levando Getúlio Vargas ao poder no final do ano de 1930.

5.1. Ouro Preto se faz monumento.

A Revolução de 1930 substituiu as funções legislativas e executivas da Câmara Municipal pelo Conselho Consultivo da Prefeitura Municipal, composto por membros nomeados pelo governo do estado afinados com a Aliança Liberal e com a tomada do poder por Vargas. A última configuração da Câmara Municipal, datada em junho de 1930, tinha Afonso Teixeira Baeta Neves como presidente, o Dr. João Batista Veloso como vice-presidente e os senhores Desidério Gonçalves de Mattos, Cel. Antônio José

²⁹⁶ PEREIRA, Maria Leite. *O fim da República Velha*. In: Presidente Antônio Carlos, um Andrada da República: o arquiteto da Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.387-406. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A revolução e suas versões*. In: ABREU, A. A. et ali (org.). Dicionário histórico-geográfico brasileiro pós-1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editorada da Fundação Getúlio Vargas, 2001, vol.5, p. 5002-5006.

Netto, Major Carlos Moreira Murta, o Capitão Joaquim Jacinto de Araújo, Antônio Silva e o Dr. Alberto Coelho de Magalhães Gomes como demais vereadores.²⁹⁷

Na primeira reunião do Conselho Consultivo, instituído a partir de 21/02/1931, percebe-se uma mudança nestes quadros. Afonso Teixeira Baeta Neves permaneceu administrando o município, mas agora na condição de prefeito, acompanhado pelo Major Antônio Francisco Reis, Olívio Toffolo, Dr. Fausto Alves de Brito e Alcides Ferreira da Silva. Os critérios utilizados no processo de escolha destes membros demonstra o caráter elitista em que se inseriu a inauguração do governo de Vargas. Organizou-se uma lista contendo “os nomes dos maiores contribuintes” dos impostos municipais. Os primeiros nomes levantados por este rol não poderiam participar do Conselho, pois pertenciam à fábrica de tecidos Companhia Industrial Ouropretana, que possuía contrato de fornecimento de energia elétrica com a Câmara. Os nomes seguintes desta lista eram do Major Antônio Francisco Reis e de Olívio Toffolo, “que embora estrangeiros” poderiam assumir esta função. Baeta Neves tinha o privilégio de indicar mais três nomes. Além do Dr. Fausto Alves de Brito e Alcides Ferreira da Silva, foi convidado também o Dr. João Batista Veloso, que recusou-se, neste momento, fazer parte do Conselho. Meses depois, no entanto, ele substituiu Baeta Neves no cargo de prefeito, compondo o Conselho com os senhores Antônio Francisco Reis, Olívio Toffolo, Dr. Albino Pastori, Dr. José Felipe de Santa Cecília e o farmacêutico Lauro Barbosa.²⁹⁸

A apropriação do discurso preservacionista pela Câmara, evidente a partir de 1929, passou a criar uma nova dinâmica na administração da cidade, já que a conservação dos bens antigos era vista pelos representantes do poder municipal tanto

²⁹⁷ APMOP. Livro de Registro de Atas do Conselho Consultivo Municipal. 1931 a 1948. 200f.

²⁹⁸ APMOP. Livro de Registro de Atas do Conselho Consultivo Municipal. 1931 a 1948. 200f.

como uma forma de culto ao passado quanto uma maneira de estimular a economia de Ouro Preto. Previa-se que - dada as condições necessárias, como a facilitação do transporte entre a nova e a velha capital - o fluxo turístico aumentaria rumo à “meca da República”. Este é um ponto importante a ser frisado: a preservação do patrimônio não surge em oposição à ideia do progresso de Ouro Preto, pelo contrário, ela se torna parte integrante desta noção de desenvolvimento.

Alguns artigos da década de 1920 já destacavam o potencial turístico como uma possibilidade a ser explorada pela ex-capital. O artigo *Ouro Preto*, publicado no *Jornal do Comércio* e reproduzido no *Minas Gerais* em 09/01/1925, defendia que o município tinha “formidáveis ônus”, já que “as preciosidades artísticas e históricas” que existiam na cidade aumentavam-lhe as responsabilidades. O jornal via Ouro Preto como “um museu ainda não aproveitado”. Por isso, cumpriria ao município, ao Estado, ao Brasil, “facultarem os meios para que este museu” fosse “aproveitado e para que assim” se tornar-se um “centro de atenção de ‘touristes’ e estudiosos”.²⁹⁹ Viçoso Horta Esteves, no artigo *Ouro Preto*, publicado em 04/01/1929, elogiou a lei sancionada pelo então governador Antônio Carlos, que previa a construção de um trecho que ligaria Ouro Preto à “grande estrada de rodagem Belo Horizonte-Rio-São Paulo”. E emendou que não era “necessário justificar o benefício” porque ele era claro. Com este vantajoso melhoramento, Ouro Preto” se transformaria “em um dos pontos mais prediletos à curiosidade dos ‘touristes’, que futuramente” transitaria nessa “grande estrada de rodagem”.³⁰⁰

José Afonso Mendonça de Azevedo, no artigo *Ouro Preto, centro de turismo e repouso*, publicado em 27/03/1929, reforçou estas opiniões. Destacando aspectos de

²⁹⁹ *O nosso patrimônio artístico*. *Jornal do Comércio* apud. *Minas Gerais*, 27/06/1925, p.3.

³⁰⁰ ESTEVES, Viçoso Horta. *Ouro Preto*. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 04/01/1929, p.10.

Ouro Preto, como a visão a partir das “escadarias da Igreja de São Francisco de Paula”, a “topografia incerta” e os templos, ele sintetizou: “Ouro Preto reclama, perdoe-se-me o mercantilismo da expressão, a sua propaganda. Abramos o seio daquelas serras aos olhos ávidos dos turistas ou dos que reclamam repouso.” Ali eles terão “uma alimentação sadia”, “um clima incomparável”, “águas puríssimas” e o “aspecto original da mais encantadora cidade serrana do país”.³⁰¹

A receptividade que o projeto do Deputado João Batista Luzardo teve entre as autoridades ouro-pretanas só é compreensível se considerarmos que o turismo, como demonstram os textos acima, já se apresentava como uma possibilidade real no final de 1929. A elevação da cidade à condição de monumento nacional não resolveria as finanças do município, mas ajudaria a aumentar a renda local através da atração dos *outsideres*. Como este projeto foi engavetado, devido às turbulências que agitaram o mundo político e econômico brasileiro neste período, o Conselho Consultivo de Ouro Preto criou uma rota alternativa e mais radical, ao publicar o Decreto nº13 em 19/09/1931.

5.1. Institucionalizando a memória local.

Esta lei municipal definia que não seria permitida “a construção de prédios e edificações em desacordo com o estilo colonial” no perímetro urbano da cidade. E que os prédios existentes que estivessem em “desacordo” com este estilo deveriam ser “modificados nas respectivas fachadas”, quando estas precisassem receber consertos e reparos. Para justificar este decreto, o Conselho se apoiou em três ideias. Primeira: a conservação do aspecto colonial de Ouro Preto, “escrínio das tradições mineiras”,

³⁰¹ AZEVEDO, José Afonso Mendonça de. *Ouro Preto, centro de turismo e repouso*, Minas Gerais, Belo Horizonte, 27/03/1929, p.5.

preservava o cenário onde surgiu Minas e as primeiras ideias liberais no Brasil. Segunda: a “feição colonial” de seus edifícios, ruas e praças despertava “grande interesse” nos turistas que, frequentemente, vinham visitar a cidade e suas cercanias”. Terceira: feria “dolorosamente a sensibilidade dos turistas os prédios” que destoavam “do tipo colonial”.³⁰²

O olhar desta elite política local em relação à cidade merece duas observações. Ele se apoia na ideia de que o cenário urbano de Ouro Preto era marcado pelo “estilo colonial” e pela existência pontilhada de construções modernas que estavam “em desacordo” com o resto da urbe. Construções que eram vistas como exceções, pequenas anomalias, e passíveis de serem enquadradas (ao menos as suas fachadas) dentro do velho estilo. Este olhar elege como ponto de referência para a criação do decreto, não a relação da população ouro-pretana com o acervo da cidade, mas o olhar do outro, do visitante. É o “interesse” e a “sensibilidade” do turista que estão em jogo. Monumentalizada, a cidade deveria estar disponível para a fruição cívica e estética, atraindo divisas e consolidando a importância da velha capital dentro do novo regime recém-inaugurado.

A edição do decreto teve, como era previsto, repercussão nacional. Em 02/11/1931, o jornal *Minas Gerais* reproduziu em sua coluna *Vida Mineira* um texto escrito por Afonso Thaunay, então diretor do Museu Paulista. Thaunay saudou a medida tomada pelo Conselho Consultivo, que conservaria “a integridade facies característica da única ‘cidade de Arte’ no Brasil”. Pois se existiam outras localidades que possuíam “um patrimônio artístico de alto relevo”, nenhuma tinha “um conjunto homogêneo, extenso, possuidor de preciosidades notáveis” e que ao mesmo tempo se revestia “das

³⁰² OURO PRETO. Decreto Municipal nº13, 19/09/1931, apud. GRAVATÁ, Hélio. Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – conservação e proteção oficial. Revista Barroco, nº7, 1975, p.113.

qualidades essenciais de harmonia e de equilíbrio” como acontecia em Ouro Preto.³⁰³ Em 19/11/1931, também na coluna Vida Mineira, reproduziu-se o telegrama enviado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo informando que um voto de louvor foi aprovado por unanimidade pela “valiosa medida tomada com relação ao resguardo do aspecto tradicional da venerada cidade de Ouro Preto.”³⁰⁴

Neste ano de 1931, os membros do Conselho Consultivo debateram outras questões relacionadas a apresentação da cidade para os visitantes. Em maio, meses antes da publicação do decreto, acentuava-se a necessidade de melhorar os calçamentos de algumas ruas da cidade, sobretudo pela visita de pessoas ilustres.³⁰⁵ Em outubro, a cidade recebeu o Embaixador da Itália e sua comitiva, que foram ciceroneados pelo também italiano e hoteleiro Sr. Olívio Toffolo.³⁰⁶ Também neste mês o farmacêutico Lauro dos Santos Barbosa apresentou uma proposta que intimava os proprietários de ruínas no centro da cidade a construir muros rebocados e pintados, compondo as ruas onde se verificava a falta de referidos prédios.³⁰⁷ Os muros, ao esconderem os escombros das construções arruinadas, provocariam um apagamento dos traços que registravam nas estruturas das edificações as dificuldades enfrentadas pelo município, transmitindo ao transeunte uma falsa ideia de uniformidade e cuidado. Este constrangimento revela os dois lados das representações sobre as ruínas, vistas a partir do valor histórico, mas ainda como memória da decadência econômica. Em dezembro de 1931, outro exemplo, debatia-se, ainda, as vantagens advindas da abertura de uma estrada entre Ouro Preto a

³⁰³ THAUNAY, Afonso de. Vida Mineira. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 02/11/1931, p.11.

³⁰⁴ Vida Mineira, Ouro Preto, *Jornal Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19/11/1931, p.10.

³⁰⁵ APMOP. Livro de Registro de Atas do Conselho Consultivo Municipal. 1931 a 1948. 200f.

³⁰⁶ APMOP. Livro de Registro de Atas do Conselho Consultivo Municipal. 1931 a 1948. 200f.

³⁰⁷ APMOP. Livro de Registro de Atas do Conselho Consultivo Municipal. 1931 a 1948. 200f.

Belo Horizonte, ideia que surgiu no governo de Antônio Carlos e que ampliaria o fluxo de pessoas e mercadorias entre os dois municípios.³⁰⁸

A adoção de uma legislação preservacionista adicionou outras questões ao cotidiano do Conselho Consultivo e, devido à especificidade desta área, levou a apropriação de novas vozes de autoridade para auxiliar nas decisões desta instância. Em 02/09/1932, por exemplo, debateu-se a autorização de um aforamento solicitado pelo Sr. Pompeu Trivelli, que pretendia construir seu estabelecimento de café em um lote vago situado na Rua Tiradentes, na região central da sede. Neste espaço já havia funcionado um coreto. O Dr. Alberto Sartori pediu a palavra e relatou que, ao consultar José Walsh Rodrigues, este indicou que nenhuma construção deveria ocupar este local, nem mesmo se deveria reedificar um coreto. No entanto, os outros membros, vendo na instalação do café uma benfeitoria importante para a cidade, aprovaram o requerimento. José Felipe de Santa Cecília chegou até a sugerir que Trivelli construísse “um prédio assobradado, a fim de não tirar a estética da rua”.³⁰⁹

Em 03/09/1932, praticamente um ano após a publicação do decreto municipal, um novo foi editado, adicionando mais três artigos à lei. “Nos reparos, consertos, reconstruções e limpezas” não seria permitida “a modificação externa do estilo antigo, quer nos telhados, quer nas fachadas ou cimalkas, em quaisquer detalhes”. Não poderiam “receber pinturas portais, peitoris, colunas e outros quaisquer trabalhos em pedras existentes externamente em quaisquer edifícios e em construções históricas ou artísticas, retirando-se a pintura, que já existia, ao serem reparados ou limpos”. Por fim, como forma de penalização, foi definido que para se realizar “construções, reconstruções, reparos e limpezas externas” seria necessário prévio alvará da prefeitura,

³⁰⁸ APMOP. Livro de Registro de Atas do Conselho Consultivo Municipal. 1931 a 1948. 200f.

³⁰⁹ APMOP. Livro de Registro de Atas do Conselho Consultivo Municipal. 1931 a 1948. 200f.

“sob as penas de demolição do serviço feito clandestinamente e de multa de 50\$000 a 100\$000”.³¹⁰

O decreto de 1932 deixou a generalidade do primeiro para discriminar de forma mais detalhada o que se podia ou não fazer, qual seria o trâmite a ser enfrentado e quais seriam as penas previstas para os infratores envolvidos com a edificação ou a reformas de imóveis na sede de Ouro Preto. O interdito presente neste texto, aquilo que a lei coíbia, é um registro importante sobre a prática dos profissionais que, como vimos no capítulo anterior, eram contratados para atuar na ex-capital.

Concomitante à edição do primeiro decreto fundou-se na ex-capital o Instituto Histórico de Ouro Preto, tendo como mentor e diretor o advogado Vicente Racioppi. Racioppi e Gustavo Barroso, além do empenho em prol de uma visão antiquária da História de Ouro Preto, têm em comum outro ponto: o embate travado contra o grupo criado em torno de Gustavo Capanema, então ministro da educação e da saúde, que passou a dirigir o SPHAN, criado em 1937.

Gustavo Barroso ficou afastado do cargo de diretor do Museu Histórico Nacional, entre 1930 e 1932, após o início da Era Vargas, devido ao seu apoio à candidatura de Júlio Prestes. A proximidade com o ministro da educação e saúde, Washington Pires, o levou à recondução dos trabalhos no MHN, à reforma do museu e à estruturação da Inspeção dos Monumentos Nacionais, criada em 1934.³¹¹ A Inspeção, designada como responsável pelo patrimônio artístico e Nacional, encampou uma série de serviços de restauração de igrejas, pontes e chafarizes de Ouro Preto entre 1935 e 1938. No entanto, ao mesmo tempo em que foi montada, o Ministério da Educação e da

³¹⁰ OURO PRETO. Decreto Nº25, de 3 de setembro de 1925 apud. GRAVATÁ, Hélio. p.113.

³¹¹ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando Relíquias...Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Regionais (1934-1937)*. Dissertação. IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

Saúde mudou de mãos, assumindo por Gustavo Capanema, recompensado com este cargo por ter sido preterido na disputa pela indicação de Vargas ao governo de Minas Gerais, vencida por Benedito Valadares.

As visões distintas entre Gustavo Barroso e o grupo próximo a Capanema, como Rodrigo de Melo Franco e Lúcio Costa, passaram a desenhar o declínio de influência do diretor do MHN junto à esfera federal. Enquanto o Barroso via o patrimônio como um objeto concreto para o culto dos homens ilustres e dos grandes feitos da nação, os chamados intelectuais modernistas o enxergavam como um ponto de partida para a investigação sobre a identidade nacional. Fazendo coro, portanto, com a perspectiva expressa por Mário de Andrade, em 1920, sobre a arte religiosa no Brasil. A criação do SPHAN, em 1937, esvaziou o sentido de existência da Inspetoria, deslocando o diretor carioca para um segundo plano. A publicação do *Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do patrimônio tradicional do Brasil* nos Anais do MHN, em 1944, representa uma tentativa de Barroso de criar uma memória sobre as ações por ele dirigidas entre as décadas de 1920 e 1930 e de demonstrar - o que não condiz com a realidade - um lugar de pioneirismo na produção do discurso preservacionista no Brasil.

Vicente Racioppi transferiu seu escritório de advocacia de Belo Horizonte para Ouro Preto nos anos 1920, década marcada pela diminuição do território municipal e pela apropriação do discurso preservacionista pelo estado mineiro.³¹² A sua visão sobre a antiga capital é perceptível no artigo *Ouro Preto: meca dos republicanos*, publicada no jornal *Tribuna de Ouro Preto* e reproduzida no *Minas Gerais* em 15/07/1926.³¹³ Neste texto, onde relatou a visita de Washington Luís e Fernando de Melo Viana, então candidatos à presidência e à vice-presidência, ele frisou “a resistência do município

³¹² WILLIAMS, Daryle. *Vicente Racioppi: the local preservationist and the National state. The Human Tradition in Brazil*. Peter M. Beattie, ed Wilmington, DE: Scholarly Resources, 2003, p.183-205.

³¹³ RACIOPPI, Vicente. *Meca dos Republicanos. Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12/03/1935, p.8.

contra a onipotência do Estado”, num claro desafeto com a ação separatista provocada pelo governo de Raul Soares. Mobilizando o sentimento de abandono, Racioppi reconheceu que Ouro Preto havia, sim, se empobrecido com a mudança da capital, mas também tinha se livrado dos “aventureiros”, melhorando, portanto, a sua gente. Ela tinha ficado menor, mas mais unida. A caracterizava o “meio moral, intelectual e religioso”, o clima, a água, a limpeza das ruas, a comunhão entre os moradores, a ausência de interesses politiqueros e os seus institutos de ensino. Em meio ao seu longo, descritivo e idealizado texto, seu recado principal era apenas um: a visita do próximo presidente da República, conforme as palavras do próprio candidato, espantava o boato de que a Escola de Minas seria transferida para Belo Horizonte. Rumor que, em determinados períodos, sobretudo em momentos eleitorais, rondava Ouro Preto.

O seu interesse pela preservação dos objetos de arte e das construções antigas de Ouro Preto se ampliou a medida que os poderes públicos estadual e local passaram a incorporar este tema na pauta dos seus debates. Racioppi foi contemporâneo às iniciativas dos governadores Melo Viana e Antônio Carlos, aos serviços de restauração dirigidos por Gustavo Barroso em 1928, à indicação de Ouro Preto como “monumento nacional” apresentada ao Congresso em 1929 e às primeiras discussões na Câmara realizadas neste mesmo ano. Ele pode ser visto como uma espécie de Gustavo Barroso local, já que compartilhava com o diretor carioca a noção de culto ao passado. Perspectiva que o fez empreender um grande esforço em prol da reunião de objetos diversos que pudessem ser admirados e que, ao mesmo tempo, contassem a história de Ouro Preto e de Minas.

O destaque às suas ações permitiu mobilizar intelectuais locais e fora do município no sentido de criar o Instituto Histórico de Ouro Preto, fundado em 29/08/1931. Quase um ano depois, como relata no livro *Estudantes do Rio Grande do*

Sul em Ouro Preto, Racioppi visitou Vargas, e pediu-lhe uma autorização para sediar o Instituto no prédio onde morou Tomás Antônio Gonzaga, um dos participantes centrais da Conjuração Mineira e da chamada Arcádia Mineira.³¹⁴ Nesta edificação, conforme os seus planos, seria montado também o Museu Casa de Gonzaga, que contaria com as peças históricas identificadas e coletadas por Racioppi. A autorização do presidente serviu como uma espécie de senha para que o advogado mineiro procurasse construir (e difundir) a intimidade que gozava com o Palácio do Catete.

Em 1933, em um novo encontro com Vargas, agora em Petrópolis, Racioppi levou amostras de pirita sulfurosa sem ouro, sugerindo que o presidente empreendesse a construção de uma fábrica de pólvora e de ácido sulfúrico em Ouro Preto. Assunto que, aparentemente, ficou apenas no campo da curiosidade. Aproveitando a ocasião, o advogado mineiro induziu o presidente a desengavetar a ideia do Deputado João Batista Luzardo, que elevava Ouro Preto à condição de monumento nacional. Vargas utilizou como contra-argumento a situação difícil da economia do país, ainda se recuperando dos choques provocados pelo crash da bolsa de 1929. Racioppi, conforme relata em seu livro, sugeriu que a lei fosse redigida “sem ônus para a União Federal”, o que acabou ocorrendo em 12/07/1933. O decreto assinado por Vargas, portanto, monumentalizava um espaço que já sido monumentalizado pelo decreto municipal de 1931, e repassava para os governos municipal e estadual o “ônus” com a preservação do patrimônio da sede de Ouro Preto.³¹⁵

A aproximação com Vargas e a possibilidade de galgar espaços maiores dentro da estrutura do governo federal, no entanto, esbarravam em duas fortes figuras políticas: Gustavo Barroso e Gustavo Capanema. Barroso havia se aproximado do governo

³¹⁴ RACIOPPI, Vicente de Andrade. *Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto*. Belo Horizonte: Typ. Castro, 1940. 125p.

³¹⁵ Idem, p.77-79.

federal e convencido o Ministério da Educação e Saúde a estruturar a Inspeção dos Monumentos Nacionais. Até 1937, este foi o principal órgão federal destacado para atuar na área de preservação do patrimônio. A representatividade política de Vicente Racioppi estava distante da importância que Barroso ocupava no meio intelectual brasileiro. Gustavo Capanema, não apenas conseguiu deslocar Gustavo Barroso para um segundo plano de importância dentro do governo Vargas, como apoiou os intelectuais modernistas que lhe cercavam a desqualificar a visão antiquária do diretor carioca. Visão que era compartilhada por Vicente Racioppi.³¹⁶

As críticas feitas por Racioppi tanto aos serviços realizados pela Inspeção dos Monumentos Nacionais, entre 1935 e 1938, quanto às diretrizes do SPHAN demonstram, não apenas uma briga entre Davi e Golias, mas também outra realidade: a crescente imposição dos órgãos federais sobre o poder local, substituindo e enfraquecendo as práticas preservacionistas constituídas entre 1931 (com a publicação do decreto municipal) e 1937 (quando as rédeas deste processo passaram para as mãos do SPHAN).

5.2. Prática preservacionista em Ouro Preto (1932-1937).

Os decretos de 1931 e 1932 não levaram à inclusão de um departamento voltado para o patrimônio na estrutura administrativa da prefeitura. Na prática, as diretrizes definidas pela nova legislação foram adicionadas às tarefas fiscalizadoras já exercidas pelos fiscais e pelo engenheiro contratado pelo órgão municipal. A rotina destas tarefas não era complexa. O solicitante, pessoa física ou jurídica, encaminhava um requerimento para a prefeitura. Após a análise, ele era enviado para o setor de

³¹⁶ WILLIAMS, 2003, p.183-205.

fiscalização, responsável pela visitação *in loco* e pela produção de um laudo técnico. Tomando como referência esta avaliação e a legislação local, a prefeitura autorizava ou indeferia o pedido. A maioria dos requerimentos sobre limpeza, construção, reconstrução ou ampliação dos imóveis não faz menção à permanência ou à mudança do “estilo colonial” das edificações. Por isso, os laudos e os despachos feitos pela prefeitura, quando encontrados na primeira página ou no verso dos pedidos, são as principais evidências sobre os critérios e a avaliação da prefeitura.

Tabela 11. Requerimentos de obras particulares (1931-1937).

TEMAS	ANO							TOTAL
	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	
Limpeza	0	0	0	14	23	29	37	103
Construção	0	1	4	5	23	14	9	56
Reconstrução	0	1	1	9	5	0	3	19
Consertos	0	0	3	3	8	5	2	21
Pintura	0	0	0	4	2	6	2	14
Demolição	0	1	1	3	3	3	1	12
Muro	0	0	1	1	0	5	5	12
Ampliação	1	1	5	1	1	0	1	10
Imóvel arruinado	0	0	0	8	2	0	1	11
Garagem	0	0	3	2	1	1	0	7
Fachada	0	0	1	0	0	1	1	3
Passeio	1	0	1	0	0	0	1	3
Abertura na fachada	0	0	0	0	0	1	1	2
Remodelação	0	1	0	0	0	0	0	1
Massame	0	0	0	1	0	0	0	1
Andaime	0	0	0	1	0	0	0	1
Varanda	0	0	0	1	0	0	0	1
Sarjeta	0	0	0	1	0	0	0	1
Soleira	0	0	0	0	1	0	0	1
Moinho	0	0	0	0	0	1	0	1
Paredão	0	0	0	0	0	1	0	1
Revestimento	0	0	0	0	0	1	0	1
Platibanda	0	0	0	0	0	1	0	1
Alpendre	0	0	0	0	0	1	0	1
Pena D'água	0	0	0	0	0	1	0	1
TOTAL	2	5	20	54	69	71	64	285

O Estatuto Municipal, que foi elaborado em 1894 e reeditado em 1908, definia alguns parâmetros para a construção e a reconstrução dos imóveis em Ouro Preto. Ele exigia a posse do aforamento, medidas padrões para a altura do pé direito e para as aberturas e regras para as frentes das edificações e para a condução das águas pluviais.³¹⁷ Os decretos municipais de 1931 e 1932 ampliaram estes parâmetros, ao definirem que os serviços de reparos e limpezas externas também deveriam ser notificados, e só poderiam ser realizados mediante a posse de um prévio alvará. Por isso, conforme a tabela 11, o número de requerimentos enviados ao poder municipal cresceu entre 1931 e 1937.

O início da adaptação da população ouro-pretana à legislação preservacionista é perceptível nos requerimentos encaminhados à prefeitura em 1932. Honorato Gomes da Silva e seu irmão solicitaram, em 19/01/1932, uma licença para reconstruir um prédio situado na Rua São José, obra que seria realizada conservando “o mesmo estilo e sem nenhuma alteração”.³¹⁸ Em 17/09/1932, o Sr. Juvêncio Ferrari enviou um ofício solicitando autorização para adicionar dois cômodos à propriedade de sua família, situada na Rua dos Paulistas. A intervenção, conforme o proponente, preservaria “o mesmo estilo” do imóvel, conforme demonstrava a planta por ele encaminhada à prefeitura. Apesar da planta e do laudo elaborado pelo órgão público não terem sobrevivido às ações do tempo, o registro escrito feito pelo prefeito Dr. João Veloso na primeira página do requerimento demonstra que a obra foi aprovada. Aceitando-se,

³¹⁷ Este Estatuto foi produzido em novembro de 1894, praticamente um ano após a definição oficial pela construção de Belo Horizonte. Neste sentido, ele faz parte do esforço realizado pela Câmara ouro-pretana para modernizar os espaços e a vida da então sede do governo, incorporando à sua legislação recentes serviços considerados *up to date*, como a iluminação elétrica, o abastecimento de água e o tratamento dos esgotos. Estas posturas municipais foram influenciadas pelas diretrizes vigentes em Ouro Preto em períodos anteriores e pelas novas discussões emergentes na virada para o século XX. Consideradas atualizadas pelos vereadores, as diretrizes elaboradas em 1894 foram ratificadas pela Câmara em 1908 e, aos poucos, modificadas conforme as mudanças ocorridas no município APMOP. Estatuto Municipal. Câmara Municipal de Ouro Preto. Ouro Preto: Tipografia Malvar, 1908, 26p.

³¹⁸ Devido a ausência dos ofícios de nomeação, do laudo técnico e do despacho da prefeitura, não foi possível identificar se esta obra foi ou não autorizada. APMOP. SILVA, Honorato Gomes da Silva e Irmão. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1932.

portanto, uma construção que imitaria a anterior, mas que também seria acrescida de novos cômodos.³¹⁹

A análise dos requerimentos demonstra que não havia o mesmo rigor para todos os pedidos. Em 10/10/1933, por exemplo, o Sr. Antônio Ramiro solicitou autorização para construir um passeio de cimento em frente à sua casa, pois o antigo encontrava-se “estragado e precisando de conserto”.³²⁰ O despacho do prefeito Veloso indeferiu a solicitação, já que a legislação em vigor não aceitava que se inovasse “o facies colonial da cidade”, sugerindo para o Sr. Antônio Ramiro que, em vez de usar cimento, rejuntasse “pedra-laje”. Intervenção que estaria de acordo com a prática do passado. No entanto, o mesmo critério não foi utilizado para o requerimento enviado pelo Sr. João de Castro Figueroa, em 06/08/1936. Ele pretendia revestir a fachada da casa que estava construindo ao modo da estação ferroviária, prédio eclético de inspiração inglesa construído no final do século XIX. Por isso, o engenheiro Simão Woods Lacerda, engenheiro destacado para a produção do laudo, fez algumas considerações e apresentou a sua conclusão.

O característico do estilo barroco ou antigo colonial de Ouro Preto em relação ao revestimento das paredes é que as mesmas sejam em superfícies lisas e claras. Os recursos da época não permitiam ir além de um simples revestimento, em seguida caiada de branco ou com qualquer outra tonalidade clara. Hoje, porém, com o auxílio do cimento, gesso e outros aglomerantes, além do da cal, os revestimentos podem ser feitos diferentemente, com melhor resistência e notável durabilidade. [...] O revestimento a que se refere o requerimento em apreço, feito na Estação, é justamente o Simili-pedra, com uma pequena porção de jacutinga que dá, em certas posições de luz, um efeito cintilante. Sou de parecer pois que se dê a licença pedida pelo Sr. João de Castro Figueroa, exigindo-lhe a escolha de uma tonalidade aproximando-se do branco o mais possível, quebrada com uma cor “quente”, por exemplo um tom de palha.³²¹

³¹⁹ APMOP. FERRARI, Juvêncio. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1932.

³²⁰ RAMIRO, Antônio. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1933. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

³²¹ FIGUEROA, João de Castro. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1936. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

A intransigência da legislação local a outros estilos que não fossem o “colonial”, como se percebe, era maleável. O deferimento do pedido do Sr. Deolindo de Carvalho, que desejava “mexer na platibanda de sua casa” e “mudar uma calha”, reforça esta percepção, já que autorizava a continuação de um elemento moderno (a platibanda) na fachada de uma residência.³²² Este deferimento contradizia o decreto de 1931, pois este definia que as casas em desacordo com a paisagem colonial deveriam ser modificadas ao estilo antigo, quando precisassem de consertos e reparos. A aprovação dos 7 pedidos que solicitaram a abertura de portões nos muros de suas residências, visando a construção de garagens, também ratificam estas brechas na legislação.

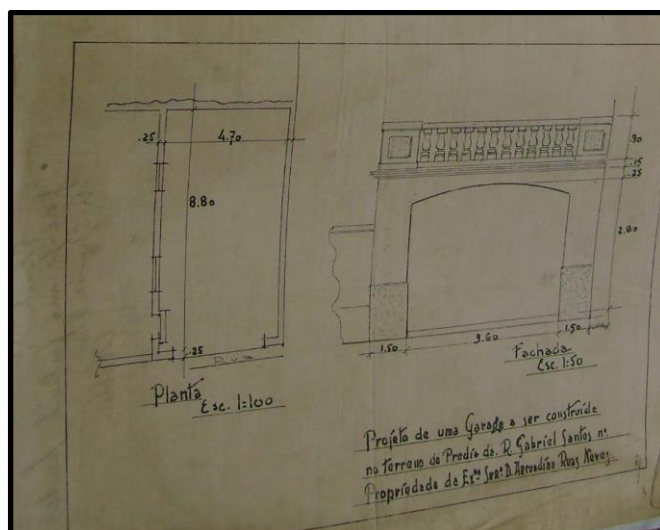


FIG.19. Projeto de uma garagem, Ouro Preto, s.d.
Fonte: Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.³²³

A FIG.19 apresenta um dos projetos de portão de garagem que foram enviados à prefeitura neste período. Parte do muro do imóvel situado na Rua Gabriel Santos, cerca de 6,60m, cederia espaço para a construção de um cômodo que teria em seu topo, como ornamento central, uma balaustrada, possivelmente pré-fabricada.

³²² APMOP. CARVALHO, Deolindo de. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1936.

³²³ Projeto de construção de uma garagem. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, Sem data. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

Em meio aos 285 requerimentos, conforme a tabela 11, identificamos 11 imóveis que se encontravam em estado de arruinamento, e que ameaçavam os prédios vizinhos ou as pessoas que transitavam pela rua. É o caso de um edifício assobradado, situado na Rua Santa Efigênia que, segundo o laudo técnico elaborado pelos fiscais, encontrava-se em “adiantado estado de ruínas, perigando aos transeuntes”, tornando-se necessário a sua imediata reconstrução ou demolição.”³²⁴ Caso também de um imóvel de um pavimento, situado na Rua dos Paulistas, que encontrava-se em “notável estado de ruínas, devido ao seu madeiramento e travamento acharem-se bastante combalidos, ameaçando as edificações vizinhas e as pessoas que circulavam nesta região.”³²⁵

Estes laudos corroboram com os 12 casos de demolição que identificamos neste período. Os pedidos de liquidação dos imóveis em estágio avançado de arruinamento partiam dos vizinhos que se sentiam amedontrados e dos próprios donos, como as solicitações enviadas pela empresa Dias & Dias e pela Sra. Eliza Gonçalves P. P. Gomes. A empresa possuía um prédio e um barracão na Rua Paraná, e pediu permissão para demolir esta segunda edificação, informando no mesmo ofício que, oportunamente, enviaria “a planta para a sua reconstrução”.³²⁶

Em 02/07/1934, a Sra. Eliza Gomes solicitou uma licença para demolir a sua residência, localizada na Rua Nova, e para reconstruir outra no mesmo lugar. Os fiscais José Alexandre e Augusto de Miranda visitaram esta última propriedade, três dias depois, e não demonstraram surpresa ao descobrirem que as duas intervenções já tinham sido realizadas há um bom tempo. Tanto a demolição quanto a reconstrução. A intenção da proprietária, ao apresentar o requerimento, era clara: formalizar as duas ações, a fim

³²⁴ APMOP. ALEXANDRE, José & MIRANDA, Augusto Tolentino de. Laudo técnico, Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1934.

³²⁵ Idem.

³²⁶ APOMOP. DIAS & DIAS. Requerimentos. Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1934.

de evitar o peso da penalização. Contudo, o deferimento expedido pela prefeitura ao seu requerimento apenas demonstra, mais uma vez, que a lei tinha os seus escapes.³²⁷ Esta abreviação do problema, como demonstra o caso da Sra. Eliza Gomes, possivelmente se explique, aos olhos dos fiscais, pela não descaracterização do conjunto, já que ocorreu a reprodução do imóvel anterior.

A nova legislação permitiu à prefeitura fiscalizar e influir no mercado de materiais de demolição, já que o “massame” dos imóveis também era analisado pelos fiscais, que estipulavam o valor dos destroços. Não ficou clara a intenção da prefeitura por detrás desta prática, mas é possível supor que os novos decretos tenham provocado um olhar e um comportamento distinto em relação a estes massames, já que em meio aos restos dos imóveis poderiam existir, além dos resquícios da estrutura, objetos de interesse histórico e artístico. O órgão municipal, teoricamente, chegaria antes dos negociantes de arte e de materiais de construção. Exemplifica esta fiscalização o caso de uma residência pequena, de um só pavimento, situada na Rua Paraná, “coberta de telhas e embarrotada, achando-se o assoalho da mesma completamente estragado”. Parte do telhado já havia arriado, como na área da cozinha, e o imóvel ameaçava ruir “em cima da casa de propriedade de João Augusto Soares”, colocando os transeuntes também em perigo. Nestas circunstâncias, os fiscais aconselharam a demolição ou a reconstrução do imóvel, avaliando seu massame em 400#000 (quatrocentos mil réis).³²⁸

Entre os 285 pedidos encaminhados à prefeitura neste período percebe-se que 103 (mais de 1/3) referiam-se a serviços de limpeza dos imóveis. Este conceito de

³²⁷ APMOP. GOMES, Eliza Gonçalves P. P. Requerimentos. Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1934.

³²⁸ Entre os 1.183 imóveis arrolados no imposto predial de 1933, identificamos apenas um imóvel com o valor locativo de 480#000, que situava-se na Praça Tiradentes. O valor do massame da casa da Rua Paraná, portanto, equivalia a um alto aluguel em Ouro Preto. Um valor não desprezível, de certo, mas que não se tratava de uma grande soma se comparamos ao valor de um imóvel pequeno neste mesmo período. APMOP. ALEXANDRE, José & MIRANDA, Augusto Tolentino de. Laudo técnico. Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1934.

“limpeza”, como vimos nos artigos produzidos pelo pintor Honório Esteves, referia-se à realização de pequenos consertos, de repintura e de inserção de detalhes decorativos que tendiam a dar um toque moderno às edificações. E este era o motivo central para a inclusão destes serviços na legislação: o receio de que a apropriação de novas formas de pensar os ambientes internos e externos descacterizassem os antigos imóveis. Receio, como vimos, que deve ser relativizado. Como os trabalhos de pinturas e consertos faziam parte da ideia de “limpeza”, podemos acrescentar, conforme a tabela 11, mais 35 requerimentos (14 pinturas e 21 consertos) aos 103 anteriormente apontados. Portanto, praticamente metade do total de solicitações entre 1931 e 1937 (138 pedidos) era referente a estes serviços.

Este total dos trabalhos de “limpeza” equivale a 11% dos 1.183 imóveis arrolados na sede de Ouro Preto pelo imposto predial de 1933. Um percentual não muito expressivo, sem dúvida, mas que atesta a existência de um certo cuidado dos donos com as suas propriedades. Não expressivo, também, foi o número de imóveis reconstruídos entre 1932 e 1937: 19 unidades, equivalentes a 1,6% das 1.183 edificações identificadas em 1933. Ressalva-se que parte destes pedidos referia-se a reconstruções parciais e não completas dos imóveis. No entanto, ambas (parciais ou totais) procuravam simular os aspectos dos imóveis que elas substituíam. Um destes casos é o da Sra. Efigênia Fernanda da Silva que, em 28/05/1934, solicitou uma licença para reconstruir sua residência na Rua dos Paulistas, “isto sem nenhuma alteração”.³²⁹

O controle, nem tão rígido, das fachadas contribuiu uma falsificação do conjunto da cidade. Um exemplo encontra-se nas plantas enviadas pelo comerciante João Batista Fortes, em 1937, que projetavam a reconstrução de uma casa e a construção de um barracão anexo em um terreno localizado na Praça Cesário Alvim. A primeira planta,

³²⁹ APMOP. SILVA, Efigênia Fernanda da. Requerimentos. Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1934.

apesar de ter sido aprovada em agosto deste ano, foi substituída por outra, elaborada em outubro, que delineava uma casa menor tendo - em vez de oito, como inicialmente se pensou - quatro quartos (FIG.20). Não fica claro neste processo se esta mudança tratou-se de uma adequação à configuração do imóvel que foi demolido ou se a nova feição foi fruto do desejo do proprietário. De qualquer forma, a estética final da casa se aproxima das construções de um pavimento edificadas em Ouro Preto no século XVIII, que continham três aberturas em suas fachadas e o telhado com duas águas, cuja cumeeira corria em paralelo à rua. Um beco, como demonstra a planta baixa disposta no canto esquerdo da imagem, atravessava a residência e servia como ponto de ligação com o ponto comercial que seria instalado no barracão.

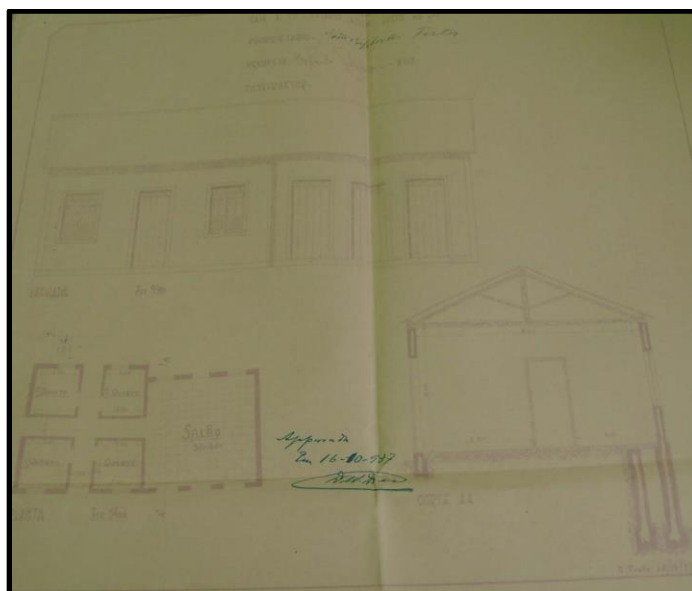


FIG.20. Projeto de reconstrução de uma casa e de construção de um barracão. 13/10/1937.

Autor: Orlando Caldeira.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.³³⁰

As 20 plantas que sobreviveram à passagem do tempo e à manipulação do acervo que hoje pertence ao Arquivo Público Municipal corroboram com a percepção de que as práticas de reprodução do “estilo colonial” dialogaram com o tempo presente,

³³⁰ Para a melhor apreciação dos detalhes, ampliamos esta imagem e a inserimos na área de anexos. APMOP. Projeto de reconstrução de uma casa e de construção de um barracão. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, 13/10/1937.

produzindo falsificações e resultados híbridos que misturavam aspectos antigos e modernos. As plantas produzidas pelo engenheiro Orlando Caldeira, dispostas nas FIG. 21 e 22, confirmam esta percepção. A primeira apresenta uma casa de 1 pavimento que seria construída na Rua do Alejadinho (FIG.21). A fachada trazia 3 aberturas (duas janelas e uma porta centralizada) com vergas em arco de círculo, prática usual no século XVIII.³³¹ A planta baixa demonstra que, internamente, prevalecia a tendência antiga de deixar a área privada distante do olhar do visitante. Todavia, nota-se também a inclusão de detalhes modernos, como o refeitório (ou copa) e o banheiro, símbolos das mudanças ocorridas nas residências locais no início do século XX.



FIG.21. Projeto de construção de uma casa. 1937.

Autor: Orlando Caldeira.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.³³²

A segunda planta, apresentada pelo Sr. Vicente Ferreira, representa uma casa projetada para a Rua Tomé Afonso, “na subida do Campo do Raimundo”. Alguns

³³¹ VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: UFMG. 1979, 186p.

³³² Para a melhor apreciação dos detalhes, ampliamos esta imagem e a inserimos na área de anexos. APMOP. Projeto de construção de uma casa. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1937.

aspectos desta residência trazem semelhança com a anterior, como o telhado de quatro águas e as janelas com arco de círculo. No entanto, Orlando Caldeira, influenciado pela arquitetura do seu tempo, projetou algumas alterações que a aproxima também das casas modernas. Externamente, a porta central foi deslocada para a lateral esquerda do imóvel, eliminando a pequena escada, e a parte inferior foi decorada com pedras que apresentam dimensões distintas. Internamente, a solução se diferencia do resultado apresentado na FIG.22. A sala de visitas continuava sendo a principal área social, mas seu acesso era lateral, e a partir dela seguia-se direto para a sala de jantar (ou refeitório), para a cozinha e para o banheiro.

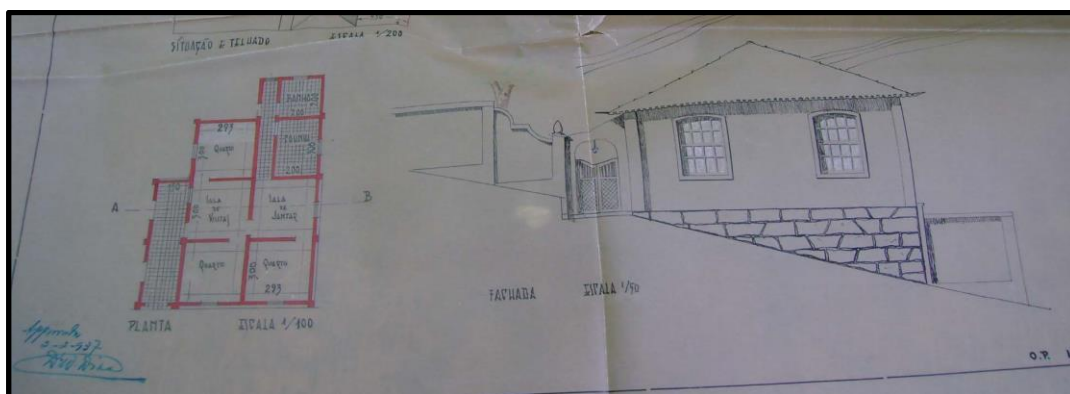


FIG.22. Projeto de construção de uma casa. 1937.
 Autor: Orlando Caldeira.
 Fonte: Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.³³³

Os casos analisados neste tópico reforçam duas questões. Primeiro, o caráter embrionário da aplicação de uma legislação preservacionista no Brasil, voltada para reger, não apenas sobre um bem isolado ou sobre um pequeno conjunto, mas sobre toda uma cidade. Algo experimental para o próprio Ocidente.³³⁴ Esta experiência foi pautada por deliberações ora mais rígidas, ora mais flexíveis, mas que tinham como objetivo central a garantia da harmonia do conjunto, mesmo que fosse através de uma forma

³³³ Para a melhor apreciação dos detalhes, ampliamos esta imagem e a inserimos na área de anexos. APMOP. Projeto de construção de uma casa Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1937.

³³⁴ IPHAN. Cartas Patrimoniais. Isabelle Cury (org.). Brasília: IPHAN, 2000. 383p.

artificial, como demonstram as construções e as reconstruções. O que nos leva à segunda questão: a descaracterização, a falsificação e a arquitetura híbrida que a historiadora Lia Mota identificou em Ouro Preto nas décadas de 1940 e 1950, fase em que Ouro Preto já era administrada pelo SPHAN, já se encontravam presentes no início da década de 1930, fruto da legislação municipal.³³⁵

Esta conclusão nos permite inferir que o “clima antipatrimônio” encontrado pelo arquiteto José de Souza Reis, em 1938, referia-se a uma memória recente construída, não apenas pela ação do SPHAN ou pelo tombamento de Ouro Preto neste ano, mas pelas exigências feitas pela legislação local desde 1931.³³⁶ Se inicialmente, é possível supor uma adesão da população à monumentalização da sede, pela representatividade que o ato definia, aos poucos, os limites colocados pela legislação às iniciativas particulares geraram rumores e descontentamentos entre a população.

³³⁵ MOTTA, Lia. *A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22. Rio de Janeiro: 1987, p.108-122.

³³⁶ MOTTA, 1987, p.113.

Conclusão

A tese aqui apresentada permitiu ao leitor um contato mais próximo com a cidade de Ouro Preto após a mudança da capital, bem como explicou a influência que a realidade local exerceu sobre o processo de transformação da cidade-memória em cidade-monumento. Demonstramos que esta passagem não deve ser pensada como uma estrada natural, pois ela resulta de diferentes fatores.

A mudança da capital provocou impactos em várias dimensões da vida social da antiga capital, como a queda dos negócios e da arrecadação municipal, mas ela representa apenas parte da explicação. Entre meados da década de 1910 e início dos anos 1920, o aumento da exportação mineral e o crescimento dos negócios em alguns distritos, como em Itabira do Campo, São Julião e Congonhas, contribuíram para a idealização de um novo tempo para a economia ouro-pretana. No entanto, a divisão administrativa realizada no início dos anos 1920, levou à extração de metade do espaço do município e à perda de importantes territórios, transformando-se em um segundo golpe para a ex-capital. Com freguesias pouco expressivas e uma sede economicamente enfraquecida, Ouro Preto se distanciou, cada vez mais, da possibilidade de sonhar com novos e ousados projetos de modernização, como ocorria em outras cidades brasileiras.

Acompanhando a sinuosidade destas mudanças, vimos que o sentimento de abandonado foi mobilizado em diferentes contextos e com distintas intenções. No carnaval de 1898, este sentimento provocou imagens irônicas, críticas e até grotescas sobre a transferência da sede do governo. Nas comemorações do Bicentenário de Ouro Preto, realizadas em 1911, este sentimento foi mobilizado, não para alimentar uma oposição entre a velha e a nova capital, mas para oficializar uma postura de conciliação. Postura que apareceu na tribuna da Câmara Municipal já nos primeiros anos após a mudança da capital. Na década de 1910, este sentimento também se fez presente, mas para transparecer uma imagem de superação, devido aos ventos favoráveis que

sopravam a partir do crescimento da exploração mineral. A perda territorial ocorrida nos anos 1920, no entanto, esvaziou estas expectativas, trazendo de novo à tona o lamento pelo destino do município.

A preocupação com o empobrecimento e o arruinamento de Ouro Preto, como demonstramos, já estava presente desde meados da década de 1890, quando o Congresso Mineiro oficializou a construção da nova capital. Ela foi alimentada, não apenas pelo medo de um colapso no campo econômico, mas também pela apreensão em relação à preservação dos bens antigos de Ouro Preto. Aflição que registra uma fase embrionária de apropriação do discurso preservacionista no Brasil, surgida a partir de diferentes óticas, como revelam os discursos do escritor Olavo Bilac, do pintor francês Emile Rouède e do pintor mineiro Honório Esteves. O projeto de criação do Museu Mineiro, apresentado por Nelson de Sena, em 1908, procurou dar oficialidade a estas preocupações e incluí-las na agenda do estado. Todavia, apesar de tê-lo aprovado, o deputado assistiu, descontente, a sua ideia permanecer somente no papel.

A leitura dos bens de Ouro Preto como expressões cívicas e artísticas encontrou nas décadas de 1910 e 1920 novos intérpretes, como os escritores Alceu de Amoroso Lima e Mário de Andrade e o diretor do Museu de História Nacional Gustavo Barroso. O que comprova uma mudança na forma de ver e representar as cidades brasileiras a partir do final do século XIX. A inclusão do valor histórico, influência do debate que ocorria no Ocidente nos Oitocentos, tornou mais complexo o debate sobre o ser das urbes. Amoroso Lima via Ouro Preto como uma “cidade morta”. Mário de Andrade, como um canteiro para as pesquisas que mergulhariam em sua estética para revelar o que nos diferenciava enquanto nação. Os administradores locais a viam como uma cidade-memória, mas também acreditavam que as suas riquezas a impulsionariam para o progresso e o desenvolvimento.

A crescente discussão sobre a preservação do patrimônio, nos anos 1920, encontrou nas gestões de Fernando de Melo Viana e de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada um claro sinal de que este tema começava a se tornar recorrente nos corredores do governo de Minas. A série de notas e artigos publicados neste período no jornal *Minas Gerais*, órgão oficial do estado, atesta esta percepção. Esta atmosfera favorável ao debate preservacionista passou a sensibilizar o poder municipal em Ouro Preto. O vereador João Veloso, que chegou a presidir a Câmara neste período, acompanhou de perto as obras de restauro realizadas na ex-capital pela dupla Antônio Carlos e Gustavo Barroso. Ele esteve também entre os representantes locais que, entre 1929 e 1931, viram um duplo ganho que poderia advir da preservação do patrimônio de Ouro Preto: incentivar o fluxo turístico na cidade e reforçar o lugar de memória da antiga capital dentro do regime de exceção iniciado por Getúlio Vargas em 1930.

A monumentalização da sede de Ouro Preto, decretada em 1931, só pode ser compreendida se considerarmos estes vários fatores. Ela não estava prevista na década de 1890, quando a então capital passou a ser denominada como cidade-memória da República. Este caminho foi se construindo a medida que as saídas econômicas foram se estrangulando e que a constituição de uma legislação preservacionista tornou-se uma possibilidade de atrair divisas e de continuar delimitando um lugar de destaque para o município nos cenários estadual e nacional.

Referências bibliográficas.

1. Arquivos.

APMOP. Estatuto Municipal. Câmara Municipal de Ouro Preto. Ouro Preto: Tipografia Malvar, 1908, 26p.

APMOP. Registro de Lançamento de Impostos Municipais (Predial, Água, Esgotos, Indústrias e Profissões), 1896, 45f.

APMOP. Registro de Lançamento do Imposto Predial, Águas e Esgotos, 1901-1909, 100f.

APMOP. Registro de Lançamento dos Impostos Predial, Água e Esgotos, 1905-1914, 300f.

APMOP. Registro de Lançamento do Imposto Predial, Águas e Esgotos, 1919 a 1924, 200f.

APMOP. Registro de Lançamento do Imposto Predial, 1926 a 1930, 400f.

APMOP. Registro de Lançamentos de Impostos Municipais (Predial, Água e Esgotos), 1931 a 1933, 202f.

APMOP. Registro de Lançamento dos Impostos sobre Indústrias e Profissões e Imposto Predial, Água e Esgotos, 1902 a 1904, 301f.

APMOP. Registro de Lançamento de Impostos Municipais (Predial, Água e Esgotos, lixo e foros), 1925 a 1927, 200f.

APMOP. Registro de Impostos de Indústrias e Profissões, 1905 a 1914, 199f.

APMOP. Livro de Lançamento de Impostos sobre Indústrias e Profissões, 1919 a 1921, 200f.

APMOP. Registro de Lançamento de Impostos sobre Indústrias e Profissões, 1931 a 1937, 200f.

APMOP. Livro de Registros de Impostos Municipais sobre Indústria e Profissões, 1903, 48p.

APMOP. Livro de Lançamento de Impostos de Indústrias e Profissões, 1893, 48f.

APMOP. Registro de anotações para a redação de atas de sessões da Câmara. 1898 a 1905. 199f.

APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara. 1901 a 1905, 408f.

APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara Municipal de Ouro Preto. 1906 a 1912. 199f.

APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara Municipal de Ouro Preto. 1912 a 1917. 195f.

APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara e Termos de Comparecimento. 1921 a 1925. 100f.

APMOP. Registro de Atas de Sessões da Câmara e Termos de Comparecimento. 1928 a 1930.150f.

APMOP. Livro de Registro de Atas do Conselho Consultivo da Prefeitura Municipal. 1931 a 1948. 200f.

APMOP. Contrato celebrado entre a Intendência Municipal de Ouro Preto e os cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, aprovado pelo decreto no 558 de 14 de setembro de 1891. In: Livro de Contratos, 1891, p.38v-44.

APMOP. Ouro Preto: planta de água, esgoto e luz. Engenheiro Clodomiro de Oliveira. 26/06/1903.

APMOP. Planta Melhoramentos da cidade de Ouro Preto. Projeto de Boulevard. [1891].

APMOP. SILVA, Honorato Gomes da Silva e Irmão. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1932.

APMOP. FERRARI, Juvêncio. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1932.

APMOP. RAMIRO, Antônio. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1933.

APMOP. FIGUEROA, João de Castro. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1936. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

APMOP. CARVALHO, Deolindo de. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1936.

APMOP. Projeto de construção de uma garagem. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, Sem data. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

APMOP. ALEXANDRE, José & MIRANDA, Augusto Tolentino de. Laudo técnico, Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1934. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

APMOP. DIAS & DIAS. Requerimentos. Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1934. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

APMOP. GOMES, Eliza Gonçalves P. P. Requerimentos. Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1934. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

APMOP. ALEXANDRE, José & MIRANDA, Augusto Tolentino de. Laudo técnico. Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1934. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

APMOP. SILVA, Efigênia Fernanda da. Requerimentos. Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1934. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

APMOP. Projeto de construção de uma casa. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, 1937.

APMOP. Projeto de reconstrução de uma casa e de construção de um barracão. Requerimentos, Pasta Obras Particulares, Seção de Avulsos, 13/10/1937.

APMOP. A Inconfidência Mineira: homens e monumentos. Disponível em: <http://arquivopublicoop.blogspot.com.br/2012/04/inconfidencia-mineira-herois-e.html>. Acesso em 15/04/2013.

APMOP. A Província de Minas, Ouro Preto, Edição 97, 24/04/1882, p.1. Disponível em: <http://arquivopublicoop.blogspot.com.br/2012/04/inconfidencia-mineira-herois-e.html>. Acesso em 15/04/2013.

APM. Coleções de Jornais Mineiros do século XIX. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 15/10/2011.

IHGGMG. Livro de atas das reuniões, 13/02/1927, p.49-51.

IHGGMG. Livro de atas das reuniões, 07/04/1927, p.52.

IHGGMG. Livro de atas das reuniões, 13/02/1927, p.49-51.

IHGGMG. Livro de atas das reuniões, 21/04/1927, p.53-56.

IHGGMG. Livro de atas das reuniões, 27/11/1927, p.59.

IFAC/UFOP. Planta da Cidade de Ouro Preto. Organizada por ordem do Exmo. Sr. Presidente Luiz Eugênio Horta Barbosa. [1887-1880]. Núcleo de Mentalidade e Memória IFAC/UFOP.

Museu da Inconfidência. Exposição fotográfica Ouro Preto, Imperial Cidade – 1823-1889, Museu da Inconfidência, Ouro Preto, 1998.

2. Leis.

BRASIL. Lei Calógeras. Decreto nº 2.933, de 6 de Janeiro de 1915. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2933-6-janeiro-1915-574337-publicacaooriginal-97500-pl.html>. Acesso em: 10/06/2014.

MINAS GERAIS. Lei nº843 de 07/09/1923. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/>. Acesso: 10/06/2014.

OURO PRETO. Decreto Municipal nº13, 19/09/1931, apud. GRAVATÁ, Hélio. Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – conservação e proteção oficial. Revista Barroco, nº7, 1975, p.113.

BRASIL. Diário do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, nº125, de 28/09/1929, p.3.249 e 3.251. Indicação apresentada na 94ª sessão em 27/09/1929, da Câmara dos Deputados Federais.

BRASIL. Decreto Federal nº 22.928, 12/07/1933. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1933, volume III, Atos do Governo Provisório, julho a setembro, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934, p.64-65.

3. Jornais, revistas, dicionários e anuários.

ALENCAR, Gilberto. Em prol de Ouro Preto. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18/01/1925, p.5-6.

ALMEIDA, Silvio de. Divagações. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12/07/1911, p.5.

AMOROSO LIMA, Alceu de. Pelo passado nacional. Revista do Brasil, São Paulo, vol. III, ano 1, p.2-15, setembro-dezembro. 1916.

ANDRADE, Ricardo Barretto de. A regulação do pós-lavra no Direito Minerário brasileiro. Revista de Direito, Estado e Recursos Naturais, v. 1, n. 1, p.79-106, 2011.

Ao público. *Correio da Noite*, Ouro Preto, 18/01/1909, ano 1, nº102, p.1.

Anuário Estatístico de Minas Gerais. ano I, 1921, v.2, Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1925. p.776-779.

ARAÚJO, Valdei. L. & MEDEIROS, B. F. A história de Minas como história do Brasil: o projeto historiográfico do APM. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. XLIII, 2007, p. 22-37.

AZEVEDO, José Afonso Mendonça de. Ouro Preto, centro de turismo e repouso. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27/03/1929, p.5.

BARROSO, Gustavo. A cidade sagrada. Anais do Museu Histórico Nacional, vol. V, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, p.10-14. 1948.

----- . As igrejas de Minas e a Sé Velha da Bahia. Anais do Museu Histórico Nacional, vol. V, p.7.1948.

_____. A defesa do nosso passado. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, Vol. 1943, p.579-585.

BILAC, Olavo. Uma Campanha. *Opinião Mineira*. Ouro Preto, 05/01/1894, Ano 1, nº1, p.1.

BRAGA, Vanuza Moreira. Viagem ao passado: os intelectuais e a sacralização de Ouro Preto. Revista Mosaico, Edição nº3, ano II, 2010. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 10/08/2014.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Vestígios de uma utopia urbana. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano 44, v.2, p.62-78, 2008, jul./dez.

BRAZ E SILVA, Angela Martins Napoleão. Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império. Cadernos do PROARQ Rio de Janeiro. UFRJ, FAU, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, n. 18, p. 216-236, jul., 2012.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23. Rio de Janeiro, 1990.

CERTEAU, Michel de. Andando na cidade. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). Cidade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, IPHAN / MinC, n.23, p.15-31, 1994.

COSTA SENA, Joaquim C. Mineração dos arredores de Ouro Preto. Revista Industrial de Minas Gerais, ano IV, nº22, Ouro Preto, p.143, 30/03/1897.

Câmara Municipal de Ouro Preto: juramento e posse do seu novo presidente e agente executivo. *Jornal Mineiro*, Ouro Preto, 09/10/1898, ano II, nº55, p.1.

Câmara Municipal: lavras e minas na sesmaria municipal. *Jornal Mineiro*, Ouro Preto, 16/06/1898, ano 1, nº40, p.4.

CHOAY, Françoise. O reino do urbano e a morte da cidade. Projeto História: espaço e cultura, São Paulo, nº18, 1999, 67-89.

Correio da Noite. *Correio da Noite*, Ouro Preto, 21/01/1909, ano 1, nº104, p.1.

Desastre. *Jornal Mineiro*, Ouro Preto, 26/05/1898, ano 1, nº38, p.1.

Despedida. *A cidade*, Ouro Preto, 26/11/1901, ano I, nº6, p.3.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em: 20/10/2014.

Diversas. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14/09/1929, p.13.

ESTEVES, Honório. Padre Faria. *Minas Gerais*, 22/01/1895, p.5.

_____. Questões de arte. *Minas Gerais*, 27/03/1898, p.3-4.

ESTEVES, Viçoso Horta. Ouro Preto. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 04/01/1929, p.10.

FARIA, Maria Auxiliadora. Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política. Revista do departamento de história, v.1, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG. 1985.

GANDARA, Gercinair Silvério, Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. *História (São Paulo)* v.30, n.1, p.90-113, jan/jun. 2011. ISSN 1980-4369.

GRAVATÁ, Hélio. Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Conservação e Proteção Oficial. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, nº07, p.113. 1975.

----- Émíle Rouède, a Arte Mineira e a velha matriz do Curral Del Rei. *Revista Barroco*, v.9, Belo Horizonte: UFMG, p.123-126. 1977.

HORTA, Raul Machado. A faculdade de direito da universidade federal de Minas Gerais no centenário de sua fundação. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, v. 34, n. 34, pp. 15-46, 1994.

KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 30, p. 110-128. 2002.

LIMA, Benjamin de Miranda. Ouro Preto. *Jornal Mineiro*, Ouro Preto, 25/09/1898, ano I, nº39, p.1.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras; introdução ao estudo da iconografia urbana. *Revista USP*, São Paulo, p.144-155, julho/agosto, 1996.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 22, p.108-122. 1987.

Oficina de ourives. A cidade, Ouro Preto, 15/04/1902, ano I, nº25, p.4.

NOGUEIRA, José Antônio. Carta de Minas. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 25/03/1925, p.8.

O Carnaval. *Jornal Mineiro*, Ouro Preto, 27/02/1898, ano I, nº26, p.2-3.

Ouro Preto. Vida Mineira, *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 15/11/1917, ano 25, p.6.

Ouro Preto. Vida Mineira. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16/11/1917, ano 25, p.6.

Ouro Preto. Vida Mineira, *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 25/11/1917, ano 25, p.6.

Ouro Preto. Vida Mineira, *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14/12/1917, ano 25, p.7.

Ouro Preto. Vida Mineira, *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24/12/1917, ano 25, p.6.

Ouro Preto. Vida Mineira. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 15/02/1918, ano 26, p.4.

Ouro Preto. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 09/01/1925, p.4.

Ouro Preto. *Revista O Mundo*, Rio de Janeiro, ano II, nº18, 35p. 1911.

O nosso patrimônio artístico. *Jornal do Comércio* apud. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27/06/1925, p.3.

PENA, Gustavo. Pelo nosso patrimônio artístico. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18/11/1928, p.17-18.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº16, 1995, p.279-290.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bresan. A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural. R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 41-74, nov. 2005/ abr. 2006.

_____. Origem da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, 2/2006, EESC-USP.

PIRES, Áurea. Em Ouro Preto. *A cidade*, Ouro Preto, 30/06/1902, ano I, nº33, p.3.

PIRES, Aurélio. Ouro Preto. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 30 de setembro de 1929, p.5.

PINTO, Moreira. Ouro Preto. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XI. Fascículos I, II, III e IV. Direção e redação de Augusto de Lima. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1907.

RACIOPPI, Vicente. Meca dos Republicanos. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12/03/1935, p.8.

Repartições federais. *A cidade*, Ouro Preto, 22/10/1901, ano 1, nº 2, p.1.

Repartições federais. *A cidade*, Ouro Preto, 14/05/1902, ano 1, nº 29, p.1.

Revista Itabirito em Revista, ano 1, nº1, maio de 1992, 62p.

ROUËDE, Emile. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10/01/1895, p.2-3.

ROSEMBURG, José Maria. 21 de Abril: Homenagem a Tiradentes. *A cidade*, Ouro Preto, ano 1, nº26, 23/04/1902, p.1.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”. *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, São Paulo, vol. 4, p.125-163. 1996.

SCHMIDT, Maria Luísa S. & MAFOULD, Miguel. Halbwegs: memória coletiva e experiência. *Psicologia*, USP, São Paulo, nº4 (1/2), p.285-298.

SCOCUGLIA, Jovanca Baracuhy C. Cultura e urbanidade: da metrópole de Simmel à cidade fragmentada e desterritorializada. *Caderno Metrópole*, São Paulo, V.3, nº26, julho/dezembro de 2011, p.395-417.

Sem título. *Jornal Mineiro*, Ouro Preto, 01/01/1899, ano II, nº67, p.2.

SENA, Nelson Coelho de. Ouro Preto. Anuário de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1907. p.231-234.

----- Anuário de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1918. p.1001.

SILVA, Ângela Martins Napoleão Braz e. Planejamento e fundação da primeira cidade do Brasil Império. Cadernos PROARQ, nº18, p.215-236. 2012.

SILVA, Luciana Meire da. Cidades Mortas: o declínio da “Civilização Cafeeira” no Vale do Paraíba segundo a elite agrária decadente. Revista Ideias, V.1, nº4, p.289-305. 2012.

SILVA, João Pinheiro. Cesário Alvim. Revista do Archivo Publico Mineiro, Belo Horizonte, ano XI, fascículos I, II, III e IV, Imprensa Official, 1906.

TAVARES, André. Émile Rouède, Olavo Bilac e a criação de uma história das artes em Minas Gerais no século XIX. Revista Rotunda, nº2, Campinas, p.25-35, agosto de 2003.

TRANT, Carlos Rodrigues. Despedida. *A cidade*, Ouro Preto, 25/02/1902, p.3

WILLIAMS, Daryle. Vicente Racioppi: the local preservationist and the National state. *The Human Tradition in Brazil*. Peter M. Beattie, ed Wilmington, DE: Scholarly Resources, p.183-205. 2003.

VASCONCELOS, Diogo de. Câmara Municipal, *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22/05/1892, p.168-169.

Vida mineira. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28/11/1917, p.5.

VIDAL, Laurent. Capitais sonhadas, capitais abandonadas: considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (século XVIII – XX). *História*, São Paulo, v.30, n.1, p. 3-36, jan/jun 2011. ISSN 1980-4369.

VISCARDI, Cláudia. M. R. A capital controversa. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 43, nº2, p.28-43, jul/dez.2007.

4. Livros, capítulos, monografias, dissertações e teses.

ALBERTO, Helena Magela. *Diogo de Vasconcelos e a História de Minas Gerais: uma construção do conceito de nação na Primeira República*. 2000. 78p. Monografia. Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2000.

ALCAN. *Memória Viva: 50 anos da Alcan Alumínio do Brasil em Ouro Preto*. Ouro Preto: ALCAN. 2000. 126p.

ALENCAR, Gilberto de. *Cidade do sonho e da melancolia; impressões de Ouro Preto*. Juiz de Fora: Typographia Brasil, 1926.

ALMEIDA, Humberto Mariano de. *Mineração e Meio Ambiente na Constituição*. Imprensa: São Paulo, LTR, 1999.

ALMEIDA, Marcelina das Graças. Belo Horizonte, Arraial e Metrópole: memória das artes plásticas na capital mineira. In: *Um século de artes plásticas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Funda o João Pinheiro, 1997.

ALVIM, F. *Ouro Preto: impressões de estudante*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1918. 83p.

ANATERESA, Fabris. A imagem da cidade: realidade e utopia. In: *Fragmentos urbanos: representa es culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 2000, p.13-51.

ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). Pelas minas de ouro. In: *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967. p.255-304.

ARANTES, Antônio Augusto (org). *Produzindo o passado: estratégias de constru o do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes. Folgan as populares: festejos de Entrudo e Carnaval em Minas Gerais no século XIX. 2000. 200p. Disserta o. Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2000.

ARNO, Ciro. *Memórias de um estudante*. Belo Horizonte: Editora Olympica, 1906.

ARRUDA, Rogério Pereira. *Cidades-Capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina), Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

ATLAS COROGRÁFICO Municipal. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. 2v.

ÁVILA, Myriam. *O retrato na rua: memórias e modernidade na cidade planejada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BARBOSA, Lauro Sérgio Versiani, DORNELAS, Humberto (orgs). *Memórias de Ouro Preto*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1993.

BARROSO, Elaine A. Laier. *Moderniza o e higienismo: controle sanitário e gestão político-científica na Manchester mineira (1891-1906)*. 2008. 223p. Disserta o. Programa de Pós-Gradua o em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008.

BEDIAGA, Begonha (org.) *Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891*. Petrópolis: Museu Imperial / IPHAN, 1999. 161p.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BILAC, Olavo. *Liminar. Crônicas e novelas*. Rio de Janeiro: Cunha e Irmão. 1894, p.9-17.

BOMENY, Helena. *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História e fotografia*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 130p.

BRANDÃO, Ângela. *Desenhos de Tarsila do Amaral: barroco mineiro através do olhar modernista*. 1999. 137p. Dissertação. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1999.

BRANDÃO, Thomas. *Marília de Dirceu*. Belo Horizonte: Typographia Guimarães. 1932.

BRICE, Catherine. Monuments: pacificateurs ou agitateurs de mémoire. In: *Las guerres de mémoires: enjeux politiques, controverses historiques, stratégies médiatiques*. BLANCHARD, Pascal & VEYRAT-MASSON, Isabelle (org.). Paris: LaDécouverte/Poche, 2008. p.199-207.

BROCA, Brito. Uma grande época literária em Ouro Preto. In: *Naturalistas, Parnasianos e Decadistas: vida literária do Realismo ao Pré-Modernismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Trad. David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1976, p.296.

CARDOSO, Sérgio. Por que República? Nota sobre o ideário democrático e republicano. In: *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 45-65.

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

_____. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.

CARVALHO, Teófilo Feu de. *Pontes e chafarizes de Vila Rica de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Edições Históricas. Imprensa Oficial. 1936.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

- CHUVA, Márcia (org.) *A invenção do Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Trad. Maria Manuela Rocha. Oeiras: Celta Editora, 1993.
- COSTA, Antônio Carlos Figueiredo. *A república na praça: manifestações do jacobismo popular em Minas Gerais (1893-1899)*. Dissertação. 2006. Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.
- COSTA, Emília Viotti da. A proclamação da República. In: *Da Monarquia à República. Momentos decisivos*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.447-490.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais com Estudo Histórico da Divisão Territorial Administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado. 1970. P.28-29.
- COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.
- DELAMARE, Alcibiades. *Villa Rica*. São Paulo: Nacional, 1935.
- DEQUECH, David. *Isto dantes em Ouro Preto: crônicas*. Belo Horizonte: [s.n.], 1984. 303 p.
- DIMAS, Antônio. *Bilac, o jornalista: Crônicas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2006
- DUARTE, Regina Horta. *Noites Circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- DRUMMOND, Maria Francelina. S. I. A cidade em três séculos. In: *Bicentenário de Ouro Preto: Memória Histórica [1711-1911]*. Ouro Preto: Editora Liberdade. 2011, p.10-25.
- FERREIRA, Marieta de M. & SÁ PINTO, Surama Conde. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2006. p.387-415.
- FONSECA, Alberto de Freitas C. *Controle e uso da água na Ouro Preto dos séculos XVIII e XIX*. Dissertação. 2004. 127p. Núcleo de Pesquisa em Recursos Hídricos – Pró-Água. Programa de pós-graduação em Engenharia Ambiental. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2004.
- FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. Dissertação. 1998. 146p. Departamento de História da Faculdade

de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio e processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC – IPHAN, 2005.

FONTANA, Luiz. *Referências: Ouro Preto em Luiz Fontana*. Ouro Preto: IFAC-UFOP, 1996.

FUNDAÇÃO VALE. *Fios e tramas: a indústria têxtil em Mariana e Ouro Preto*. Fundação Vale: Coordenação Editorial: Santa Rosa Bureau Cultural – Belo Horizonte: Fundação Vale, 2013. 173p.

GELLNER, Ernest. Definições. In: *Nações e nacionalismo*. Trad. Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva. 1983.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da Modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Algumas perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p.13-26.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GOMES, Francisco de A. M. *História da Siderurgia brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1983. 409p.

GOODWIN JR, James Willian. *A princesa de minas: A construção da identidade pelas elites juizforanas. 1850-1888*. Dissertação. 1996. Departamento de Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

GRUZINSKI, Serge. *Les quatre parties du monde. Histoire d'une mondialisation*. Paris, Éditions de la Martinière, 2004, 479 p.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *História do Direito Tributário: o Decreto N° 9.870, de 22 de fevereiro de 1888, e a regulamentação do Imposto de Indústria e Profissões. Notas a propósito de uma arqueologia normativa do Imposto de Renda*. Disponível em: <http://www.arnaldogodoy.adv.br/artigos/hdt1.htm>. Acesso em: 10/05/2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IGLÉSIAS, Francisco. Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1889-1930). In: MONTEIRO, Norma de G (org). *Seminário de estudos mineiros: a República Velha em Minas*, 5. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. Isabelle Cury (org.). Brasília: IPHAN, 2000. 383p.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920): In: *BH Horizontes Históricos*. DUTRA, Eliana de Freitas.(org.). Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

JÚNIOR, Raimundo Magalhães. Das fugas, em cinco meses. In: *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1974. p.156-163.

KESSEL, Carlos. *Arquitetura Neocolonial: entre o pastiche a modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Java, 2008. 272p.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 3ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

LEPETIT, Bernard. É possível uma hermenêutica urbana? In: *Por uma nova história urbana*. Heliana Salgueiro (org.). Trad. Cely Arena. São Paulo: Edusp. 2001. p.137-153.

LIMA, Kleverson T. de. LOPES, Myriam B. VIEIRA, Luiz A. S. *Morro da Queimada: século XVIII*. Disponível: <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br>>. Acesso em: 10/09/2013.

------. *Práticas missivistas íntimas no início do século XX*. Dissertação. 2007. 152p. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. 2007.

------. *Subsídios históricos para a montagem do Centro de Memória da Siderurgia de Itabirito*. Itabirito. 2011. 77p.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. Ouro Preto. In: *Visões do passado*. Rio de Janeiro: Portela. 1934.

LINO, Raul. *Ouro Preto, uma cidade antiga do Brasil*. Lisboa, 1943.

LOBATO, Monteiro. Cidades Mortas. In: *Cidades Mortas*. São Paulo: Globo. 2007. p.20-24.

LOMBARDI, Giorgio. A cidade histórica como suporte da memória. In: *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do patrimônio Histórico, 1992.

LOPES, Francisco Antônio (Curso, Flamínio [pseudônimo]). *Terra do ouro*. Ouro Preto: Livraria Mineira. 1932. 178p.

LUCA, Tania Regina de. República Velha: temas, interpretações, abordagens. In: *República, Liberalismo, Cidadania*. SILVA, Fernando Teixeira da et al. (org.). Piracicaba: Editora Unesp, 2003. 33-51.

MACHADO, Ana M. A. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: *Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília. 2005, p.137-150.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando Relíquias...Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Regionais (1934-1937)*. Dissertação. IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida & ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1989. 216p.

MAGALHÃES, Aline M. *Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação. 2004. 152p. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MAIA, A.E. dos Santos. *Ouro Preto: Homens ideias e fatos*. Ouro Preto: s. ed., 1972.

MANTOVANI, André. *Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto, MG (1885-1897)*. Dissertação. 2007. 178p. Programa de Estudos Pró-Graduados em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil*. Tese. 1980. Vanderbilt University, Tennessee, 1980.

MATHIAS, Herculano Gomes. Distrito de Antônio Dias. In: *Um recenseamento da capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça / Arquivo Nacional, 1969. 208p.

MATOS, Maria Izilda S. dos. Cotidiano e cidade. In: *Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002.p.13-43.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira. A noiva do trabalho: uma capital para a República. In: *BH: Horizontes Históricos*. Eliana de Freitas Dutra (org.). Belo Horizonte: C/ Arte. 1996. p.11-48.

MENICONI, Evelyn M. de A. *Monumento pra quem? A preservação do patrimônio nacional e o ordenamento do espaço urbano de Ouro Preto (1937-1967)*. Dissertação. 2004. 174p. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Gestão das Cidades. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2004.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*. Dissertação. 1999. 156p. Belo Horizonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Belo Horizonte: a cidade escrita*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920): In: *BH Horizontes Históricos*. DUTRA, Eliana de Freitas.(org.). Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. A cidade e o urbano. In: *As cidades da cidade*. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.185-195.

NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Dissertação. 2007. 239p. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

NEVES, Marcus Vinícius Duque. *Modernizações, projetos econômicos e percepções locais: Mineração e siderurgia em Minas Gerais (1850-1921)*. Dissertação. 2010, p.130-132. Departamento de Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2006. p.193-229.

Ouro Preto. In: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE. 1959, p.225-238.

OLIVEIRA, Clodomiro de. Disponível em: <<http://www.em.ufop.br/em/diretores/clodomiro.php>>. Acesso em 20/05/2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é Patrimônio: Um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 20.

_____. A revolução e suas versões. In: *Dicionário histórico-geográfico brasileiro pós-1930*. ABREU, A. A. et ali (org.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001, vol.5, p. 5002-5006.

_____. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2006. p.351-386.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro. Situação das Artes Plásticas em Minas no século XIX: escultura e pintura. In: *Seminário sobre a cultura mineira no século XIX*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura MG, 1982. p.147-160.

OPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: *Cidade, povo e nação*:

gênese do urbanismo moderno. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

ORIÁ, Ricardo. A proteção jurídica ao patrimônio cultural no Brasil: uma análise histórico-antropológica. In: *Estudos de direito constitucional e urbanístico em homenagem à prof^a Magnólia Guerra*. RODRIGUES, Francisco Luciano Lima (org.). São Paulo: RCS Editora, 2007, p.489-508.

OZZORI, Manoel. *Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e litterario do Município de Ouro Preto*, anno 1. Ouro Preto: Typographia d'A Ordem, 1890.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: *O Fenômeno Urbano*. VELHO, Otávio G (org.). Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987. p.11-25.

PEREIRA, Maria Leite. O fim da República Velha. In: *Presidente Antônio Carlos, um Andrada da República: o arquiteto da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.387-406.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História. In: *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.69-98.

_____. (org). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

_____. *A revolução farroupilha*. São Paulo:Ed.Brasiliense,1985.

PINTO COELHO, José Efigênio. *A mudança da capital 1897-1987: um trabalho de restauração e pesquisa do arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto*. Ouro Preto: Artes Gráficas Tiradentes LTDA, 1987.

PIRES, Aurélio. *Homens e fatos de meu tempo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

POMIAN, Krzystof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 239p.

RACHE, Pedro. *Homens de Ouro Preto (Memórias de um estudante)*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho Editor, 1954.

RACIOPPI, Vicente de Andrade. *Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto*. Belo Horizonte: Typ. Castro, 1940. 125p.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

REIS, Milton. Joaquim Cândido da Costa Sena. In: *A trajetória do poder: de Cesário Alvim a Aécio Neves*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias. 2008, p.59-60.

RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Paris, Éditions du Seuil, 1984.

ROCHA, José Joaquim da. Vila Rica. In: *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. p.98-106.

RODRIGUES, José Wash. *Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1978.

ROMERO, José Luis. As cidades burguesas. In: *As cidades e as ideias*. Trad. Bella Josef. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2004. P.283-352.

RONCAYOLLO, Marcel. *La ville em ses premices. In: La ville et ses territoires*. Paris, 1997. p.27-34.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades capitais do Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Entre a destruição e a preservação: notas para o debate. In: *Memória, Cidade e Cultura*. SCHIAVO, Cléia, ZETTEL, Jayme (org.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

SANTOS, Lúcio José dos. *História de Minas Gerais: resumo didactico*. São Paulo: Melhoramentos, 1926. 184 p.

SANTOS, Paulo Coelho M. As discussões sobre os marcos regulatórios da mineração e as propostas para o desenvolvimento da indústria do manganês e do ferro em Minas Gerais: 1889 a 1912. In: *Seminário sobre a Economia Mineira*, CEDEPLAR, Dimantina, 1996. 23p.

------. *Os periódicos Revista Industrial de Minas Gerais e Brazilian Engineering and Mining Review e a participação do Brasil nas Exposições Universais de Santiago (1894) e Saint Louis (1904)*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. A “era dos museus de etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX. In *Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília. 2005, p.113-134.

SENA, Nelson Coelho de. *Inventário do Arquivo Pessoal Nelson Coelho de Senna*. 2000. 119p.

----- (Org.). *Bicentenário de Ouro Preto: Memória Histórica (1711-1911)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1911.

----- . Estudo crítico de Vera Alice Cardoso Silva. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006. p.328.

SILVA, Olímpio Augusto da. *Itabirito: minha terra (memórias)*. Itabirito: Prefeitura Municipal de Itabirito. 1996.169p.

SILVA, Rodrigo Machado da. *Alguns apontamentos acerca da recepção de Diogo de Vasconcelos sobre a ciência em tensão à religiosidade nos finais dos Oitocentos*. In: II Memória do ICHS: Novas Letras na História da Educação. 2009.

SIMMEL. George. A Metrópole e a Vida Mental. In: O Fenômeno Urbano. VELHO, Otávio G (org.). Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987. p.11-25.

TAUNAY, Afonso de E. (org.). *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

TELLES, Mário F. de P. *Entre a Lei e as Salsichas: análise dos antecedentes do Decreto-Lei 25/37*. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio de 2009 Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1974.

VASCONCELLOS, Pedro de Almeida. Les renaissances de Salvador (vers 1763, vers 1850). In: *La ville au Brésil (XVIIIe-XXe siècles): naissances, renaissances*. VIDAL, Laurent (org.) Paris: Les Indes savantes et Rivages des Xantons, 2008. 396p.

VASCONCELOS, Sylvio de. Vila Rica. *Formação e desenvolvimento: residências*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

_____. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: UFMG. 1979, 186p.

VELOSO, Mônica. O modernismo e a questão nacional. In: *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2006. p.351-386.

VESENTINI, José Willian. *A capital da geopolítica*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

VIDAL, Laurent. *Les larmes de Rio*. Paris: Éditions Flammarion, 2009. 255p.

VISCARDI, Cláudia M. R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 340p.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: *O Fenômeno Urbano*. VELHO, Otávio G (org.). Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987. p.90-113.

ANEXOS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES DA TESE EM TAMANHO AMPLIADO

FIG.5. Mapa do município de Ouro Preto. 1926.	66
FIG.11. Ouro Preto: planta de água, esgoto e luz. 26/06/1903.	100
FIG.12. Planta das Lavras de Tassaras e adjacentes situadas na antiga Vila Rica, pertencentes às sociedades. s/d.	137
FIG.20. Projeto de reconstrução de uma casa e de construção de um barracão. 13/10/1937.	216
FIG.21. Projeto de construção de uma casa. 1937.	217
FIG.22. Projeto de construção de uma casa. 1937. .	218